



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE LEAL

**A ARTE DE TER UM OFÍCIO:
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA
(1872-1972)**

Salvador, 1996

MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE LEAL

**A ARTE DE TER UM OFÍCIO:
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA
(1872-1972)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFBA) como requisito para a obtenção de título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Consuelo Novais Sampaio

Salvador, 1996

Leal, Maria das Graças de Andrade

A Arte de Ter um Ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1972). / Maria das Graças de Andrade Leal. – 1996. 2021. 212 f.: il.

Orientadora: Profª. Drª. Consuelo Novais Sampaio. Vinícius de Rezende

Dissertação (mestrado – História) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1996.

Liceu de Artes de Ofícios da Bahia; mutualismo; educação profissional; história do trabalho; arte e cultura. I.

Sampaio, Consuelo Novais. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ata da reunião geral da diretoria do Museu do Grupo de Pesquisa da

Em 18 dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, às quinze horas, foi instalada pelo Coordenador do Mestrado em História, Sr. João José Reis, a sessão pública para o julgamento da dissertação final de mestrado elaborada por Maria do Graças de Andrade Leal, intitulada "A Arte de se ler em Recife: Liceu de Artes e Ofícios de Bahia (1872-1972)". A banca julgadora foi constituída pelo professor Dr. Osvaldo Soares Simões, orientador de dissertação, Sr. Ubiratan Costa de Figueiredo e Sr. João Lima. Passada à exposição da mestrado Maria do Graças de Andrade Leal, seguida da leitura dos pareceres dos pareceristas integrantes da banca e posterior discussão, após que, reunido em plenário, resolveu-se pelo sua aprovação em distinção. Como não houvesse mais nada a tratar, encerraram-se as atividades do qual a Pres. Maria do Graças de Andrade Leal deixou a presente ata, que será assinada por mim e demais membros da banca. Salvador, 18 de abril de 1976

Dr. João José Reis
Osvaldo Soares Simões (orient. do)
João Lima
Maria do Graças de Andrade Leal
J. J. R.

05/06/96
ESTA COPIA É ORIGINAL
FUNCIONÁRIO
MESTRADO EM HISTÓRIA - UFBA
ESTRADA DE SÃO LAZARO, 197
FEDERAÇÃO - C. P. 40.210
SALVADOR - BAHIA - BRASIL

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado da conjugação de diversas forças. Estímulos, colaborações, apoios viabilizaram o encaminhamento da pesquisa e do produto final. Energias se multiplicaram em forma de amizade, carinho e reconhecimento.

A Consuelo Novais Sampaio que, como minha orientadora, incentivou, acompanhou e vibrou com os desdobramentos deste esforço, minha admiração e meu muito obrigada. À Fundação Odebrecht e ao Liceu de Artes e Ofícios, na pessoa de Jurandy Ferreira Alves (in memoriam), minha estima e consideração pela confiança depositada e pelos muitos apoios auferidos.

Ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, pela oportunidade oferecida. Muitos funcionários das instituições pesquisadas solidarizaram-se com a minha persistências e estiveram presentes nesse caminhar – em especial aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, que, pela presteza e simpatia, muito agilizaram as pesquisas. Ao CNPq pela concessão de bolsa de estudos para a realização do curso de mestrado em História da Universidade Federal da Bahia.

Encontrar uma dose exata para empenhar agradecimentos torna-se extremamente difícil, porém extremamente importante, uma vez que este foi um período rico de experiências, encontros, despedidas, e, acima de tudo, de conquistas. Devo agradecer a Maisa Paranhos e Zilmar Silva, alunas de graduação em História da já referida Universidade, pelos esforços dedicados na coleta de dados, que culminaram em valiosa contribuição.

Felizmente, a lista de amigos é extensa, porém, devo agradecer, particularmente, a Avanete Pereira Souza, pelo companheirismo e cumplicidade durante as pesquisas e elaboração final da dissertação.

Finalmente, dedico todo o meu carinho e amor, e manifesto imensa gratidão aos meus filhos, Isadora e Felipe, que aprenderam, na fase de redação, especificamente, a compreender as limitações dos nossos encontros.

RESUMO

O Liceu de Artes e Ofícios da Bahia constitui o tema central da pesquisa, considerado em suas dimensões mutualista, educacional, cultural e produtiva destinadas aos interesses das classes artísticas e operárias, desde a sua fundação em 20 de outubro de 1872. O objetivo é analisar e compreender os processos de formação, criação, consolidação e decadência da instituição nos diferentes contextos experimentados pela sociedade brasileira e baiana, marcados pelo escravismo, pela abolição da escravidão e implantação da república, observando a multiplicidade de funções que desempenhou ao longo da sua trajetória de 100 anos (1872-1972), com o protagonismo de trabalhadores que ali exerceram diferentes papéis na condução e no desenvolvimento de seus projetos individuais e coletivos. Na perspectiva da história social, este estudo compreende o Liceu na história dos movimentos sociais da Bahia, tendo em vista a função social que exerceu desde as suas origens, e que continua a exercer, ao revelar o protagonismo de trabalhadores para a sua fundação e consolidação, no mundo do trabalho urbano. Por ter sido vítima, em 1968, de um devastador incêndio que destruiu parte de suas instalações, especialmente do prédio histórico do século XVIII, o Paço do Saldanha, o acervo documental produzido pela instituição foi completamente destruído, o que impulsionou a pesquisa na identificação de documentos através de verdadeira “garimpagem” em diferentes instituições arquivísticas e bibliotecas. Dessa forma, foram reunidas diversas fontes, como as bibliográficas, impressas (oficiais, periódicos, relatórios, etc), iconográficas e memorialísticas. Portanto, a dissertação está dividida em duas partes, sendo a Primeira Parte, “O operário entra em cena”, dedicada a contextualizar o Liceu na dinâmica das transformações do mundo do trabalho em Salvador, visando compreender o processo de formação e organização das classes artísticas e operárias no período de transição da Monarquia para a República. A Segunda Parte, “Liceu de Artes e Ofícios: Ações múltiplas”, recupera dimensões da história institucional em sua complexidade, considerando as múltiplas funções que desempenhou ao longo de cem anos. Como instituição mutuária, educacional, cultural e produtiva, identificamos etapas de consolidação e apogeu, bem como de decadência que enfrentou após o incêndio de 1968, inseridas no conjunto das mudanças sócio-políticas e culturais ocorridas no Brasil e na Bahia em particular.

PALAVRAS-CHAVE: Liceu de Artes de Ofícios da Bahia; mutualismo; educação profissional; história do trabalho; arte e cultura

ABSTRACT

The Lyceum of Arts and Crafts of Bahia constitutes the central theme of the research, considered in its mutualist, educational, cultural and productive dimensions aimed at the interests of the artistic and working classes, since its foundation on October 20, 1872. The objective is to analyze and understand the processes of formation, creation, consolidation and decay of the institution in the different contexts experienced by Brazilian and Bahian society, marked by slavery, by the abolition of slavery and implantation of the republic, observing the multiplicity of functions that it played throughout of its 100-year trajectory (1872-1972), with the leading role of workers who played different roles in the conduction and development of their individual and collective projects. From the perspective of social history, this study understands the Liceu in the history of social movements in Bahia, in view of the social function that it has exercised since its origins, and that continues to exercise, by revealing the protagonism of workers for its foundation and consolidation, in the world of urban work. Having been the victim, in 1968, of a devastating fire that destroyed part of its installations, especially the historic building of the 18th century, the Paço do Saldanha, the documentary collection produced by the institution was completely destroyed, which boosted the research in the identification of documents, through true "mining" in different archival institutions and libraries. In this way, several sources were gathered, such as bibliographical, printed (official, periodicals, reports, etc), iconographic and memorialistic sources, through testimonies. Therefore, the dissertation is divided into two parts, being the First Part, "The worker enters the scene", dedicated to contextualizing the Liceu in the dynamics of the transformations of the world of work in Salvador, aiming to understand the process of formation and organization of the artistic and worker classes in the period of transition from Monarchy to Republic. The Second Part, "Lyceum of Arts and Crafts: Multiple Actions", recovers dimensions of institutional history in its complexity, considering the multiple functions it played over a hundred years. As a mutualist, educational, cultural and productive institution, we identified stages of consolidation and apogee, as well as the decadence that it faced after the fire of 1968, inserted in the set of socio-political and cultural changes that took place in Brazil and in Bahia in particular.

Keywords: Lyceum of Arts and Crafts of Bahia; mutualism; professional education; work history; art and culture.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

APEB: Arquivo Público do Estado da Bahia

CEAB: Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia

CORA: Centro de Orientação e Referência do Adolescente

FEO: Fundação Emílio Odebrecht

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OMH: Oficina de Manutenção de Hidrômetros

OMM: Oficina de Móveis e Madeira

OMRP: Oficina de Recuperação Predial

SEC: Secretaria de Educação do Estado da Bahia

UFBA: Universidade Federal da Bahia

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

(1)	João Antonio de Araujo Freitas Henriques, fundador do Liceu.....	95
(2)	Primeiro Estatuto do Liceu de 1872 – Reprodução Almir Bindilati, 1996.....	97
(3)	Emblema do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia na República – Reprodução Almir Bindilati, 1996.....	105
(4)	Sala da Assembleia Geral (Pavilhao Edgard Barros), bienio 1931-1932 - Reprodução Almir Bindilati, 1996.....	114
(5)	Marca da Oficina de Tipografia e Encadernação do Liceu – Reprodução Almir Bindilati, 1996	121
(6)	Aprendizes e Mestres do Liceu, bienio 1931-1932.....	125
(7)	Diretores e funcionários do Liceu na marcha cívica, em comemoração do dia da Independência da Bahia, (anos 60).....	129
(8)	Edgard Barros ao centro com aprendizes à sua volta. À direita Heráclio Cardoso De Mello e, à esquerda, sua filha Valquíria Barros (Anos 1940-1950).....	130
(9)	Mestre Arnaldo da Silva ensinando aprendiz na arte de aplicação do verniz.....	131
(10)	Mestre ensinando crianças na arte da marcenaria. Sr. Lydio observa o aprendizado.....	134
(11)	Portada do Paco do Saldanha.....	138
(12)	Painéis de azulejos do século XVIII representando cena mitológica e anjos.....	140
(13)	Placa de mármore na Portada do Paço indicando data de fundação do Liceu.....	141
(14)	Salão nobre do Liceu onde era instalado o Museu – Reprodução Almir Bindilati, 1996	143
(15)	Tela de D. Pedro II – autoria do artista Cunha Couto – 1880.....	145
(16)	Cine Liceu – vendo-se a platéia na sua inauguração em 05/08/1927.....	147
(17)	Novas instalações do Cine-teatro Liceu (1927).....	148
(18)	Cinema Liceu após a reforma de 1960.....	149
(19)	O fogo consumindo o prédio do Liceu, à Rua Guedes de Brito, esquina com a Rua 7 de Novembro/1968.....	162
(20)	Operários e funcionários avaliam, com tristeza, os prejuízos. 1968.....	164
(21)	Sr. Lydio e aprendizes nos 101 do Liceu (1973).....	167
(22)	Festa de comemoração do centenário do Liceu (20/out/1972).....	171

SUMÁRIO

	PÁG.
<i>Agradecimentos</i>	5
<i>Resumo</i>	6
<i>Índice de abreviaturas</i>	8
<i>Índice de Ilustrações</i>	9
<i>Introdução</i>	12

PARTE I

O OPERÁRIO ENTRA EM CENA

CAPÍTULO 1

<i>Trabalho Livre e Urbanização na Bahia Oitocentista</i>	19
---	----

. Trabalho livre X escravidão.....	19
. Liberdade e urbanização.....	21
. A cidade se transforma	24
. Urbanização e mercado de trabalho	27
. Controle e disciplina	31
. Avanço das forças produtivas	34

CAPÍTULO 2

<i>De Artista a Operário</i>	36
------------------------------------	----

. criar e produzir.....	36
. oficiais mecânicos, colonização e prestígio.....	37
. o trabalho é negro.....	39
. mecânicos x liberais.....	41
. não pense, faça.....	43
. na cena o operário.....	46

CAPÍTULO 3

<i>Artistas e Operários se organizam</i>	52
--	----

. premissas das organizações de classe.....	52
. independência e desorganização.....	56
. mutualismo: novo conceito associativo.....	58
. legalização das mutuárias.....	61
. generalidades e particularidades.....	63
. profissão e política.....	65

CAPÍTULO 4

<i>Um Liceu para Artistas e Operários</i>	75
---	----

. uma escola para o povo.....	75
. Bahia: a Atenas brasileira.....	78
. o Liceu na perspectiva operária.....	80
. o Liceu na perspectiva oficial.....	83

PARTE II

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS: AÇÕES MÚLTIPLAS

	PÁG.
<u>CAPÍTULO 5</u>	
<i>Sociedade de Artes e Ofícios</i>	90
. artes, ofícios e caridade.....	90
. o Liceu imperial: fundação.....	93
. objetivos sociais.....	96
. Liceu: liberalismo e abolição.....	98
. quadro social.....	100
. República: avanços e crises.....	103
. o trabalhador perde a voz.....	107
. mudanças.....	112
<u>CAPÍTULO 6</u>	
<i>Casa da Instrução e do Trabalho</i>	115
. artes, ofícios e profissão.....	115
. teoria e prática.....	116
. o Liceu na República científica.....	118
. técnica é coisa moderna.....	122
. transformações curriculares.....	124
. Liceu moderno.....	127
. sinais da decadência.....	130
. o Liceu agoniza.....	133
<u>CAPÍTULO 7</u>	
<i>Liceu Artístico e Cultural</i>	136
. palácio.....	136
. galerias de arte.....	142
. biblioteca.....	145
. cinemas.....	147
. atividades festivas.....	150
. exposições.....	152
. outros eventos.....	156
<u>CAPÍTULO 8</u>	
<i>Incêndio: Destruições e Resistências</i>	161
. chamas.....	161
. cinzas.....	163
. promessas e lutas.....	166
. memória e esperanças.....	168
. centenário e solidão.....	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
ANEXOS	180
FONTES	204
BIBLIOGRAFIA	207

INTRODUÇÃO

O tempo possui a sua magia; os homens possuem a sua magia; a história é magia. Porém, não é ilusão: é visão, é realidade, é fazer, operar, criar. O conhecimento histórico ajuda-nos a perceber que atuamos e podemos transformar o mundo. Ele nos dá a certeza de que estamos vivos, aprendendo a observar e a compreender o passado para, com maior fluidez e consciência, caminharmos no presente e gerirmos o futuro. A história garante a nossa identidade. Ao preservarmos a memória histórica, construímos, em bases sólidas, o nosso amanhã.

Lamentavelmente, a preservação da memória histórica não tem sido prioridade das autoridades governamentais. A falta de investimento na educação do país demonstra certa resistência em tornar o povo consciente da sua importância de protagonista e criador da história. Chega-se a dizer, pejorativamente, que "brasileiro não tem memória".

O processo para que esta memória aflore está começando a apresentar resultados. É importante solidificarmos os primeiros raios que iluminam pontos obscuros da história do nosso país, como as forças oprimidas da sociedade, que começam a despontar como objeto de estudo, nas diversas áreas do conhecimento.

Como resultado de uma pesquisa exaustiva, que se desenvolveu ao longo de quatro anos, destinada à elaboração da dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia, estamos apresentando aspectos da trajetória histórica do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, considerado como espaço associativo destinado a promover benefícios das classes trabalhadoras e de jovens estudantes e aprendizes, desde a sua criação (1872) até completar 100 anos de existência (1972), sob o abalo do incêndio que devorou seu edifício sede, conhecido como "Paço do Saldanha".

Como protagonista deste estudo, o Liceu atraiu a nossa atenção. O interesse pela sua história começou no espaço físico - o palácio colonial representa a grande moldura do conteúdo nela inserido - e ampliou-se para a instituição, identificada com os personagens que a criou, a produziu, a solidificou. A paixão foi imediata. A sua história é sedutora, pois em torno dela havia, e ainda há, uma sociedade se movimentando, modificando e dialogando com o interior da instituição, onde estão os homens. Que homens eram esses? Como entenderam o Liceu? Por que dedicaram a vida para mantê-lo pulsando, não obstante ter sido atingido mortalmente pelo fogo? Como choraram o sono de duas décadas e estão sorrindo o seu despertar? Em 100 anos de história, que modificações ocorreram no seu interior e o que permaneceu da proposta inicial? Que razões estruturais e conjunturais impulsionaram a criação do Liceu, que visava atender às necessidades beneficentes e

educacionais das chamadas classes artísticas e operárias? Que função social vem desempenhando ao longo de sua existência?

Para compreendermos e respondermos a essas muitas outras perguntas, enfrentamos grandes dificuldades na identificação de fontes documentais em consequência do incêndio que destruiu seu arquivo e biblioteca. Foi preciso persistência na realização de um verdadeiro trabalho de “garimpagem” documental. Para isso, vasculhamos diversas bibliotecas e arquivos públicos e privados, sendo, portanto, possível reunir grande variedade de informações através de documentos oficiais, jornais, relatórios, estatutos e fotografias. Além de tais registros, utilizamos alguns depoimentos de ex-alunos, ex-operários e sócios do Liceu, para ampliar e enriquecer a recuperação de informações reveladoras do Liceu do passado e do presente, cobrindo o período de 1872 a 1972. Atualmente, o Liceu vive uma nova etapa da sua história. Encontra-se revitalizado e com seu edifício-sede (Paço do Saldanha) restaurado e reconstruído, pelo importante apoio da Fundação Odebrecht.

Fora o que foi coletado sobre o Liceu especificamente, identificamos outros registros que nos auxiliaram para a composição da primeira parte desta dissertação, relacionados ao processo de urbanização e organização dos trabalhadores na Bahia Imperial, através de estatutos de diversas sociedades mutuárias registradas em documentos oficiais, especialmente na série de Atos do Presidente da Província (1840-1889), do Arquivo Público do Estado da Bahia.

A análise dos dados levou-nos a dividir este trabalho em oito capítulos, distribuídos em duas partes: a primeira, procura aprofundar as razões que levaram a sociedade baiana dos finais do século passado, a apoiar a iniciativa de criar uma instituição que visava atender a interesses beneficentes, educacionais e produtivos de artistas e operários; a segunda, trata da história do Liceu, propriamente dita, onde estão abordadas as várias facetas de uma instituição beneficente, educativa, produtiva e cultural, que viveu momentos de glória, de decadência, culminando com o incêndio que destruiu o prédio e abalou o seu protagonismo na história da Bahia.

Na *primeira parte* do livro, tomamos como ponto de partida (Capítulo 1) a análise dos diversos fatores que interferiram na origem do Liceu, focalizando, inicialmente, o mundo do trabalho em Salvador na segunda metade do século passado, a fim de iluminar o seu nascimento em 1872. Cercado de motivações, o Liceu surgiu integrado às transformações que o país experimentava no processo de substituição da força de trabalho escrava pela livre, relacionado ao estímulo urbanizador, e à crise estabelecida na estrutura monárquica, que culminaram na abolição da escravatura e proclamação da República.

Novas forças sociais apontavam com o crescimento das cidades e dos ideais burgueses, como a formação de um núcleo operário. “De Artista a Operário” (Capítulo 2) resultou de

interrogação sugerida pela documentação. O operário que entrava em cena, na cidade de Salvador, era ainda mal definido. O que significava para uma sociedade não industrial incorporar a palavra “operário” ao manifestar-se através das falas e discursos oficiais, jornais e documentos diversos? Usavam-se, indistintamente, as palavras *artista* e *operário* no sentido de trabalhadores abandonados ou, como os documentos indicam, “desfavorecidos da fortuna”. Assim, procuramos compreender conceitualmente os dois termos, identificando-os no ambiente de transformações que atingiram os trabalhadores manuais. Paulatinamente, estes foram perdendo seus instrumentos de trabalho, em face da ansiada modernização. Transformaram-se em jornaleiros ou assalariados.

Em face de tais mudanças, que levaram artistas e operários a experimentarem um processo de proletarização que os arrastou ao abandono, à miséria, à fome, ao desemprego, as sociedades mutuárias, com características eminentemente beneficentes, surgiram como alternativa para aliviar as incertezas do futuro. Nelas, o associado recebia auxílio pensão, doença, funeral e uma assistemática escolarização. Preenchia os interesses imediatos de trabalhadores com dificuldades de sobrevivência. Assim, nos propusemos a identificar e compreender as diversas organizações que congregavam trabalhadores livres e escravos, originadas nas corporações de ofícios e confrarias religiosas, desenvolvidas nas sociedades mutuárias e coroadas nos sindicatos (Capítulo 3).

Por fim, abordamos a criação de um Liceu de Artes e Ofícios para artistas e operários (Capítulo 4), inserindo-o no mundo do trabalho de Salvador dos finais do século passado. Procuramos compreender o significado do Liceu, tanto para os trabalhadores, como para o Estado, detectando os interesses específicos que os levaram a investir na sua criação. Desta maneira, iremos perceber a sua fundação como um ponto de convergência dos múltiplos interesses que se inter cruzaram naquele contexto de transformações, entre o final do Império e a implantação da República.

Com o intuito de compreender as razões estruturais e conjunturais que contribuíram para a criação do Liceu, colaboramos para o estudo da formação da classe operária na Bahia. Pudemos identificá-la num período de transformações direcionadas para a integração definitiva da sociedade baiana ao modo de produção capitalista, abolindo-se os laços coloniais que ainda a prendiam.

O Liceu tem desempenhado, por todos esses anos, papéis múltiplos, capazes de atender a necessidades de ordem educacional, beneficente, cultural e produtiva reclamadas pela sociedade. Assim, a *segunda parte* está dedicada à trajetória histórica do Liceu de Artes e Ofícios, instituição que cresceu desenvolvendo diversas funções. Procuramos revelar os diversos Liceus concentrados numa única instituição, observando seus momentos de fortalecimento, decadência e soerguimento.

A 20 de outubro de 1872 foi fundada a Sociedade de Artes e Ofícios, ou melhor, o Imperial Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, como de fato ficou conhecida. A ideia era de se criar um espaço

que absorvesse artistas e operários para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das artes e ofícios entre si e seus filhos e estabelecer a prática da beneficência, desempenhando a função de sociedade mutuária.

O Liceu será analisado, primeiramente, enquanto sociedade de apoio mútuo (Capítulo 5), segundo modelo das existentes, com o objetivo de oferecer pensões, auxílio funeral, medicamentos, etc., aos associados que se encontravam impossibilitados de trabalhar, ou à família, depois do seu falecimento.

Ainda como forma de atuar junto aos associados e suas famílias, o Liceu investiu na formação profissional. Assim, fortaleceu a função de instituição que congregava educação e trabalho (Capítulo 6), desenvolvendo a sua capacidade produtiva através das oficinas, que serviam de laboratório para a prática dos aprendizes que para ali acorriam, com o desejo de terem uma profissão.

Nas duas primeiras décadas da República, o Liceu marcou presença como instituição identificada com a beneficência, com a instrução e com o trabalho. Tinha como objetivo atingir o operário em seus interesses políticos, através da escolarização. Esses três vetores estabeleciam a ponte que, potencialmente, seria capaz de inserir artistas e operários na sociedade em condições de participarem e atuarem com liberdade e cidadania. A partir dos anos de 1920, passou a desempenhar a função de instituição técnico-profissional e produtiva, visando qualificar mão de obra para ser absorvida no mercado de trabalho e desenvolver a sua produção, ampliando o leque de atividades que lhe garantisse a capacidade produtiva num ritmo de fábrica. O aluno-aprendiz e a produção para o mercado emergiam como principal interesse institucional. Seu objetivo era afirmar-se na sociedade como espaço produtivo que absorvia mão-de-obra altamente qualificada, valorizando os produtos ali fabricados. Esta se tornará, pelo menos até o incêndio, em 1968, a diretriz maior do Liceu.

Além de ter sido uma instituição que investiu para suprir as carências sociais pelas quais passavam as camadas mais humildes da população, a vocação artística e cultural do Liceu será revelada (Capítulo 7), uma vez que, desde as suas origens, privilegiou as artes e a cultura, em todas as suas manifestações, e ofereceu, aos artistas iniciantes, a oportunidade de se tornarem conhecidos, abrindo os seus espaços para desenvolverem seus talentos.

Por fim, nos defrontaremos com a tristeza de um grande incêndio (Capítulo 8), que destruiu parte de suas instalações. O respectivo sinistro feriu gravemente, não só o patrimônio artístico e cultural da Bahia - representado pelo Paço do Saldanha -, como, principalmente, a instituição. Esta já lutava com dificuldades para continuar atuando na defesa da educação e do trabalho de um

contingente de crianças pobres, que iam em busca de uma escola onde aprendiam a trabalhar, e de operários que, como força produtiva, aplicavam seus talentos para sobreviver.

O Liceu representa muito do que há de dinâmico na vida dos homens e das instituições. No seu interior, as contradições aparecem como fator de constatações inerentes à presença de opostos que se atraem, repelem, reencontram, distanciam ... A dinâmica da vida está no seu conteúdo. Se, por um lado, o Liceu representou interesses de caráter sócio-político por parte da elite que o dominou, desde a sua criação (1872), por outro, também representou aspirações ampliadas dos oprimidos, que desejavam aprender e trabalhar para garantir a sobrevivência. São os opostos que, articulados em interesses específicos, estarão dialogando no seu percurso histórico. Sócios, professores, alunos, mestres, aprendizes, operários, dirigentes, somados ao Estado, através de seus representantes legais - presidentes de província ou governadores de estado e a alta burocracia a ele atrelado - vão compor o quadro do Liceu.

Ainda na tentativa de recuperar a função de um Liceu beneficente, educacional, produtivo, artístico e cultural, nos propomos a caminhar pelas suas instalações físicas, através de reproduções fotográficas, detectando elementos de conexão entre o imóvel e o móvel. O silêncio do espaço vazio, os olhares nos retratos de benfeitores, as máquinas, tetos, pinturas, azulejos, esculturas, mobiliário, livros, meninos, homens e mulheres comporão o cenário de uma grande obra em execução. A arte de trabalhar, de criar, de produzir, de viver, de ter um ofício.

A arte está intrinsecamente relacionada à existência do Liceu. Não só a arte enquanto ato criativo, mas enquanto ato de luta. Luta por uma profissão, luta pela sobrevivência, luta pela cidadania, luta para aprender e para aprender a lutar pela vida.

PARTE I

O OPERÁRIO ENTRA EM CENA

As causas ordinárias da miséria do operário, as que o impelem a um combate contínuo, que começa na adolescência e finda na campa, são de certo as enfermidades e a carestia das subsistências comparativamente com o preço da mão de obra (DAUBY, 1872, p.83).

CAPÍTULO 1

TRABALHO LIVRE E URBANIZAÇÃO NA BAHIA OITOCENTISTA

Para a compreensão do processo que originou a organização do Liceu de Artes e Ofícios está, este capítulo enfatiza a análise do mundo do trabalho em Salvador, espaço que refletiu as transformações sócio-políticas, econômicas e culturais a partir da segunda metade do século XIX.

Enquanto a cidade aperfeiçoava-se no sentido de alcançar o progresso e a civilização, as relações sociais de produção acompanhavam o ritmo de avanço das forças produtivas, identificadas, sobretudo, na substituição da força de trabalho escrava pela livre, embutida na crescente diversificação de ocupações incorporadas à vida urbana. Inseridos neste ambiente, trabalhadores livres, libertos ou forros experimentavam dificuldades de sobrevivência. Eram antigos artífices, artistas, artesãos, trabalhadores autônomos que se viam ameaçados com as transformações e o processo acentuado de crescente empobrecimento que os convertia, paulatinamente, em operários proletarizados.

- **trabalho livre X escravidão**

Na história do trabalho no Brasil, o escravo representou, desde os primórdios da colonização, a força produtiva de ponta, incorporada, por mais de trezentos anos, à economia montada em torno do latifúndio e do açúcar. A formação social brasileira, neste sentido, se apoiou em três fatores fundamentais: a grande propriedade, o açúcar e o escravo.

Estruturada econômica, política e socialmente em função da grande lavoura, a sociedade brasileira associou, ao longo dos séculos, elementos das relações de produção escravista a elementos das relações de trabalho livre de conteúdo diversificado. O trabalho livre esteve integrado ao escravo, enquanto parte vinculada ao processo produtivo que exigia qualificação e especialização. Diversas atividades produtivas foram, progressivamente, ganhando importância dentro de uma estrutura escravista. O processo de urbanização acentuou, no âmbito das relações de trabalho, a distinção entre trabalho escravo e trabalho livre. Enquanto o primeiro era identificado pelas tarefas estigmatizadas, a exemplo de transportes de mercadorias e outros serviços pesados, o segundo era considerado mais qualificado, em se tratando, sobretudo, dos ofícios e profissões de conteúdo autônomo.

O escravo era aquele que, juridicamente, estava vinculado a um proprietário, seja de terras, minas ou qualquer outro meio de produção. Destituído de propriedade, inclusive sobre si mesmo, era a força de trabalho fundamental na monocultura em grande escala destinada ao mercado externo. A inserção da força de trabalho escrava numa fase em que a economia europeia estava organizada em torno da acumulação de capital originário do comércio, era contraditória diante da experiência que se processara no mundo ocidental, onde o trabalho escravo se extinguiu, o servil se esgotara e o trabalho livre e assalariado era progressivamente adotado.

A integração do trabalho escravo no Brasil se deu em condições específicas, cujo objetivo era produzir a custos baixos e gerar rápidos lucros comerciais. Além do escravo constituir a força de trabalho preferencial para a agricultura, era, ainda, para o comércio metropolitano e colonial, mercadoria que garantia lucro direto.

O trabalhador livre, por sua vez, acompanhou, desde o início da colonização, o processo de formação de uma sociedade que, pouco a pouco, se distribuía entre o ser escravo e ser livre. O trabalho livre esteve vinculado a ofícios de ponta para a construção das cidades. Em geral, não eram executados por indivíduos que dispunham de uma força de trabalho colocada à venda no mercado em troca de um salário, pois os assalariados ainda "não existiam enquanto categoria social capaz de preencher as necessidades de mão-de-obra requerida pela produção colonial"¹.

Distinguiam-se pela condição de não estarem atrelados a qualquer proprietário. Muitos desses trabalhadores livres eram possuidores de pequenos meios de produção, utilizados para a sua sobrevivência e a de sua família. Eram, em geral, trabalhadores diretamente ligados à atividade manual (carpinteiros, pedreiros, ferreiros e outros), ou, ainda, prestadores de serviços, não diretamente vinculados à produção, a exemplo dos barbeiros (2)².

A diferenciação de *status* social era bem definida, colocando o trabalhador livre em vantagem sobre o escravo. Somado ao fator liberdade, havia o fator profissão que distinguiu os trabalhadores entre si. Os oficiais mecânicos, por exemplo, eram distinguidos pelo tipo de ofício que realizavam e posição que ocupavam na hierarquia em que estavam inseridos (mestre, oficial ou aprendiz). Havia aqueles que desempenhavam ofícios considerados nobres (a exemplo dos ourives e marceneiros) e outros considerados secundários (sangrador, barbeiro, parteiro, chapeleiro, padeiro, sombreiro, corrieiro, ferreiro, serralheiro, alfaiate, etc).³

Nos primeiros séculos da colonização, os ofícios nobres eram exercidos por brancos (no início, portugueses) e de "*status*" social de maior relevo, como os militares graduados. O trabalho

¹ FRANCO, Maria Sylvia de C. Organização Social do Trabalho no Período Colonial in PINHEIRO, Paulo Sergio (Org). **Trabalho Escravo, Economia e Sociedade**, p. 177.

² Idem, *Ibidem*, p. 32.

³ Sobre os oficiais mecânicos, ver FLEXOR, Maria Helena Occhi. *Oficiais Mecânicos na Cidade de Salvador*, 1974.

manual, neste caso, especializado, não era considerado símbolo de desprestígio ou preconceito, aspecto que analisaremos no Capítulo seguinte. Porém, no decorrer do século XIX, observa-se a tendência ao mais absoluto desprezo do mesmo, à medida que crescia o número de escravos, negros e mulatos livres, atuando nos mais variados ofícios, tendo em vista, ainda, a importação de medidas modernizadoras, o que acentuava a distinção entre o técnico, especialmente o estrangeiro, e o artífice, que experimentava a crescente desvalorização das profissões manuais.

Dos meados do século XIX para cá, quando na alta administração do país se começa a reconhecer a necessidade dos serviços especializados e a chamar do estrangeiro profissionais competentes para a direção e estudo de obras públicas, como as das estradas de ferro, dos portos de mar, da navegação fluvial e da exploração das riquezas do subsolo, a engenharia nacional, quase toda saída da antiga Academia Militar, já não bastava para as exigências da era nova; foi mister receber o que da Europa nos enviaram as empresas contratantes de grandes obras públicas ou os seus empreiteiros⁴.

No contexto do século XIX, a contradição entre trabalho livre e escravo tornava-se mais acentuada numa sociedade mesclada pelos dois elementos. Iniciava-se o processo de liberalização da mão-de-obra, ampliando-se as condições para o estabelecimento das relações de produção baseadas no trabalho livre. As pressões capitalistas, sobretudo inglesas, se estendiam a todos os setores da sociedade brasileira, na direção da extinção do trabalho escravo e adoção definitiva do trabalho livre. Os tentáculos ingleses se espalhavam, no sentido de não deixar brechas possíveis que inviabilizassem suas investidas imperialistas.

Diante das condições externas e internas, o trabalho passou a constituir preocupação fundamental para as elites. Estas perdiam, pouco a pouco, o controle sobre o mesmo, uma vez que o escravo, progressivamente, distanciava-se de uma sociedade que avançava em direção aos ideais e liberdade, progresso e civilização, ao modo europeu.

- **liberdade e urbanização**

Na segunda metade do século XIX, algumas transformações são verificadas no plano econômico, social, político e cultural. O café, substituindo o açúcar, passou a lastrear as exportações, colocando o Brasil como principal produtor mundial, estimulando o *superávit* na balança comercial e conduzindo à acumulação de capitais em mãos de fazendeiros paulistas.

⁴ SAMPAIO, Teodoro. “A Engenharia e a sua Evolução no Século da Independência, na Bahia”. Diário Oficial do Estado da Bahia. Edição Especial do Centenário, 1923.

Os empréstimos deixavam de ser exclusivamente para cobrir *déficits*, destinando-se a aplicações internas de infra-estrutura (estradas de ferro, iluminação, saneamento) e serviços públicos. O declínio do liberalismo tarifário, iniciado em 1844, a disponibilidade de capitais pela extinção do tráfico de escravos (1850), o *superávit* na balança de comércio aceleravam a dinâmica capitalista no interior de uma estrutura ainda montada nos modelos tradicionais. Novas forças capitalistas passavam a exigir o incremento de uma economia que atendesse aos interesses imperialistas e a substituição de instituições sociais caducas por outras mais modernas. Tornava-se necessária a alteração dos processos produtivos, com melhorias técnicas e alteração nas relações de trabalho.

A partir de 1850, houve, no país, um aumento significativo de patentes industriais, colaborando para a introdução de modificações nas relações econômicas e sociais de produção. Entre 1846-1850 foram criados 15 estabelecimentos industriais e, a partir de 1885, o número aumentou, atingindo a casa dos 636 em 1889. Ao lado do desenvolvimento do sistema de crédito, experimentou-se a modernização dos transportes, através da implantação de ferrovias (iniciada em 1852), proporcionando a aproximação de populações, ampliando o mercado interno e ativando a circulação de mercadorias⁵.

A questão servil, eixo das discussões estabelecidas após 1865, monopolizava a atenção política do Império. Após a Guerra do Paraguai (1870), a abolição se tornara interesse nacional. Esta questão era lançada nas tribunas, onde parlamentares defendiam a abolição do trabalho escravo, uma vez que este era fator de prejuízos, sentidos, principalmente, na região Norte/Nordeste, em vista do seu alto custo de manutenção. O tráfico inter-regional constituiu alternativa lucrativa momentânea para o Norte/Nordeste, ao mesmo tempo em que supria a mão de obra necessária para as plantações de café estabelecidas no Sul do país. Nesta conjuntura, o Norte antecipou o 13 de Maio de 1888, abolindo o trabalho escravo através da alforria em massa ou decretando-a, como ocorreu no Ceará e Amazonas (1884)⁶.

Rareavam-se as fileiras escravistas enquanto engrossavam-se as contrárias a tal regime. A marcha de destruição de instituições monárquicas, como a escravidão, alargava-se, num processo crescente de rompimento com um passado incompatível com o progresso do país. A alforria passou a ser adotada por particulares, numa crescente substituição do trabalho servil pelo livre. A linguagem utilizada nos discursos abolicionistas direcionava-se, cada vez mais, para a extinção completa da escravidão. Após 1888, com a Abolição, houve a intensificação da imigração europeia,

⁵ . Em 1854, começa a funcionar a primeira estrada de ferro brasileira, de Mauá a Frago (futura Leopoldina Railways); em 1855, inicia-se a construção da estrada de ferro D. Pedro II (futura Central do Brasil); o telégrafo aparece em 1852, são fundadas 20 companhias de navegação a vapor, etc. Entre 1850 e 1860 foram inauguradas no Brasil 70 fábricas que produziam chapéus, sabão, tecidos de algodão e cerveja, cujos produtos eram até então importados; foram fundados 14 bancos, três caixas econômicas, 23 companhias de seguro, etc. HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil, 1982 (Teses 6), p. 44.

⁶ PRADO Jr., Caio. Evolução Política do Brasil: Colônia e Império, p. 98.

que pretendia suprir a necessidade de força de trabalho destinada às novas áreas produtivas, contribuindo ao, mesmo tempo, para o desenvolvimento urbano.

Os núcleos urbanos ganharam mais prestígio, constituindo-se em centros de vida social e política, depositários da riqueza monetária, do conhecimento e das técnicas. Como pólos dinâmicos do crescimento capitalista interno, as cidades passavam a reorganizar o sistema de trabalho, fazendo surgir novas categorias econômicas de relativa importância e a exercer grande atração sobre contingentes populacionais de rendas variadas.

Representando o elo de ligação entre uma estrutura arcaica, que dominava o conjunto social, e outra moderna, que se fazia gestar no seio das transformações em curso, o urbano passava a se contrapor com maior nitidez ao rural, à medida que se buscava alcançar o "progresso" e a "modernidade". O princípio adotado em meio ao desequilíbrio interno, era o de copiar os países mais desenvolvidos de então (Inglaterra, França, Alemanha), enquanto modelos perfeitos de civilização.

No conceito de *civilização* estava implícita a ideia do progresso material, intelectual e moral, inspirando-se num ideal de vida humana em sociedade. O conceito compreendia, principalmente na França e Inglaterra, todas as manifestações das classes superiores o que incluía as conquistas tecnológicas do Ocidente. Esta noção estava inserida no expansionismo imperialista, enquanto missão civilizatória do homem branco, considerando tal sentimento específico do Ocidente⁷.

Reformas institucionais, econômicas, sociais e culturais foram estimuladas com o incentivo da administração central desde princípios do século XIX. Representaram avanços, na medida em que a produção interna era viabilizada pela liberdade de estabelecer-se fábricas e manufaturas, melhorando a produção agrícola e artística em seu conjunto. Foram dadas as condições para a instalação de canais de expressão cultural e formação escolar, incentivando-se medidas de amplo alcance para a sociedade⁸.

⁷ . BIROU, A. Dicionário das Ciências Sociais, 1978, p. 66 e VELHO, Gilberto e CASTRO, E. B. Viveiros de. "O Conceito de Cultura e o Estudo de Sociedades Complexas: Uma Perspectiva Antropológica" in ARTEFATO, Ano I, nº I, R.J., Janeiro/1978

⁸ Foi fundada a Imprensa Régia (1808), criada a Biblioteca Pública (1810), o Jardim Botânico (1810), o Museu Nacional (1818). A educação foi construída em torno de cursos pela própria necessidade de se preparar pessoal mais diversificado. São criadas instituições destinadas a educar artífices e aprendizes, como o Colégio das Fábricas (1809), a Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército (1810), a Escola de Serralheiros, Oficiais de Lima e Espingardeiros na Capitania de Minas Gerais (1812), Seminário dos Órfãos da Bahia (1819). Foram criados os cursos de cirurgia (1808), economia (1808), agricultura (1812), química (1817), desenho técnico (1818), na Bahia, e, no Rio de Janeiro, os cursos de anatomia e cirurgia (1808), laboratório de química (1812) e agricultura (1814). Estes cursos tinham por objetivo formar mão-de-obra especializada em economia, agricultura e indústria.

- **a cidade se transforma**

O caráter da produção artesanal urbana vai, pouco a pouco, adquirindo cunho manufatureiro, reforçando a capacidade produtiva da cidade. A dinâmica urbana era sentida na divisão técnica e social do trabalho, na medida em que se promoviam investimentos em setores importantes para o funcionamento de uma cidade, como na construção civil, nas estradas de ferro, nos bancos, na construção naval, nos serviços do terciário em geral. O aparato político-administrativo do Segundo Reinado proporcionou o aparecimento de uma burocracia numerosa, gerando um adensamento populacional crescente. Com a criação de instituições que garantiam prestígio social, foi estimulado o consumo de artigos de luxo e o desenvolvimento das artes.

Apesar de experimentar um surto industrial na segunda metade do século XIX, a economia brasileira continuava organizada em função da produção de gêneros agrícolas para o mercado externo. A Bahia, naquele contexto, foi marcada por uma fase de profunda depressão econômica de um lado e, de outro, por mudanças significativas para a economia interna. A crise do açúcar gerou um processo de falência para a economia baiana, marcando uma etapa de ruptura com um passado grandioso. Na medida em que a crise açucareira se agravava, estabelecia-se uma agricultura diversificada, com o desenvolvimento de atividades pecuárias, ao lado da instalação de manufaturas, principalmente do ramo têxtil, e de pequenas fábricas de produção de bens de consumo em geral, que, pouco a pouco, iam constituindo a face interna de um mercado capaz de dinamizar uma economia em franca estagnação⁹.

Salvador, capital da Província da Bahia, participava da dinâmica própria das cidades representativas de meados do século XIX. Como cidade comercial, as suas funções de entreposto eram reafirmadas, uma vez integrada ao mercado internacional, nacional e regional, cumprindo seu papel de cidade portuária e movimentada. Como centro receptor e distribuidor de mercadorias, dependia, de um lado, do mercado externo e, de outro, da produção agrícola - base sobre a qual se apoiava toda a economia brasileira. Exportando açúcar, fumo, café, cacau e algodão, e importando

⁹ Técnicas agrícolas e industriais não renovadas, a crescente falta de braços para a lavoura, somadas à concorrência de outros produtores de açúcar (Antilhas e açúcar de beterraba da Inglaterra), gerou a decadência total da economia açucareira baiana, cuja crise encontra seu ponto mais agudo em 1873. Sobre a economia baiana no século XIX, ver ARAUJO, Ubiratan Castro e SÁ BARRETO, Vanda Sampaio. "A Bahia Econômica e Social" in *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional (1850-1889)*, 1978; AZEVEDO, Thales Olímpio Góis. "A Economia Baiana em torno de 1850" e ALMEIDA, Rômulo Barreto de. "Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio" in *PLANEJAMENTO*, v. 1, n. 1, 1973; TAVARES, Luis Henrique Dias. "A Economia da Província da Bahia na Segunda Metade do Século XIX" in *UNIVERSITAS*, (29): 15-30, jan./abr. 1982; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. *Industrialização e Incentivos Fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica*. (Dissertação de Mestrado em Economia da UFBA., 1975; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A Cidade do Salvador e seu Mercado no século XIX*, 1978.

maquinário, artigos de luxo, bens de consumo em geral, a cidade se articulava em dois espaços distintos, porém complementares: o espaço rural e o mundo europeu.

Inserida no contexto de avanço das forças capitalistas, Salvador respondia de forma bastante ampliada às modificações que ocorriam no mundo e no Brasil. A cidade abriu-se para a incorporação de elementos modernizadores, a fim de manter-se na posição de destaque, não obstante ser prejudicada pelo avanço das forças sócio-econômicas e políticas do Sul do país, em função do café. As contradições vividas pela sociedade acentuavam-se, desde quando mantinham-se padrões tradicionais nas relações sócio-econômicas e políticas, entre o desejo de progresso e civilização.

De modo geral, a Bahia experimentou uma progressiva marcha em direção à decadência. Salvador, porém, como capital comercial da região Norte/Nordeste, manifestou a movimentação comum a um centro avançado da época. Os investimentos nos diversos setores (infra-estrutura, serviços, comércio, bancos, escolas, biblioteca, teatro, manufaturas, etc.), cresciam, ainda que lentamente. Houve uma verdadeira revolução demográfica - em 1872, a cidade concentrava 35,7% da população da Província. Considerando o ano de 1850, a população urbana estimada era de 56.000 e, em 1872, de 108.137. Era a segunda cidade em população do Brasil¹⁰.

A tendência da cidade, desde os anos 40 do século XIX, era de avançar no sentido de intensificar uma política urbanística, defendendo uma postura saneadora, tanto física como moral, para uma população que crescia e convergia para o perímetro urbano. São inúmeros os atos provinciais a respeito da urgência de construir-se mais chafarizes, pavimentar-se ruas, ladeiras e becos, melhorar praças, etc. É o período em que se instala a Administração das Obras Públicas, aprovam-se posturas sobre calçamento de passeios e condutores de águas pluviais, criando-se comissões para conseguir melhoramentos, principalmente da Cidade Baixa¹¹. Sucessivamente, vão-se repetindo deliberações oficiais, no sentido de urbanizar-se a cidade, com o propósito de torná-la semelhante às cidades desenvolvidas e apta a garantir, economicamente, acesso e afluência de um comércio cada vez mais próspero.

Desde o governo do Conde dos Arcos (1810-1818), a Cidade Baixa foi alvo de sucessivas reformas, no sentido de beneficiar o mais importante porto do Brasil e ampliar o bairro comercial. Aterros ao mar foram realizados, a fim de aumentar o espaço para a instalação de novos armazéns, companhias, escritórios, etc. A Cidade Baixa cresceu em 100% de área, o que favoreceu a instalação de um adequado cais de atracação.

¹⁰ MATTOSO, Kátia, Bahia: Século XIX..., p. 87 e NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Dez Freguesias da Cidade do Salvador, p. 65.

¹¹ ATOS do Presidente da Província. Anos de 1840/1850/1860.

Entre 1853 e 1855, várias foram as decisões proibindo inumações de cadáveres nas igrejas da cidade, como medida de proteção à saúde pública. A epidemia do cólera já se espalhara e ações saneadoras iam-se prolongando, no sentido de canalizar-se as águas, calçar-se ruas, instituir-se postos sanitários, coadjuvar-se as casas de caridade, reparar-se igrejas, etc. Proibiu-se ainda a vendagem de alguns gêneros, como carne verde, peixe fresco, aves, farinha e mais cereais, frutas e verduras fora da praça do Mercado dos Mares.

O processo urbanizador acelerava-se, na medida em que investimentos eram dirigidos para áreas de transporte, saneamento e comunicação. A iluminação a gás foi inaugurada (1862); o telégrafo foi instalado (1871); o Elevador Lacerda, ligando a Cidade Baixa à Cidade Alta, foi inaugurado (1873); ampliou-se o sistema de crédito; cresceu o número de bairros no ritmo do aumento populacional¹².

A instalação da primeira linha ferroviária entre Alagoinhas e Salvador (1863) facilitou o escoamento da produção de cana, fumo, cereais e pecuária do Sertão a Salvador, dinamizando o transporte e, conseqüentemente, o comércio interno. Em 1877, a ferrovia foi ampliada em 48 quilômetros e, a partir de então, esta expansão foi realizada em várias direções, dentro da Província¹³.

O sistema de transportes no perímetro urbano começou a expandir-se a partir de 1845 com a criação de uma linha de gôndolas (espécie de ônibus de tração animal). Desde 1866 já haviam sido assentados trilhos entre a zona comercial (Cidade Baixa) e a península de Itapagipe. Através de veículos ferroviários de tração animal, a cidade era servida com a extensão de outras linhas, que se prolongaram até a Ribeira. Os trilhos que ligavam o Bonfim à Ribeira passaram (1871) a ser percorridos por uma pequena locomotiva a vapor, dando início a um novo sistema de transporte, os

¹²Surgiram em Salvador diversos estabelecimentos de crédito desde os anos de 1830, como a Caixa Econômica da Cidade da Bahia (1834), depois transformada no Banco Econômico da Bahia (1893); o Banco Comercial da Província da Bahia (1845); Banco Hipotecário da Bahia (1848); Sociedade Comércio da Bahia (1848); Caixa Reserva Mercantil (1853); Caixa da Economia (1854); Caixa Hipotecária (1854), entre outros. Dentre os bancos estrangeiros, destacava-se o "The New London and Brazilian Bank Limited". Entre fins do século XIX e princípios do XX, a configuração de bairros em Salvador apresentou-se bastante ampliada em relação ao início do século XIX. Aos bairros tradicionais, que iam da Sé ao Santo Antônio Além do Carmo (lado norte), até o Campo Grande (lado sul), os quais cresciam em ritmo acelerado em desenvolvimento populacional e número de imóveis, foram se somando outros, como do Desterro, Saúde, Palma, Lapa, Sodré, Brotas, Cabula, Barris, Graça, Barra, Vitória, Canela, Ondina, Rio Vermelho, Amaralina, Pituba, Liberdade e parte de Nazaré e Tororó, estes da Cidade Alta, e outros da Cidade Baixa aparecem no período, como Itapagipe, Penha e Mares. OLIVEIRA, Waldir Freitas. História de um Banco, p.23 e GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. A Realidade e o Futuro do Pelourinho. Relatório Final (datil.).

¹³ A construção da primeira estrada de ferro na Bahia foi iniciada em 1858 e concluída em 1863, alcançando Alagoinhas, após 123 quilômetros de trilhos. Esta foi explorada pela firma inglesa "The Bahia and S. Francisco Railway Company". Seguiram-se outras linhas, a exemplo da "Central da Bahia", o prolongamento Alagoinhas-Juazeiro; Bahia-Minas Gerais; Feira de Santana, Ilhéus, Conquista, etc. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, A Realidade e o Futuro do Pelourinho, p.151.

bondes. A "Companhia de Carris Elétricos" passou a monopolizar este serviço, instalando, em 1894, uma linha de transportes coletivos, entre o Comércio e Itapagipe, por meio de tração elétrica¹⁴.

- **urbanização e mercado de trabalho**

Enquanto a cidade crescia, as atividades de tipo industrial se desenvolviam e evoluíam numericamente em função do aumento da população e de suas necessidades. Porém, esta evolução não acompanhou o acelerado processo de crescimento demográfico da segunda metade do século passado. Assim, tornava-se restrita a oportunidade de emprego para a massa trabalhadora, a qual recorria a outras atividades ligadas à construção civil e naval e ao setor terciário¹⁵.

Nos anos 40 surgiram na Bahia fábricas modernas que, até 1860, formaram o núcleo fabril relativamente mais forte do país. Em 1882, estavam localizadas doze fábricas de tecidos, no universo de 45 espalhadas pelo Brasil. Houve um processo de avanço para o Rio de Janeiro, ficando a Bahia na retaguarda¹⁶.

Ao lado de medidas de incentivo à urbanização e produção interna, outras eram adotadas no sentido de regular-se o trabalho. Os serviços públicos e urbanos eram integrados ao progresso pleiteado pelo capitalismo inglês e pelas necessidades advindas do próprio crescimento populacional. As atividades profissionais diversificavam-se e ampliavam-se, na proporção em que novas exigências na qualidade de vida iam sendo criadas, aumentando-se a necessidade de mão-de-obra para atuar. Em consequência, houve uma crescente movimentação em torno do mercado de trabalho, capaz de absorver maior número de trabalhadores que, por sua vez, passaram a competir entre si.

O trabalhador livre no século XIX foi adquirindo, progressivamente, contornos mais complexos, enquanto classe trabalhadora que vivenciou transformações verificadas a partir de 1808, com a presença da Corte Portuguesa no Brasil. Foram instaladas as premissas que contribuíram para o processo de liberação política e social, que culminou com a Independência (1822) e com a extinção definitiva do tráfico de escravos (1850), acelerando o ritmo dos passos subsequentes que desembocaram na abolição do trabalho escravo (1888) e na Proclamação da República (1889).

¹⁴ Através da Lei Provincial nº 223 de 3 de maio de 1845, foi confiada a organização deste tipo de serviço de transporte coletivo a Francisco Antonio Filgueira. Foi estabelecida uma linha que servia do Largo do Teatro (atual Praça Castro Alves) até o Largo da Vitória. Em 1867, este serviço passou a ser explorado pela Sociedade Veículos Econômicos, a qual era encarregada pela linha férrea urbana. No ano de 1871 é inaugurada a linha férrea "Trilhos Centrais" que percorria a rua da Vala (atual Baixa dos Sapateiros) sobre o aterro do rio das Tripas, ligando a Barroquinha ao alagadiço das Sete Portas, seguindo para a Soledade, Fonte Nova, até alcançar a Estrada Dois de Julho (Atual Avenida Vasco da Gama). GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. A Realidade..., doc. cit. pp. 151/169/170/171.

¹⁵ MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia: A Cidade do Salvador e seu Mercado no século XIX., p. 281

¹⁶ Das 45 fábricas de tecidos existentes em 1882, doze localizavam-se na Bahia, onze no Rio de Janeiro, nove em São Paulo e oito em Minas Gerais. Foot Hardman... Op. Cit., p. 34.

Por ser essencialmente comercial, Salvador possuía, no conjunto de transformações trazidas pelo liberalismo, condições objetivas que determinavam uma estrutura social com características urbanas. As forças sociais se inter cruzavam numa dinâmica própria, guardando relações de cunho conservador-aristocrático e progressista-liberal. Elementos oriundos da sua formação social (a exemplo das principais classes antagônicas, senhores e escravos) participavam ativamente do processo de mudanças, coexistindo com forças sociais emergentes (a exemplo da burguesia financeira e industrial, das camadas médias e do operariado).

A composição social de Salvador, por volta de 1800, podia ser distinguida em quatro grupos: primeiro, representado pela "elite", composta de altos funcionários da administração real, militares de altas patentes, alto clero secular e regular, grandes mercadores, grandes proprietários rurais; segundo, identificado com as camadas médias, diferenciadas por níveis salariais inferiores (funcionários) ou por níveis de renda (comerciantes e lavradores), composto de proprietários, profissionais liberais e alguns mestres de ofícios nobres; terceiro, composto de funcionários subalternos da administração real, militares, profissionais liberais secundários, oficiais mecânicos e pequenos comerciantes ambulantes, pescadores, marinheiros do Recôncavo, condutores de gêneros alimentícios e fornecedores de pescado à população; e quarto, composto de escravos, mendigos e vagabundos¹⁷.

À medida que a urbanização ganhava impulso e as profissões se diversificavam, houve um processo de definição na organização social do trabalho. Os grupos sociais iam, pouco a pouco, assumindo posições mais definidas numa progressiva complexificação na divisão técnica e social do trabalho.

Dinamizando o circuito urbano, tanto em nível das relações de produção como das relações sociais, identificamos, integradas na composição social de Salvador, as classes populares, representadas pelos trabalhadores livres, em sua maioria, como importantes colaboradores do processo urbanizador. As *classes populares*, inseridas no terceiro grupo anteriormente referido, assim denominadas em vários documentos de época, formadas pelas camadas mais pobres da população, na condição de trabalhadores livres ou até libertos, estavam distribuídas em atividades diversificadas.

Entre eles estavam os *trabalhadores manuais*, integrantes de profissões liberais secundárias (sangradores, barbeiros, pilotos de barcos, músicos, práticos de medicina), artesãos menos qualificados, ambulantes, pescadores, marinheiros do Recôncavo, operários (de fábricas, da construção civil, da estrada de ferro, etc.) e pequenos lavradores presentes no perímetro urbano, os libertos. Constituíam um contingente de trabalhadores que exerciam um determinado ofício,

¹⁷ MATTOSO, Bahia: A Cidade de Salvador, pp. 160-164.

utilizando sua própria força de trabalho, na maioria das vezes, ou mesmo empregando a força escrava alugada para complementar a realização de algumas tarefas. Viviam das rendas auferidas do seu trabalho, de origem assalariada ou não.

A conjuntura que então se apresentava permitiu um avanço das forças produtivas, no sentido de se integrarem a um mercado de trabalho competitivo e oscilante. Não obstante a ampliação de novas ocupações, o que deveria aumentar as oportunidades de trabalho, verificava-se um estreitamento na absorção de trabalhadores nas diversas atividades, considerando-se a inaptidão e o aumento da concorrência. A contradição neste mercado de trabalho passava a ser sentida pelas duas forças produtivas que concorriam entre si: o trabalhador livre e o escravo.

As atividades exercidas pelos escravos baseavam-se, fundamentalmente, nas atividades do terciário, que englobavam, de maneira geral, os serviços mais pesados e extenuantes. Estes eram considerados, para os livres, degradantes, pois significavam algo que os inferiorizavam e aproximavam da condição de escravo.

O preconceito em relação aos serviços domésticos e de transporte de mercadorias e de pessoas cresceu a ponto de atribuir-se-lhes o total desprezo, estendido às profissões manuais. Os ofícios mecânicos, em geral, adquiriam o conceito de ocupação socialmente desmerecedora, tendo em vista a crescente participação escrava em atividades antes destinadas aos brancos e livres.

Como desdobramento das condições oferecidas desde o século XVIII, o escravo, gradativamente, passou a participar de várias atividades de caráter urbano. A crescente concorrência vai estimular, entre alguns setores que defendiam a substituição da mão-de-obra escrava pela livre, discussões em torno da definição de espaços para a atuação de escravos e trabalhadores livres.

Os escravos de ganho alastravam-se pela cidade ao longo do século XIX, na medida em que se tornava menos rentável possuir escravo. Constituíam um meio eficaz para a aquisição de rendas, que muitas vezes sustentavam o seu proprietário. Os escravos urbanos passaram a se distinguir entre domésticos e de ganho, sendo que, para os últimos, as esperanças de libertar-se dos grilhões da escravidão eram maiores. Através do trabalho, adquiriam alguma renda que, acumulada, permitia-lhes a compra da liberdade¹⁸.

A mão-de-obra livre que participava desse mercado de trabalho era constituída de brancos, pretos e mulatos. Apesar de estarem repartindo as mesmas condições de classe, os brancos podiam usufruir de melhores oportunidades, não só pela cor da pele, mas também porque possuíam melhor preparo. Por isso, ingressavam, em sua maioria, no serviço público ou privado, desempenhando as funções de funcionários ou empregados, respectivamente. Em geral, eram pedreiros, carpinteiros,

¹⁸ Ver MATTOSO, Bahia: A Cidade de Salvador, e Bahia: Século XIX, 1992.

carteiros, pintores, serralheiros, etc. Os pretos e os mulatos exerciam baixas profissões, como estivadores, saveiristas, marinheiros, oficiais nas obras públicas. Havia rejeição em exercer ofícios estigmatizados, que os nivelassem à população escrava. À medida que a população livre crescia na cidade, certas atividades iam-se tornando impeditivas aos escravos, tais como assumir quaisquer funções públicas, mesmo as mais humildes, e exercer alguns ofícios, tais como de saveiristas, catraieiros e carregadores do porto (atuais estivadores). Em geral, os trabalhadores livres possuíam maiores possibilidades em usufruir empregos estáveis e exercer profissões mais lucrativas¹⁹.

Para o africano livre, liberto ou escravo, regulamentos se multiplicavam no sentido de controlar a atuação dos mesmos na condição de mestre oficial ou aprendiz que exercesse qualquer ofício mecânico e de carregador de cadeira. Acirrava-se a cobrança de impostos sobre tais serviços, que poderia culminar em prisão, no caso de não pagamento.

A competição no mercado de trabalho em Salvador tornava-se gradativamente mais acirrada, visto que "escravos de todas as categorias, simples 'ganhadores' ou alugados, competiam com a mão-de-obra livre e entre si". No comércio ambulante era encontrado um grau mais elevado de competição, uma vez que trabalhadores livres e escravos se viam movidos por objetivos específicos: para os primeiros, era preferível viver de pequenos expedientes do comércio ambulante "quando não conseguiam obter uma sinecura ou um bom ganho no exercício de um ofício (...), livrando-se das pesadas imposições de horário e de carga de trabalho dos empregos oferecidos na construção", por exemplo; para os segundos, "movidos pelo desejo de comprar a própria liberdade, não recusavam nenhum trabalho, por duro que fosse, que lhes permitisse amealhar algum dinheiro, tornando mais próxima a realização do sonho". Além da motivação objetiva que levava ambos os grupos de trabalhadores a competir entre si, havia a proteção dos senhores em colocar ou impor a sua mão-de-obra no mercado de trabalho, levando-a a suplantar, muitas vezes, a mão-de-obra livre²⁰.

Devido à possibilidade dos escravos adquirirem sua liberdade, seja pela alforria espontânea ou pela compra, muitos ex-escravos passavam a fazer parte das fileiras das classes populares, integrando-se, pouco a pouco, à posição de homens livres, capazes de se sustentar pelo trabalho e aptos a gerir seus próprios destinos. Assimilando um estilo de vida popular, começaram a se confundir com a massa, até alcançarem a plenitude da liberdade, com o desaparecimento de

¹⁹ MATTOSO, Bahia: século XIX, pp. 537-540.

²⁰ cor (67,57%); a população livre representava 68,92%, enquanto a escrava 27,46%; em 1872, o censo verificou que 88,4% da população era de livres, enquanto 11,6% era de escravos, distribuída em 30,9% de brancos e 69,1% de cor. Foi detectado um crescimento da população livre em Salvador de quase 20%, enquanto a população escrava decrescia em 15,8%. ANDRADE, Maria José de Souza. A mão-de-obra escrava em Salvador (1811-1860), pp. 29/30.

estigmas trazidos pela condição de libertos. Havia, porém, os que se integravam, por outro lado, à massa de indigentes que vivia a perambular pela cidade, sem pouso certo.

- **controle e disciplina**

A cidade crescia em população e acentuavam-se as contradições entre ser livre e ser escravo. O trabalho livre ia monopolizando os setores de serviços, comércio e produção, enquanto que o trabalho escravo diminuía. A formação da mão-de-obra livre em Salvador no século passado acompanhou o processo de desorganização interna das relações escravistas de produção. A cidade já comportava, em meados do século, um contingente de população livre integrada à produção urbana, que representava a força de trabalho preferencial, substituta do trabalho escravo, ainda juridicamente constituído²¹.

A preocupação em torno da organização e do controle da cidade, na qual estava embutido o trabalhador em geral, é percebida em várias atitudes legais por parte do Governo. O trabalho passou a ser regulado pelo Governo Provincial. Escravos, livres, libertos ou forros que exerciam atividades comerciais ou serviços outros eram alvo de controle fiscal, que procurava ordenar a participação de ambos os grupos de trabalhadores no mercado de trabalho. Demonstrava-se, ainda, que tensões estavam presentes, e a ordem deveria ser mantida a todo custo.

A partir de 1847, observamos sucessivas publicações de atos provinciais, aprovando posturas da Câmara da Capital, no sentido de regular a cobrança de impostos relativos aos africanos livres ou libertos que mercadejavam, carregavam cadeiras e remavam saveiros. Embutidos nos objetivos fiscais, estavam os objetivos controladores da participação de trabalhadores nas áreas de produção e serviços urbanos, desde quando eram obrigados a alistar-se e receber uma licença impressa com todos os dados pessoais (nome, morada, gênero de mercancia, número de matrícula, etc.). Em 1857, por exemplo, tornou-se obrigatório para os ganhadores (escravos ou livres) a tirarem licença para mercadejarem. Deveriam apresentar uma chapa de metal em local visível, com todos os dados pessoais, a fim de comprovarem a inscrição nos livros de licença. Aqueles que burlassem tal medida, sofreriam penas que variavam do pagamento de multas à prisão²².

²¹ Conforme censo de 1855, a população da cidade estava distribuída entre brancos (32,43%) e de cor (67,57%); a população livre representava 68,92%, enquanto a escrava 27,46%; em 1872, o censo verificou que 88,4% da população era de livres, enquanto 11,6% era de escravos, distribuída em 30,9% de brancos e 69,1% de cor. Foi detectado um crescimento da população livre em Salvador de quase 20%, enquanto a população escrava decrescia em 15,8%. ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador (1811-1860)*, pp. 29/30.

²² ATOS do Presidente da Província. 30/agosto/1847 e 1857

Em consequência deste ato, como "parte de uma longa campanha de controle do trabalhador africano em Salvador", desenvolveu-se uma greve dos ganhadores africanos libertos e escravos que durou cerca de uma semana²³.

Os saveiristas constituíram outra categoria de trabalhadores atingida por regulamentações que visavam a distribuição de pontos de atuação entre escravos, africanos libertos e homens livres, que trabalhavam no embarque e desembarque de pessoas e gêneros. A intenção era de proibir a concorrência entre os mesmos. Assim, o Presidente da Província (1850) nomeou uma comissão para estabelecer os locais em que fosse possível "o serviço dos saveiros por pessoas livres, tendo em vista a informação da Capitania do Porto, e devendo a mesma comissão regularizar o dito serviço com um regulamento especial..."²⁴. Segundo Luis Anselmo da Fonseca²⁵, esta decisão foi a primeira ocorrida na Província da Bahia "relativamente à substituição do trabalho servil pelo livre".

Em 1854, o Presidente da Província aprovava uma postura da Câmara Municipal de Salvador, proibindo indivíduos livres ou escravos, de qualquer sexo, a andarem pelas ruas e praças da cidade, "seja carregando quaisquer volumes, seja em qualquer serviço, ou para qualquer fim, sem estar vestido; o do sexo masculino, pelo menos de camisa e calça, e do sexo feminino, pelo menos de camisa e saia, ou vestida como lhe convier", sob pena de pagar quatro mil réis de multa, dois dias de prisão, dobrando-se as penas nas reincidências²⁶.

Em 1856 foi criada a Guarda de Polícia Urbana, com 100 praças, podendo ser aumentada, conforme a necessidade. Deveria ser composta de "indivíduos entre 18 e 40 anos, robustos, sãos, de reconhecida moralidade", dando-se preferência àqueles que soubessem ler e escrever, ter aptidão e bons costumes, etc.²⁷.

Proibições vão se anunciando no sentido de reprimir-se a ação dos trabalhadores e controlar-se a cidade. Proibição de afixar-se cartazes pelas esquinas, de utilizar-se machadinha para os cortes de carne, de jogar-se o entrudo (antigos folguedos carnavalescos), de reunir-se em quitandas, etc. O entrudo, por exemplo, foi proibido de ser jogado por quaisquer pessoas, sob pena de pagarem multas ou serem presas. O castigo corporal era uma pena específica aos infratores escravos²⁸.

Numa Instrução de 1864, sobre patrulhamento e rondas que a Polícia da cidade deveria fazer, constava que os guardas deveriam percorrer todas as ruas, becos, travessas, a fim de observar qualquer movimento que chamasse a atenção, fazendo pequenas paradas nas esquinas das ruas, nas proximidades dos chafarizes, fontes, quitandas, praças e outros lugares onde se acumulassem

²³ REIS, João José. "A Greve Negra de 1857 na Bahia" in Revista USP. Junho/Julho/Agosto-93. nº 18, p. 21.

²⁴ . ATOS do Presidente da Província. 15/outubro/1850.

²⁵ FONSECA, Luis Anselmo da. A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo, p. 195.

²⁶ ATOS do Presidente da Província, 16/outubro/1854.

²⁷ Idem, ano de 1857.

²⁸ Idem, 15/janeiro/1857

pessoas. Prisões poderiam ser feitas, desde quando pessoas fossem encontradas com gazuas ou outros instrumentos para roubar, ou com armas proibidas, como as de fogo, cortantes ou perfurantes. Depois das dez horas de noite, escravos nas ruas, fugidos ou sem bilhetes de seus senhores, deveriam ser presos. Ainda deveriam os guardas ordenar os donos ou caixeiros de tabernas, botequins e outras casas onde se vendessem bebidas alcoólicas a fecharem suas portas às nove horas da noite, autuando nas infrações; fazer dispersar ajuntamentos de escravos nas tabernas e quaisquer casas de negócio, dando parte dos donos e caixeiros das mesmas que os consentissem, depois da advertência; recolher ao quartel de polícia os menores que andassem vagando pelas ruas por não terem quem deles tomasse conta, a fim de se lhes dar o competente destino, entre outras atribuições²⁹.

Durante a década de 1860, Salvador absorveu uma população indigente, vítima de seca prolongada que atingiu toda a Província. A falta de chuvas já acontecia há três anos. A crise daqueles anos, culminada em 1860, atingiu a Bahia, considerada então em estado de calamidade pública. O Presidente da Província passou a apelar para a "caridade cristã" daqueles que podiam ajudar as vítimas da seca. É importante assinalarmos que a emigração do campo para a cidade se deu em massa, aumentando o problema da indigência no centro urbano. Organizada em caravanas "ao muito de cem pessoas", a emigração do sertão se fez em direção à Capital e ao litoral. Ao Governo ou à Comissão Central, criada para socorrer esta população, eram entregues os emigrados, para resolver sobre o destino e a sorte dos mesmos. Deveriam ser empregados, recebendo um salário razoável, nas obras de segurança da encosta da ladeira da Montanha, na limpeza da cidade, nas estradas que se iam construindo no Município de Santo Amaro e nas estradas de ferro³⁰.

A quantidade de caravanas que chegou à cidade sugere que houve um aumento da população indigente, cujo destino ficou a mercê das decisões do Governo. Provavelmente, muitos tentaram arranjar trabalho, aumentando o índice de concorrência com os trabalhadores urbanos.

Este foi um período em que houve um número crescente de disposições, regulamentos, resoluções por parte do Governo, procurando auxiliar as casas de caridade com subvenções, promover melhoramentos em edifícios que abrigavam desvalidos e construção de outros, higienizar a cidade, vistoriar as prisões, a fim de realizar-se ajustes necessários para absorver um contingente de presos que crescia diariamente, como a ampliação da Casa de Prisão com Trabalho, por exemplo. Diversas correspondências da Secretaria da Polícia da Província, entre os anos de 1870 e 1878,

²⁹ Idem, 20/janeiro/1864

³⁰ Os municípios e vilas mais atingidos se concentraram no Recôncavo (Cachoeira, Nazaré, Santo Amaro, Valença, Vila de São Francisco), Feira de Santana, Vila Nova da Rainha, Vila Velha de Jacobina, Monte Santo, Vitória, Santa Isabel, Lençóis, Minas do Rio de Contas, Barra do Rio de Contas e Macaúbas. ATOS do Presidente da Província, 29/outubro/1860; 12/novembro/1860; 3/janeiro/1861.

registram inúmeros crimes de desordem, embriaguez, ferimentos, roubos, agressões cometidas por homens e mulheres, escravos, libertos ou livres, que culminaram em prisões.

- **avanço das forças produtivas**

A indigência era evidente. A população, dia a dia, estava submetida a uma vida de desprezo e abandono, pobreza e miséria. Os trabalhadores livres ou libertos, sobretudo aqueles vinculados aos ofícios manuais e à prestação de serviços, experimentavam dificuldades de sobrevivência em um mercado de trabalho oscilante. Artistas, artífices, artesãos ou operários, anteriormente organizados e protegidos por confrarias e corporações, passaram a utilizar, nos anos de 1830, outros mecanismos de defesa da profissão e do mercado de trabalho, através das sociedades mutuárias (sociedades de socorros mútuos). Surgiram na cena urbana enquanto espaços de proteção daqueles que se viam arruinados e sem perspectiva de futuro. Eram beneficentes, auxiliando seus sócios com pensões, remédios, funerais, educação, etc.

Tudo nos leva a crer que tais sociedades se encontravam, em meados do século, em processo crescente de organização. Unidos em torno de interesses comuns, os trabalhadores experimentavam um certo grau de autonomia que poderia haver incomodado as elites. Em resposta ao avanço das forças produtivas, concentradas nas cidades, o Governo Imperial decretou medidas regulamentadoras de tais sociedades (1860), desde a criação até o funcionamento das mesmas. O controle imposto pelo Governo tornava-se explícito, desde quando ao mesmo cabia a nomeação dos dirigentes e aplicação dos dinheiros de cada uma³¹.

A história do trabalho na cidade de Salvador, durante a segunda metade do século XIX, refletiu as contradições presentes em um modelo colonial decadente, em vias de alcançar a plenitude do capitalismo. Escravos transformavam-se em assalariados; trabalhadores lutavam para sobreviver; a burguesia ampliava seu poder; a aristocracia rural perdia prestígio. A dinâmica própria dos momentos de transição estimulava a ascensão de determinados grupos sociais, enquanto outros perdiam espaço ou permaneciam na condição de oprimidos.

O palco das lutas, iniciativas, querelas, foi-se ampliando, tornando mais complexas as relações entre seus atores. Movimentada e barulhenta, a cidade de Salvador mantinha sua posição de cidade politicamente conservadora e comercial, onde as trocas, não só de mercadorias, mas também de ideias, se faziam de acordo com seu próprio ritmo - a música das falas oficiais, dos discursos de letrados, dos debates políticos, dos desejos do povo, se identificava em uma só: progresso, civilização e urbanização.

³¹ Idem, 24/novembro/1869.

Trabalhadores urbanos multiplicavam-se, tornando-se, gradativamente, personagens ligados a uma nova concepção de trabalho. Peça fundamental para a promoção do país nas fileiras da civilização e do progresso material, o trabalhador foi incorporado nos discursos de cunho liberal, justificando-se o seu valor e incentivando-se a sua qualificação. Nesse sentido, inúmeras notícias atribuindo ao trabalhador a característica de artista ou operário, faziam-se presentes nos jornais, documentos oficiais, requerimentos, etc.

O interesse pelo mundo do trabalho urbano acentuava-se e expandia-se, enquanto universo necessário para o engrandecimento do país. Trabalhadores, artistas ou operários estavam presentes na vida produtiva da cidade e, inevitavelmente, eram lembrados e admitidos, pelos poderes constituídos e pelas elites, na vida social. A criação do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872) refletiu o ambiente de uma sociedade que avançava na busca de alternativas para um problema que a cidade enfrentava, a fim de elevá-la ao nível do século. Mas a mão-de-obra disponível para colaborar na construção de uma nova sociedade não oferecia condições qualitativas para acelerar-se a marcha do progresso e da civilização. Para isso, passou a vigorar o discurso voltado para a fundação de escolas com características profissionalizantes, capazes de oferecer instrução a artistas e operários.

Inserida num ambiente de substituição da força de trabalho escrava pela livre, a palavra *operário* esteve presente nas manifestações da sociedade em geral, como conceito articulado ao de *artista*, identificado num mesmo universo produtivo. Desta forma, pretendemos, no próximo capítulo, compreender as razões da utilização de ambos os termos e os significados atribuídos aos mesmos, numa Bahia escravista e não industrial. Este é um dos elementos que está presente no Liceu de Artes e Ofícios, cuja instituição foi proposta para reunir *arte* e *ofício*, com o propósito de formar artistas e operários para o mercado de trabalho.

CAPÍTULO 2

DE ARTISTA A OPERÁRIO

Artistas e operários estavam presentes na vida produtiva da cidade de Salvador, incorporados ao mundo do trabalho urbano e atingidos pelo conjunto das transformações verificadas ao longo da segunda metade do século XIX. Exercendo atividades que muitas vezes os distanciavam e, em outras, os aproximavam, esses trabalhadores, em sua maioria na condição de livres ou libertos, surgiram, enquanto categoria mal definida, na cena social daquele período de transição. Para compreendermos a oscilação do uso dos termos, que passavam a ser confundidos e traduzidos, genericamente, em um único conceito, pretendemos, neste capítulo, avaliar o processo que originou esta fusão, identificando o caminho percorrido pelo artista, inicialmente, nas relações sociais de produção estabelecidas na Bahia colonial, até a sua incorporação ao conceito de operário da modernidade, estabelecendo a distinção entre um conceito e outro.

- **criar e produzir**

Arte e trabalho são conceitos articulados, enquanto criação e produção. A arte não é apenas manifestação de vocação. Pode ser adquirida ou despertada pelo estudo e pelo exercício do conjunto das regras de ofício ou de profissão - a arte de ser marceneiro, serralheiro, ourives, ferreiro, vidraceiro, etc. *Arte* deve ser entendida como coleção de regras ou métodos de fazer alguma coisa. É o artifício oposto à rudeza; daí artífice, artesão, artista, oficial, operário, no sentido de professar alguma arte, através de uma lógica, a qual transforma a natureza com engenhosidade, através das mãos, e exercendo algum emprego mecânico (artes úteis, industriais, manuais ou manufactureiras). *Trabalho* é esforço, exercício, transformação, habilidade. As artes mecânicas são aquelas que exigem principalmente o trabalho da mão ou o emprego de máquinas, como as da sapataria, alfaiataria, chapelaria, carpintaria, etc. Opõem-se às artes liberais, nas quais a criatividade e a imaginação têm maior participação do que as mãos³².

³² As artes liberais são a tradução rigorosa da expressão dada pelos antigos àquelas que o homem livre podia exercer sem decair, por oposição às "artes mecânicas" ou "manuais", destinadas aos escravos. São fruto da imaginação, do sentimento, e podem ser dirigidas para o espírito, de onde as Belas Letras (Arte do Pensamento), ou para o sentido estético-formal respectivamente, de onde as Belas Artes ou Artes Plásticas (Artes da Forma). As primeiras compreendiam a Gramática, Retórica, Dialética, Geometria, Música, Aritmética, Astronomia, Teologia, Filosofia, e as últimas a Arquitetura, Escultura e Pintura). ENCICLOPÉDIA e Dicionário Internacional. W. M. Jackson.

A intervenção da arte na manufatura ou na indústria esteve presente ao longo dos séculos, bastando que das mãos do artífice, artesão, artista, oficial, fossem produzidos, através do trabalho, artefatos diversos, que expressavam habilidade, destreza e criatividade. Muitas vezes inspiravam-se nas Belas Artes, constituindo uma marca e distinguindo-se dos demais, enquanto artista produtor de obra de arte. Neste segmento estão os fundidores de bronze, ourives, oleiros, esmaltadores, vidraceiros, marceneiros, etc., que se destacaram pela aplicação da arte na produção de bens úteis e de consumo em geral.

- **oficiais mecânicos, colonização e prestígio**

As artes mecânicas foram introduzidas no Brasil pelos portugueses, à época da colonização. Estiveram presentes na fundação de cidades e montagem de engenhos e, com o avanço da urbanização, na produção de bens para o consumo. Inicialmente, os oficiais mecânicos eram reinóis e aplicavam seus ofícios segundo a tradição metropolitana. Contudo, não obstante o modelo português, outros foram adaptados, conforme as necessidades impostas pelo desenvolvimento da Colônia.

Para a construção da cidade de Salvador, capital da Colônia, oficiais mecânicos foram transportados de Portugal, como mão de obra especializada. Eram assim denominados por executarem com as mãos ou auxílio de instrumentos as obras que lhes eram encomendadas. Não tinham adquirido a mestria do seu ofício, por isso eram denominados de oficiais, ou, ainda, artífices. Carpinteiros, pedreiros, ferreiros, serralheiros, ourives, vendeiros, marchantes eram alguns dos ofícios, denominados mecânicos, presentes na Colônia. Alguns foram transplantados da Metrópole, e outros foram adaptados conforme as necessidades impostas pela nova formação social, em virtude da carência de mão de obra importada.

Devido à escassez na oferta de mão-de-obra tecnicamente apta a exercer ofícios especializados, alguns oficiais mecânicos que aportaram na Colônia conseguiram ascender econômica e socialmente. Dos lucros extraídos de atividades como de ourives, marceneiros, torneiros, trabalhadores da construção naval, alguns deles, com o tempo, tiveram a oportunidade de abrir tendas próprias e adquirir escravos³³.

Ser artífice ou oficial mecânico na sociedade baiana colonial, de maioria branca e livre, significava possuir *status* e prestígio. Não obstante alguns artífices possuírem muitos bens, outros apenas seus instrumentos de trabalho, ou ainda somente sua habilidade, era uma categoria possuidora de tradição remanescente "de um passado que remontava à Idade Média, quando exercer

³³ SOUSA, Avante Pereira. Trabalho livre, ofícios e profissões na Bahia Setecentista, 1993 (datil.), p. 22.

uma profissão mecânica significava ter reconhecimento e valor garantidos", o que favorecia o acesso a determinados círculos sociais, a exemplo das irmandades religiosas³⁴.

Um dos fatores que denotava o prestígio social daqueles que exerciam a profissão de ourives, por exemplo, era a sua presença nos quadros das irmandades religiosas existentes na Colônia, frequentadas pelas elites. Além de exercerem as funções religiosas, morais e educativas, servindo de veículo de transmissão de ideias, eram também concessionárias de prestígio, enquanto espaço social indicador da origem de classe de cada componente.

Aquelas associações que reuniam homens ricos, com prestígio político e social, pretendiam, entre outros objetivos, fortalecer-se social, econômica e politicamente, avançando na competição com suas co-irmãs. Por outro lado, era importante, para esses mesmos homens, frequentar mais de uma irmandade, pois era fator de elevação de "*status*". Quanto maior fosse o número de irmandades a que pertencessem, mais prestígio pessoal era garantido para si e sua família.

Dentre as Irmandades de maior prestígio em Salvador, estavam as da Ordem Terceira de São Francisco, da Ordem Terceira do Carmo e da Santa Casa da Misericórdia. Nesta última, no correr do século XVIII, mais de 50 ourives entraram para o seu quadro social, contando-se entre eles vários baianos e dois pernambucanos - Manoel Lopes da Cunha, ensaiador de ouro, e José Lopes de Brito³⁵.

Na era seiscentista, a maioria dos oficiais mecânicos, filiados à Irmandade da Misericórdia, era formada de portugueses. Nem sempre a naturalidade consta nos termos de entrada, mas nota-se que raros baianos exerciam ofícios de marceneiros, carpinteiros ou torneiros. Os marceneiros Luiz da Costa Ferreira, João de Freitas, Antonio da Silva Carneiro e Serafim Vieira eram portugueses, faltando esclarecimentos sobre a naturalidade de José Coelho de Barros, Domingos Vaz Fernandes e Antonio Soares Teixeira, sendo que este último fazia parte da Mesa da Santa Casa em 1675³⁶.

Diante das exigências impostas para a regulamentação dos ofícios, compreendemos que a maioria deles era exercida por homens livres, em grande parte brancos. Alguns gozavam de status social mais elevado, como os militares graduados. No período colonial existiam alguns ofícios mecânicos que eram vedados aos negros escravos, e mesmo aos negros e crioulos forros, como o ofício de ourives, por exemplo. Em 1640, o ourives Francisco Vieira, português, figura entre os mestres que havia naquela época. Era Juiz do ofício de ourives de prata, eleito (10/set./1625) pelos respectivos ourives da Bahia. Como Irmão da Santa Casa e membro de sua Mesa, desfrutava de

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 24.

³⁵ ALVES, Marieta; SMITH, Robert; OTT, Carlos e RUY, Affonso. *História das Artes na Cidade do Salvador*, p. 187

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 181.

grande prestígio, chegando a ser eleito (1640) Procurador da cidade. Era alcunhado de “o Fanha” e tinha um filho homônimo que exercia a função de contraste³⁷.

No século XVIII, poucas alterações ocorreram, em relação à origem social de alguns oficiais mecânicos, ao tomarmos os marceneiros como exemplo. Destes, a quase totalidade era branca e vários eram militares, como o Alferes Manuel de Souza Ribeiro, de origem portuguesa, e o Capitão Alberto Coelho Pereira, entre outros. Todos exerceram cargos de Juíz e Escrivão de Ofício³⁸.

Não obstante ser vedado aos negros (escravos ou forros) o exercício de alguns ofícios mecânicos, provavelmente, eram utilizados enquanto mão-de-obra menos especializada, na execução de tarefas que exigiam maior esforço físico, como no transporte da madeira, serramento, desbastamento, etc, mas, segundo Flexor, pouco ou em nada contribuindo na elaboração final da obra³⁹.

• o trabalho é negro

A perda de *status* dos trabalhadores livres nos ofícios considerados nobres pode ser verificada no decorrer do século XVIII, quando o sistema escravista encontrava-se no seu apogeu. Os artífices assalariados foram sendo, gradativamente, substituídos por escravos capacitados para o exercício de ofícios qualificados. Os senhores de engenho adotaram esta alternativa, livrando-se dos ônus dos salários pagos aos trabalhadores livres. Já no final do século, observou-se, na cidade, o aumento do número de escravos e forros exercendo ofícios mecânicos.

Eram homens livres os que durante todo o período colonial se ocuparam da maioria das atividades artesanais e manufatureiras. No início vindos da metrópole e, depois, os nascidos na própria Colônia⁴⁰.

Era vantajoso para os senhores serem proprietários de escravos dotados de alguma habilidade e que exerciam um ofício ou ocupação. Além dos critérios rotineiros que avaliavam cada escravo (saúde, robustez, sexo, idade, nação), a qualificação profissional contribuía para aumentar o

³⁷ Alguns oficiais mecânicos chegaram a ocupar cargos na Câmara Municipal. Não obstante exercerem funções públicas, não há notícia de terem alcançado cargos superiores, como a vereação. Estes foram absorvidos pela Câmara como colaboradores do controle e organização da cidade. Carpinteiros e pedreiros estiveram presentes, enquanto "mestres peritos", nos arruamentos, alinhamentos, vistorias, avaliações das obras públicas e particulares; ferreiros, sapateiros e marceneiros ocuparam o cargo de "almotacés da limpeza" pública; outros oficiais mecânicos foram nomeados "avaliadores dos ofícios mecânicos" (de móveis e prédios rústicos, principalmente) e "cabos das quadrilhas". FLEXOR, Maria Helena Occhi. *Oficiais Mecânicos na Cidade de Salvador*, pp. 37/39 e ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices na Bahia*, p. 190.

³⁸ FLEXOR..., op. cit. p. 40.

³⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁰ SOUSA, Avante... doc. cit. pp. 22/23.

seu valor. Levava-se em conta, provavelmente, o "*status*" e a importância de certas profissões e ocupações vinculadas à oferta no mercado de trabalho⁴¹.

Naquele período, a condição dos artífices começava a regredir, com a perda crescente de prestígio e de posses. Os que mantinham uma situação de destaque possuíam, ainda, seus instrumentos de trabalho, para a garantia da sobrevivência, e, muito raramente, eram donos de oficinas.

É no século XIX que se verifica a presença maior de escravos, mulatos ou forros, exercendo ofícios mecânicos. O controle sobre o ingresso nas profissões mecânicas deixou de ser exercido pelos poderes da Câmara, e a rigidez das irmandades profissionais estava enfraquecida ou aquelas já haviam se extinguido. Por volta de 1828, os documentos referentes aos ofícios mecânicos desaparecem⁴².

Passaram as profissões a serem exercidas independentemente de qualquer intervenção da Câmara, dentro da nova organização por que passaram as Câmaras Municipais Brasileiras", após a Independência⁴³.

A força de trabalho livre disponível, numa cidade que progressivamente avançava em seus projetos modernizadores, vacilava entre o passado e o presente. Buscando alternativas que mantivessem, de um lado, o "*status*" que os diferenciavam dos escravos, e, de outro, promovendo mecanismos que os protegessem do crescente abandono que vivenciavam (a exemplo das sociedades mutuárias), os artífices desejavam superar o atraso técnico-profissional, mais perceptível com o advento das indústrias.

O número de trabalhadores livres crescia, na proporção em que diminuía a força de trabalho escrava. Os antigos oficiais mecânicos, artífices, artesãos e artistas, experimentavam um processo de perda da sua capacidade produtiva, face ao projeto modernizador, verificado em Salvador, impulsionado, sobretudo, pela importação da técnica adotada em novos processos industriais e em nova tecnologia de transportes. O mercado de trabalho tornava-se competitivo, e os antigos mecanismos de controle das profissões, conforme existiam na Colônia, no interior das corporações, foram abolidos, na medida em que a técnica avançava, incorporada ao liberalismo, em todas as suas instâncias. A concorrência crescia num mercado de trabalho ainda incipiente, não obstante

⁴¹ No inventário do Capitão-mor Antônio José de Freitas (APEB, 1823, Maço 734, doc 2, p. 9-11), os escravos arrolados eram avaliados conforme os critérios de saúde, robustez, sexo, idade e nação, incluindo profissão ou ocupação. Assim, notamos que os escravos homens eram, em sua maioria, *carregadores de cadeira* e avaliados entre 100\$000 e 160\$000. Os demais eram *oficial de carapina* (160\$000), *oficial de sapateiro* (200\$000), *aprendiz de alfaiate* (140\$000), *oficial de pintor* (120\$000) e *oficial de pedreiro* (200\$000). As mulheres eram, geralmente, do serviço doméstico (120\$000 a 130\$000), e aquelas que somavam outras qualificações, como costureira e engomadeira, tinham seus preços aumentados (220\$000 a 240\$000). Havia ainda entre as mulheres escravas a ocupação de *vendedora de rua* (140\$000).

⁴² FLEXOR..., op. cit., p. 39.

⁴³ Idem, Ibidem, p. 55.

apresentar características de expansão, num momento em que as forças capitalistas reforçavam a crise dos tradicionais modos de acumulação. Crescia a necessidade de mão-de-obra livre, urbana, com condições de consumir e assimilar um estilo de vida “moderno”. Assim, na medida em que a população absorvia tais transformações, ia-se perdendo o referencial de um passado preso a normas e valores que definiam a posição de cada um na estrutura social.

- **mecânicos X liberais**

A perda progressiva de "*status*" era vivida pelos trabalhadores e percebida pela sociedade em seu conjunto. Os antigos artífices, que garantiam seu espaço social e profissional, conservando o prestígio de proprietários do conhecimento e dos meios de produção, passaram a dividir, com os negros escravos ou libertos, um espaço que lhes era antes reservado. A arte da indústria ou o ofício mecânico foi perdendo a dignidade que as mãos e algumas ferramentas proporcionava. A qualidade dos produtos fabricados artesanalmente, pelos trabalhadores manuais, foi sofrendo com a concorrência de artigos importados, fabricados pelas máquinas estrangeiras, e com o avanço de uma força produtiva desqualificada, que se embrenhou no mercado de trabalho, recebendo baixa remuneração, para garantir a sobrevivência.

Por esta via de análise, identificamos, em meados do século XIX, o uso impreciso de dois termos que se foram tornando constantes na documentação da época: artistas e operários. No seio das classes populares, percebe-se a presença de "artistas" e "operários", integrados no conjunto dos trabalhadores manuais. Estes experimentavam sintomas de arruinamento crescente, em virtude da concorrência e preços baixos de produtos industrializados que começavam a participar do mercado interno, do desenvolvimento de novas técnicas e do aumento do número de trabalhadores desqualificados, desejosos de integrar-se ao mercado de trabalho por qualquer preço.

Compreendemos que este foi o momento em que o antigo oficial mecânico, ou artífice, ou artesão, lutou pela manutenção do seu "*status*", utilizando-se do recurso de atribuir-se *artista*, desde quando fazia profissão de uma arte ou ofício, com o propósito de enobrecer os *artífices_executores*, dando-lhes prerrogativas de artistas criadores⁴⁴ (13).

O artista, enquanto tal, exercia uma arte liberal (arquitetura, escultura, pintura), imbuída de independência criativa. O artífice, artesão ou oficial mecânico aplicava a sua arte manual na execução ou fabricação de objetos de utilidade para o consumo. Enquanto o primeiro era possuidor de "*status*", num período de valorização das artes plásticas, o segundo perdia, gradativamente, a

⁴⁴ Segundo alguns dicionaristas, o artífice é um operário ou oficial que exerce algum ofício manual ou arte mecânica. Este termo era aplicado indistintamente aos oficiais mecânicos, artesãos, operários, obreiros e artistas.

independência e o antigo prestígio de possuidor do conhecimento e das ferramentas de trabalho. Era importante para esta categoria de trabalhadores, que se via desprestigiada na sua arte, resistir e lutar para manter-se independente e proprietária do saber artístico. A conjuntura apontava para a direção oposta, ou seja, para a completa dependência, transformando-a em assalariada e empregada de outrem, e desqualificação, em vista do avanço das técnicas e das indústrias.

O título de *artista* conferia valorização ao trabalhador; o de *operário* transformava esse trabalhador em simples executor, sugerindo baixo grau de talento no exercício de determinado ofício. Com a evolução da técnica, acelerada pela revolução industrial na Europa, as atividades artísticas, no sentido de criar e executar com as mãos determinados ofícios, foram-se separando, rapidamente. Os antigos ofícios mecânicos perderam algumas de suas características, a exemplo da intervenção criativa na execução de determinada obra. As atividades artísticas passaram a ser entendidas como aquelas vinculadas às Belas Artes, distinguindo-as daquelas destinadas à execução de um ofício ou profissão. O artista passava a ser compreendido, exclusivamente, como aquele que traduzia a ideia do belo, com objetivo de deleite, com gosto pelas artes que cultivava. Entre eles estão os pintores (paisagistas, retratistas, miniaturistas, etc), escultores, arquitetos, gravadores, músicos (compositores, professores, cantores), artistas dramáticos e líricos, etc.

No Rio de Janeiro, por exemplo, por volta de 1822, fez-se a distinção entre "mecânicos" e "liberais", o que concorreu para uma espécie de combate entre uns e outros. Tentando categorizar, a Sociedade Philo-Técnica argumentou serem todas as artes úteis "tanto mais nobres quanto mais necessárias para a manutenção da sociedade"⁴⁵. Considerava-se, outrossim, que através do comércio, das artes, dos ofícios, da indústria, o país alcançaria o engrandecimento, independente do despotismo do produtor estrangeiro. Referindo-se à situação de desprestígio do caixeiro (comerciário) brasileiro, as manifestações eram dirigidas para que as leis do Império defendessem não só o caixeiro, como os artistas nacionais, em detrimento dos rivais estrangeiros⁴⁶.

A tendência, no Primeiro Reinado, foi a de valorizar-se as artes e os ofícios e, principalmente, as indústrias e o comércio, tidas como atividades necessárias ao país e compensadoras para aqueles que as bem desempenhassem. Alguns caixeiros, artistas, mecânicos ou taverneiros, como informa Freyre, transformaram-se em fazendeiros, senhores de engenho, estancieiros, barões, viscondes⁴⁷. Em princípios do século XIX, as atividades de tipo industrial vinham-se alargando, ao mesmo tempo em que se modificavam os "inveterados preconceitos", sob a crescente liberalidade da época. Houve o incentivo à produção nacional em virtude do contexto de

⁴⁵ Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura, Tomo 1, 1822, p. 11 Apud FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos, 4ª ed., p. 275

⁴⁶ Idem, ibidem, p.276.

⁴⁷ FREYRE, op. cit. pp. 278/279.

dificuldades verificadas no comércio europeu, com as investidas napoleônicas. Porém, em meados do século, verificou-se uma nova tendência à participação maciça de produtos importados no mercado interno, sobretudo ingleses. Os usos iam-se modificando, o consumo era estimulado e progressivamente ampliado graças ao crescente uso das propagandas nos jornais, que abriam espaços para promover as diversas mercadorias lançadas no comércio da cidade.

- **não pense, faça**

O artista do século XIX na Bahia, aquele confundido com o operário, carregava a tradição do "*status*" do antigo artífice e era diferenciado do operário pelo seu grau de talento. O artista era aquele que procurava instruir-se e acompanhar de perto o movimento técnico moderno, empregando o seu talento para tirar resultados novos e cada vez mais perfeitos do seu trabalho e da sua aplicação⁴⁸. Podiam ser distinguidos pelo grau de perfeição que davam aos seus trabalhos (de serralheiros, marceneiros, carapinas, sapateiros, alfaiates, etc.), mesmo na condição de simples empregados.

O Liceu de Artes e Ofícios da Bahia foi criado (1872) com o objetivo de oferecer oportunidade para as classes populares - distanciadas do aparelho escolar da época - desenvolverem seu potencial artístico, no sentido criador, e aperfeiçoarem-se num ofício, no sentido técnico-profissional. Isso lhes permitia disputar um espaço no mercado de trabalho, carente de qualificação e especialização.

Pelas condições de trabalho impostas, muitos artistas e artífices exerciam, simultaneamente, dois ou mais ofícios:

Não podendo viver de uma única produção, em contrapartida limitavam as possibilidades de um aperfeiçoamento especializado. Via de regra, a demanda não dava para viver de uma só atividade. O pouco valor de alguns ofícios no mercado provocava, em muitos, o propósito de se aventurar nos misteres mais destacados, como uma forma de ascensão profissional, mesmo que continuassem exercendo trabalhos tidos como inferiores⁴⁹.

Ao longo de inúmeras leituras em documentos de época (atos oficiais, discursos, pareceres, decretos, leis, artigos de jornais, etc.), referentes à questão do trabalho, identificamos a presença dos termos "artista" e "operário" atribuídos a trabalhadores livres.

⁴⁸ Enciclopédia e Dicionário Internacional, p. 854.

⁴⁹ SILVA, Ma. Conceição B. da C. e. A Sociedade Monte-Pio dos Artistas: Um momento do mutualismo em Salvador, 1981 (Dissertação de Mestrado - UFBA/FFCH, p. 22. (datil.).

Neste sentido, identificamos em um Ato do Presidente da Província de 1849, regulando a maneira de pagar as "férias" dos trabalhadores das obras públicas, no qual o termo *operário* aparece, inserido numa situação social que necessitava ser normatizada.

As férias dos *operários* que trabalharem em grande distância ... serão pagas pelo Fiel do Almojarife no lugar do trabalho a horas precedentemente estabelecidas ...⁵⁰.

No ato de criação do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872), o então Presidente da Província, ao longo de algumas considerações a respeito da situação das "classes menos favorecidas da fortuna", referiu-se aos trabalhadores, chamando-os de *artistas* e *operários*, indistintamente.

... todas as sociedades de *artistas*, estabelecidas nesta Província, são meros monte-pios, que apenas curam da sorte das famílias dos *operários*, depois da morte destes..."⁵¹.

A presença de artistas e operários era percebida como algo que gravitava em torno de entendimentos que sinalizavam a situação de classe daqueles que já compunham a massa pobre e oprimida da sociedade. O seu desamparo, verificado então, fica expresso em várias passagens documentais, tal como neste requerimento:

Requeiro que, por intermédio do Governo da Província, se peça cópia do mandado do Dr. Chefe de Polícia em virtude do qual foram presos, na tarde do dia 11 do corrente, e acham-se recolhidos na Casa de Correção, todos os *operários* da fábrica de rapé Moreira e Cia⁵².

O operário e o artista estão nos requerimentos, pareceres, discursos, apelos, propagandas, etc., enquanto presença constante no mundo do trabalho, na Salvador do século passado. As regulamentações dos ofícios desempenhados por trabalhadores livres em geral, africanos libertos ou escravos, já indicavam características de controle sobre uma classe que se formava com os contornos do operário moderno.

À medida que a cidade propunha um saneamento físico, social e moral, crescia a oferta de trabalho a um contingente da população que se encontrava em processo de liberação da sua força de trabalho. Afinal, o ano de 1850, com a extinção do tráfico de escravos, marcou o início de um

⁵⁰ As férias referidas no documento são a soma dos salários de uma semana ou de uma quinzena. ATOS do Presidente da Província. 21/abril/1849.

⁵¹ ATOS do Presidente da Província. 9/março/1872.

⁵² Requerimento de 13/abril/1874.

processo que culminou com a abolição do trabalho escravo em 1888. Os trabalhadores livres se reproduziram, e as profissões foram-se diversificando.

Os artistas multiplicaram-se, confundindo-se entre aqueles que admitiam sua condição operária. O que atualmente entendemos por operário não traduz o que se denominava de operário para o século XIX na Bahia. O operário, no sentido moderno do termo, é compreendido, geralmente, como aquele que trabalha numa fábrica, integrado na divisão social do trabalho com bases capitalistas e que vende sua força de trabalho em troca de um salário. O operário do século XIX era entendido como *povo trabalhador*, geralmente executor de uma profissão manual ou que requeresse maior esforço físico, que representava a maioria da população produtiva e sofria, em geral, dos mesmos problemas decorrentes da carestia, do desemprego, da insegurança diante do futuro, ou seja, do completo desamparo.

A ambiguidade que iremos detectar em torno do conceito de operário para o século XIX se detém, basicamente, numa noção ainda difusa, que muitas vezes faz confundir aquilo que é denominado de artista, artesão e artífice. Neste período, caracterizado de transição, encontra-se uma reunião de termos, que na essência possuem um mesmo conteúdo. O termo "operário" passa a ser compreendido em função do próprio momento histórico, em que já se prenunciava a definição de uma formação social baseada no sistema capitalista "*strictu sensu*", no qual as relações de produção vão-se definindo, conforme o caráter da organização econômica, política e cultural em que se processou.

- **na cena, o operário**

A Europa convivia com o mundo operário em todas as suas contradições, distanciando-se do passado dominado pelas corporações de ofícios. O artesão afastara-se do seu ofício para ingressar nas fábricas, compondo o exército de trabalhadores assalariados e proletarizados. Considerando o ritmo acelerado do processo de industrialização experimentado pela Europa, o trabalho operário no Brasil não possuía as características idênticas do europeu, porquanto no país ainda se mantinham relações de trabalho escravo e livre simultaneamente, e a produção de bens era efetuada no interior de algumas manufaturas e pequenas oficinas.

Os antigos elementos que formavam a sociedade colonial paulatinamente foram substituídos por outros, criados a partir da dinâmica que as mudanças trazem consigo. A visão do trabalho modificava-se, à medida que se ampliava a necessidade de mão-de-obra qualificada, com o propósito de inserir a cidade no mundo do progresso. O trabalhador, por sua vez, vacilando entre ser

artista ou ser operário, acompanhava, lentamente, segundo o ritmo próprio da mentalidade, as mudanças externas a ele.

Aqueles que ainda podiam ser tratados de artistas, inseridos na categoria de trabalhadores produtivos, continuavam proprietários do conhecimento e dos meios de produção. Diferenciavam-se dos que executavam o ofício somente pela experiência, e cuja força de trabalho, era vendida em troca de um salário. A estes últimos denominaremos de *operários*, uma vez que eram empregados em oficinas públicas ou privadas, nas obras de construção civil, ou eram ainda recrutados, como avulsos, para trabalhos de consertos, pequenos ou grandes, e destituídos de ferramentas.

A construção civil absorvia grande parcela de operários nas funções de carapinas (carpinteiros), ferreiros, marceneiros, serralheiros, pedreiros, pintores, armadores, canteiros, etc. As diversas oficinas existentes em Salvador, progressivamente, recrutavam mão-de-obra para atender encomendas que se avolumavam, ao tempo em que buscavam qualificar operários, capazes de honrar o nome da oficina e do seu mestre.

Nas diversas obras realizadas em várias igrejas da cidade, por exemplo, era constante a presença de artistas e operários empenhados em atividades de pintura, escultura, ourivesaria, entalhe, fundição, na proporção em que serviços de pedreiro, marceneiro, carpinteiro, ferreiro, canteiro eram requisitados.

Durante o século XIX, as igrejas de Salvador foram, quase em sua totalidade, enriquecidas com trabalhos de artistas genuinamente baianos, os quais demonstraram a qualidade de obras, num período em que o novo era almejado, e as reformas, constantes. Verdadeiras obras de arte foram realizadas no bronze, expressas nos sinos que recheiam torres de igrejas como a de São Domingos, da Conceição da Praia, do Bonfim e do Convento do Desterro. Foram fabricados pelo mestre fundidor Manoel de Vargas Leal, que exerceu seu ofício na Bahia, enriquecendo as igrejas, despertando e alegrando a cidade com a música de seus sinos.

Várias obras de reformas e reparos internos, em diversas igrejas de Salvador, foram executadas na arte do entalhe em madeira. Nos tronos, altares, retábulos, mobiliário e molduras de quadros, artistas consagrados marcaram seus estilos, deixando o registro de obras que ainda hoje testemunham a qualidade e perfeição de entalhadores como José Luiz de Abreu e Galdino Francisco Borges, entre outros.⁵³

O número crescente de marceneiros baianos no século XIX é verificado na quantidade de obras de grande vulto executadas para muitas igrejas da cidade. Martiniano da Silva Araújo, por exemplo, executou (1857-1858) uma mesa de vinhático, com frisos de jacarandá, para a Igreja do Santíssimo Sacramento do Passo. Zacarias Gomes de Santa Rita, outro exemplo, fez, para a Igreja

⁵³ ALVES, Marieta. Dicionário de Artistas, pp. 7/37.

de São Pedro dos Clérigos (1863), onze cadeiras de palhinha rasas e dois arquibancos de jacarandá, tecidos de palhinha⁵⁴.

A arte da escultura do século XIX aponta a existência de muitos mestiços, quase todos artistas imaginários (santeiros), tais como Estevão do Sacramento Rocha, José Gregório Pita, os quatro Machado Peçanha (Francisco de Assis, Antonio, Feliciano e Geminiano), João Carlos do Sacramento e Domingos Pereira Baião - todos pardos. Desses artistas, foi Domingos Pereira Baião, pardo, que mais se evidenciou, deixando obras de destaque para a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (1849), para o Convento do Desterro (1850-1854), onde executou a nova imagem de Nossa Senhora do Desterro, e para a Igreja da Conceição (1855-1856), uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Segundo Manoel Querino, que registrou em livros acontecimentos da época, as obras de Domingos Pereira Baião estão espalhadas, em profusão, por todo o país⁵⁵.

Na pintura podemos identificar grande número de artistas baianos que atuaram na segunda metade do século XIX, a exemplo de Manoel Emídio Vanique, Tito Nicolau Capinam, Francisco José Rufino de Sales, João Francisco Lopes Rodrigues e José Antonio da Cunha Couto. Este último, um dos mais citados deste período, pintou vários painéis para a Ordem Terceira de São Francisco, Igreja do Passo, São Domingos, etc. telas que constituem a Galeria Abbott e retratos que ainda se encontram no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia⁵⁶.

Entre os artistas e operários que trabalharam em várias obras de construção e reparos físicos das igrejas, podemos citar Euclides Telles da Cruz, que firmou um contrato (1875) para executar, na Igreja do Rosário dos Pretos, pintura em todo o retábulo da Capela-mor, dourando, pintando, retocando, além de pintar de branco as portas laterais e fingir os umbrais das mesmas portas, pela quantia de 500\$000 rs.⁵⁷; Victoriano da Conceição, que recebeu 25\$000 rs. pela caiação, reparos e pintura feitas no cemitério da Irmandade de Santana na Quinta dos Lázaros⁵⁸; Carlos Francisco Barbacena e Silva, que trabalhou no conserto do assoalho do Consistório da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Igreja de Santana (1875) por 15\$000 rs. e realizou consertos em três casas pertencentes à mesma Irmandade; Manoel Luiz de Jesus (1885), recebeu 25\$000 rs pela caiação dos carneiros e consertos no telhado do cemitério da Quinta dos Lázaros ⁵⁹; e Thomaz Pereira Palma (marmorista e dono de oficina), que trabalhou (1884) nas obras do cemitério da Igreja de Santana,

⁵⁴ . Idem, *ibidem*, pp. 28/159.

⁵⁵ . ALVES, Marieta; SMITH, Robert; OTT, Carlos e RUY, Affonso. História das Artes na Cidade do Salvador, p. 61; ALVES, Marieta. Dicionário, p. 31 e QUERINO, Manoel. Artistas Baianos

⁵⁶ Tito Nicolau Capinam, filho do pintor Bento José Rufino Capinam, após a Independência, substituiu o sobrenome luso Silva para o nativista Capinam. Desenvolveu grande atividade profissional na Bahia na primeira metade do século XIX. ALVES, Marieta. Dicionário, pp. 56/60.

⁵⁷ Irmandade do Rosário dos Pretos. Contrato que faz Euclides Telles da Cruz com a Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo, autorizado pelo Dr. Juiz de Direito da Provedoria para o fim abaixo declarado, 10/dez/1875.

⁵⁸ Irmandade de Santana. RECIBO de 26/outubro/1877.

⁵⁹ Irmandade de N. Sra. do Rosário de Santana. LIVRO de recibos. 31/dezembro/1875.

na execução de covas, jardim, caiamento das arcadas, rasgamento dos carneiros e tampas de mármore, recebendo por todo o serviço 900\$000 rs.⁶⁰. Este último integrou a comissão econômica do Liceu de Artes e Ofícios (1872) e foi escrivão da Irmandade de Nossa Senhora da Palma (1887).

Dos ferreiros que atuaram em Salvador, identificamos dois baianos: Fernando José de Sousa, qualificado como "insigne e honrado artista", que "executou dois portões de ferro para as novas entradas abertas no muro fronteiro à Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em 1874", e Joaquim Coelho da Silva Vale, que executou (1888) um grande portão para a casa do Asilo Santa Isabel, também pertencente à Ordem Terceira de São Francisco, pesando 1.035 1/2 k e uma bandeira com o letreiro da Ordem, para o mesmo portão, pesando 234 k, ambos de ferro batido, além de uma esfera de ferro fundido com o emblema da Ordem⁶¹.

Sucessivamente, vamos encontrando artistas e operários atuando num misto de ocupações que iam desde a confecção de uma obra de arte até a execução de trabalhos destinados a simples reparos, na construção civil e nas fábricas e oficinas.

Artífices e operários presentes no Arsenal da Marinha vão expor (1874) objetos artísticos por eles preparados, recebendo "como prêmio de sua aplicação", os mesmos objetos. O Presidente da Província manifestava a satisfação que sentia ao apreciar esses artefatos, os quais representavam a "prova da aptidão e progresso dos *operários* do Arsenal"⁶². Três anos mais tarde, Henrique Pereira de Lucena, então Presidente da Província, observava o estado insatisfatório encontrado nas oficinas do Arsenal de Guerra. Havia falta de obras, a perícia vinha desaparecendo, e o ensino aos artífices aprendizes era sofrível.

Naquelas oficinas em que ainda algum raro trabalho se faz, o ensino pode vir a ser ministrado pelo pessoal menos hábil. Não é mais feliz a sorte dos *artistas*; os que não conseguem trabalho particular, que também falta, aglomeram-se à porta do arsenal, respondem ao ponto para não perder o lugar, esperando melhores tempos ...⁶³.

O significado de artista ou operário, dado aos trabalhadores que atuavam em determinado ofício ou ocupação, refletia o crescimento da divisão técnica e social do trabalho. Como a maioria da produção de bens, na Bahia, mantinha-se presa ao modelo das antigas oficinas, a ruptura da posição de artista para a de operário, no seu sentido moderno, vai ocorrer mais lentamente, apesar de já observarmos a presença de muitos operários nas fábricas e obras de construção civil.

Em 1882, as principais fábricas de tecidos da Bahia absorviam em média 150 operários, entre homens, mulheres e crianças (**ANEXO I**). Ao lado destas, havia outras de pequeno porte

⁶⁰ Irmandade de Santana. Correspondência de 22/novembro/1884.

⁶¹ ALVES, Marieta. Dicionário, pp. 17/185.

⁶² MACHADO, Antonio Candido da Cruz. Fala de 1º de março de 1874, p. 237.

⁶³ LUCENA, Henrique Pereira de. Fala de 1º de março de 1877, p. 22.

destinadas à fabricação de mármore artificial, refinação de açúcar, azeite de mamona, sabão, chapéu, cigarros, charutos, gasosa e gelo, cerveja, vinagre, cal, velas, fósforos, etc., além das serrarias a vapor e fundições de ferro. Segundo o então Vice-presidente da Província, João dos Reis de Souza Dantas, os problemas destas indústrias se resumiam à falta de braços, de capitais e de ensino profissional. Para minorar esses problemas, sugeria a intervenção do Estado.

Carecem muito, para o seu desenvolvimento, para que possam prosperar, ação benéfica e protetora dos poderes públicos"⁶⁴.

O processo de formação da classe operária em Salvador está identificado nas classes populares. Com o advento da industrialização, grande contingente do operariado saiu das fileiras dos trabalhadores livres ou libertos que participavam do processo produtivo da cidade.

Ferrovários, operários da construção civil, estivadores, portuários, têxteis e gráficos, eis algumas das primeiras categorias de proletários brasileiros formados no século XIX ... Os operários têxteis constituíam a primeira categoria de verdadeiros proletários industriais modernos surgida no Brasil. A primeira geração de proletários brasileiros convivera, nas fábricas e nas cidades, com trabalhadores escravos durante várias décadas. Esse fato caracteriza toda a fase inicial do processo de formação do proletariado como classe no Brasil. ...⁶⁵.

Por operários, no século XIX, compreendem-se aqueles que trabalhavam em uma arte ou ofício, com suas mãos, como jornaleiros e obreiros.

Em direito, os operários propriamente ditos são aqueles que, sob a direção de um mestre ou de um patrão, concorrem ao exercício de uma profissão manual; mas num sentido mais largo, cumpre entender que (com exceção dos domésticos), mediante um salário, se entregam a um trabalho manual⁶⁶.

Na língua portuguesa, o termo operário começou a ser usado em meados do século XIX, "depois que, pela extinção das corporações dos mestres, os mestrais entraram, como trabalhadores independentes, ao serviço das fábricas ou do patronato livre e descorporizado. Hoje, essa mesma palavra é substituída legalmente pelo termo de assalariado que, segundo o §2º do art. 4º da lei nº 1942, são todos os trabalhadores cujo serviço se reduza à simples prestação de mão-de-obra ou que, pela natureza do serviço, não possam classificar-se como empregados..."⁶⁷. Já se dizia no século XIX, que aquele era o "século do operário".

⁶⁴ DANTAS, João dos Reis de Souza. Relatório de 29 de março de 1882, 1882, pp. 99-104.

⁶⁵ HARDMAM, Foot e LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil, p.92.

⁶⁶ ENCICLOPÉDIA e Dicionário Internacional, vol. XIV, p. 8144.

⁶⁷ GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, pp. 505/506.

Compreendemos que o operário na Bahia do século XIX era aquele que trazia consigo vestígios dos oficiais mecânicos, artistas, artífices e artesãos que os precedeu. Era um conceito que aglutinava características dos tradicionais artistas - ao desempenhar o ofício com a máxima perfeição, desenvolvendo o trabalho com arte, gênio, de modo encantador - ou ainda dos artífices, artesãos ou oficiais mecânicos que, como operários ou oficiais, exerciam algum ofício, mister ou arte mecânica⁶⁸.

Em resumo, o operário do século XIX era a síntese de elementos provenientes dos antigos oficiais mecânicos, artesãos, artífices e artistas que compuseram o quadro de trabalhadores livres do período colonial, e que perderam a condição de proprietários do conhecimento e das ferramentas de trabalho.

Esse operário viveu um período representativo da história do Brasil e da Bahia, em particular, quando o trabalhador, inclusive o escravo, experimentou a transição de um modelo colonial, identificado na preservação da estrutura agrário-escravista, para outro de características liberais, que culminou com a abolição da escravidão e o advento da República. Assim, pressupõe-se que o artista perdia suas características de proprietário do conhecimento e das ferramentas e se lançou no mercado de trabalho, por necessidade, como simples trabalhador que executava com o braço obras que independiam do esforço do cérebro. Transformou-se num "operário, um trabalhador que executa maquinalmente a obra que o mestre lhe indicou sem outra preocupação que não seja a de ganhar o seu jornal"⁶⁹. Naquele momento, instalava-se um processo de descaracterização do *artista*, como indivíduo que cria e executa, simultaneamente. Há o afastamento completo da criação e a aproximação definitiva da simples execução - o que será melhor percebido quando a industrialização no Brasil se definia como política econômica, integrada na produção capitalista mundial.

A ideia de ser artista estava arraigada na mentalidade daqueles que experimentavam a perda do controle sobre seu trabalho, como forma de resistência à condição de operário que já se apresentava. Expressando tal ideia, iremos encontrar Thomaz Pereira Palma, misto de artista e operário da construção civil, já referido, realizando obras no cemitério da Igreja de Santana (1884), na construção de "trinta e seis jazigos..., assim como canteiros para um jardim no centro do referido cemitério, o caiamento geral ... e pinturas pela quantia de um conto e quatrocentos..."⁷⁰. Em novembro do mesmo ano, esse operário respondeu a intimação da Irmandade de Santana, que reivindicava a conclusão das respectivas obras. Caso as mesmas não estivessem "prontas até fins de dezembro próximo, mandariam fazer por outro *artista*". Thomaz justifica e discrimina as etapas já

⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 438 e CORONA e LEMOS. Dicionário da Arquitetura Brasileira, p. 56/344.

⁶⁹ ENCICLOPÉDIA, p. 857.

⁷⁰ Irmandade de Santana. RELATÓRIO de 10/agosto/1884.

realizadas, de acordo com os contratos, e diz que a sua parte estava sendo feita, mas os pagamentos pelos seus trabalhos não, e conclui:

Assim, pois, a falta não foi minha, e nestas condições, não aceito semelhante intimação, mesmo porque sou muito caprichoso nos meus trabalhos e nunca dei lugar a que se possa dizer qualquer coisa que desabone o meu crédito de *artista*, e apelo para o atual tesoureiro desta Irmandade e para o público em geral⁷¹ (40).

O *artista* Thomaz sentindo-se injustiçado, defendeu-se, procurando preservar sua condição de trabalhador respeitado na sociedade baiana. O seu protesto sugere que, nas últimas décadas do século XIX, o conceito *artista* já ultrapassara os limites do ser artista e aproximava-se daquilo que entendemos por operário.

Identificamos em algumas obras realizadas na Igreja de Santana, por exemplo, durante a segunda metade do século XIX, um misto de atividades ligadas à construção civil, trabalhos de reparação nas obras de arte e consertos diversos que integravam a arquitetura do edifício. Nelas trabalhavam artistas e operários, às vezes executando tarefas múltiplas, que implicavam em consertos sem grandes preocupações com a criação.

Naquele contexto, no qual a concepção de trabalho se ampliava e diversificava, a diferenciação entre ser artista e ser operário foi-se esmaecendo, aos poucos confundindo-se um conceito com o outro. A diversificação de ocupações contribuiu para a desqualificação daqueles que se iniciavam no mercado de trabalho, estimulando, em contrapartida, a contratação dos melhores profissionais disponíveis, já em processo de extinção. Em virtude da multiplicação de atividades profissionais e da falta de atualização do conhecimento por parte dos trabalhadores, foi iniciada uma campanha em prol da qualificação de artistas e operários, imprescindíveis numa sociedade que se modificava e pretendia ir ao encontro do progresso e da civilização.

As dificuldades de sobrevivência através do exercício de ofícios desvalorizados, em vias de extinção, ou falta de domínio dos ofícios emergentes, levaram muitos trabalhadores a se organizar em associações, de caráter beneficente e de conteúdo profissional. Trataremos, a seguir, das diversas formas de organização experimentadas pelos trabalhadores, identificando as suas origens no período colonial e focalizando as sociedades mutuárias, como aquelas que caracterizaram o tipo de formação coletiva de artistas e operários ao longo do Império. Este constitui o gancho que nos levará a compreender o surgimento do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, organizado, desde a sua criação, como sociedade mutuária, que ampliou a beneficência, oferecendo escola para as classes artísticas e operárias. Tema que está presente no último capítulo da primeira parte deste estudo.

⁷¹ Irmandade de Santana. CORRESPONDÊNCIA de 22/novembro/1884.

CAPÍTULO 3

ARTISTAS E OPERÁRIOS SE ORGANIZAM

O número de trabalhadores na Bahia escravista da segunda metade do século XIX ultrapassava os limites do ser escravo, atingindo o mundo do ser livre. Desenvolvendo atividades diversas que se confundiam com aquelas desempenhadas por escravos, os trabalhadores livres, ao longo do século XIX, se organizaram em torno da defesa de espaço no mercado produtivo, ao mesmo tempo em que desenvolveram mecanismos de proteção de interesses voltados para a beneficência e a formação profissional. Para melhor entendermos o processo que originou a criação do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, investigaremos, ao longo deste capítulo, as diversas formas de organização dos trabalhadores na Bahia, considerando as primeiras, criadas no período colonial, e aquelas organizadas ao longo da monarquia, caracterizadas pelas sociedades mutuárias.

Até o surgimento dos sindicatos, de características reivindicatórias, e dos institutos de previdência, houve, na história do trabalho no Brasil, diversas conformações de organização de trabalhadores, com o objetivo de agrupar profissionais de um mesmo ofício e de assisti-los, em casos de moléstias, velhice, invalidez e morte. Para se defenderem do abandono a que estavam relegados, os operários brasileiros, ao longo do século XIX, se autogeriam, fazendo entre si o que, mais tarde, passou a ser obrigação dos poderes públicos.

- **premissas das organizações de classe**

As primeiras formas de organização do trabalho seguiram, em linhas gerais, aquelas advindas da metrópole. Foram as corporações de ofícios que, em Portugal, reuniam indivíduos da mesma profissão, obedecendo regras hierárquicas que distinguiam os que lideravam (os mestres) daqueles que se submetiam (os aprendizes).

Cada ofício era regulamentado por estatutos, discriminando a hierarquia corporativa, a qual comportava aprendizes, oficiais e mestre de loja aberta. Este último ocupava, por eleição, os cargos de juízes, escrivães e alferes do respectivo ofício. Além de discriminar a sua hierarquia, os estatutos

se preocupavam com o patrimônio da corporação, as regras de competência e jurisdição, a laboração e a venda dos produtos⁷².

Tais corporações foram constituídas a partir das confrarias ou irmandades, com caráter exclusivamente religioso e finalidade puramente cultural. Mais tarde se transformaram "em entidades de fins econômicos, por acudirem à mesma confraria pessoas do mesmo ofício, movidas de natural inclinação ou obedecendo à necessidade de defesa de interesses comuns, evoluindo posteriormente no sentido da exclusão de pessoas abraçando profissão diferente". A vida corporativa moveu-se no "espaço triangulado pela examinação, pelas taxas e pelos arruamentos"⁷³.

As corporações de ofícios eram instituições de proteção de artífices. Estas controlavam o exercício da profissão em todas as instâncias (incorporação ao grêmio, aprendizagem, até o exame de habilidade). Depois de reconhecidos como aptos a exercerem o ofício, artífices tornavam-se trabalhadores assalariados, na condição de companheiros. Para alcançar a mestria era necessário enfrentar grande disputa, uma vez que o avanço se dava mediante pagamento do "direito de admissão", ao suprimir-se o requisito do exame. Entre outras funções, fiscalizavam, rigorosamente, os produtos de sua fabricação, bem como as jornadas de trabalho e tabelamento de preços⁷⁴.

A examinação era condição básica para alguém exercer um ofício. Era realizada diante de um júri, constituído por juízes e escrivães do ofício. Após as provas, o examinado só alcançava a carta de examinação, mediante juramento e pagamento de fiança. Na respectiva carta estavam expressas as regras pertencentes a cada ofício, além de outras obrigações, a exemplo do dever de contribuir para festividades e procissões através de donativos ou colaboração pessoal. Estabelecia-se, ainda, para cada ofício, especialidades, que limitavam a atuação profissional do artífice, impedindo-o de executar outras tarefas, que não apenas aquelas para as quais fora examinado⁷⁵.

Além das regras de caráter sócio-econômico, havia a identificação religiosa de cada ofício. "As corporações eram formadas por doze ofícios embandeirados, ou seja, agrupamentos de ofícios vivendo sob o mesmo estandarte e venerando o mesmo orago"⁷⁶. Confrarias e corporações coexistiram limitadas, cada uma, a funções de cunho religioso para as primeiras e de cunho econômico e profissional para as segundas.

A decadência das organizações corporativas foi acelerada à época da descoberta do Novo Mundo. O mercantilismo adotou práticas de intervenção estatal na economia, dando início à organização da manufatura real, como praticara Colbert na França. Com a fundação de fábricas do

⁷² GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, p. 732.

⁷³ Idem

⁷⁴ SILVA, Maria Conceição B. da C. e. A Sociedade Monte-Pio dos Artistas: Um Momento do Mutualismo em Salvador, p. 13.

⁷⁵ Grande Enciclopédia, p. 731.

⁷⁶ Idem.

Estado, que eram confiadas a particulares, a exploração das mesmas se dava a partir da concessão de privilégios especiais deferidos aos empresários e às grandes companhias. Assim, o tradicional exclusivo da produção, confinado nos grêmios, foi posto de lado. Eram criadas novas formas produtivas, de conteúdo liberal, com características industriais, o que gerou a libertação de quantidades de operários das obrigações de examinação e outras decorrentes da organização corporativa.

As corporações não foram nessa época abolidas, e antes houve o cuidado de as cercar de atenções que dessem uma impressão favorável à sua conservação. Mas a sua sorte estava jogada. Aqui (em Portugal), como em toda parte, a sua impopularidade era grande. Se não sucumbiram aos golpes reformadores do Marquês de Pombal (1750-1777), poucos anos lhes ficaram de vida, porque haviam de ser extintas definitivamente em 1834 (decreto de 7 de maio), por não se coadunarem com os princípios da Carta Constitucional, base em que, no dizer do mesmo diploma, deviam assentar todas as disposições legislativas⁷⁷.

Na Colônia, a prática das corporações de ofícios não seguiu as regras portuguesas, porém os ofícios eram regulados, de forma peculiar, “regidos pelos juizes, sob o controle da Câmara Municipal. O juiz convocava os candidatos aos exames para a obtenção da carta de habilitação, fornecida pela Câmara, que dava direito ao exercício definitivo da profissão. Mas, na realidade, tais certificados eram concedidos muito raramente. Para obtê-los, exigia-se da pessoa que tivesse loja aberta, isto é, fosse patrão”⁷⁸.

Para ser oficial mecânico, era necessário cumprir o regulamento da profissão, condição que remontava às corporações medievais, ciosas em delimitar a esfera de ação de cada ofício. O Livro de Regimentos dos Oficiais Mecânicos de Lisboa (1572), com remanescentes de leis medievais, estabelecia as normas de atuação das profissões mecânicas no Brasil. Nelas estavam incluídas questões regimentais, como eleição de dirigentes dos ofícios, condições para o exercício da profissão, de trabalho e penas para os que fraudassem o regulamento. Serviram de base para as posturas elaboradas pela Câmara de Vereadores da Bahia, no período colonial⁷⁹.

O oficial mecânico que pleiteava concessão de licença para o exercício da profissão, além de se submeter ao ritual de examinação, devia respeitar a regulamentação do local para a abertura da tenda, o que ainda era determinado pela Câmara, através de posturas. O código de posturas vigente no ano de 1785 determinava que alguns ofícios, como o de latoeiro, funileiro, dourador e pixileiro se concentrassem "do início da ladeira das Portas do Carmo até a Cruz do Pascoal; os barbeiros, no princípio da Ladeira do Alvo; os ferreiros e caldeireiros no Trapiche do Azeite até o Hospício dos Padres de São Felipe Neri; os tanoeiros, na rua dos Coqueiros; os tabaqueiros, na rua do Passo; os

⁷⁷ Idem, p. 732.

⁷⁸ BAZIN, Germain. A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil, p. 41.

⁷⁹ FLEXOR, p. 17.

alfaiates, seleiros e sapateiros, na rua que vem das Portas de São Bento até as Portas do Carmo, atrás de Nossa Senhora da Ajuda"⁸⁰.

Não obstante o exercício dos ofícios ser controlado pela Câmara Municipal, oficiais mecânicos passaram a se reunir em confrarias religiosas. Estas, além da função religiosa, desempenharam o papel de aglutinadoras de pessoas ligadas a determinados ofícios. Devido à formação sócio-econômica baseada no trabalho escravo, esses artífices, por serem minoria, não encontraram espaço, nem motivação, para a criação de uma organização de caráter corporativo, típica do medievalismo. Porém, as confrarias representaram, no Brasil Colônia, a semente da organização do trabalho, tanto livre como escravo, somada às obrigações religiosas. Às vezes, vários ofícios eram agrupados em uma única confraria, como aconteceu no seio da igreja dos jesuítas da Bahia e do Recife (1614). Posteriormente, tornaram-se frequentes esta reunião, de acordo com as afinidades de ofício, e, mais tarde, regulamentada em Carta Régia (3 de dezembro de 1771)⁸¹.

Com a independência política, a tradição "corporativa" foi legalmente extinta.

Os delegados da Assembléia Constituinte, ao mesmo tempo em que adequavam seu 'liberalismo' econômico à manutenção das relações escravistas de produção, declaravam, no projeto da Constituição de 1823, que ficavam 'abolidas as corporações de ofícios, juízes, escrivães e mestres, passando a ser garantida a todos os brasileiros a liberdade de indústria'⁸².

Este dispositivo foi confirmado na Constituição de 1824, parágrafo 25 do Artigo 179 "Das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros"⁸³ e reforçado pela lei de 1º de outubro de 1828, que dava nova forma às Câmaras Municipais, não prevendo a participação de representantes dos ofícios mecânicos como juízes de ofícios, procuradores, ou ainda juízes do povo⁸⁴.

⁸⁰ PEREIRA SOUSA, citando Registro de Cartas de Exames de Ofícios (1741-1770).

⁸¹ Bazin., p. 42.

⁸² CUNHA, Luiz Antônio. "Aspectos Sociais da Aprendizagem de Ofícios Manufatureiros no Brasil Colônia" in FORUM Educacional, p. 64.

⁸³ No título 8º (Das Disposições Gerais... da Constituição Política do Império do Brasil, de 1824), o Artigo 179 é elucidativo em relação à proposta liberal de sociedade, conforme os parágrafos seguintes:

XXIV. Nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria, ou comércio pode ser proibido, uma vez que não se oponha aos costumes públicos, à segurança e saúde dos cidadãos.

XXV. Ficam abolidas as Corporações de Ofícios, seus Juízes, Escrivães, e Mestres.

XXVI. Os inventores terão a propriedade das suas descobertas, ou das suas produções. A Lei lhes assegurará um privilégio exclusivo temporário, ou lhes remunerará em ressarcimento da perda que hajam de sofrer pela vulgarização.

XXXII. A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.

⁸⁴ Cunha, p 64.

- **independência e desorganização**

As características liberais da primeira Constituição foram-se adequando à realidade brasileira. Ao mesmo tempo em que nela estava “garantida a todos os brasileiros a liberdade de indústria”, abolindo as organizações corporativas e liberando a participação de todos no mercado de trabalho produtivo, em 1828 o Imperador limitava esta participação com algumas determinações necessárias para a aspiração de ofícios e empregos. O Conselho da Fazenda foi orientado para não avaliar requerimentos sobre ofícios e nem tampouco realizar qualquer concessão que não fosse destinada a cidadãos brasileiros maiores, em pleno gozo dos direitos políticos, após consultar certidão de idade, folha corrida e juramento da Constituição, para que se não realizasse a concessão em pessoas sem tais requisitos. Certamente, a teórica *liberdade* não incluiu, na prática, a maioria da população⁸⁵.

Num período em que se pretendia aplicar o liberalismo econômico, transformado em ideologia e política de ação, o trabalhador foi perdendo o controle da produção e entrando na concorrência por um lugar no mercado de trabalho, que se tornava restrito e dominado por uma minoria apta a investir e aplicar na produção de bens. Isto significava, na prática, possuir os requisitos determinados pelo governo geral e, em última instância, ser patrão.

A independência profissional e produtiva do artífice já se encontrava abalada desde os primeiros anos do século XIX. Segundo Cunha, “à época da Independência, os artesãos já esperavam mais proteção do Estado do que das suas próprias organizações profissionais”. Em um projeto de regimento dos ourives de ouro e prata e dos relojoeiros, elaborado na Corte em 1822, estava prevista, entre outros objetivos, a proibição da venda, em todas as regiões do Brasil, de jóias e relógios contrabandeados do exterior, o que contribuiria para o aumento das oportunidades de trabalho para os 'artistas nacionais' e das rendas do Estado. Este é um exemplo de que a categoria já vivenciava dificuldades no mercado produtivo, em virtude da concorrência de produtos estrangeiros⁸⁶.

Aquele contexto sugeria que, desde a vinda da família Real para o Brasil (1808), com todas as transformações econômicas, políticas, ideológicas que vieram a reboque, as antigas formas corporativas de organização foram perdendo terreno para a liberdade de comércio (abertura dos portos), acirrando-se a concorrência entre os produtos vindos de fora e os aqui produzidos, com prejuízos para os últimos. Com a Independência (1822), das corporações só permaneceram "as

⁸⁵ LEIS do Brasil, n. 123 de 27 de agosto de 1828, p. 103.

⁸⁶ Cunha, p. 64.

irmandades, associações de caráter religioso e assistencial, nada restando de seu antigo papel de agência controladora da prática e da aprendizagem sistemática dos ofícios manufatureiros"⁸⁷.

No período que se seguiu à Independência, a produção de bens, controlada pelas “corporações”, passou por um processo de desorganização. Trabalho e produção iam perdendo o vínculo direto com o artesão independente. Quando a Independência rompeu, politicamente, com o estatuto colonial, vamos observar a falta de tal controle com a liberação das atividades artesanais, manufatureiras ou industriais, em função do processo de construção do estado nacional, que demandava abertura de mercados e estímulo à concorrência.

Os trabalhadores, antes organizados e protegidos pelas corporações abolidas, passaram a conviver com novos profissionais, no mesmo mercado de trabalho, livre de regras e normas. Os preços de mercadorias e serviços deixavam de ser taxados, e um único profissional tornava-se livre para desenvolver múltiplas atividades. Alguns, que conseguiam manter suas oficinas ou, ainda, investir em manufaturas, passaram a monopolizar determinadas atividades, contratando mão-de-obra remunerada, ou mesmo escrava. Neste processo, iniciou-se o afastamento, definitivo, da participação direta do trabalhador no processo produtivo e a consequente perda de autonomia, que o tornava dependente de um patrão.

Descontrolou-se o mundo do trabalho livre do período colonial. A diversificação das atividades profissionais, o incentivo à liberdade produtiva, acompanhada pelo incremento de uma política protecionista de produtos importados, sobretudo ingleses, delinearam a tendência de desvalorização do trabalhador, o que se acentuou com a incorporação de escravos em atividades produtivas antes reservadas a homens livres. Aumentava-se o número de trabalhadores nos diversos ramos, dificultando o controle das profissões, em marcha progressiva de multiplicação.

O descontrole sobre o mundo do trabalho foi consequência lógica do processo de rompimento com as estruturas arcaicas, inserido na construção do Estado independente, entre as quais estava o sistema corporativo. Neste caso, o trabalho livre ficou isento das obrigações anteriores, o que possibilitou o avanço das forças produtivas, sobretudo urbanas, ligadas ao artesanato, artes e serviços. Somente a partir dos anos de 1840, com a organização do Estado Nacional, conforme já analisamos (Capítulo I), observa-se uma tendência de controle sobre o trabalho, tanto escravo como livre.

⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p. 65.

- **mutualismo: novo conceito associativo**

As obrigações e o controle do mundo do trabalho, antes exercidos pelo sistema corporativo, através de representantes na Câmara Municipal, passaram para a tutela do Governo Provincial. A formação do Estado Nacional encontrava-se em processo de conclusão e uma nova burocracia surgia, integrada ao funcionamento do Estado através de aparelhos fiscalizadores e punitivos. A organização dos trabalhadores, neste processo, foi adquirindo, como desdobramento das confrarias religiosas, um caráter de cunho assistencialista e laicizado, manifestado nas sociedades mutuárias, criadas em torno de interesses previdenciários, que passaram a existir a partir dos anos 30 do século XIX, na Bahia, e regulamentadas por decreto provincial (Decreto nº 2711 de 19/dez/1860).

Desapoiados, os então artífices, artistas, artesãos e operários, num sentimento coletivo de assistência e amparo, reuniram-se em associações para enfrentar e garantir a dignidade da vida e da morte. Em outras palavras, uma vez o sistema corporativo abolido, um outro foi-se formando, representado pelas sociedades mutuárias. Dentro de uma lógica interna à situação da classe trabalhadora, existiu um movimento que direcionou a dinâmica organizativa, meio ao caos que já se encontrava formado. Segundo José Albertino Rodrigues, o mutualismo, surgido da crescente organização do trabalho livre, se constituiu na proto-história do movimento sindical brasileiro ou, ainda, conforme Thompson, foi a célula que, mais tarde, foi reproduzida em organizações mais sofisticadas e complexas (sindicatos, uniões, federações, confederações, etc.)⁸⁸.

O trabalhador, em vias de tornar-se o operário moderno, passava a refletir todas as mudanças em vigor e lutava para garantir seu espaço em um mercado de trabalho em crescente competição, partindo para iniciativas do tipo previdenciário e educativo, a partir de sua organização nas sociedades mutuárias que se multiplicaram ao longo do século XIX. Surgem na Bahia, a partir dos anos 30. Tinham por fim debelar as principais causas da miséria do operário que eram "as enfermidades e a carestia das subsistências comparativamente com o preço da mão-de-obra"⁸⁹. Em *O Livro do Operário*, Dauby oferecia algumas receitas práticas para orientar o operário no mundo do trabalho e da existência, através da previdência social. Apelando aos princípios morais de rejeitar-se a caridade alheia e investir-se na dignidade do trabalho, dizia:

O primeiro meio rebaixa o artista aos seus próprios olhos; justifica-se somente pela extrema penúria, resultando de um concurso de acontecimentos excepcionais. O segundo, honra e eleva o homem,

⁸⁸ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, p.6 e THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, vol. II, p.316.

⁸⁹ DAUBY, J. *O Livro do Operário*, p. 83.

marca a extensão do seu poder como ente civilizado e facilita-lhe gozos e ditas reais⁹⁰.

O discurso que se segue a respeito da organização em sociedades de socorros mútuos ou associações de previdência está orientado no sentido destas oferecerem vantagens de união, emolumento, troca de boas relações e de serviços amigáveis entre os associados, incitamento à ordem e ao bom comportamento (indispensáveis para pertencer a uma sociedade de socorros mútuos) e, finalmente, da obrigação de persistir nas ideias de previdência, sob pena de perder todos os direitos já adquiridos⁹¹.

Os resultados materiais verificados em várias partes da Europa, nas quais a mutualidade havia sido adotada, mostravam-se notáveis. As vantagens de tais associações eram estendidas a toda sociedade; aliviava os cofres públicos e a caridade particular de encargos, e muito mais se avantajava pelo aspecto moral. A filiação nestas sociedades oferecia vantagens materiais e morais, não só aos operários, mas também aos proprietários de oficinas. Para os primeiros, tais sociedades tinham como função despertar os bons instintos do homem, favorecer nele os hábitos de ordem e previdência, ao mesmo tempo em que interferia para a melhoria da sua condição material, tornando-o moralmente superior. Para os últimos, possuir operários associados significava privilégio de moralidade e de capacidade, o que lhes garantiria bons negócios⁹².

Das mais antigas sociedades de apoio mútuo organizadas na Bahia, temos notícias da Sociedade Monte-Pio dos Artífices. Ao completar 100 anos de existência (1932), ficou registrado, em uma pequena publicação comemorativa, que a mesma resistia enquanto presenciava o desmoronar de tantas outras congêneres'. André Avelino Argolo, então presidente da diretoria, comentava:

É realmente pasmoso que há um século passado, já os artífices baianos, homens do povo, não somente sonhassem, porém, pusessem em prática, dando vida material a um problema que, pela sua importância capital, é hoje o mais fundamental assunto na vida das nações - o corporalismo utilitário⁹³.

Esta sociedade foi instalada (16/dez/1832), graças ao empenho de “um punhado de obreiros do bem” e à reunião de forças em prol de uma causa comum. Foi “produto da perseverança tenaz de um punhado de artífices, os quais, desde 1822, isto é, dez anos de sua instalação, vinham lutando contra o indiferentismo e a falta de compreensão de muitos que, convidados para tão elevada

⁹⁰ Idem, Ibidem.

⁹¹ Idem, p. 84.

⁹² Idem, pp. 85-87

⁹³ RELATÓRIO da Sociedade Monte-Pio dos Artífices, p. 3 e A SOCIEDADE Monte-Pio dos Artífices através de cem anos, p.3.

cruzada, se recusavam por motivos fúteis a fazerem parte de uma agremiação que, se dado fosse a eles, assistirem no presente, o produto daquela obra para a qual não quiseram concorrer, certamente ficariam cobertos com o véu do eterno arrependimento"⁹⁴.

Segundo o seu primeiro estatuto, a Sociedade tinha por fim, entre outros objetivos, incentivar o desenvolvimento das artes, no sentido de ofícios ou profissões, socorrer os sócios privados de trabalhar, e incumbir-se da subsistência da família e educação dos filhos por seu falecimento. Os estatutos também previam que a Sociedade jamais se intrometeria em negócios políticos e nem protegeria sócio algum que, por se envolver nesses assuntos, caísse em desgraça⁹⁵.

Percebe-se que havia um propósito de garantir, oficialmente, a exclusão política das classes trabalhadoras. Havia o perigo de organizações, como as mutuárias, transformarem-se em instrumentos de ação dos trabalhadores, podendo comprometer a ordem social. Era necessário bloquear qualquer tendência de tornarem-se núcleos formadores de opinião. O interesse do Estado em conceder, a artistas e operários, a oportunidade de organizarem-se em mutuárias era transferir-lhes o ônus social, isentando-se de quaisquer responsabilidades.

Ainda em 1832, identificamos a presença da Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada a 16 de setembro, por iniciativa do africano livre "Manoel Victor Sena, que exercia a profissão de ganhador no canto da Preguiça, um dos locais em que se reuniam os negros na Bahia em busca de trabalho". Foi organizada, inicialmente, como Irmandade (Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos) na Capela dos Quinze Mistérios, com a finalidade de "promover a instrução e o amparo religioso aos seus associados", inspirando-se na filosofia das irmandades do Rosário, que prometiam a todos uma carta de alforria. Enquanto sociedade mutuária propriamente dita, passou a existir em 1º de novembro de 1851, com o fim de promover a beneficência⁹⁶.

⁹⁴ A Sociedade Monte-Pio dos Artífices, p.5.

⁹⁵ No Artigo 1º dos primeiros estatutos da Sociedade Monte-Pio dos Artífices estão presentes alguns dos seus objetivos:

- " - Concorrer para a animação e desenvolvimento das artes que forem exercidas por seus membros; não somente para que se obtenha a maior economia do tempo e do trabalho que nas mesmas obras se empregarem.
- Socorrer em comum os sócios que caírem em desgraça ou que, por algum acontecimento desastroso, ficarem privados de ganhar pela sua arte.
- Cuidar da subsistência e educação dos filhos, tanto legítimos como naturais, legalmente reconhecidos dos sócios que falecerem, até que os filhos possam ganhar para sua subsistência.
- Prestar alimento às viúvas dos mesmos sócios, enquanto elas tiverem disso necessidade e viverem honestamente “.

Idem, *Ibidem*, p. 7.

⁹⁶ BRAGA, Julio Santana. Sociedade Protetora dos Desvalidos: Uma Irmandade de Cor. p. 23 e RELATÓRIO da Sociedade Protetora dos Desvalidos relativo ao Exercício de 1895 a 1896, p. 4.

- **a legalização das sociedades mutuárias**

A indignação era evidente aos olhos públicos. A partir da constatação de que a população, dia a dia, se submetia a uma vida de desprezo e abandono, pobreza e miséria, os poderes públicos e particulares passavam a desenvolver um discurso direcionado para a necessidade da superação desta situação através da organização de meios que pudessem suprir as carências da força de trabalho disponível. Doença, invalidez, falta de qualificação eram fatores que dificultavam, impossibilitavam ou, ainda, atrasavam a prosperidade da cidade. Em contrapartida, iniciou-se um programa de socorros, apelando-se para a população mais abastada e para os próprios necessitados, no sentido de organizarem-se em sociedades legalmente constituídas. O Estado passou a controlar a organização dessas sociedades, garantindo-lhes o funcionamento sob a sua vigilância.

A legislação imperial de 1860 deu origem a decretos provinciais que apontavam as diretrizes básicas para a concessão de autorização legal para criação e funcionamento de diversas sociedades (monte-pios, bancos, companhias, sociedades anônimas, caixas econômicas, etc.). A autorização, concedida por Lei ou Decreto do Poder Executivo, era condição básica para aprovação de estatutos ou escrituras de associação. Aos Presidentes de Província, era facultado autorizar e aprovar os estatutos dos montepios e das sociedades de socorros mútuos, ou de qualquer outra associação de beneficência estabelecida na Província. Tornou-se obrigatório a solicitação de tais autorizações, sob pena de pagamento de multas ou, ainda, de extinção⁹⁷.

As sociedades de apoio mútuo distinguiam-se entre Montes Pios (montes de piedade) e Sociedades de socorros mútuos. As primeiras tinham por finalidade criar capitais ou pensões "em benefício dos seus contribuintes ou sócios durante a velhice, ou inabilidade de serviço em virtude de moléstia, ou de seus antecedentes ou descendentes, filhos adotivos, ou dos cônjuges entre si, e pessoas da família, no caso de seu falecimento". As sociedades de socorros mútuos tinham "unicamente por objetivo prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos nos casos de enfermidade ou inutilização de serviço, e acorrer, no caso de seu falecimento, às despesas do seu funeral"⁹⁸.

O controle exercido pelo Governo sobre as mutuárias, desde a nomeação dos dirigentes até a aplicação de seus dinheiros, estava expresso nos respectivos Estatutos. A fiscalização e o domínio

⁹⁷ A partir da Lei Imperial, foram publicados Decretos Provinciais que davam as diretrizes básicas para a criação de diversas sociedades. Bancos, Companhias, Sociedades Anônimas, Montes de Socorro, e outras sociedades que funcionavam sem autorização e aprovação de seus estatutos, eram obrigados a solicitar no prazo estipulado (60 dias da publicação do decreto) a respectiva autorização e aprovação se desejassem continuar em funcionamento. Caso contrário, automaticamente eram extintas (Decreto 2686 de 10 de novembro de 1860). Em decreto posterior (Decreto 2711 de 19 de dezembro de 1860), foi tratada da criação e organização das diversas sociedades que pretendiam continuar atuando, a partir da obediência aos trâmites legais. COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil. Lei nº 1083 de 22 de agosto de 1860.

⁹⁸ Idem, Arts. 28/31.

sobre formas organizativas, que incluíam as camadas populares e oprimidas da sociedade, foram reforçados com novo Decreto (n.1882 de 30/set/1882). Havia, talvez, por parte das autoridades, desconfianças que impeliram à ampliação e aplicação de uma legislação rígida sobre tais associações, como resposta à crescente organização e união das “co-irmãs”. Assim eram consideradas todas as associações que defendiam interesses semelhantes. Isto anunciava a reunião em torno de objetivos comuns, que poderiam, em última instância, acirrar movimentos contestatórios, em face das contradições presentes numa organização social escravista, discriminatória e preconceituosa. Como veremos adiante, vão-se repetindo, em alguns dispositivos estatutários, proibições de discutir-se assuntos políticos no interior das sociedades⁹⁹ (28).

Desde 1853, nos estatutos da Sociedade Monte-Pio dos Artistas, estava prevista a proibição de tratar-se de assuntos políticos na sala das sessões:

É expressamente vedado o tratar-se na Sala das Sessões de negócios políticos e objetos que não sejam relativos à Sociedade¹⁰⁰.

Nas sociedades organizadas na década de 1870, a manifestação política aparece como fator de expulsão:

É absolutamente vedada toda manifestação política por parte da Associação. O Associado que infringir esta disposição será suspenso por 30 dias, e, nas reincidências, eliminado¹⁰¹.

A organização operária ampliava-se, no sentido de interferir politicamente em assuntos que atingiam os interesses da classe. Em reunião no Liceu de Artes e Ofícios (30/junho/1889), meses antes da Proclamação da República, operários e artistas, vítimas de uma crise aguda de falta de trabalho e, conseqüentemente, de falta de meios de subsistência, discutiam outras formas de superar o abandono em que se encontravam. Foi identificada, por um dos operários presentes, que “o meio de levantamento da classe era desprenderem-se os artistas dos velhos partidos políticos que os exploravam cruelmente e tratarem da criação do partido socialista”. A ideia ganhou adeptos e, por

⁹⁹ Idem, Decreto nº 2711 de 19 de dezembro de 1860, Art. 32, § 5º que diz: “O modo de sua administração, e as condições da nomeação ou elegibilidade de seus membros, devendo o Presidente ser nomeado pelo Governo na Corte e pelos Presidentes nas Províncias”. Nas Falas e Relatórios apresentados pelos Presidentes da Província, das três últimas décadas do regime monárquico era levantado o tema “segurança pública e individual”. A tendência observada era de que o número de crimes elevava-se, e o esforço para repressão e punição dos delinquentes não estava dando bons resultados. Na Fala de 1877, por exemplo, o Presidente da Província (Henrique Pereira de Lucena) apontava algumas causas da alta de delinquência, como falta de força pública eficiente; necessidade de educação civil e moral; falta de meios de trabalho e prostituição. Em 1881, observou-se um número assustadoramente crescente de prisioneiros na Cadeia de Correção da Cidade: em 1880 existiam 138 presos e, no correr do mesmo ano havia entrado 1.289, perfazendo o número de 1527, entre livres e escravos.

¹⁰⁰ ESTATUTOS da Sociedade Monte Pio dos Artistas, 1853.

¹⁰¹ ESTATUTOS da Associação Tipográfica Baiana, 1871, Art. 87.

muito tempo, foi objeto de discussão, porém, foi logo combatida pela interferência do parlamentar, Professor Antônio Bahia, “baseando-se nos horrores praticados na Europa”¹⁰².

- **generalidades e particularidades**

As sociedades mutuárias foram-se organizando, conforme as necessidades dos grupos que as formavam. Identificamos pelo menos quatro tipos de montepios. Alguns *destinados aos inválidos de guerras* (guerras da Independência e do Paraguai); outros de *apoio a imigrantes estrangeiros e nacionais*; outros *abolicionistas*; e, a maioria, de *cunho profissional*, dedicado, sobretudo, aos interesses de artistas e operários.

A estrutura de todas elas seguia, em linhas gerais, o mesmo modelo, com exceção das *abolicionistas*, que tinham por finalidade específica concorrer para a extinção da escravatura no Brasil por meio de manumissões (**ANEXO II**). Os sócios se agrupavam com o propósito de reunir, através de jóias, anuidades, subscrições, donativos, etc., um capital que promovesse o auxílio pecuniário para a compra das cartas de alforria. Dessas sociedades, cujos estatutos pudemos identificar, verificamos que as manumissões eram destinadas, preferencialmente, às escravas do sexo feminino e de "menor de idade", que variava de uma sociedade a outra entre 3 e 18 anos. A Sociedade Abolicionista Comercial, por exemplo, fundada em Salvador (17/julho/ 1870), previa no Art. 32º dos seus estatutos que:

1º São manumetidas crianças do sexo feminino de 5 a 8 anos de idade, e de preferência à adultas de 12 a 30, sendo pela sorte escolhidas quando se apresentar quantidade superior às forças da Sociedade.

2º Serão também manumetidos escravos do sexo masculino, quando a Sociedade estiver em circunstâncias de o fazer, sem prejuízo dos do sexo feminino¹⁰³.

Outra disposição que se repetia na organização dessas sociedades era sobre o destino das crianças libertadas. Nos estatutos da Sociedade Humanitária Abolicionista, datados de 3 de novembro de 1869 (§ 3º do Art. 27), esta preocupação está registrada.

A Sociedade terá muito em vista a criação e educação das crianças que libertar e que não puderem ficar a cargo de seus ex-possuidores,

¹⁰² QUERINO, As Artes na Bahia, p. 154.

¹⁰³ ESTATUTOS da Sociedade Abolicionista Comercial de 1870. Esta Sociedade representa a exceção quando se refere à manumissão de adultos de ambos os sexos.

recolhendo-as a estabelecimentos de caridade ou pela forma que julgar mais conveniente.

As sociedades organizadas para atender às necessidades dos *inválidos das guerras da Independência e do Paraguai* tinham por fim auxiliar os associados e seus familiares na moléstia, na prisão e no falecimento. A Sociedade dos Veteranos da Independência (2 de julho de 1862) auxiliava, ainda, os descendentes legítimos ou reconhecidos como tais, garantindo meio de vida pelo trabalho, velando na educação e socorrendo até que pudessem ganhar a subsistência.

A Associação Beneficente Dois de Dezembro, criada em 2 de dezembro de 1867, além de socorrer seus associados e familiares na moléstia e sepultura, objetivava fundar um asilo para inválidos da Guerra do Paraguai (oficiais, guardas nacionais, voluntários ou recrutas), a fim de serem recolhidos e sustentados, por encontrarem-se inabilitados para ganharem sua subsistência e de suas famílias. Os inválidos que ainda podiam produzir dentro do seu ofício eram aproveitados para trabalhar de acordo com suas forças, ficando para si o produto do trabalho. Outros se responsabilizariam pelo serviço da casa ou, ainda, pelo ensino primário ou de artes e ofícios, no interior do estabelecimento. Às famílias de militares inválidos ou falecidos seriam prestados socorros com contribuições semanais, conforme a necessidade de cada família, e fornecimento de roupas. Era garantida a educação dos filhos, enquanto privilegiava-se, ainda, pessoas da família do desafortunado militar a trabalharem em obras encomendadas, empregando-as em atividades comerciais ou industriais¹⁰⁴.

Quanto às sociedades *profissionais* organizadas na Bahia, entre as mais antigas identificamos a Sociedade Monte-Pio dos Artífices da Bahia, como se viu anteriormente. Reunia ela um número ilimitado de artífices, incentivadores e protetores das artes (neste sentido ofícios, profissões ou indústrias) e os que com elas mantivessem relações. Tinha por finalidade socorrer os sócios, suas viúvas, filhos, mães e irmãs, mediante jóias, mensalidades e donativos que, formando um capital, seria destinado aos socorros e pensões. Os socorros variavam de acordo com a necessidade do solicitante. Poderiam ser pensões vitalícias, no caso de velhice e moléstia que impossibilitasse os sócios efetivos de trabalhar, ou temporárias, no caso de moléstia curável e prisão. Ocorrendo o falecimento do sócio, a família teria direito à pensão: as mulheres (viúvas, filhas, mães ou irmãs), enquanto não contraíssem novo matrimônio ou se "desviassem do caminho da honestidade", poderiam receber as mensalidades e, para tanto, deveriam apresentar atestado do Pároco, Juiz de Paz ou Subdelegado provando sua existência e moralidade; os filhos homens seriam socorridos até os 16 anos de idade, exceto quando a Sociedade julgasse que, para o aperfeiçoamento de sua educação, devesse, o aprendizado, ser por mais tempo prolongado. A educação dos

¹⁰⁴ ESTATUTOS da Associação Beneficente Dois de Dezembro, 1867.

descendentes de sócios constituía um outro tipo de socorro prestado pela sociedade, tornando-se esta tutora para tais pensionistas de ambos os sexos, caso não tivessem parentes responsáveis¹⁰⁵.

As condições para tornarem-se sócios estavam baseadas em critérios de classificação adotados pela própria Sociedade: para *sócios efetivos*, era necessário ser maior de 18 anos, domiciliado em Salvador, exercer ou haver exercido qualquer arte mecânica ou liberal, ter amor ao trabalho e ser de reconhecida moralidade; os *sócios benfeitores ou honorários* deveriam ser aqueles que, pela inteligência ou elevada posição social, pudessem concorrer para o desenvolvimento das artes, contribuindo em serviços pessoais ou pecuniários para a prosperidade da Sociedade; e os *sócios correspondentes* seriam aqueles que, morando fora da cidade, quisessem manter relações com a Sociedade, tendo por fim promover os seus interesses. O juramento era outro componente presente em algumas sociedades. Deveria ser prestado por quem ingressasse como sócio ou assumisse algum cargo em que fosse eleito.

Como dissidência da Monte-Pio dos Artífices foi organizada a Sociedade Monte-Pio dos Artistas (1853), cujas propostas seguiam, basicamente, aquelas da sociedade de origem, ou seja, assistir aos associados doentes, inválidos, indigentes, através de pensão e outros meios¹⁰⁶ (35).

- **profissão e política**

Em linhas gerais, as sociedades mutuárias do século XIX possuíam os mesmos critérios de organização. Em algumas delas, privilegiava-se a categoria profissional específica (tipógrafos, professores, médicos, farmacêuticos, caixeiros, chapeleiros), e outras eram mais genéricas, absorvendo artífices, artistas ou operários, vinculados às artes mecânicas e liberais, respectivamente. Absorviam profissionais ligados a diferentes ramos de atuação.

Um dos critérios de admissão da Sociedade Monte-Pio Vinte e Cinco de Junho, instalada legalmente em 1869, era ser cidadão brasileiro, maior de 21 anos, que professasse a religião Católica Apostólica Romana e exercesse algum trabalho ou profissão de reconhecida moralidade. Eram membros desta sociedade negociantes, alfaiates, operários e latoeiros¹⁰⁷.

É interessante percebermos que, ao se tratar de sociedade com características genéricas de profissões, a admissão de sócios era limitada a ser *cidadão* (aquele que possui uma arte ou profissão de reconhecida moralidade) e ser *brasileiro*. Em alguns estatutos essas exigências são expressas, e, em outros, ficam subentendidas.

¹⁰⁵ ESTATUTOS da Sociedade Monte-Pio dos Artífices da Bahia de 1861/1862.

¹⁰⁶ Sobre a história da Sociedade Monte-Pio dos Artistas ver Maria Conceição B. da C. e Silva.

¹⁰⁷ ESTATUTOS da Sociedade Monte-Pio Vinte e Cinco de Junho, 1869.

Outra sociedade, mais flexível, como a Monte-Pio dos Caixeiros Nacionais, criada em 22 de novembro de 1857, discriminava a necessidade de todos os comerciantes, caixeiros, artistas que fizessem profissão habitual do comércio e fabricantes de fábricas rurais de qualquer espécie, serem cidadãos brasileiros, “tanto natos como adotados”, para serem admitidos. Em 1880 esta sociedade passou a ser denominada Monte-Pio Geral da Bahia, ampliando-se o critério de admissão a “todas as pessoas legalmente habilitadas”¹⁰⁸.

Na década de 1870, o critério da nacionalidade passa a ser estendido aos estrangeiros, apesar de algumas sociedades excluírem os africanos, como a Sociedade Monte-Pio dos Artistas Feirenses (1872) e a dos Artistas Cachoeiranos (1874). Segundo seus estatutos, admitiam elas um número ilimitado de artistas e pessoas amantes das artes, sem distinção de nacionalidade, “exclusive os africanos ou nascidos na Costa d'África”¹⁰⁹.

Este período traz a marca de um processo crescente de debate em torno do abolicionismo, aliado às demais ideias liberais, que vão tomando corpo e formalizando uma luta entre liberais progressistas e conservadores. A discussão foi absorvida pelas sociedades que iam se formando e adquirindo um caráter mais liberal, como expressava os estatutos da Sociedade Democrática Classe Caixeiral (1877), com referências aos critérios de admissão:

Art. 1º - A Sociedade Democrática Classe Caixeiral, cuja divisa é - União, Instrução e Beneficência -, instalada na cidade da Bahia em 30 de junho de 1877, será composta de um número ilimitado de *peçoas de todas as nacionalidades e crenças*, que se dediquem exclusivamente à carreira comercial, exercendo o cargo de caixeiro...¹¹⁰.

Outros elementos sinalizavam, além de um impulso liberal, a defesa pela categoria profissional, como a Associação Tipográfica Baiana (1871), reunindo cidadãos nacionais e estrangeiros que exerciam ou tivessem exercido a profissão de tipógrafo, litógrafo ou livreiro; a Sociedade Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra (1872) era restrita, originalmente, aos empregados e operários do Arsenal (a partir de 1875 passou a ser chamada Sociedade Bolsa de Caridade, abrindo-se para homens e mulheres de qualquer arte ou profissão); e Sociedade Liga Operária Baiana (1876), que aglutinava operários do ramo da construção civil (carapinas, pedreiros, canteiros, pintores e ferreiros), nacionais ou estrangeiros¹¹¹.

¹⁰⁸ ESTATUTOS da Monte-Pio dos Caixeiros Nacionais, de 1872, Art. 3º do Cap. 1 e ESTATUTOS da Monte-Pio Geral da Bahia, de 1880 (Art. 2º).

¹⁰⁹ ESTATUTOS da Sociedade Monte-Pio dos Artistas Cachoeiranos, de 1878.

¹¹⁰ ESTATUTOS da Sociedade Democrática Classe Caixeiral, de 1879.

¹¹¹ ESTATUTOS da Sociedade Liga Operária Bahiana, de 1876.

As sociedades profissionais, criadas nos anos de 1870, absorviam, em sua maioria, pessoas de toda e qualquer nacionalidade, residentes na Província da Bahia, e aspiravam ampliar seus objetivos, ultrapassando os limites da pura beneficência. No rol destas sociedades, identificamos a *Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia* (1872), a *Sociedade Liga Operária Baiana* (1876) e a *Sociedade Democrática Classe Caixeiral* (1877).

A *Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia*, além de aplicar a beneficência, tinha por finalidade promover o desenvolvimento e perfeição das artes e ofícios entre os sócios e seus filhos. Para a realização de tais objetivos, a Sociedade fundou um liceu (escola), oficinas, biblioteca, passou a realizar exposições públicas e promover viagens dos alunos à Europa. Outra finalidade era a de defender o espaço profissional dos artistas e operários ali habilitados. Estes deveriam ser preferidos na contratação de obras, como mestres ou contra-mestres, das oficinas públicas, e na direção das edificações que dependessem da intervenção, licença ou consentimento do governo ou da municipalidade. Para tanto, o Diretório estabeleceria os devidos acordos com os poderes provinciais e municipais. Esta proposta não foi acatada pelo então Presidente da Província, Luiz Antonio da Silva Nunes, no processo de aprovação de reforma dos estatutos (1876), com a supressão do respectivo parágrafo (§ 2º do art. 53)¹¹².

A defesa pelo mercado de trabalho por parte de artistas e operários vai estar definida nos Estatutos da *Sociedade Liga Operária Bahiana*, regulamentados pelo ato de 30 de agosto de 1876. Segundo Manoel Querino, um dos fundadores da Liga, os operários baianos, no período de 1874 a 1875, passaram a sofrer perseguição de arrematantes apadrinhados de obras. Em resposta, “a classe oprimida em suas vantagens profissionais” movimentou-se para criar uma forma de “melhorar de vida”. Numa das discussões sobre os meios a serem utilizados na defesa dos interesses operários, o oficial de pedreiro Cornelio Cipriano Moreira propôs a criação de um juiz de ofício da classe operária, para decidir sobre habilitações, classificação, preço de trabalho, bem como “intervir junto aos poderes públicos em tudo quanto direta ou indiretamente afetasse os interesses da classe, conforme se praticara anteriormente à Independência”¹¹³.

A Sociedade Liga Operária foi inaugurada no salão nobre da Câmara Municipal (26/novembro/1876), com o propósito de "promover os meios de obter riqueza, mediante o trabalho artístico ..., e observar a prática de recíproca e fraternal beneficência". Era uma congregação de artistas, carapinas, pedreiros, canteiros, pintores e ferreiros (trabalhadores da construção civil), nacionais ou estrangeiros, residentes na Província. Para cumprir os objetivos beneficentes e

¹¹² ESTATUTOS da Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia, de 1872, Cap. 1º, § 1º e 2º do Art. 1º., aprovados pelo Ato Provincial de 15 de outubro de 1872 pelo então Presidente da Província João José de Almeida Couto e EXTRATO do parágrafo supresso dos Estatutos da Sociedade de Artes e Ofícios, de 1876.

¹¹³ QUERINO, *As Artes na Bahia*, pp. 145/146.

produtivos, seu capital, formado das jóias de entradas e mensalidades dos sócios e de outros meios, serviria para "habilitar a sociedade a apresentar-se como proponente a obras, quer do governo, quer de particulares..." e atuar na beneficência. A Sociedade organizaria "uma tabela de vencimentos diários por classes e outra de empreitada por peças e metros, de acordo com o progresso e necessidade da época"¹¹⁴.

A forma como foi organizada a Sociedade Liga Operária Bahiana indica que ela possuía características, também, de empreiteira. Além de aglutinar, no seu quadro social, artistas e operários, os engenheiros foram absorvidos, enquanto exceção, adquirindo, como os demais, o privilégio de tornarem-se sócios efetivos. Eram encarregados, entre outras obrigações comuns aos demais sócios, de fazer os orçamentos das obras de acordo com as comissões artísticas; inspecionar os trabalhos; realizar as vistorias e defesas necessárias nas obras assumidas pela associação; assinar os recibos das compras dos materiais e rubricar as folhas de pagamento dos operários. Talvez este tenha sido um artifício, ou uma necessidade, utilizado em defesa da associação, atribuindo-lhe, assim, maior credibilidade, para facilitar as disputas pelas arrematações de obras. Por sua vez, entre os deveres dos sócios efetivos, havia o compromisso em preferir seus consócios na admissão de suas obras, ou nas que administrassem, salvo o caso de absoluta impossibilidade. Isto esclarece a intenção da sociedade em defender os interesse de classe, vinculados a um mercado de trabalho competitivo.

As obras assumidas pela Sociedade eram administradas por cinco Comissões Artísticas, que correspondiam a cada categoria de artistas (carapinas, pedreiros, canteiros, pintores e ferreiros). A elas competia contratar as obras, inspecioná-las e realizar alterações, de acordo com o engenheiro e os mestres. Tudo era controlado pelo Diretório¹¹⁵.

Além de preocupar-se com a defesa do trabalho na construção civil, a Sociedade Liga Operária Bahiana investia na conscientização dos seus operários.

O Diretório empregará todos os meios para sustentar um periódico quinzenal, a fim de fazer conhecer aos artistas a falta de independência em que vivem, quais as grandezas e méritos dos artistas europeus e os meios de obter riqueza em troca do trabalho¹¹⁶.

Outra preocupação presente na Liga Operária, como em outras sociedades já citadas, era liberdade de seus consócios, no caso das prisões policiais.

¹¹⁴ ESTATUTOS da Sociedade Liga Operária, 1876, Art. 1º §§ 1, 2 e Art. 2º §§ 2 e 3.

¹¹⁵ Idem, §§ 1º, 2º e 3º do Art. 42º.

¹¹⁶ Idem, Art. 56º das Disposições Gerais.

O Diretório se interessará pela liberdade de seus consócios nas prisões policiais, sem, contudo, prejudicar a correção que porventura eles mereçam¹¹⁷.

Este tipo de socorro era previsto por algumas sociedades profissionais. Em caso de prisão, e enquanto não ocorresse a condenação por algum dos crimes infamantes mencionados no código criminal do país, ou expressamente declarados no regimento interno, as sociedades se encarregariam de prover uma mensalidade até o veredicto final.

Ao sócio que for preso e que não tiver recursos, a sociedade pagará as despesas de comedoria e carceragem, propugnando pela sua defesa por todos os meios ao seu alcance¹¹⁸.

Caso o associado em questão fosse condenado, seria eliminado da sociedade. Algumas regras de comportamento e etiqueta institucionais faziam parte dessas associações, que incentivavam a autodisciplina e a fraternidade. Penalidades eram aplicadas àqueles que descumprissem os regulamentos. A expulsão do sócio constituía pena máxima no caso de prática de vícios e imoralidades, injúrias e ultrajes, publicação de escritos contra os interesses da sociedade, desobediência, abuso de poder com prejuízo para a sociedade, etc.

As punições previstas no interior dessas sociedades foram organizadas em forma de *Código Penal*. Na Sociedade Monte-Pio dos Artistas Cachoeiranos, por exemplo, além existir uma Comissão de Polícia, que deveria cumprir as atribuições conferidas pelo Regimento Interno, eram discriminadas e classificadas, minuciosamente, no Código Penal, todas as espécies de delitos e os respectivos graus de gravidade. O processo de julgamento acompanhava os trâmites instituídos, que começava com a denúncia e, conforme o caso, desembocava na Assembléia Geral¹¹⁹.

Podemos compreender que o grau de sofisticação nas organizações de tais sociedades acompanharam o processo de complexificação pelo qual passava a sociedade baiana em geral. Os detalhes, que lembram as diretrizes da ciência do Direito, esclarecem que estas sociedades tinham

¹¹⁷ *Idem*, Art. 57º.

¹¹⁸ ESTATUTOS da Sociedade Democrática Classe Caixeiras, 1879, Art. 46.

¹¹⁹ No Código Penal foram criados três graus de delitos e suas respectivas penas. Os delitos de primeiro e segundo graus variavam entre a desobediência involuntária e reincidências de faltas involuntárias, cujas respectivas penas iam desde a advertência no grau mínimo até a suspensão dos direitos por um ano no máximo. Os delitos de terceiro grau iam desde as reincidências dos delitos anteriores, que indicassem voluntariedade, até desacatos diversos, ócio, embriaguez, desordens, injúrias públicas, atentado contra a propriedade ou moralidade da sociedade, violando acintosamente os Estatutos e mais leis da casa. As respectivas penas variavam da suspensão dos direitos por um ano, no mínimo, até a eliminação, no máximo. Para avaliar-se os delitos e aplicação das penas, o sócio era processado por denúncia escrita e assinada, endereçada ao Presidente do Conselho e, por este, dirigida ao Orador para dar o seu parecer num prazo de 24 horas. Assim iniciava-se o processo, seguindo seus respectivos trâmites, e, conforme o caso, desembocava na Assembléia Geral onde o crime era julgado após todo o processo de acusação e defesa, através de votos. No mesmo código estavam previstas as exceções e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

funções de defesa dos interesses de classe por um lado e, por outro, de reprimir, policiar e punir, conforme orientações norteadoras da conduta da população no seio social.

A religiosidade era outro fator presente na organização de tais sociedades, uma vez que algumas delas discriminavam o santo padroeiro (**ANEXO III**). A importância atribuída aos funerais era outro elemento que integrava essa religiosidade. Dos socorros prestados, os enterramentos eram parte necessária e obrigatória dos seus regulamentos, sejam em forma de auxílio pecuniário ou através da execução do próprio ritual com a presença de associados encarregados para tal fim. Entre os artigos dos estatutos da Sociedade Bolsa de Caridade consta como dever dos sócios "acompanhar os cadáveres de seus consócios, que tiverem a infelicidade de falecer"¹²⁰.

A tendência verificada nas três sociedades citadas é a de um processo crescente de afastamento das diretrizes iniciais, cujos princípios traziam elementos de uma mentalidade colonial, de característica corporativa. Os valores religiosos eram mantidos através da consagração ao santo padroeiro, da preocupação com a dignidade da morte, das missas rezadas em dias de comemoração, etc. A absorção de outros valores civis, que iam desde a organização administrativa até o código penal, implicou na ampliação de interesses políticos e sociais no interior das classes artísticas e operárias.

A organização dos trabalhadores acompanhou o movimento estabelecido no período em que as forças produtivas avançavam, libertando-se dos grilhões da escravidão e ingressando, definitivamente, no mundo do trabalho livre. As sociedades, organizadas para atender interesses abolicionistas, profissionais, recreativos, imigratórios, etc., refletiram um momento de crise, característico das transições.

As sociedades organizadas em torno de objetivos profissionais, em particular, pretenderam assistir ao trabalhador autônomo com pensões, educação, etc., e protegê-lo da violência social, política e policial, que, muitas vezes, culminava em prisão. A defesa pelo mercado de trabalho e pela formação de mão-de-obra especializada significou avanços experimentados por essas associações, ao longo da segunda metade do século XIX, marcados, sobretudo, pela criação da Liga Operária Baiana.

Proclamada a República e ampliado o direito de voto, artistas e operários organizaram outras sociedades com objetivos mais amplificados. Se antes, tratar de assuntos políticos implicava em crime no interior das sociedades, agora começava-se a esboçar o conteúdo reivindicatório das mesmas, ao elaborar-se posições politicamente coerentes na luta entre capital e trabalho. A criação do Partido Operário (junho/1890) foi o exemplo de tentativa dos operários desvincularem-se de antigos partidos instituídos pelas elites políticas. O operariado tinha o propósito de,

¹²⁰ ESTATUTOS da Sociedade Bolsa de Caridade, 1879, Cap. 3º, § 5º.

independentemente, concorrer, com seus próprios candidatos, às eleições da Assembleia Constituinte. Teve vida efêmera e transformou-se no Centro Operário da Bahia¹²¹.

Na 1ª sessão da Assembleia Geral, que constituiu o Centro Operário do Estado da Bahia (18/junho/1893), estavam presentes, aproximadamente, 300 operários. Nela foi analisado o projeto nº 65, de 3 de abril de 1893, cuja discussão já havia sido instalada na Câmara dos Deputados. Representando o Centro Operário, contra esse projeto que tramitava na Câmara, Domingos Silva, então presidente da respectiva Assembleia, afirmava que a sua aprovação “traria nova escravidão para a classe operária”. Informava, então, que, devido a protestos e pressões exercidos sobre os deputados, o referido projeto havia sido derrotado, o que significava uma vitória para a classe operária baiana¹²².

Esse projeto, objeto de protestos dos operários, tratava da organização do Código Rural no sentido de regular o trabalho nos distritos do Estado da Bahia. Nele estava prevista a obrigatoriedade de todo trabalhador, empregado em estabelecimentos agrícolas, exercendo atividade agrícola ou artes mecânicas, ser possuidor de uma “papeleta” que atestasse estar empregado. O que chama a atenção no teor do Projeto do Código é a questão da *obrigação* de todas as pessoas (homem ou mulher, nacional ou estrangeiro), maiores de 18 anos, terem uma profissão e estarem empregadas. Caso, em qualquer circunstância, alguém fosse encontrado sem a referida “papeleta”, seja por um policial ou qualquer *cidadão*, era imediatamente detido no distrito policial, interrogado e, após o auto lavrado, era imposta uma multa de 5\$000 (cinco mil réis). Não se pagando a multa imediatamente, o “delinquente” era recolhido à prisão e colocado à disposição do Intendente Municipal para trabalhar em serviços municipais por 30 dias, sem qualquer remuneração¹²³.

¹²¹ O Centro Operário reuniu um número expressivo de operários (em 1896 havia em torno de 5000 agremiados) e mantinha contato com idéias socialistas, juntamente com a Associação Tipográfica Baiana, Clube dos Maquinistas, Associação dos Empregados do Comércio, União dos Alfaiates, etc. Dirigentes da Federação Socialista Baiana (Vicente de Paula do Nascimento e Júlio de Freitas Tantu) reagrupavam os militantes do Centro Operário e de outras associações de Salvador e do interior do Estado. QUERINO, As artes na Bahia, pp.164-174; SAMPAIO, Consuelo Novais. Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: Uma Política de Acomodação, pp. 35/36; MENDES JR., Brasil História, República Velha, vol. 3, p. 307. Ainda sobre as relações políticas adotadas pelo Centro Operário, ver SANTOS, Mário Augusto da Silva. Sobrevivência e Tensões Sociais: Salvador (1890-1930) e FONTES, José Raimundo. Manifestações Operárias na Bahia: O Movimento Grevista (1888-1930).

¹²² Na mesma reunião, foi organizada uma comissão de 21 membros, com amplos poderes para organizar a classe operária, através da instituição do Centro Operário do Estado da Bahia, e sua respectiva legislação. A Comissão foi integrada pelos seguintes artistas: Domingos Silva (Presidente); Matheos da Cruz Rocha (Primeiro Secretário); Alipio José Vianna (segundo dito); Elysiario Elyσιο da Cruz, Olavo José de Almeida, Wenceslao Telles da Silva, José Roque Pinto, Ismael Ribeiro dos Santos, Anacleto Dias da Silva, Tertuliano Francisco da Silva Guimarães, Ubaldo José de Oliveira Couto, Francisco Lopes Nuno, João Damasceno Alves da Costa, José Pereira Lacerda, Virgílio Francisco Coelho, Eloy Aleixo Franco, Braulino Baptista Ferraz, Antonio Celso Leitão, Pedro Augusto da Silva, Sismando Alves do Carmo Rocha e Silverio Antonio de Carvalho (Vogaes). LIVRO de Atas da Assembléia Geral do Centro Operário, Ata de 18 de junho de 1893.

¹²³ APEB, Série Projetos, maço 891. Projeto nº 65 de 3 de abril de 1893. Entendia-se por distrito rural todo território fora dos limites da décima urbana e todas as cidades e vilas que estivessem além da décima urbana, sob a autoridade dos agentes policiais do respectivo distrito. Porém, no artigo 12º, ampliava-se às cidades e vilas dentro da décima urbana, o que implicava todo o Estado, sem distinção.

Cumprida a pena, o “delinquente” deveria assinar um termo que marcava um prazo para empregar-se. No caso de reincidência, o mesmo era remetido a colônias estaduais agrícolas ou correccionais, onde era obrigado a assinar um contrato por serviços durante pelo menos um ano. Os indivíduos que, por três vezes, fossem apresentados à polícia para assinar termo de trabalho eram considerados incorrigíveis e, portanto, remetidos para as referidas colônias e, na falta destas, trabalhariam um ano nas obras da Intendência. A vantagem daqueles que apresentavam tais “papeletas” seria a isenção desse recrutamento. O sentido punitivo, fiscalizador e controlador sobre esses trabalhadores traz consigo íntima semelhança com a imposição de uso, pelos escravos, das antigas “chapas”.

A falta de segurança dos trabalhadores era total. Estavam à mercê de atitudes arbitrárias, que induziam pessoas ou, talvez, famílias inteiras, a empregarem-se sob quaisquer condições de trabalho. Os empregadores, que necessitavam de mão-de-obra barata, só auferiam vantagens. A demanda de trabalho, tornando-se maior que a oferta, provocava baixa, ou até nenhuma, remuneração, o que se transformava em imposição a quem “quisesse” ser empregado. Os operários interpretaram o projeto como uma forma de obrigá-los a trabalhar de qualquer maneira e sob qualquer condição, pois, caso contrário, a sociedade os transformaria em delinquentes e prisioneiros. Teriam de enfrentar o estigma de serem ex-prisioneiros e, por isso, vadios, incorrigíveis. Isto significava, que, não obstante a escravidão haver sido abolida, criava-se uma nova forma de escravidão ao submeter-se o trabalhador a legislação arbitrária e autoritária.

O Centro Operário da Bahia, fundado solenemente no Polytheama Bahiano (6/maio/1894), apresentou, na mesma ocasião, a sua lei social, denominada *Constituição do Centro Operário da Bahia*. Na presença do Governador do Estado, Joaquim Manuel Rodrigues Lima, do Intendente do Conselho Municipal, José Luiz de Almeida Couto, entre outras autoridades, foi aprovada a referida Constituição, promulgando-a e legalizando a criação do Centro Operário. Domingos Silva, presidente do Centro Operário, levantou "vivas à República, ao Estado da Bahia, representado pelo Governador, e à classe operária baiana; sendo também erguidos vivas pelo Dr. Governador do Estado à classe operária baiana, e ao povo, 'como elemento de ordem e progresso da república brasileira'..."¹²⁴.

Novas formas associativas passaram, com a implantação da República, a direcionar a organização dos trabalhadores. Foram criados os sindicatos profissionais e as sociedades cooperativas (Decreto 1637 de 5/janeiro/1907), com o objetivo de defenderem “o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros”¹²⁵.

¹²⁴ LIVRO de Atas do Centro Operário, Ata de 6 de maio de 1894.

¹²⁵ Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1907. vol. 1, p. 17.

A Sociedade União dos Metalúrgicos da Bahia, por exemplo, fundada em 30 de abril de 1919, além de possuir características beneficentes, promovia a criação de fundos de auxílio, biblioteca, aulas noturnas, um jornal de classe e outras realizações que ampliassem o conhecimento dos associados. Entre outros interesses relacionados à profissão, havia o de negociar a obtenção de melhores condições higiênicas nas oficinas, o aumento de salário e a fiel execução das oito horas de trabalho. A Sociedade devia, também, criar um capital de resistência para casos imprevistos, proteger os associados quando coagidos na sua liberdade civil, defendendo-os quando processados criminalmente, no caso de terem agido em defesa da Sociedade. E ainda executar a lei sobre acidentes de trabalho (Decreto n. 13498 de 12/março/1919), baixada pelo Governo Federal, organizar um serviço de estatística das oficinas e de colocação, para que a União fosse a única intermediária direta entre patrões e operários. Como estratégia utilizada para a sobrevivência da Sociedade, era proibida qualquer representação em ato político ou religioso, sendo "ponto capital para sua longevidade, excetuando-se destes casos as cerimônias de caráter puramente associativo"¹²⁶.

O conteúdo presente em diversos estatutos dos anos iniciais da República demonstra a preocupação em torno da superação de um sistema opressor e injusto, que fazia da classe trabalhadora a classe explorada, perseguida e desrespeitada em todos os seus direitos, sob a influência das ideias socialistas, seguidas pelo anarco-sindicalismo. Os princípios defendidos pelo Sindicato de Pedreiros, Carpinteiros e demais classes, fundado em 19 de março de 1919, eram os de "juntar os esforços do proletariado consciente de todos os países, para o estabelecimento de um regime social não eivado de injustiças e no qual os indivíduos valham unicamente pelo seu trabalho, cessadas uma vez por todas as monstruosas explorações do homem pelo homem"¹²⁷.

As teses socialistas se estenderam a outras associações. Na Declaração de Princípios da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, fundada em 21 de agosto de 1919, estava contido o ideal de renovação social da humanidade trabalhadora e a adoção dos princípios socialistas, "dentro dos quais resolveram agir em prol de sua emancipação as classes proletárias representadas no Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, realizado em julho do ano corrente". Entre os objetivos do Sindicato dos Carregadores da Bahia, fundado em 30 de maio de 1920, está o "levantamento moral, intelectual e econômico da classe, e como verdadeira finalidade, a emancipação dos trabalhadores de todos os países, pelo desaparecimento do regime capitalista"¹²⁸.

¹²⁶ Eram considerados artistas metalúrgicos os torneiros, mecânicos, caldeireiros, ferreiros, serralheiros, segeiros, caldeireiros de ferro e cobre, galvanizadores, bombeiros hidráulicos, funileiros, eletricitas, modeladores, ourives. Livro de Registro de Estatutos de Sociedades e Sindicatos, 1919, n.99.

¹²⁷ Idem, Ibidem, nº 100.

¹²⁸ Idem, nº102e nº115, de1920

Assim, podemos compreender que, entre a desagregação de um sistema baseado no trabalho escravo e a organização de um outro baseado no trabalho livre e assalariado, com todas as características de exploração do trabalho pelo capital, houve um processo de aprendizado por parte da classe trabalhadora, que desenvolveu mecanismos de defesa de interesses que só a ela pertenciam. Foram os escravos, primeiramente, que, explorados em sua condição, viveram as agruras de uma situação que não lhes dava oportunidade de obter dignidade de vida e, posteriormente, os operários que, depois de várias tentativas de luta em defesa da vida e da profissão, passaram a lutar também por uma sociedade justa, na qual o trabalho e, conseqüentemente, o trabalhador, fosse reconhecido enquanto tal, superando a condição de oprimido para alcançar a humanidade integralmente.

O caminho percorrido pela classe trabalhadora, escrava e livre ao longo do século XIX desembocou, nos anos críticos (a partir dos anos 70) do sistema escravista e do regime monárquico, em formas organizativas de características mais complexas, que ultrapassavam objetivos puramente previdenciários e ampliavam conquistas, como o direito de ter uma profissão e estudar, atributos esses que garantiam o sentido da cidadania. A Sociedade de Artes e Ofícios, posteriormente Liceu de Artes e Ofícios, foi uma das sociedades criadas para atender aos anseios de artistas e operários que se encontravam excluídos de instituições escolares e desamparados enquanto trabalhadores que perdiam espaço no mercado de trabalho em crescente competição. No próximo capítulo, analisaremos as razões da criação dessa instituição, com o objetivo de compreender as intenções de artistas e operários, bem como as das forças políticas e oficiais.

CAPÍTULO 4

UM LICEU PARA ARTISTAS E OPERÁRIOS

No contexto das transformações verificadas na cidade de Salvador durante a segunda metade do século XIX, a população movimentou-se em busca de interesses que muitas vezes se atropelaram, confundindo-se em caminhos distintos, ainda que complementares. Trabalhadores, livres ou escravos, produtores da riqueza; elites proprietárias de terras e de escravos; intelectuais; políticos, afrontavam-se ou apoiavam-se para alcançar objetivos específicos dirigidos para a satisfação de suas pretensões. Neste capítulo, tratamos, especificamente, da criação da Sociedade de Artes e Ofícios, depois denominada Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, inserida em um ambiente de contradições, enquanto proposta de atendimento às necessidades educacionais e previdenciárias de artistas e operários, bem como do interesse do próprio Estado, representado pelos Presidentes de Província e pela burocracia a ele atrelado -, com o propósito de compreendermos o significado desta instituição na ótica das elites e da classe trabalhadora, simultaneamente.

- **uma escola para o povo**

Os problemas que permeavam a sociedade baiana de características coloniais, mantendo na sua base produtiva a grande lavoura e o trabalho escravo, aprofundavam-se nas suas contradições. Para superá-los, medidas liberais foram adotadas, a partir de novos ideais, sobre os quais o progresso, a técnica e o capital representavam o norte a ser seguido. Não obstante Salvador permanecer essencialmente comercial, burocrática e religiosa, observou-se, no final do Império, um crescimento da movimentação comercial e financeira, enquanto as instituições públicas e privadas se multiplicavam, acompanhando o ritmo da diversificação de interesses, sejam voltados para patrões ou para trabalhadores.

As dificuldades eram acentuadas a cada instante, não obstante a adoção de alternativas superficiais para resolver a crise econômica com o incentivo do desenvolvimento técnico destinado à produção agrícola, ao comércio e às artes e ofícios. Entre 1873 e 1890, durante a crise aguda do açúcar, houve um esforço de reequipamento da lavoura, com a instalação de vários engenhos centrais, precursores das atuais usinas. Algumas mudanças foram viabilizadas, sem, contudo, atingir a estrutura produtiva, ainda baseada na grande lavoura de exportação e na mão-de-obra escrava. A progressiva transferência do eixo econômico para a região Centro-Sul afetou os interesses da

aristocracia rural nordestina, provocando a marcha acentuada do desequilíbrio regional e substituição das forças econômicas e políticas em torno do café. Mesmo com a preservação do antigo prestígio político da Bahia, as dificuldades de modernização da lavoura foram experimentadas pela crescente oposição do Centro-Sul, que defendia a produção cafeeira e, em volta dela, a intensificação de empreendimentos modernizadores, verificados nas obras de infraestrutura e na construção de um pólo industrial¹²⁹.

Contudo, ideias liberais, cientificistas, defendidas pela elite letrada, de visão mais progressista, influenciaram a busca de alternativas que indicassem a participação da Bahia no projeto de modernização já verificado no Sul. Nesse ambiente, as camadas oprimidas da sociedade, integradas ao mundo do trabalho urbano e dedicadas, especificamente, às profissões manuais, ensaiaram momentos de expectativa em torno da possibilidade de reverter o quadro de opressão, submissão e exclusão, na medida em que o Estado abriria espaço para a participação popular em instituições antes destinadas, exclusivamente, às elites, a exemplo da escola.

A fundação da Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia (20/outubro/1872), genericamente conhecida por Liceu de Artes e Ofícios, esteve inserida no período de difusão das ideias liberais e positivistas que dirigiram os rumos da história do final do Império e implantação da República. Na perspectiva de acompanhar a "marcha do progresso", já verificado em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, o Império Brasileiro desenvolveu uma política de criação de Liceus de Artes e Ofícios nas principais capitais, a fim de aplicar o ensino técnico dirigido às classes trabalhadoras. Ainda que apresentando objetivos comuns, no sentido de profissionalizar artistas e operários, numa conjuntura de urbanização vinculada à liberação progressiva da força de trabalho escravo, os liceus fundados seguiram destinos diversos, conforme a tendência sócio-econômica de cada região. A vocação do Liceu de São Paulo, por exemplo, foi a de transformar-se de primitiva escola-oficina para oficina-escola e, logo no início do século XX, para indústria-escola e, finalmente, para verdadeira indústria. O Liceu do Rio de Janeiro, por sua vez, cumpriu o papel de Academia de Belas Artes, destinada às classes populares, sem pretensões de desenvolver as artes úteis, o que caracterizaria a sua existência¹³⁰.

O Liceu da Bahia, o segundo do Brasil, foi criado como instituição mutualista, beneficente e educacional, destinada a atender necessidades, profissionais e de sobrevivência, de artistas e

¹²⁹ QUADROS, Consuelo Novais S. de. Formação do Regionalismo no Brasil: Bahia e São Paulo no Século XIX, 1977.

¹³⁰ Sobre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo ver Ribeiro, Maria Alice Rosa (Coord.). Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional, 1986, e sobre o do Rio de Janeiro ver BARROS, Alvaro Paes de. O Liceu de Artes e Ofícios e seu Fundador. Depoimento Histórico no 1º Centenário da Grande Instituição, 1956.

operários, que experimentavam dificuldades num período em que as relações escravistas de produção se deterioravam e a maioria produtiva da cidade era constituída de trabalhadores livres.

Desde princípios do século XIX, com a presença da Família Real no Brasil, transformações ocorreram no plano econômico, político, social e cultural da então Colônia. Foram dados os primeiros passos para a implantação de uma sociedade com características urbanas, através do estabelecimento de reformas institucionais que atendessem às necessidades de uma Corte que desejava usufruir, confortavelmente, das riquezas da Colônia. A inauguração do ensino superior foi um dos exemplos de alterações institucionais, vinculadas aos modelos culturais metropolitanos, estabelecidas em um Brasil que absorvia a cultura e o conhecimento da Europa. A preocupação em torno do ensino superior no Brasil permaneceu, ao longo do Império, como foco dos interesses das elites letradas, em detrimento do ensino generalizado a todos os níveis.

O Liceu de Artes e Ofícios, no conjunto das mudanças operadas no Brasil, e na Bahia, em particular, ao longo do Segundo Reinado, simbolizou, para a sociedade baiana, um instrumento que previa o incremento produtivo a partir da formação de mão-de-obra qualificada. Por outro lado, atendia aos reclamos constantes dos operários que vivenciavam uma situação de abandono social. Constituiu-se, também, num instrumento político-ideológico, desde quando foi espaço de expansão dos ideais burgueses de sociedade e interferiu, ativamente, nas atividades educativas e culturais da cidade de Salvador.

O trabalho manual, tradicionalmente executado por homens livres, e depois transferido para os escravos, passava a ser “valorizado” na medida em que se ampliava a força de trabalho livre, no âmbito urbano, e emergia, nas mentes e discursos, a necessidade do fim da escravidão. O trabalho transformou-se em assunto que preocupava as elites. A redenção do trabalho, enquanto discurso, estava nas bocas de liberais e conservadores, no sentido de ser aceito e assimilado como qualidade moral e prestígio para a massa livre de trabalhadores, que formaria o quadro produtivo da cidade, e, por outro lado, de promover a ordem social.

No bojo do processo de liberação da mão-de-obra escrava, a crise social era uma realidade em todo o Brasil. A preocupação de alguns setores da sociedade em torno do futuro próximo da sociedade brasileira estava implícita nos discursos, projetos e nas legislações destinados a “proteger” trabalhadores livres, libertos ou escravos em vias de libertar-se, em se tratando, especificamente, da necessidade de oferecer escola e profissão. Como alternativa para a crise de mão-de-obra presente no Brasil, o Império havia adotado a política de imigração europeia, o que não surtiu efeito para a região nordeste. Tratando-se dos altos custos despendidos por essa política, dizia o Visconde de São Lourenço ser desnecessário tal investimento, uma vez existir no território brasileiro o potencial de mão-de-obra qualificada que só necessitava ser socorrida e instruída.

Se temos dinheiro para despende com este ramo de melhoramento, o empreguemos em benefício de nossos compatriotas, já os instruindo para melhor e mais facilmente trabalharem, já socorrendo os milhares de crianças abandonadas e entregues à miséria, as quais amanhã podem ser robustos e inteligentes operários.... Nesta crise nacional de transformação de trabalho, todo este desenvolvimento aproveitará aos atuais livres e libertos¹³¹.

- **Bahia: a Atenas brasileira**

O modelo de sociedade colonial presente no Brasil vai sendo gradativamente rompido com o crescimento das cidades e a emergência de novas forças sociais. A formação das camadas intermediárias, constituídas de bacharéis, médicos, professores, funcionários civis e militares, gerou um público cada vez mais exigente de atividades culturais. As classes artísticas e operárias, por sua vez, passaram a reivindicar escola, profissão, trabalho e dignidade.

As artes liberais, sobretudo a arquitetura, pintura, escultura e música, antes diretamente vinculadas ao espírito religioso, característico do período colonial, no século XIX ganharam nova roupagem com a chegada da missão francesa ao Brasil (1816). Acelerou-se o processo de laicização do conhecimento artístico, cujos fundamentos contribuíram para a criação de várias academias de belas artes no Brasil. A influência francesa foi marcante nas diversas áreas do conhecimento artístico, ainda preso às intenções de deleite, não obstante tentar-se unir o belo com o útil.

O Segundo Reinado foi o período de iniciativas diversificadas nos campos do conhecimento e da criação. A música ganhou novos contornos, distintos do ritmo que a religiosidade havia imposto. Foi a época das bandas e orquestras organizadas por toda a parte; dos concertos de virtuosos, nacionais e estrangeiros; das companhias líricas.

Não obstante ter sido a capital do Império o centro propagador de todo o movimento cultural do século passado, a Bahia, naquele contexto, investiu na criação de canais de expressão cultural e produziu grandes talentos. Os esforços modernizadores foram aplicados nas atividades culturais, tornando-se preocupação não só de particulares, como do próprio governo.

No campo das artes (contemplativas), foi um período de avanços. Foram-se criando instituições destinadas à valorização profissional de artistas talentosos não beneficiados e não reconhecidos pela sociedade. A Academia de Música (1831), liderada pelo professor João Honorato Francisco Regis, os cursos de desenho e pintura, a escola de declamação (1845), ideada

¹³¹ ANSELMO DA FONSECA, A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo, p. 217.

por Ambrozio Ronzi, o Estabelecimento de Belas Artes de Luiz Antonio Dias, com o ensino de ceroplastia, desenho e pintura oriental, são alguns exemplos. A Sociedade de Belas-Artes, fundada a 18 de maio de 1856 pelo Dr. Antonio José Alves na então residência do Conselheiro Jonathas Abott, tinha por objetivo “despertar o gosto pelas manifestações liberais, dotando a antiga Província de gabinetes peculiares a cada uma delas, elevando moralmente a classe dos artistas e, ao mesmo tempo, oferecendo ao público exposições anuais, em que a utilidade se reunisse ao deleite do espírito, às fascinações do belo”¹³². O Liceu de Artes e Ofícios (1872) foi outro exemplo de instituição dedicada ao ensino das artes plásticas e úteis, destinada ao público popular. Em 1877, foi fundada a Academia de Belas Artes, pelo artista espanhol Miguel Navarro y Cãizares, após demitir-se do Liceu de Artes e Ofícios, onde havia sido professor.

A Bahia legou para a cultura nacional, naquele período, nomes de destaque na poesia e na retórica. Castro Alves (1847-1871) apareceu como poeta lírico e épico, "o poeta dos escravos", dedicado aos anseios de reforma social, num período em que se iniciava o movimento abolicionista; Rui Barbosa (1849-1923), idealista e romântico, surgiu no cenário político nacional como o maior dos oradores de todos os tempos, conquistando posição de destaque "pelo seu saber jurídico, pela riqueza de sua erudição, pela força de sua dialética irresistível, pelo seu poder de expressão verbal e pelo domínio de todos os segredos da língua"¹³³.

Muito se poderia falar ainda do teatro, dos jornais e revistas, da música, dos institutos e Academias, que surgiram em uma Bahia presa a modelos tradicionais, a discursos distantes da prática e a valores impostos por uma elite que vigorava nos palanques e tribunas, repetindo os mesmos verbos, adjetivos e advérbios que animavam e inflamavam aqueles que desejavam o avanço, o progresso, a "civilização", sem, contudo, romper com as velhas estruturas, conservando a tradição, que falava mais alto do que o verbo.

As ideias liberais no Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX, iam-se infiltrando na sociedade como explicações e justificativas do seu atraso em relação às principais nações europeias (Inglaterra, França, Alemanha) e aos Estados Unidos. A "modernidade", ou o "progresso" que então se pretendia alcançar, estava atrelada ao modelo europeu de tal forma que, ao lado da importação de maquinário, acompanhava-se o consumo de novas ideias. Para elevar-se o Brasil ao nível do século, as crenças baseadas no liberalismo e no cientificismo constituíram os pilares para a atualização histórica de um Brasil que convivia com instituições obsoletas, como a escravidão, e com a ignorância escolar da maioria do povo.

¹³² QUERINO, Manoel Raymundo. *Artistas Bahianos*, p. 105.

¹³³ AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*, p. 339.

A educação de letrado, de tradição colonial, esteve, durante toda a Monarquia, diretamente ligada à necessidade do país em preencher o quadro geral da administração e da política. O modelo educacional adotado prendia-se, principalmente, aos cursos jurídicos superiores, requisitados pela elite brasileira. Das duas faculdades de Direito existentes no país (São Paulo e Recife), criadas em 1827, saíam os intelectuais que ocupavam os principais cargos na administração pública, na política, no jornalismo, na advocacia. Era uma educação literária, ornamental, abstrata, preocupada com a imitação dos pensadores clássicos.

Na sociedade escravista, como a brasileira, formou-se, ao longo dos séculos, o preconceito em relação às atividades manuais, práticas e úteis, consideradas indignas e degradantes – “coisa de escravo”. Todo o sistema de ensino esteve fundado numa ordem social escravocrata, excluindo, do seu interior, as classes populares, em sua maioria constituídas de analfabetos. O ensino secundário, puramente humanístico, tinha por objetivo preparar candidatos ao ensino superior, mantendo, assim, o circuito percorrido pelas elites. A cultura de letrados implicava numa sociedade excludente, o canal mais eficaz para a garantia da cidadania. Os não qualificados, dentro dos padrões humanísticos, estavam alijados de qualquer participação sócio-política. Existiam conceitos diferenciadores, frequentemente presentes nos documentos da época, que discriminavam o *cidadão* do *indivíduo*. Ser *cidadão*, implicava ter um trabalho de reconhecimento social, possuir uma renda que possibilitasse usufruir bens de consumo que o nivelasse às elites, e obter escolaridade reconhecida pela sociedade. *Indivíduo*, era aquele despossuído destas qualidades e, geralmente, era negro, ou mestiço, e exercia alguma profissão manual.

O ensino especializado e profissional, por sua vez, foi marcado pela lentidão. A instrução técnica passava a ser preocupação dos poderes públicos, em função, principalmente, das grandes dificuldades atravessadas pela indústria açucareira. Para isso foi criado o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (1859), com o intuito de promover a especialização de mão-de-obra e favorecer uma nova era para a lavoura. O Liceu de Artes e Ofícios, de iniciativa particular, foi criado com o objetivo de oferecer ensino teórico e prático às classes populares, gerando profissionais aptos a acompanhar a marcha do ambicionado progresso, além de promover a beneficência a seus sócios e famílias.

- **o Liceu na perspectiva operária**

Naquela conjuntura de mudanças político-institucionais, a Sociedade de Artes e Ofícios surgiu como mais uma tentativa de acompanhar as necessidades objetivas da Província da Bahia que ansiava enveredar pelos caminhos da civilização e que, no entanto, estava presa às tradições

humanísticas. A implantação do ensino teórico aliado ao prático dirigido para as "classes menos favorecidas da fortuna" implicava num avanço sócio-político, visto que a educação era restrita às humanidades e às elites, e esse era um momento em que explodiam novas concepções de conhecimento. O cientificismo, a técnica, o pragmatismo tornavam-se elementos norteadores de uma política que visava ultrapassar uma situação de atraso e de incompetência, que gerava a miséria de muitos e limitava a capacidade de ampliação da riqueza do país.

À medida que as contradições entre um sistema obsoleto e o avanço capitalista cresciam, acentuavam-se as diferenças sociais, afetando, principalmente, os desfavorecidos, os excluídos. Estes procuravam organizar-se em sociedades mutuárias para garantir um futuro incerto, que, por sinal, se distanciava velozmente do seu controle. Artistas e operários, reunidos por um mesmo sentimento, reivindicavam educação e trabalho em uma Bahia que privilegiava as profissões liberais em detrimento das técnicas. A Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia propunha ser a síntese das crescentes necessidades previstas pelo Estado e vivenciadas pelos trabalhadores. O mundo do trabalho urbano passava a experimentar um momento de avanços, uma vez que o operário iniciava-se no aprendizado político, e o Estado apoiava a criação de instituições que estimulassem a produção, pela qualificação profissional, e a disciplina social.

Naquele ambiente, a organização da Sociedade de Artes e Ofícios representou um passo à frente na reivindicação dos artistas e operários. Era um instrumento capaz de auferir-lhes não só garantias previdenciárias, como também profissionais, na perspectiva de reconhecimento social e político. A atitude política dessa reivindicação pode ser compreendida pela forma em que os trabalhadores aplicavam a estratégia burguesa, unindo-se e questionando-se sobre a sua situação cultural e educacional. Percebiam, assim, que o mecanismo básico para o seu fortalecimento estava na união e na educação.

No ato de criação da Sociedade, era evidenciada a participação dos operários e artistas como os maiores interessados na existência de uma instituição que ultrapassasse os limites das beneficentes. Estas "apenas" se preocupavam com "a sorte das famílias dos operários, depois da morte destes, e não na dos filhos durante a vida dos pais..."¹³⁴.

Esta preocupação passava a vigorar no meio operário, uma vez que o aprendizado da profissão - antes passada de pai para filho no interior das corporações e irmandades, garantindo o futuro da família - estava desagregado, desorganizado, ao tempo em que crescia a divisão do trabalho, numa progressiva diversificação de ocupações.

Durante o processo de criação da Sociedade, foram organizadas comissões paroquiais, compostas de artistas e operários, criadas para reunir sócios animados na execução de uma "tarefa

¹³⁴ APEB. Ato do Presidente da Província, 9 de março de 1872.

tão importante e útil ao progresso da classe menos favorecida da fortuna e do país”, expressão esta, sempre presente nas manifestações de agradecimento, escritas pelas próprias comissões, endereçadas ao Presidente da Província.

Os artistas e operários indicados para essas comissões eram, certamente, os mais prestigiosos da sociedade e tinham interesse em melhorar os seus negócios, prejudicados pelas crises oriundas da falta de mão-de-obra qualificada. A importância da participação operária para a fundação da Sociedade é percebida não só pela manifestação das comissões, mas pelo interesse do próprio Estado ao reconhecer a sua importância para a realização de um ato oficial sintetizador das necessidades práticas das "classes desfavorecidas da fortuna". O objetivo do Estado, representado pelo Presidente da Província, era criar uma Sociedade de Artes e Ofícios em Salvador, com a participação direta dos artistas e operários, sem a qual não poderia ser levado a efeito o referido projeto¹³⁵.

Dois anos após a sua fundação, dizia o artista Manuel Emygdio Vanique, então Vice-Presidente do Diretório do Liceu (1874), que a instituição avançava nos seus objetivos, preparando os consócios e seus filhos no desenvolvimento do ensino teórico e prático, uma vez que

... até ontem viviam só no materialismo inconfessável e até criminoso, não só tendente aos conhecimentos, que todos os cidadãos têm jus para bem discriminarem seus direitos civis e políticos, como também para acompanharem os progressos do século atual em todos os ramos da riqueza pública, e então poderíamos ficar inacessíveis ante tão auspicioso movimento, sendo as artes e a lavoura o maior conjunto da massa do povo, e que com maior quinhão contribuem para o Estado em todas as emergências¹³⁶.

A partir de então, a Sociedade passava a ser denominada por Imperial Liceu de Artes e Ofícios, tendo, como principal incentivador, o empregado público João da Silva Romão, filho do pintor Francisco da Silva Romão. Aquele dizia ser o Liceu de "interesse imediato das classes operárias" e que a criação de uma instituição como esta era digna "da solicitude dos Governos bem intencionados"¹³⁷.

Para artistas e operários, essa instituição significava a congregação de trabalhadores conscientes de que a eles, também, competia na escala social lugar de honra, enquanto “sustentáculos da religião, das leis, da Monarquia”, uma vez representarem a maioria do povo e, sem a sua presença, tudo poderia definhir e fenecer. O Liceu simbolizava a “glória da classe dos

¹³⁵ APEB. Atos do Presidente da Província, maço 1000, 1872.

¹³⁶ DIÁRIO DA BAHIA, 5 de novembro de 1874, p. 2 (Relatório do Segundo Ano Social do Liceu de Artes e Ofícios).

¹³⁷ APEB, Série Instrução, maço 4015 (Liceu), 1861-1873, 12 de março de 1872.

artistas”; a academia em que as artes eram profissionalmente estudadas; o centro dos direitos da classe laboriosa, que, pela falta de conhecimentos intelectuais e profissionais e igualdade de direitos não eram reconhecidas e nem aprimoradas as suas produções, que as inferiorizavam pelas empresas estrangeiras com a importação de obras e produtos europeus¹³⁸.

João da Silva Romão, o grande incentivador dessa empreitada e depois eleito Vice-presidente do Liceu, no discurso de fundação, no Palácio do Governo (20/outubro/1872), analisava, a partir da concepção racionalista da época, o trabalho como hino ao progresso e a todas as maravilhas trazidas pelos avanços técnicos que se deviam ao braço do operário e ao cérebro do engenheiro civil. Operários, traduzindo Romão o conceito da época, são os "artífices de todas as civilizações, os homens que se irmanam com o povo nos seus sofrimentos e na sua ventura pela simpatia"¹³⁹.

A comemoração do primeiro aniversário do Liceu (1873) foi, para artistas e operários, a “festa de operários”, “a festa do trabalho”. O trabalho, considerado “o mais importante dos benefícios que se pode fazer aos homens”, era festejado com alegria e emoção. A Associação Tipográfica Baiana, através de seu representante, o artista José Odorico Paranhos, manifestou-se, durante os festejos:

Enxada, lima, escopro, martelo, alavanca, trolha, colher, machado, enxó, plaina, tenaz, maçarico, cinzel, buril, sovelas, ticum, tesoura, linha, flauta, violino, malho, safra, pincel, tinta, componidor, tipo - eis os artefatos sublimes que cada qual empunha como cetro de grandeza do mundo”¹⁴⁰.

• o Liceu na perspectiva oficial

Enquanto artistas e operários reivindicavam um Liceu para educá-los e a seus filhos, o Estado, representado pelo Presidente da Província e por elementos da burocracia pública, interveio, estabelecendo com eles um diálogo, no sentido de proporcionar-lhes os meios adequados para a implantação da instituição desejada.

A antiga aversão a todo tipo de ensino profissionalizante era transformada em entusiasmo presente no discurso ideológico das elites. A partir da segunda metade do século XIX, a divisão social do trabalho acentuou-se e o ensino afirmou-se como canal de distribuição hierárquica. A aristocracia, usufruindo educação de letrados, continuava a dirigir os rumos da sociedade; a camada

¹³⁸ PRIMEIRO Relatório do Liceu de Artes e Ofícios, 26 de outubro de 1873, pp. 1/2, in RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, de 1914.

¹³⁹ QUERINO, Artistas Bahianos, p. 115.

¹⁴⁰ PRIMEIRO Relatório do Liceu, p. 14.

intermediária, consumindo a educação que conduzia seus membros ao ensino superior, assegurando-lhes status de letrado e intelectual, continuava disposta a colaborar com as instituições vigentes. A camada popular, por sua vez, distante das instituições educacionais, iniciava sua luta em busca de educação. Ao Estado cabia, neste sentido, viabilizar um plano educacional, com a discussão de meios para implantação de uma "educação popular", visando à profissionalização que trouxesse "progresso à pátria".

O sistema educacional precário respondia pelo não acesso do Brasil à era do progresso. Através de um raciocínio analógico, a intelectualidade acreditava que a sociedade brasileira alcançaria o nível das nações urbano-industriais, adotando mudanças quantitativas e qualitativas do sistema educacional. Rui Barbosa (1882) dizia ser a falta de um ensino profissional a causa da não industrialização do país, responsável, por sua vez, pela pobreza cultural. Assim, as receitas educacionais para o progresso se desenvolveram a passos largos¹⁴¹.

O Liceu de Artes e Ofícios da Bahia foi, desta maneira, viabilizado pelo Estado. Como obra meritória, requisitada pela sociedade e, especificamente, pelas classes populares, tinha por objetivos oferecer à cidade uma opção de educação popular, com características profissionalizantes, e atender a uma clientela alijada do sistema de educação formal, que representava a força produtiva requerida pela modernidade. Foi o momento de promover-se a dignificação e enobrecimento do trabalho, a partir da sua aliança com a ciência. No Ato de criação do Liceu (9/ março/1872), o então Presidente da Província (Freitas Henriques), declarava a boa intenção em se criar uma instituição tão útil ao povo e ao país.

O Presidente da Província, convencido de que o bem-estar das classes menos favorecidas da fortuna, sem prejuízo de amor ao trabalho, e a educação profissional dos menores artistas devem ser preocupações de primeira ordem dos governos bem intencionados...¹⁴².

Várias são as passagens em que ficam demonstradas as intenções do governo no estímulo à criação de escolas que oferecessem profissão ao povo. Tal foi o caso da criação da Escola de Comércio, necessária, por estar o país "reclamando desenvolvimento do ensino como uma das condições indeclináveis de seu progresso, como um dos fecundos elementos de sua civilização...", sendo, portanto, injustificável esquecer "a educação profissional, que habilita o homem a concorrer para este desenvolvimento..."¹⁴³.

Em 1873, a Comissão de Indústria da Bahia afirmava que

¹⁴¹ CUNHA, Educação e desenvolvimento Social no Brasil, p. 274.

¹⁴² Ato do Presidente, 9 de março de 1872.

¹⁴³ APEB, Livro de Pareceres, 1867-1872.

[...] em todos os países que timbram em colocar-se na esteira do progresso refletido e calmo, os Liceus de Artes e Ofícios são protegidos diretamente, dando-se-lhes recursos para subsistirem e desenvolverem-se, e ampliando-se de dia em dia a missão confiada aos encargos da Instituição...¹⁴⁴.

Os finais do século XIX estão marcados pela presença constante de discursos acerca da questão da educação para artistas e operários. São inúmeras as manifestações sobre a necessidade de se cultivar o artista e sua arte. O Diário de Notícias (1875) publicou uma série de artigos dedicados às classes operárias. Neles, a arte era exaltada como “santa e nobre”, pois, através das “mãos santas do artista”, foram criados a imprensa e o telégrafo. A "causa dos artistas" passava a ser preocupação daqueles que pretendiam elevar economicamente o país, na medida em que a criação ou a imitação não oneraria os cofres públicos, e o artista estaria desenvolvendo a sua inteligência e garantindo o seu próprio futuro. Depois de referir-se à Alemanha, onde a educação das classes operárias era considerada prioridade do Estado, afirmava-se em um dos artigos:

É de grande necessidade que se opere uma reforma radical nas classes artísticas, porquanto a indolência e inaptidão de muitos operários são provenientes da falta de realização de uma idéia - o ensino da ciência¹⁴⁵.

São muitas as passagens significativas, nas quais estão manifestadas a preocupação das elites em "defender" a educação popular.

... o povo faz o que quer, até quando nada quer fazer. Eis a razão porque o atraso ou o adiantamento de uma nação depende de sua cultura moral. Assim, conclui-se que os nossos males públicos nasceram de nossa nenhuma educação popular¹⁴⁶.

No Diário da Bahia, artigos que discutiam o problema educacional para os “desfavorecidos da fortuna”, como fator primordial para o engrandecimento do Brasil, eram publicados sistematicamente. "À Escola" (1881) foi um dos que melhor interpretou a preocupação das elites com tal questão. Nele, a França era exaltada como modelo de sociedade que se preocupava com a educação popular, considerado este o meio eficiente de promover "a docilidade e os hábitos laboriosos e assisados das crianças, para a felicidade da família, sem contar o futuro que as aguarda"¹⁴⁷.

A sociedade brasileira, em geral, e a baiana em particular, encontrava-se numa situação caótica. Apesar de não possuir experiência operária, como ocorria nos países industrializados, a realidade que se apresentava apontava em direção à desorganização de um sistema centenário,

¹⁴⁴ Idem, 1872-1877.

¹⁴⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 de março de 1875.

¹⁴⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29 de março de 1875.

¹⁴⁷ DIÁRIO DA BAHIA, 19 de outubro de 1881.

acomodado nas relações escravistas de produção, e à organização de um outro, no qual explodiam as massas trabalhadoras, em liberdade. Esta passagem gerava temor nas elites, em virtude do descontrole e da desorientação existentes. Assim, no mesmo artigo, perguntava-se:

Pois bem, pais de família, quereis que vossos filhos, vagabundos e ignorantes, tornem-se maus filhos, criminosos, que envergonhem e causem a desesperação de suas famílias?

E vós, cidadãos, quereis ver, daqui a alguns anos, em torno de vós, crescerem esses maus sujeitos, que constantemente ameaçam vossos bens e pessoas e perturbam a segurança pública e dos vossos lares?

A ideologia que deu origem, não só ao Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, mas a outras instituições congêneres, criadas na passagem do Império para a República, refletia a preocupação em torno de algo que se movimentava em sentido oposto aos interesses aristocráticos e burgueses, sendo a ignorância considerada fator de perigo social.

A perspectiva oficial na criação deste tipo de estabelecimento refletia o interesse por uma educação popular como meio adequado e eficaz não só de formar técnicos que pudessem acompanhar a marcha do pretendido progresso, como também de formar cidadãos "dóceis", "sensíveis" e aptos a conviver na sociedade que o Estado desejava construir. Falava-se da necessidade de abrir-se escolas para ingênuos, libertos e negros em geral, com o propósito de serem atendidos enquanto elementos que poderiam ser "educados" e "profissionalizados", impedindo-se, desta maneira, a criação de uma sociedade de caos, na qual a miséria e o abandono de crianças só levariam a uma tragédia social. A existência de escolas que absorvessem o povo seria o meio mais eficiente de prevenção contra um "mal necessário", que era o fim da escravidão e a adoção definitiva do trabalho livre e assalariado.

Além do interesse em profissionalizar e "educar" as classes populares, o Estado temia não controlar o caos que se formava em torno de uma crescente organização operária que, potencialmente, poderia reverter a ordem estabelecida, principalmente num período em que os ânimos abolicionistas acentuavam-se, confirmando a perspectiva em liberar-se um contingente de trabalhadores "deseducados" e ansiosos pela liberdade. Acreditava-se, desta maneira, que, através da aplicação do saber positivo, de uma "boa educação moral e do conhecimento dos fundamentos da obrigação e do dever", as classes populares desenvolveriam aptidão, coragem e "dedicação sincera e desinteressada à causa pública e para o serviço da coletividade social"¹⁴⁸.

Para onde iriam os ex-escravos? Que iriam fazer? O que seria da sociedade baiana com o crescimento de um contingente de trabalhadores ociosos, famintos e sem esperanças? O temor em

¹⁴⁸ ANSELMO DA FONSECA, Op. Cit., pp. 666/667.

se confrontar com a institucionalização do fim da escravidão e com a desorganização sócio-econômica que vinha a reboque passava pelas cabeças daqueles que detinham a riqueza e pretendiam, a todo custo, defendê-la e ampliá-la. Para isso era “necessário” um povo pobre, mas “educado”, segundo os cânones da ideologia dominante, capaz de aceitar pacificamente sua pobreza, sem agredir aqueles que, historicamente, eram os dominadores.

O Liceu foi criado a partir de interesses conjugados das elites e da camada de artistas e operários urbanos, que pretendiam alcançar projeção sócio-econômica e política enquanto classe trabalhadora. Tais interesses passavam a se identificar em um contexto específico, no qual as condições favoreciam a conjugação de forças para implantar-se uma instituição tão útil ao país e ao povo.

Convertido em discurso ideológico, o Liceu atraiu a atenção de vários segmentos sociais, que passaram a defender a sua viabilidade e necessidade. As camadas intermediárias investiram na sua criação, permanecendo, desde então, como dirigentes dos destinos de “tão nobre instituição”. Elas representaram o canal pelo qual passaram as reivindicações operárias até chegarem ao seu principal interlocutor; o Estado. Este, aliado aos interesses de uma burguesia nascente, preocupado com o destino da desordem social e “sensibilizado” pela causa operária, apoiou tal iniciativa, que, coincidentemente, ia ao encontro dos seus objetivos.

Foi nesse jogo de interesses que operários e Estado deram-se as mãos para executar, de um lado, um plano que visava ao progresso material da pátria, mediante a cooptação de trabalhadores enquanto contribuintes essenciais à realização dos seus projetos e, de outro, ao atendimento às necessidades dos trabalhadores, que desejavam dignidade profissional e o *status* de cidadão.

Ao captarmos, nesta primeira parte, a conjuntura de transição no mundo do trabalho urbano vivida pelos trabalhadores, livres, escravos e libertos, com o propósito de inserir a criação do Liceu de Artes e Ofícios neste ambiente, descortinaremos, na próxima parte deste estudo, a história, propriamente dita, da instituição, observando as múltiplas funções que desempenhou (beneficência, educação, produção e cultura) ao longo de cem anos de existência (1872-1972).

Não obstante ainda escravista, a sociedade brasileira, e a baiana em particular, caminhava no sentido de romper com as velhas estruturas monárquicas e construir um novo estado, composto de instituições liberais. Assim, iremos observar, ao longo deste estudo, que o Liceu de Artes e Ofícios esteve integrado ao contexto deste período de transição, participando das transformações sócio-políticas advindas com o fim do trabalho escravo e com o advento da República, experimentando momentos iniciais de dificuldades, para estabelecer-se como instituição potente e de confiança, outros de avanço e ascensão e, por fim, de decadência.

PARTE II

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS:

AÇÕES MÚLTIPLAS

Há em nossa vida um dia em que se fazem realidade os sonhos; depois de largo e duro caminhar desponta a aurora do descanso, e nós, os viajores da longa peregrinação, encontramos, por fim, o oásis em cuja sombra expandem-se nossas esperanças; é esse o dia solene em que, após continuada luta, recebemos os louros que coroam nossos trabalhos. (RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1873, p. 16)

CAPÍTULO 5

SOCIEDADE DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA

A Sociedade de Artes e Ofícios, fundada em Salvador a 20 de outubro de 1872, é analisada, neste Capítulo, enquanto modelo de sociedade mutuária, organizada para auxiliar artistas e operários que vivenciavam dificuldades de sobrevivência, numa sociedade que pretendia ir ao encontro da civilização e do progresso através da utilização do trabalho livre. Pretendemos, assim, focalizar os primeiros momentos de estruturação da beneficência (anos finais do Império), o fortalecimento do conteúdo previdenciário (duas primeiras décadas da República) e o processo de enfraquecimento e esvaziamento dessa função (a partir dos anos de 1930), até a sua completa extinção.

- **artes, ofícios e caridade**

Do sonho de alguns artistas e operários, nascia a Sociedade de Artes e Ofícios, conhecida por Liceu de Artes e Ofícios. Iniciava-se a concretização da ideia que, desde 1864, ganhou forma de projeto de lei (nº 729) e foi rejeitada¹⁴⁹. A Sociedade, criada pelo Ato de 9 de março de 1872, do então Presidente da Província, Des. João Antonio de Araújo Freitas Henriques, refletiu objetivos já estabelecidos nas sociedades mutuárias do período. Contudo, seu conteúdo beneficente ampliou-se para o ensino das artes e ofícios. Além de oferecer apoio mútuo aos associados, previa a criação, no âmbito da Sociedade, de um Liceu de Artes e Ofícios, tendo por fim a desejada educação profissional dos filhos menores dos artistas e operários.

¹⁴⁹ O projeto de lei nº 729 de 1864, apresentado pelo Dr. Antonio Alvares da Silva à Assembléia Legislativa Provincial, previa a criação de uma Escola de Artes e Ofícios, cujo ensino duraria quatro anos e seria dividido em teórico e prático, contendo as disciplinas: Aritmética, Língua Francesa, Geometria e Trigonometria para o 1º ano; Mecânica, Física e Química, Desenho de Ornamentação e Princípios do Linear, para o 2º ano; Mecânica Industrial, Desenho Linear Aplicado à Arte das Construções, Física e Química Industriais, para o 3º ano; e o último ano, consagrado à tecnologia prática nas oficinas e laboratórios do estabelecimento. Entre os seus artigos, ficaria o Governo autorizado a contratar, dentro ou fora do país, mestres de oficinas, ficando o mesmo responsável pelos gastos necessários com o estabelecimento, com as oficinas que mais aplicação e utilidade pudessem trazer desde já ao país. Embora tenha sido acompanhado por muitas assinaturas de apoio, o projeto fora rejeitado. (APEB. Série Projetos, maço 873, número 729 de 16 de março de 1864 e QUERINO, Manoel Raymundo. Artistas Bahianos, p. 110 e As Artes na Bahia, p. 160)

Assim, desde a sua criação, o Liceu da Bahia teve características de sociedade mutuária, com objetivos específicos e delineados, que visavam à organização sistemática de uma política educacional destinada a artistas e operários. Foi um avanço verificado no interior da organização dos trabalhadores, que, em meados do século passado, se ressentiam da falta de escolarização oficialmente reconhecida e que lhes possibilitasse acesso à condição de cidadãos capazes de usufruir e participar de direitos políticos, como por exemplo votar e integrar o quadro de parlamentares, cujas possibilidades foram delineadas com a implantação da República.

O binômio instrução-profissão passou a fazer parte do conjunto de valores requisitados por uma sociedade que se afastava, progressivamente, das relações escravistas de produção, para outras de conteúdo liberal, como a admissão oficial do trabalho livre. Não obstante as sociedades mutuárias existentes no período quase limitarem-se à beneficência, já previam a abertura de um espaço para a escolarização de seus membros, no sentido destes terem acesso ao conhecimento humanístico, aliado ao aprendizado de profissões que lhes garantissem a sobrevivência.

O ensino das artes e ofícios no Brasil possui, desde as suas origens, características de iniciativas filantrópicas. Desde a Colônia, menores aprendizes eram utilizados nos estaleiros, para aperfeiçoarem-se no ofício da construção naval. Foram, primeiramente, os estabelecimentos militares que organizaram e sistematizaram, nas primeiras décadas do século passado, a presença de menores órfãos, pobres ou desvalidos, para transformarem-se em força de trabalho para seus arsenais¹⁵⁰.

Por iniciativas de associações civis, do aparelho de Estado ou de ambos, respectivamente foram-se criando, ao longo do Império, instituições destinadas ao ensino das artes manufatureiras por várias províncias, denominadas, genericamente, Casas de Educandos Artífices. Eram os órfãos, indigentes, expostos da Santa de Misericórdia ou filhos de pais comprovadamente pobres, que não tinham meios de os alimentar e educar, que constituíam a clientela de tais casas. Não obstante serem destinadas ao ensino de ofícios, tais estabelecimentos possuíam o caráter de instituições de caridade¹⁵¹ (**ANEXO IV**).

[...] a disciplina era bastante rigorosa, militar ou paramilitar; a instrução propriamente profissional era dada em arsenais militares e/ou oficinas particulares¹⁵².

No Império, as ideias positivistas infiltraram-se no ambiente cultural, trazendo princípios de cientificação do conhecimento. Formularam-se as primeiras iniciativas na promoção do ensino

¹⁵⁰ CUNHA, O Ensino de Ofícios Manufatureiros, 1975, p. 7.

¹⁵¹ Sobre as características do ensino das artes e ofícios no Brasil Império ver SUCKOW FONSECA, Celso. História do Ensino Industrial no Brasil, 1986 e Cunha..., op. cit....

¹⁵² CUNHA ... op. cit., p. 7.

teórico aliado à prática, com o intuito de atingir, simultaneamente, os ideais de progresso material e organização de uma sociedade sem conflitos. O ensino destinado à indústria esteve carregado de filantropia e assistencialismo, característicos do período colonial, assim se mantendo durante todo o Império até o advento da República.

Em 1854, D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamim Constant, onde aprendiam o ofício de tipografia e encadernação. A atenção voltada para os menores abandonados estava presente em todos os discursos e leis. Naquele mesmo ano, o Conselheiro Luis Pedreira do Couto Ferraz, depois Visconde de Bom Retiro, assinou o decreto 1331-A (1º/fev.), reformando a instrução primária e secundária do Município Neutro, introduzindo medidas especiais para os menores abandonados. Foram criados asilos, onde se ministrava a instrução primária, enquanto o ensino de ofícios era ensinado em oficinas públicas ou particulares.

Desde então a preocupação do Estado em iniciar menores em ocupações úteis, repetiu-se nos discursos, decretos, leis, etc. As escolas profissionais eram previstas como alternativa viável para o desenvolvimento das indústrias. João Alfredo Correia de Oliveira, enquanto deputado, apresentou, em 1874, o projeto nº 73, propondo alterações no ensino primário e secundário, prevendo a criação de escolas profissionais:

Criar-se-ão nos municípios das províncias do Império escolas profissionais, em que se ensinarão as ciências e suas aplicações que mais convierem às artes e indústrias dominantes, ou que devam a ser criadas e desenvolvidas¹⁵³.

Com o avanço dos ideais modernizadores e o aumento da produção manufatureira, foram-se organizando, pelo Brasil, sociedades civis de características benemerentes para amparar órfãos e/ou ministrar ensino profissional. As sociedades que mais se destacaram foram as que criaram e mantiveram Liceus de Artes e Ofícios (**ANEXO V**), sustentados por subsídios do Estado, anuidades e donativos de sócios e contribuições diversas. O primeiro, fundado em 1856 no Rio de Janeiro, foi fruto da iniciativa do arquiteto Bethencourt da Silva, discípulo de Grandjean de Montigny, arquiteto vindo para o Brasil com a missão francesa em 1816. Um dos objetivos daquela instituição era o de desenvolver as artes industriais e difundir nas classes populares o gosto pela arte aplicada¹⁵⁴.

Foi a partir da presença da missão francesa que as artes no Brasil adquiriram uma nova roupagem, acelerando-se o processo de laicização principalmente na pintura, escultura e arquitetura, rompendo com a tradição colonial de origem portuguesa. A intenção do então Príncipe Regente,

¹⁵³ SUCKOW..., op. cit. pp. 151-153.

¹⁵⁴ AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil, p. 466.

após a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal, era de dinamizar o ensino das artes e ofícios no Brasil, trazendo da França profissionais que viessem estabelecer os cursos voltados à formação profissional aplicada ao ensino de ofícios manufatureiros.

A contribuição da equipe, composta, principalmente, de franceses, representou o núcleo da futura Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. A criação cogitada de uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, na qual os artistas estrangeiros deveriam lecionar, nunca ultrapassou os limites da intenção, apesar de, em 1816, Sua Majestade ter assinado um decreto (12 de agosto) tratando da necessidade de difundir-se o estudo das Belas Artes em aplicação aos ofícios mecânicos, tendo, para isso, mandado estabelecer a referida Escola. Em 1820, a pretendida Escola Real, perdendo suas características profissionais, foi transformada na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, no mesmo ano tomando o nome de Academia das Artes. Veio a funcionar de fato em 1826¹⁵⁵, sendo finalmente transformada em Escola Nacional de Belas Artes (1890).

As primeiras iniciativas em criar-se estabelecimentos que visassem reunir a aplicação da arte enquanto coleção de regras ou métodos para realizar-se uma obra, utilizando-se conhecimentos teóricos para melhor aplicá-los na prática, deram-se sobretudo na França. Neste sentido, as artes e ofícios estariam aliados de forma a permitir ao artista ou operário melhor atuar no seu ofício, tornando-se um artista hábil, capaz de aplicar a sua arte à indústria. Eram as artes industriais e manufatureiras que reclamavam o trabalho da mão ou o socorro das máquinas que originalmente constituíam as Artes úteis ou Artes mecânicas, em oposição às Artes liberais. Estas últimas eram consideradas na antiguidade como tais por serem exercitadas pelo homem livre, enquanto as "artes mecânicas" ou "manuais" eram destinadas aos escravos¹⁵⁶.

- **o Liceu Imperial: fundação**

As escolas de artes e profissões (ofícios) fundadas em 1803 na França, por Chaptal, eram destinadas a propagar conhecimentos relativos ao exercício das artes mecânicas, cujo ensino era teórico e prático, admitindo-se candidatos de 15 a 17 anos. Lá formavam-se engenheiros civis, chefes de exploração e de indústria. Desde 1795, o conservatório das Artes e Ofícios situado em

¹⁵⁵ SUCKOW, vol.1, p. 112.

¹⁵⁶ Na Idade Média as artes liberais eram distribuídas em sete: gramática, retórica, filosofia, aritmética, geometria, astronomia e música. As três primeiras formavam o círculo de estudo chamado TRIVIUM, e as outras quatro o QUADRIVIUM.

Paris, atuava no sentido de receber miniaturas das máquinas e instrumentos próprios de artes mecânicas e espalhar os conhecimentos úteis à indústria¹⁵⁷.

Estas escolas certamente inspiraram aquelas criadas no Brasil, as quais pretendiam formar artistas e operários, numa fase em que se instalara a desorganização do aprendizado de ofícios nas extintas corporações e que se procurava, com sacrifícios e sem métodos, desenvolver o ensino das artes e ofícios no seio das sociedades mutuárias organizadas ao longo do século XIX.

O Liceu da Bahia representou, desta maneira, tanto para o Estado como para os trabalhadores, a realização de uma necessidade premente, reclamada pela sociedade que pretendia ser civilizada e moderna. Das principais capitais, Salvador, até então, não possuía uma instituição como aquela. Para a sua efetiva implantação, foi nomeada uma comissão para a elaboração dos estatutos, cujo modelo foi retirado dos Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e de Recife¹⁵⁸.

Logo em seguida foram nomeadas dez comissões paroquiais, correspondentes a cada freguesia da Cidade, a fim de angariarem sócios para a efetiva fundação da Sociedade, o que não poderia ser levado a efeito "sem o concurso dos artistas e operários aqui residentes..."¹⁵⁹. Os sócios reunidos nas freguesias da Vitória e Pilar, por exemplo, eram, em sua maioria, marceneiros, serralheiros, sapateiros, carpinteiros, fundidores e latoeiros (**ANEXO VI**).

O interesse pela causa do Liceu foi ampliado por toda a sociedade, despertando, em algumas pessoas, o desejo de colaborar para a concretização do respectivo projeto. Assim, entre outras ofertas realizadas para fortalecer a campanha em prol da fundação de uma instituição com objetivos benemerentes, foi concedida, pelo artista prestidigitador (mágico) brasileiro, Julio Santos Pereira, uma noite de espetáculos no Teatro São João. Entre outros donativos, foram oferecidos 22:000\$000 (vinte e dois contos de réis) pelo Barão de Monte Santo e Barão da Palma, em benefício da instrução pública e para a construção do edifício do Liceu. A instituição contou ainda com a colaboração de dez artistas da cidade de Nazaré e de muitos outros de Salvador, perfazendo um total de 762 assinaturas de apoio à Sociedade que se fundava. Com todas as contribuições, foi arrecadado o montante de 26:000\$000 (vinte e seis contos de réis)¹⁶⁰.

Ao mesmo tempo em que se organizavam as bases financeiras para a fundação da Sociedade, diversas ofertas foram feitas ao Presidente da Província, por professores e estudantes da

¹⁵⁷ Existiam quatro escolas de artes e profissões na França: em Angers, em Châlous-sur-Marne, em Aix e em Cluses. Em Paris foi fundada a Escola Central de Artes e Manufaturas em 1829 por particulares e adquirida pelo Estado em 1857. (Ver M. N. Bonillet. *Dictionnaire Universal des Sciences, des Lettres et des Arts*, 1896 e *Diccionario Internacional*, s/d.

¹⁵⁸ APEB, Ato do Presidente da Província, 9 de março de 1872. A comissão criada para a organização dos primeiros estatutos do Liceu foi composta pelos cidadãos: Dr. Antonio Januario de Faria, Dr. Francisco Rodrigues da Silva, bacharel Frederico Marinho de Araújo, empregado publico João da Silva Romão e o professor público aposentado Francisco Barbosa de Araújo.

¹⁵⁹ APEB, Ato do Presidente da Província, 15 de maio de 1872.

¹⁶⁰ RELATÓRIO do Lyceu de Artes e Officios., 1901, p. 4; EXPOSIÇÃO do Des. João Antonio de Araújo Freitas Henriques, 1872, p. 22; APEB, Série Instrução, correspondências, maço 4015, 4 de dezembro de 1872.

Faculdade de Medicina e outros cidadãos letrados, para lecionarem, gratuitamente, no Liceu que se criava (ANEXO VII).

Maria das Graças de Andrade Leal



CONSELHEIRO

João Antonio de Araújo Freitas Henriques

FUNDADOR DO LYCEU DE ARTES E OFFICIOS DA BAHIA

1872

12. Falecido em 1º/janeiro/1903
Fonte: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

134

(1) João Antônio de Araújo Freitas Henriques, fundador do Liceu.

Fonte: Relatório do Liceu, 1873.

A fundação solene da Sociedade aconteceu no Palácio do Governo (20 de outubro de 1872), conduzida pelo Presidente interino da Província (Joaquim Pires Machado Portella), com a presença

de artistas, operários e pessoas ilustres da sociedade. Sem contar com sede própria, as atividades tiveram início na Sociedade Monte-Pio dos Artistas e, logo em seguida, passaram para o prédio situado à rua Direita do Palácio, hoje rua Chile, alugado ao Barão de Pereira Marinho por 550\$000 (quinhentos e cinquenta mil réis) anuais¹⁶¹.

Logo após a inauguração, tratou-se de eleger a primeira diretoria. Dos 15 primeiros sócios mais votados foi constituída a Diretoria, tendo como o mais votado, com 216 votos, o Desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques, eleito o primeiro Presidente da Sociedade, e, para Vice-presidente, João da Silva Romão, o segundo colocado, com 201 votos (**ANEXO VIII**).

Tendo de retirar-se para a Corte como deputado geral, o presidente eleito foi substituído por João da Silva Romão, falecido pouco depois, a 31 de janeiro de 1873. A Sociedade, tomando-se acéfala e tendo omissos nesta parte os seus estatutos, passou a ser presidida pelo 1º Secretário, o artista Manuel Emygdio Vanique. Foi este pintor-encarnador quem implantou de fato as aulas, adquirindo mobília escolar e alugando o espaço para aulas e sessões.

No primeiro ano de fundação, o Liceu contava com 178 sócios. Destes, 90% eram artistas e operários, e o restante estava distribuído entre bacharéis, funcionários públicos, médicos e professores.

- **objetivos sociais**

Enquanto sociedade mutuária, o Liceu funcionou, por cerca de 60 anos, auxiliando seus consócios na doença, na invalidez e no funeral, garantindo, ao mesmo tempo, o futuro dos seus filhos através da educação e da profissão. Como o conteúdo educacional da Sociedade sobrepunha o previdenciário, a instituição ficou conhecida, genericamente, por **Imperial Liceu de Artes e Ofícios** e, a partir da República, **Liceu de Artes e Ofícios**. O título de Imperial foi concedido pelo Imperador (Lei de 6 de outubro de 1874), simbolizando o reconhecimento oficial da instituição pelo poder central. Além disso, o Liceu receberia algumas vantagens, como garantia de subvenções e isenções fiscais.

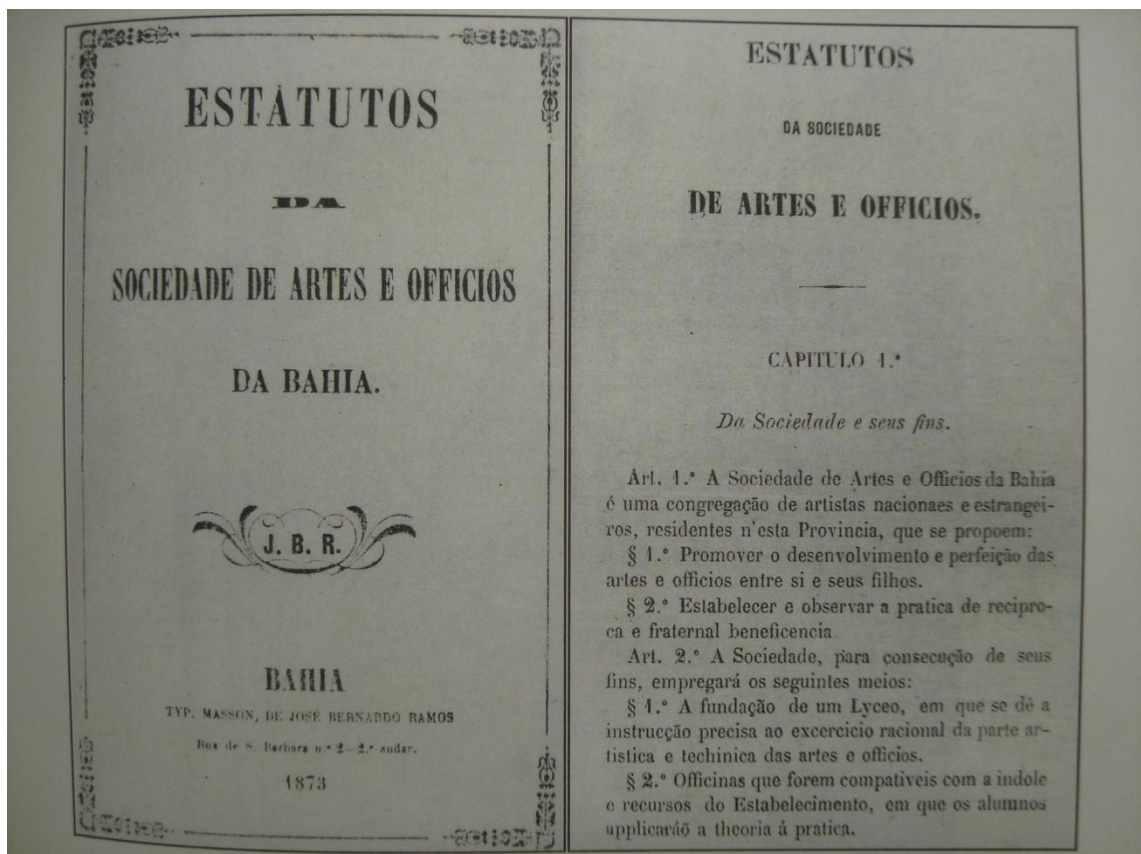
Não obstante as dificuldades financeiras, o Liceu adquiriu, dois anos após a inauguração, o “Paço do Saldanha” - edifício colonial, então pertencente ao Barão de Pirajá - pelo valor de quarenta contos de réis (40:000\$000). Esta alta quantia foi arrecadada entre

¹⁶¹ PRIMEIRO Relatório do Lyceu de Artes e Officios, apresentado no dia 26 de outubro de 1873, pp. 4/5.

artistas e operários, somando-se a diversas doações de pessoas ilustres da sociedade, a exemplo do próprio Barão de Pirajá, do Barão de Monte Santo e do Barão da Palma.

Como sociedade civil e privada, sem fins lucrativos, organizada em torno de interesses beneficentes e educacionais, o Liceu manteve, desde a sua criação, um quadro social que incluía pessoas de todas as classes sociais, muitas das quais integravam a sua administração.

A distribuição do corpo de associados em categorias de sócios correspondia à estrutura das demais sociedades mutuárias. Os *sócios efetivos* deviam ser maiores de 21 anos, ter bons costumes e a qualidade de artista ou operário; os *correspondentes* eram aqueles que, domiciliados fora da capital, pudessem auxiliar no progresso e desenvolvimento da Sociedade; os *honorários* eram pessoas que, pela “ilustração, posição e serviços”, merecessem este sinal de distinção; os *beneméritos*, todos aqueles que fizessem donativos não inferiores a um conto de réis ou praticassem serviços relevantes, como professores que, gratuitamente e com assiduidade, lecionassem por mais de dois anos¹⁶².



(2) Primeiro Estatuto do Liceu de Artes e Offícios – 1873

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

¹⁶² PRIMEIRO Estatuto do Liceu de Artes e Offícios, 1872.

No Império, os sócios contribuintes ou remidos eram, em sua maioria, artistas, operários e alguns professores, médicos e funcionários públicos civis. Nos anos iniciais da República, o quadro permaneceu quase inalterado, porém, entre 1917-1918, foram incluídos outros segmentos da camada intermediária da sociedade, como bacharéis, farmacêuticos, engenheiros, militares e negociantes.

A administração da Sociedade era formada por um Diretório composto de professores e substitutos do Liceu, dos mestres das oficinas e de mais 15 membros eleitos, trienalmente, entre os sócios efetivos e honorários. O Diretório era dirigido por um presidente indicado pelo Presidente da Província e acumulava as funções executivas e legislativas, enquanto poder constituído na Sociedade e representante dela em suas relações internas e externas. Os demais membros da administração exerciam funções compatíveis com o cargo, conforme as necessidades da Sociedade. O cargo de hospitaleiro, por exemplo, tinha o objetivo de visitar os sócios doentes sem recursos e os caídos em indigência, a fim de garantir-lhes o auxílio requerido¹⁶³.

Algumas alterações foram realizadas na organização administrativa da Sociedade com a reforma dos primeiros estatutos (1876). Ficou mantido o Diretório, com poderes executivos, criada a Assembleia Geral, com poderes legislativos, e instituída a Comissão Fiscal, para o exame das contas da Sociedade. Os novos estatutos demonstravam preocupação em relação às finanças da instituição. Provavelmente, constituiu-se o momento chave para o fortalecimento da Sociedade, uma vez privilegiar-se as questões econômicas como base para um efetivo crescimento institucional. Isto pode ser considerado, ainda, como uma forma de controle e fiscalização das rendas do Liceu, não as entregando em mãos de artistas ou operários que pouco ou nada conheciam da complexidade em dirigir-se as finanças de uma instituição que dia a dia crescia em seu patrimônio móvel e imóvel¹⁶⁴.

- **Liceu: liberalismo e abolição**

O conteúdo liberal da instituição pode ser caracterizado através de algumas passagens significativas, que indicavam os caminhos políticos adotados pela Sociedade nos anos finais do

¹⁶³ Nos estatutos de 1876 ficou instituída a vigência anual da diretoria e, em 1918, passou a ser bienal. Escolhido o Presidente do Diretório, em seguida ocorria a eleição, por escrutínio secreto e maioria relativa de votos, de um Vice-presidente, dois Secretários, um Tesoureiro, um Hospitaleiro, duas Comissões de três membros cada uma (Artística e Econômica).

¹⁶⁴ A Assembleia Geral era a reunião de todos os sócios efetivos, no gozo de seus direitos, presididos por uma mesa composta de um Presidente, dois Vice-presidentes e dois Secretários (1º e 2º). A administração da sociedade passou a ser composta de um Diretório que atuava na função executiva e da Assembleia Geral na função legislativa. A Comissão Fiscal era composta de três membros não pertencentes nem à mesa da Assembleia Geral nem ao Diretório.

Império. Tratando-se dos registros de tombamento de todo o patrimônio e capital da instituição, registrava-se, nos estatutos, que, entre os "bens semoventes não se compreenderão escravos, que a sociedade nunca poderá adquirir nem possuir, aceitando-os, todavia, se lhe forem legados para dar-lhes a liberdade"¹⁶⁵. A tendência liberal fica marcada não só com a presença em seu quadro de dirigentes e de sócios abolicionistas ligados ao Partido Liberal, como a própria prática então adotada.

O Liceu esteve integrado ao movimento abolicionista da Bahia. Quando José do Patrocínio passou pela Bahia (1882), em trânsito para o Norte, o Liceu abriu suas portas para ouvir a voz de quem lutava pela libertação dos escravos e pela conquista da dignidade nacional e dos direitos da humanidade. Assistindo, naquele ano, à celebração solene do aniversário do Liceu, José do Patrocínio congratulou-se com o respectivo Diretório pela brilhante solenidade, enquanto atacava a escravidão, por "ser incompatível com o fim daquela utilíssima instituição, com a prosperidade do país, e principalmente com os nossos brios nacionais"¹⁶⁶.

No dia 1º de novembro do mesmo ano (1882), foi inaugurada, no Liceu, uma série de conferências abolicionistas. A primeira foi realizada por José do Patrocínio, sendo seguidas em diferentes dias por José de Oliveira Campos, Paula Ney, Cons. Luiz Alvares dos Santos e outros. Contemporâneo dos acontecimentos, Luiz Anselmo da Fonseca observou que aquele meio de propaganda e de educação popular não se prolongou em virtude dos interesses em manter-se a escravidão e do "habitual indiferentismo do nosso público"¹⁶⁷.

Dois anos depois da passagem de José do Patrocínio pela Bahia, o Liceu esteve presente nas comemorações dedicadas à redenção dos cativos no Amazonas. Naquela ocasião, ocorreram, em Salvador, várias manifestações na luta pelo fim da escravidão, em "Homenagem ao Amazonas Livre"¹⁶⁸.

Em comemoração à "gloriosa Lei de 13 de maio de 1888", o Liceu organizou uma missa em ação de graças e sessão solene, previstas para o dia 27 daquele mês e que foi adiada, em virtude da "grave enfermidade" que acometeu o Imperador. Certamente, o Liceu festejou aquela data em outro momento, pois, no seu quadro social integrava, além de personagens ligadas ao abolicionismo,

¹⁶⁵ ESTATUTOS, 1876, Artigo 63 das Disposições Gerais, § único.

¹⁶⁶ FONSECA, A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo, 1887, p. 282.

¹⁶⁷ Idem, ibidem, p. 283.

¹⁶⁸ Das manifestações em homenagem ao "Amazonas Livre", o Liceu participou de uma procissão cívica que percorreu ruas da cidade, indo até o Passeio Público. A marcha foi organizada com a participação de militares, normalistas, estudantes, sociedades abolicionistas, associações beneficentes, etc. A programação culminou no Cine Politeama, onde apresentaram-se várias peças musicais, discursos e poesias. GAZETA DA TARDE, 13/14 de setembro de 1884.

sócios que participavam de entidades exclusivamente de negros, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Pelourinho¹⁶⁹.

A absorção de libertos nas salas de aula demonstrava que o Liceu permanecia coerente com seus objetivos iniciais, abrindo suas portas para integrar ex-escravos na sociedade, dando-lhes instrução profissional capaz de facilitar-lhes o acesso ao mercado de trabalho. Para este fim específico, foi fundada a "Sociedade Treze de Maio". Propunha-se não só dar instrução aos libertos, mas defendê-los, quando preciso, e dar-lhes locação e trabalho, "evitando-se os perigos que da vagabundagem [pudessem] resultar para a ordem pública", conforme pregava o então vice-presidente da Província¹⁷⁰.

- **quadro social**

Não obstante ser uma sociedade destinada a atender aos interesses previdenciários, educacionais e profissionais de artistas e operários, a presença destes era limitada aos quadros de associados, ou ainda, eventualmente, como integrantes de comissões técnicas. Segundo Cunha, os sócios artífices

[...] tinham grande dificuldade em se organizar para reproduzir, pela escola, sua formação técnica e ideológica. Por essa razão, ao que parece, essas sociedades só subsistiram quando conseguiram organizar um quadro de sócios beneméritos que as dirigiam e mantinham com seus próprios recursos ou com subsídios governamentais que atraíam¹⁷¹.

A presença de alguns artistas e operários nos quadros administrativos e de decisões do Liceu insere-se na conjuntura de transição no final do Império e primeiros anos da República. Poucos artistas gozavam de prestígio e privilégio social. A situação de abandono e miséria experimentada pela maioria de artistas e operários constituía ameaça para os trabalhadores manuais, em consequência do avanço das forças capitalistas nas relações de produção.

Entre os artistas e operários que atuaram e investiram na criação do Liceu, comendo, respectivamente, a primeira diretoria, salientamos a presença de Victorino José Pereira Júnior

¹⁶⁹ Entre alguns sócios do Liceu, participantes de entidades negras, identificamos Plácido Felix do Nascimento, hospitaleiro do Liceu, eleito na primeira diretoria e irmão-tesoureiro da referida Irmandade, entre outros sócios do Liceu como Joaquim d'Alcântara, Severiano Pereira da Silva, Eloy Aleixo Franco, Albino Paulo do Bomfim, Manuel Raymundo Querino, Manuel do Bomfim Galliza, todos irmãos do Rosário dos Pretos. Eloy Aleixo Franco aparece como Juiz da Irmandade do Rosário da Matriz de Santana em 1898. Na República, é eleito 1º Vice-presidente da Assembleia Geral do Liceu para o exercício de 1894-95 e aparece em 1893 como um dos vogaes na fundação do Centro Operário da Bahia. Faleceu entre 1933-1934, recebendo auxílio pecuniário do Liceu. DIÁRIO DA BAHIA, 26 de maio de 1888.

¹⁷⁰ FALA do 1º Vice-presidente da Província, Dr. Aurelio Ferreira Espinheira, em 3 de abril de 1889. Bahia:

Typographia da "Gazeta da Bahia", 1889, p. 94.

¹⁷¹ CUNHA, Luiz Antônio. "Aspectos Sociais da Aprendizagem de Ofícios Manufatureiros....", 1978, p. 18.

e Francisco Nicoláo Gavazza (merceneiros), Thomaz Pereira Palma (marmorista), Belizario Lopes Regadas (ourives), Manuel Emygdio Vanique (pintor-encarnador), Joaquim Rodrigues de Faria (escultor de ornatos), Feliciano José Torres (ferreiro) e Estanislau João da Cruz (pedreiro). Outros vieram, ao longo da Primeira República, atuando junto à Direção, como Francisco Miguel Chaves, Ismael Ribeiro dos Santos e José Pinto Parente¹⁷².

Destacamos ainda, entre aqueles que contribuíram para o fortalecimento do ensino das artes e ofícios, atuando como professores no Liceu, Manoel Lopes Rodrigues e Presciliano Isidoro da Silva, ex-alunos do Liceu que se tornaram artistas consagrados no mundo da pintura¹⁷³.

Mestres que manifestaram seus talentos nas artes tipográficas, no desenho, na pintura, escultura, marcenaria e mecânica dedicaram-se aos que desejavam aprender um ofício e garantir o futuro de trabalhador. José Prudencio de Carvalho (tipógrafo), Francisco José Rufino de Salles (pintor), Manoel Raymundo Querino (professor de Desenho Industrial), Isidro Pinheiro Lobo (mestre marceneiro), Guilherme da Rocha Barros (escultor), Victorino Eduardo de Oliveira (dourador), Matheus Cruz e André Gomes (mestres em mecânica), Euclides Correia de Moraes, Álvaro Costa e Octacílio Nazareth (mestres em marcenaria e carpintaria), entre outros.

Sócios que participaram ainda da administração do Liceu e que estiveram presentes por longo tempo trabalhando em várias funções, tornando-se verdadeiros conhecedores do seu funcionamento. Heráclio Cardoso de Mello, por exemplo, entrou como escriturário (1919), tornando-se administrador, gerente, superintendente e, por fim, foi agraciado com o título de sócio benemérito em reconhecimento aos serviços que prestou para o engrandecimento do Liceu¹⁷⁴.

¹⁷² *Francisco Miguel Chaves* entrou aos doze anos para uma das oficinas do Liceu. Assumiu vários cargos na Diretoria, notadamente de secretário e Vice-presidente. Era trabalhador da imprensa e faleceu por volta de 1933. *Ismael Ribeiro* morreu diretor e sócio remido do Liceu. Enquanto diretor (1933), dizia ser ele um homem que se orgulhava da condição humilde, mas honesta, de que proviera, começado artista e vivido artista. Foi um dos fundadores do Centro Operário. *José Pinto Parente* era português e tinha a profissão de estucador. Fez parte do Diretório do Liceu e foi um dos próceres da sua classe, como diretor do Centro Operário. Ismael Ribeiro e José Pinto Parente faleceram por volta de 1931-1932.

¹⁷³ *Manoel Lopes Rodrigues* foi nomeado, em 1896, professor de ornamentação e decoração artística. Havia, então, chegado recentemente da Europa, onde completara sua educação artística e era lente da cadeira de Desenho do Ginásio Estadual. Tornou-se sócio efetivo do Liceu entre 1898-1899. De sua autoria, existem alguns retratos de sócios honorários do Liceu que faziam parte da Galeria dos Beneméritos. *Presciliano Isidoro da Silva* foi nomeado, entre 1917-1918, professor de Desenho e Pintura do Liceu. De sua autoria, existe no Liceu o retrato do sócio benemérito Heráclio Cardoso de Melo, cuja obra sobreviveu ao incêndio que destruiu muitas outras telas.

¹⁷⁴ Na sessão da Assembleia Geral de 29 de setembro de 1960, foi aprovada a proposta do sócio Major Cosme de Farias, que solicitava a colocação do retrato do benemérito Heráclio. A ampliação do retrato foi confiada ao pintor Presciliano Silva e terminada em princípios de 1961. Heráclio Cardoso de Mello nasceu em Feira de Santana e faleceu a 24 de dezembro de 1964.

Dedicar títulos de sócios beneméritos e honorários a pessoas ilustres que prestavam serviços relevantes tornou-se tradição, desde a sua fundação. Vários foram os beneméritos e honorários que fizeram parte do Liceu Imperial e Republicano. Eram considerados sócios protetores, em sua maioria, personalidades de influência social, econômica e política, local ou nacional. Representavam a base política de sustentação do Liceu, pois eram, potencialmente, colaboradores influentes para facilitar a vida da instituição, ora na obtenção de subvenções públicas ou na reivindicação de auxílios outros que beneficiassem o seu progresso. Normalmente, eram os que assumiam a presidência da Assembleia Geral ou do Diretório. Ao longo do tempo, ficaram registrados nos diversos retratos a óleo que compunham a Galeria dos Beneméritos. As vantagens financeiras e políticas atraídas para instituições do gênero constituíam-se, sobretudo, pelo acesso e viabilização de dotações governamentais que assumiram importante papel na manutenção das escolas de ofícios (**ANEXO IX**).

Caracterizado pela adesão às classes dominantes, o Liceu sustentou a tradição de atrelar-se aos poderes constituídos, independente de vínculo partidário, com o objetivo de manter-se atuante e presente na vida de seus associados. Esta característica era demonstrada pelas diversas distribuições de títulos, conferidos a personagens ligados ao poder. Os primeiros diplomas de sócios honorários oferecidos pelo Liceu foram conferidos ao artista Julio dos Santos Pereira, ao Presidente interino da Província José Eduardo Freire de Carvalho (29 de junho de 1873) e a Frederico Augusto da Silva Lisboa¹⁷⁵.

Dos sócios honorários admitidos nos primórdios da República destacamos o Tenente-Coronel Hermes Rodrigues da Fonseca (3º Governador do Estado da Bahia), Manoel Victorino Pereira (2º Governador da Bahia), Antonio Bahia da Silva Araújo (professor), Ruy Barbosa (Conselheiro), Luiz Anselmo da Fonseca (médico e escritor), Francisco Saraiva (engenheiro), entre outros.

Vários foram os que compuseram o quadro de sócios beneméritos do Liceu ao longo dos 100 anos de existência. Entre os mais destacados do cenário político e social da Bahia e do Brasil, salientamos os governadores da Bahia Severino dos Santos Vieira (1900-1904), José Marcelino (1904-1908), Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928), Vital Soares (1928-1930), Juracy Montenegro Magalhães (1931-1937), Landulpho Alves de Almeida (1938-1942), Otávio Mangabeira (1947-1951); os senadores Augusto Alvares Guimarães,

¹⁷⁵ *Júlio dos Santos Pereira* foi contemplado com o diploma de sócio honorário por ter se prestado gratuitamente ao espetáculo no Teatro São João em favor do Liceu, e *José Eduardo Freire de Carvalho*, em consideração aos serviços prestados à Sociedade como ainda pelo reconhecimento de ser aquele “amante da prosperidade desta Província no que se conta o bem-estar desta instituição” (APEB, Correspondências, maço 4015, 13 de julho de 1873).

Cons. Manoel Pinto de Souza Dantas, Pedro Lago; deputados federais Sátyro de Oliveira Dias, Francisco de Paula Oliveira Guimarães, Comendador João Augusto Neiva; deputados estaduais Alvaro Martins Catharino, Xavier Marques; prefeitos Arnaldo Pimenta da Cunha (1931-.1932) e José Wanderley de Araujo Pinho (1947-1951); entre outras personalidades.

A Mesa da Assembleia Geral do biênio 1967-1969, cujo período foi marcado pelo incêndio (23/fevereiro/1968), que destruiu grande parte das instalações do Liceu, mantinha em sua composição personagens singulares integrados aos meios políticos, financeiros e culturais da cidade, como João de Carvalho Sá (Presidente), Eugênio Teixeira Leal (1º Vice-presidente), Adhemar Martinelli Braga (2º Vice-presidente), Renato Berbert de Castro (1º Secretário) e Alvaro Barbosa Costa (2º Secretário).

- **República: avanços e crises**

Com a República, o Liceu continuou atuando política e socialmente conforme as diretrizes do novo regime. O operário explodia como emblema de progresso. O trabalho ganhava novo significado, dignificando o homem. A classe operária passava a acreditar no novo regime, capaz de retirar "a legião de obreiros" do seu habitual ostracismo, oferecendo-lhe nobreza, glória e imortalidade. Assim foram propagados discursos oriundos de trabalhadores e das elites governantes. Foi um credo pronunciado por diferentes vozes.

A euforia em torno dos interesses operários fez com que o Liceu experimentasse, nos primórdios da República, em seu quadro social, significativo salto quantitativo. Com 2216 associados (1898), alcançava o auge da sua existência. Não obstante ser uma sociedade privada, o Estado a subvencionava com o montante de 21:500\$000 (vinte e um contos e quinhentos mil réis), distribuídos pelas três esferas de poder (federal, estadual e municipal). Esta subvenção representava cerca de 53% da sua receita, provindo o restante de jóias e mensalidades dos sócios, alugueis e pequenas vendas de produtos ali fabricados (**ANEXO X**).

Como expressão de interesses em torno da consolidação da República, o jornal "A Verdade", órgão dos alunos do Liceu, publicou, no primeiro ano de fundado (1890), uma série de artigos intitulados "A República". Eram discutidas questões relativas ao sistema de governo a ser adotado. Segundo a opinião do jornal, deveria ser organizada uma "sociocracia". Nela, todos os cidadãos, sem exceção, concorreriam, equitativamente, para a gestão dos negócios públicos, o que, de fato, não ocorreu¹⁷⁶.

¹⁷⁶ A VERDADE, 8 de outubro de 1890, ano 1, nº 25.

As contradições criadas pelo novo regime se aprofundaram. Os operários reivindicavam trabalho, garantias, dignidade, cidadania. As antigas instituições imperiais, destinadas à beneficência dos trabalhadores em geral, passavam por um processo de desânimo absoluto, até chegarem à extinção. Porém, outras foram sendo criadas, com as mesmas propostas beneficentes, e novas formas organizativas, de caráter reivindicatório, foram constituídas em torno das ideias socialistas.

O Liceu não foi exceção. Passou por sérias dificuldades. Sua função de sociedade beneficente, apoiando sócios com pensões, funerais, auxílios-doença, etc., ficou comprometida. Ao Estado não interessava manter subvenções para socorros previdenciários. O apoio público foi retirado, e sua sustentação financeira ficou extremamente abalada. Não obstante as interferências políticas, sobretudo do Comendador João Augusto Neiva, então Deputado Federal (1894), junto à esfera federal, reivindicando o direito de auxílio, o Liceu ressentiu-se, e as dificuldades tornaram-se ameaçadoras. A maioria dos sócios, sobretudo operários, foi-se retirando e ingressando em novas instituições que se foram organizando, com feições reivindicatórias, voltadas, principalmente, para a defesa dos interesses gerais dos trabalhadores, a exemplo do Centro Operário da Bahia¹⁷⁷.

¹⁷⁷ A maior parte da receita do Liceu era proveniente da subvenção provincial. Com a subida dos liberais ao poder, a subvenção foi repassada, também, pelo Governo Geral, ficando a Sociedade sendo subvencionada em 10:000\$000 (dez contos de réis). O Diretório do ano social de 1880-1881 teve como presidente o Dr. Rodolpho Epiphânio de Souza Dantas, um dos redatores do Diário da Bahia, órgão do Partido Liberal na Bahia. Este permanecerá presidente da Diretoria no exercício de 1881-1882. Na República, foram organizadas diversas sociedades e sindicatos que investiram na luta pelos direitos operários, como o Centro Operário da Bahia (1894), Sociedade União dos Metalúrgicos da Bahia, Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, Sindicato de Pedreiros, Carpinteiros e demais Classes (todos de 1919), Sindicato dos Carregadores da Bahia (1920), entre outros. Destas organizações, o Liceu esteve diretamente ligado ao Centro Operário da Bahia, desde a sua criação, que aconteceu em 18 de junho de 1893 nas suas instalações. Entre os seus fundadores, que já faziam parte do Liceu, estavam Ismael Ribeiro dos Santos, Elysiário Elysió da Cruz, Eloy Aleixo Franco e Domingos Silva. As relações estabelecidas desde então prolongar-se-ão durante a Primeira República, sendo o seu espaço muitas vezes ocupado para reuniões do Centro e sua presença constante nos eventos públicos e sociais de ambas as sociedades.



(3) Emblema do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia na República
Fonte: Relatório do Liceu, 1906

Como o Centro Operário, o Liceu de Artes e Ofícios esteve envolvido no mesmo jogo da política oligárquica de Salvador, apoiando diferentes líderes da política oficial, como Severino Vieira, José Marcelino, J. J. Seabra, Antônio Moniz, Francisco Marques de Góes Calmon, entre outros. Enquanto instituição de tradição imperial, com características predominantemente beneficentes, o Liceu reivindicava apoio dos poderes públicos para a ampliação das atividades educativas das classes trabalhadoras, através de meios pacíficos, dentro dos limites da lei.

Prediliano Pitta, desde 1894, assumiu o cargo de Presidente do Diretório, no qual permaneceu até 1900, sendo então eleito presidente da Assembleia Geral para os exercícios de 1900 a 1903. Dizia-se "socialista", não anarquista, pois sendo "'revolucionário com a palavra' e não com 'o punhal'", condenava as ações que subvertissem a ordem, incluindo as greves. Como ele, Manoel Querino, anteriormente referido, ex-aluno do Liceu, formado em Desenho pela Escola de Belas Artes, professor de Desenho Industrial no próprio Liceu e sócio-benemérito do mesmo, defendia os direitos dos operários, desde quando já havia participado da criação da Liga Operária Baiana (1876) e combatido a escravidão, transformando-se em figura de certo destaque do movimento abolicionista e fundador do Partido Operário. Foi Conselheiro Municipal nos primórdios da República. Manoel Querino não se envolveu, profundamente, nas intrigas políticas de então, retirando-se, definitivamente, da política em 1899. Dedicou-se à sua profissão, permanecendo no Liceu como professor até a velhice¹⁷⁸.

¹⁷⁸ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões Sociais: Salvador (1890-1930)*, 1982 (datil.), p 345/365/366,367. Sobre a vida pública de Manuel Querino ver CALMON, Jorge. *O Vereador Manuel Querino*, pp. 17/18.

Nos anos iniciais da República, o Liceu experimentou uma fase de declínio, fenômeno comum às demais sociedades beneficentes, de origem imperial. Na administração de Manuel Eustáquio de Oliveira Pinto (1903-1911), algumas mudanças foram operadas no interior da instituição. Afirmava-se que os dias amargos do Liceu haviam chegado, como às demais sociedades, pela falta de subvenções, rebeldia de muitos associados, inveja e oposição. O Liceu havia se transformado num grande "deserto sem oásis", se metamorfoseando "num grande pardieiro". Porém, a "nuvem tormentosa, complexa de germens asfixiantes" que tentava envolvê-lo, fora dissipada pelo esforço e poder dos poucos que permaneceram a postos. O Liceu, dali por diante, revigorava-se, tornando-se mais admirável, mantendo as suas aulas como verdadeiro pão distribuído aos necessitados. Com o apoio do Governador José Marcellino de Souza, o Liceu haveria de glorificar a Bahia, lançando-se "em riste contra o Golias da ignorância e da indolência"¹⁷⁹.

Tratavam-se, provavelmente, de críticas levantadas em torno da gestão do "socialista" Prediliano Pitta e de seus operários, que avolumaram o quadro de sócios de um Liceu que, durante o Império, havia contribuído para a manutenção da ordem social, através da beneficência e da educação. No contexto de consolidação do regime republicano, a presença de "socialistas" na direção do Liceu, além de participantes de outras instituições, a exemplo do Centro Operário, teria sido extremamente ameaçadora para quem via o movimento operário expandir-se pelo Brasil afora e a possibilidade de contaminar o povo baiano, "de índole pacífica"¹⁸⁰.

Apesar dos ataques ao "passado nebuloso", as alterações estruturais pouco ou nada sofreram de forma a melhorar o estado financeiro e moral da instituição. A diminuição de seus associados acentuou-se, caindo para 471, em 1905-1906. A ausência de subvenções do estado e do município refletia a falta de apoio oficial. Não obstante as promessas de repasse dos auxílios, estes não chegavam aos cofres do Liceu, o que provocou momentos de amarguras para aquela tradicional sociedade, presa a um passado glorioso. Entre 1908-1909 sua receita era de 33:921\$140 e a despesa de 35:444\$068. A subvenção federal, a única repassada, equivalia a quase 80% da sua receita, que deveria ser destinada, exclusivamente, à instrução. A receita destinada à beneficência se restringia às mensalidades dos poucos sócios que estavam em dia, a alugueis, remissões e dividendos. Naquele

¹⁷⁹ RELATÓRIO, Liceu de Artes e Ofícios, 1907, pp. 41/42.

¹⁸⁰ Em relatório apresentado, o Governador, ao se referir à questão da "ordem pública", dizia que a mesma se mantinha inalterada, desde quando o povo, de índole pacífica, confiava nos seus direitos, proporcionados pelo regime público. Constava, somente, uma revolta no 9º Batalhão de Infantaria, que resultou na morte do militar Fabrício de Matos e do Alferes Theodomiro Ramos de Queiroz, chefe do movimento sedicioso. Vale ressaltar que o período de consolidação do regime republicano foi extremamente conflituoso e movimentado em torno de interesses militares e civis, que resultaram na instalação do Estado de Sítio, em 1910. Mensagem do Governador José Marcellino de Sousa, 1905, p. 6.

período, para a beneficência, a receita foi de 3:618\$000 (três contos e seiscentos e dezoito mil réis), com uma despesa de 3:802\$500 (três contos, oitocentos e dois mil e quinhentos réis).

A beneficência era mantida a grandes custos, uma vez que a sua renda reduzia-se velozmente em detrimento da despesa. Em 1910 a situação tornava-se alarmante. Esta receita era de 1:448\$000, enquanto a despesa estava em 3:006\$000. O Liceu não podia deixar de prestar seus serviços aos consócios, ao mesmo tempo em que carecia de outras fontes de receita para acudir tais compromissos. A Comissão Fiscal de 1911 assim registrou a situação:

O Liceu não tem vida própria, respira tão-somente, assim devemos dizer, pelo aparelho das subvenções, e só o Governo Federal acode em tempo com a parte que se comprometera...¹⁸¹.

A tendência era de restrição da beneficência e fortalecimento da educação profissional. Apesar das forças contrárias, a luta para manter seus propósitos beneficentes continuou no interior da instituição. Passando a chamar-se Associação Liceu de Artes e Ofícios (1911), a Diretoria apelava para os poderes públicos, justificando sua existência enquanto instituição que servia à causa pública como fonte de progresso e civilização, enquanto comparava com o tempo da Monarquia, quando o governo provincial repassava, assiduamente, as subvenções.

- **o trabalhador perde a voz**

O discurso que passou a nortear a existência do Liceu foi o de escola notável que florescia na sociedade baiana, como única, talvez, que adotava a pedagogia moderna. A existência da instituição era defendida através das atividades desenvolvidas em direção “aos espinhosos serviços da instrução, caridade e trabalho”. Defender a existência do Liceu, em crise de identidade, significava dirigi-lo, cada vez mais, para a atuação educativa. Desta maneira, acreditava-se que a Bahia poderia conquistar as “excelsas da civilização, preparando cidadãos úteis à família, à sociedade e à Pátria”¹⁸².

Não obstante os constantes apelos para a entrada de novos sócios, o Liceu tendia à decrepitude. A verba da beneficência passava a ser aplicada nos custos das aulas e oficinas, enfraquecendo, assim, o fundo de pensões, socorros e funerais. Empréstimos bancários foram realizados para cobrir as despesas, iniciando-se o enfraquecimento patrimonial da sociedade.

O Liceu afastava-se, progressivamente, do seu sentido de “Casa do Trabalho”, na qual os interesses pela defesa da causa operária eram prioridade. Nas primeiras duas décadas da República,

¹⁸¹ RELATÓRIO, Liceu de Artes e Ofícios, 1911, p.24.

¹⁸² RELATÓRIO, Liceu de Artes e Ofícios, 1907, pp.37/38/39.

o Liceu abriu suas portas, recebendo artistas e operários para reuniões e comemorações destinadas aos trabalhadores, contribuindo, desta forma, para a socialização política dos mesmos. A primeira reunião, de conteúdo reivindicatório, realizada na Primeira República, foi a da constituição do Centro Operário da Bahia (18/junho/1893), como nos referimos na primeira parte deste estudo (Capítulo 3). “As classes artísticas, operárias e proletárias” foram, na ocasião, homenageadas com um manifesto, elaborado pelo artista Domingos Silva, causando “boa impressão no ânimo de todos”¹⁸³.

O jornal “A Voz do Operário”, inicialmente Órgão Oficial do Partido Operário, rodado na tipografia do Liceu de Artes e Ofícios e, depois, do Centro Operário, dizia em 1894 que, “com a Proclamação da República, a classe operária de todo o país moveu-se, por enxergar nesse fato o início de seus desejos e, portanto, uma aurora de felicidades mútuas”¹⁸⁴.

O Liceu, fundado com o “duplo fim de constituir uma escola de trabalho inteligente e, ao mesmo tempo, de desenvolver e radicar entre o povo o espírito de associação o qual tem sido, nas grandes nações, o poderoso elemento de força das camadas inferiores ...”¹⁸⁵, mais uma vez estava presente num evento de grande importância para a organização operária e conquista das reivindicações sociais. Em 1907 (18/setembro), no Salão Nobre, foi inaugurado o Primeiro Congresso Operário da Bahia, na presença de numerosos artistas, operários, representantes de diversas associações beneficentes e de classe e demais convidados. Na sessão inaugural, foi realizada uma homenagem ao Ministro da Indústria Miguel Calmon em comemoração ao seu aniversário. Este Congresso, “de linha reformista e demagógica”, resultou em vitória para “as classes dominantes sobre o movimento operário, dele se apropriando e prenunciando, em nível local, o que se faria em 1912, em escala nacional”¹⁸⁶.

O Liceu, tendo como Presidente do Diretório o Major Cosme de Farias, realizou, em 1915, brilhante homenagem ao Dia do Trabalho. Foi festivamente comemorado no Salão Nobre do Liceu, com a presença do operariado baiano, alunos do estabelecimento e representantes do Governo do Estado, Secretário Geral e Chefe de Polícia, acompanhado pela banda de música do 1º corpo de polícia. Assim o Jornal de Notícias registrou:

¹⁸³ LIVRO de Atas da Assembléia Geral do Centro Operário da Bahia, Ata de 18/junho/1893.

¹⁸⁴ A VOZ DO OPERÁRIO, 2 de janeiro de 1894, p. 1.

¹⁸⁵ JORNAL DE NOTÍCIAS, 28 de maio de 1907, p. 1.

¹⁸⁶ Os Congressistas João Pompílio de Abreu e Anastacio de Menezes encaminharam para sentar-se na cadeira da Presidência de Honra o Governador José Marcelino, ficando em cada lado Antonio Victorio de Araujo Falcão, Intendente Municipal, e José Maria Tourinho, Chefe de Polícia. A seguir, foram constituídas a mesa dos trabalhos e a comissão de poderes do Congresso, tendo como Presidente da mesa permanente Prudencio de Carvalho (tipógrafo) e como vice Octavio Mangabeira (engenheiro). Ver SANTOS, Mário Augusto da Silva, Sobrevivência e Tensões Sociais, p. 369.

Para os que lutam de sol a sol, para os que vivem no saber honrado de uma vida intensa e operosa, o dia de hoje tem harmonias sem par, representa a grande aspiração de igualdade, o desejo máximo da liberdade, pelo trabalho, que dignifica e nobilita¹⁸⁷.

As festividades do 1º de maio daquele ano foram iniciadas com uma missa em ação de graças, celebrada na Capela do Liceu, e seguidas de uma sessão magna. Na programação estava prevista a presença da banda de música da polícia, que deveria tocar, à tarde, na Praça 15 de Novembro (Terreiro de Jesus), e a realização de uma passeata cívica, à noite, que se dissolveria no Cinema Politeama. Ali, seria encenada a peça "A greve dos Operários". Naquele dia as repartições públicas não funcionaram e todas as associações particulares hastearam, em sinal de regozijo, a bandeira nacional, destacando-se o Centro Operário e o Liceu, que embandeiraram toda a fachada das sedes. Desejando comemorar a data, alguns estudantes superiores tiveram a idéia de uma passeata a bonde até Itapagipe, que não foi realizada, por haver a prefeitura negado-lhes bonde, o que aliás, provocou "desinteligência entre os acadêmicos e o estacionário". Após várias tentativas, ao chegarem no Largo da Alfândega, os acadêmicos "encontraram-se com o Dr. Pedro Gordilho, advogado da Light, com o qual se entenderam, deixando o veículo e desistindo da passeata"¹⁸⁸.

Ao longo da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o período de pós-guerra, a Bahia experimentou dificuldades econômicas, que se refletiram no conjunto da sociedade e, especificamente, na vida dos trabalhadores. Crise no comércio de exportação-importação, redução da produção interna, contração no mercado de trabalho e aumento do custo de vida foram algumas das dificuldades enfrentadas. Manifestações contra a carestia, presentes desde 1911, se alastraram "durante todo o período, atingindo o ponto alto em 1917 com saques e depredações de casas comerciais". Ações grevistas por aumento salarial e pagamento de salários atrasados foram as mais comuns¹⁸⁹.

No ambiente de dificuldades de vida, ocorreu, em 1918, uma greve dos professores municipais, que reivindicavam o pagamento de dois anos de salários atrasados. No Salão Nobre do Liceu "foi memorável a assembléia cívica" realizada pelo professorado municipal, em 17 de fevereiro de 1918.

A solenidade imponente que revestiu a assembléia de ontem, no Liceu de Artes e Ofícios, há de ficar assinalada na história dos tristes tempos que atravessamos, como a afirmação mais relevante da revivescência do espírito cívico da Bahia¹⁹⁰.

¹⁸⁷ JORNAL DE NOTÍCIAS, 1º de maio de 1915.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ FONTES, José Raimundo. Manifestações Operárias na Bahia, p.60.

¹⁹⁰ A TARDE, 18 de fevereiro de 1918, p1.

Assumindo a Presidência da Assembleia, o Profº Possidônio Dias Coelho, expondo os motivos pelos quais o professorado tomava a atitude extrema de paralisar suas atividades e reivindicar "justiça, equidade e moralidade", dizia não serem políticos seus intuítos, no sentido depreciativo da política partidária. A sua missão de mestre já significava estar agindo politicamente, desde quando era comprometido com o presente,

para prevenir o futuro, preparando verdadeiros cidadãos que, no cumprimento de qualquer missão que lhes haja de ser imposta, compreendam-lhe os deveres e não se exponham à execração pública por carência de qualidades indispensáveis para exercê-la. A República deve proteger o cidadão na sua pessoa, na sua família, na sua propriedade, na sua religião, no seu trabalho, e assistir a cada um com a instrução indispensável a todos os homens¹⁹¹ (43).

Em consequência da extrema penúria por que passava a classe dos educadores, os professores André Avelino e Leonídio Marques Monteiro haviam morrido de fome e torturados por agiotas. Assim, uma revolta emergiu. Os professores reivindicaram legalmente seus direitos e, como resposta dos poderes municipais, foram castigados pelo Intendente com a pena de suspensão. O Jornal "A Noite", do Rio de Janeiro, publicava os acontecimentos da Bahia, sob o título "Mas que revoltante bandalheira na Bahia".

Bandalheira ou não, a "nobre causa" dos professores municipais foi amplamente apoiada, tendo como líder Possidônio Dias Coelho que, como "apóstolo do bem", lutava pela conservação da hegemonia da categoria. O professor Vicente Café, conclamando todos os "companheiros do infortúnio", considerava a causa do professorado como de toda a Bahia. Assim, dizia que a "hegemonia da classe" estava na força com que obstavam

[...] a má vontade dos governantes, asfixiadora do povo, de seus direitos e liberdades, nesta República em que ainda predomina a prepotência do grande sobre o pequeno, sem ar, sem luz, sem pão [...] ¹⁹².

Além de ceder seus espaços para realização de reuniões, assembleias, eventos os mais diversos em defesa das causas trabalhadoras, o Liceu esteve presente em outros acontecimentos de objetivos idênticos. No 4º Congresso Operário Brasileiro, acontecido no Rio de Janeiro

¹⁹¹ Idem, 8 de fevereiro de 1918, p.1.

¹⁹² Idem. 18 de fevereiro de 1918, p. 1.

(novembro/1912), por exemplo, Ismael Ribeiro, sócio do Liceu e sócio-fundador do Centro Operário, compareceu representando o Liceu, juntamente com outros baianos¹⁹³.

Aquele "Congresso Operário" foi realizado por iniciativa do Marechal Hermes da Fonseca e dirigido pelo seu filho, tenente e deputado Mário Hermes (sócios do Liceu), e pelo dirigente sindical Pinto Machado, com o objetivo de transformá-lo num encontro pelego, no sentido de o Estado criar bases de manobra junto aos meios sindicais do Rio de Janeiro. A tentativa de organizar-se uma burocracia sindical não surtiu os efeitos desejados pelo Governo, pois, na Primeira República, o movimento operário conseguiu manter sua autonomia diante do Estado¹⁹⁴.

Em uma das sessões do referido Congresso Operário, Ismael Ribeiro, em nome do Liceu, defendeu, entre tantos direitos da classe operária, limitação da hora de trabalho, fixação de um mínimo de salário e maior apoio à escolarização popular, através do incentivo às escolas primárias de letras, artes e ofícios, escolas técnicas e profissionais, pois, assim, os operários sairiam das "trevas medonhas da ignorância", tomando parte no banquete da civilização¹⁹⁵.

Precisamos de escola, porque ela é a força motora do progresso, é a base da regeneração de um povo; o livro impulsiona as aspirações que todo homem deve ter para ser digno de existir, considerando também a sua missão, elevando a sua posição à mais nobre de todas as posições¹⁹⁶.

A pequena participação do Liceu em acontecimentos voltados para os interesses operários desaparece dos registros, como reflexo, talvez, do descenso do movimento operário, na década de 1920. A partir dos anos 30, o Liceu adotou a ordem social estabelecida, fiscalizando, punindo e demitindo qualquer empregado ou operário que se fizesse de veículo de ideias extremistas ou subversivas, que afrontassem as instituições vigentes no país. Essa postura é reforçada com o advento da ditadura do Estado Novo (1937-45).

¹⁹³ Com Ismael Ribeiro, seguiram Prediliano Pitta, pelo Centro Operário, Miguel Chaves, pela Tipográfica Baiana, Ivo Pinheiro, pela Filantrópica dos Artistas, e Rafael Lima, pela Beneficente dos Alfaiates. O Congresso acontecido em novembro de 1912, no Rio de Janeiro, foi divulgado pelos jornais da cidade de Salvador e registrado por Ismael Ribeiro em seu livro "A Voz do Operário Falando a Verdade", como o 4º Congresso Operário Brasileiro. Segundo Hardman e Leonardi, em "História da Indústria e do Trabalho no Brasil", este foi batizado, posteriormente, por "Congresso Pelego" e, entre 23 e 30 de abril de 1920, acontecia, no Rio de Janeiro, o Terceiro Congresso Operário Brasileiro (p. 282). Sendo assim, o 2º Congresso, oficialmente registrado, ocorreu em 1913, que resultou da reorganização da primeira COB. JORNAL DE NOTÍCIAS, 2 de novembro de 1912, p.8 e RIBEIRO, Ismael. A Voz do Operário Falando a Verdade. Ba., 1930, pp. 169/209.

¹⁹⁴ HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor. Historia da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20), 1991, p. 266.

¹⁹⁵ RIBEIRO, Ismael, op. Cit., pp.99/200/201

¹⁹⁶ Idem, ibidem p. 200.

- **mudanças**

O crédito das subvenções públicas aumentava ano após ano. O Liceu iniciava uma fase de revisão das suas funções, procurando integrar-se às mudanças econômicas e políticas verificadas a partir dos anos de 1920. Representado pelo presidente do Diretório, Edgard Ferreira de Barros, que permaneceu no cargo durante 35 anos (1918-1953) até a sua morte, o Liceu retomou sua vitalidade reestruturado administrativa e funcionalmente¹⁹⁷.

Considerado de utilidade pública (Lei Estadual nº 1216 de 10 de agosto 1917), o Liceu estava incluído entre as instituições beneficiadas pelo Imposto de Caridade, entre outros privilégios que o isentavam de obrigações fiscais. Houve um aumento considerável de sócios admitidos, elevando-se o número para 881, ao tempo em que foram tomadas medidas de economia interna, como cortes nas despesas de pagamento de professores e funcionários.

O Liceu teve de voltar-se para si mesmo. A sua grande realização, que, de fato, fortaleceu a receita e, conseqüentemente, seus objetivos, foi a instalação dos cinemas Liceu (1921) e Popular (1936), ao lado da modernização da oficina de marcenaria e da criação de outras, como a de mecânica. O Liceu avançava no sentido de ganhar contornos mais modernos, adquirindo novas aparelhagens para escritórios, oficinas e cinemas.

Foi um período de grandes alterações no seu espaço físico, seja para instalação do cinema, ampliação das oficinas e adaptação de outras. As antigas casas que compunham todo o quarteirão do

¹⁹⁷ Novos estatutos foram aprovados em 1918, criando vários lugares na diretoria, aumentando os benefícios distribuídos aos associados, dando-lhes outras vantagens. As jóias, mensalidades, remissões, aluguéis de casas e a Caixa Beneficente seriam destinadas exclusivamente à beneficência, enquanto que as subvenções, quotas lotéricas e donativos seriam aplicados à instrução, à manutenção do estabelecimento e outras despesas necessárias ao desenvolvimento da instituição. Neles estavam previstos, ainda, a composição do escudo, estandarte e bandeira do Liceu. O escudo deveria ser constituído por um ramo de fumo e outro de café, circundando uma folha de papel meio enrolada, um livro, tinteiro e caneta, um compasso, um esquadro e pincéis; o estandarte social seria verde escuro, tendo ao centro o escudo e as palavras - Lyceu de Artes e Offícios; e a bandeira social em vermelho, tendo ao centro um losango branco com o mesmo escudo e em volta as palavras - Lyceu de Artes e Offícios. ESTATUTOS, Liceu de Artes e Offícios, 1918, pp. 4/5.

As primeiras notícias da presença de Edgard Ferreira de Barros, no Liceu, são de 1915, quando participou de uma comissão especial de averiguação das últimas eleições realizadas para a formação da mesa, em 1914. Em vista de irregularidades apontadas e apuradas, foi realizada nova eleição, saindo eleito o Major Cosme de Farias para presidente do diretório para o respectivo exercício (1914-1915). A presença de Edgard Barros na administração do Liceu foi um marco para a história da instituição. No período em que esteve à frente das decisões (1918-1953), o Liceu experimentou um surto de modernização em todas as suas instalações. A partir de então, passou a viver das suas receitas, principalmente vindas dos cinemas, independentemente, de certa forma, das subvenções públicas, apesar de o Estado sempre estar presente nas grandes realizações. Às 21 horas do dia 22 de maio de 1953, no próprio cinema Liceu, o presidente do diretório, que por mais tempo permaneceu no cargo, ou seja, por 35 anos, morria, deixando registrada na história da instituição a sua passagem como homem empreendedor que dedicou grande parte de sua vida ao trabalho no Liceu. Nascido a 12 de novembro de 1888, formou-se em Medicina em 1910 e passou a exercer clínica geral em Salvador. Instalou consultório na própria residência, depois abriu farmácia chamada “São Roque”, onde também clinicava. Ali industrializou alguns medicamentos que tiveram larga aceitação em todo o país. Ainda muito jovem foi eleito deputado estadual por duas legislaturas, porém abandonou a política e passou a dedicar-se à administração do Liceu, permanecendo até o fim da sua vida (A TARDE, 12 de novembro de 1988).

Liceu, e que foram incorporadas ao seu patrimônio entre 1884 e 1925 (**ANEXO XI**), passaram por várias reformas que culminaram na grande obra de 1927. Diversas casas foram demolidas para construir-se, em cimento armado, novas alas para a expansão das atividades produtivas e educacionais¹⁹⁸.

Os objetivos do Liceu foram reordenados. Mantinha, residualmente, a beneficência, a fim de garantir o objetivo inicial que dera origem à Sociedade, atendendo, sobretudo, aos funerais de sócios que reivindicavam tal auxílio. A sua função de sociedade mutuária ficou suprimida, pois novos instrumentos previdenciários passaram a ser adotados com a criação dos institutos de aposentadoria e pensão, a partir de 1930. Perdeu-se, desta maneira, o sentido de manter-se o exercício do pagamento de pensões, por exemplo.

Instrução profissional e incremento da produção nas oficinas, que ganharam dimensão de verdadeiras fábricas, continuaram garantindo, simultaneamente, a instrução dos aprendizes e o aumento da receita, tornando-se, definitivamente, objetivos principais da instituição. A partir de 1950, passou a denominar-se Liceu de Artes e Ofícios: Associação Civil de Beneficência e Instituto Técnico-Profissional.

Os anos de 1940 marcaram o início do processo de crise institucional, inserido na conjuntura da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cujo epílogo se deu com o incêndio em 1968. Dificuldades financeiras e prejuízos eram sentidos pela falta de subvenções, escassez no contrato de obras nas oficinas de marcenaria, carpintaria e mecânica, ou ainda atrasos e falta de pagamentos das encomendas, coroadas, sobretudo, pela diminuição nas rendas auferidas pelos cinemas. A situação de crise mundial refletia-se no Liceu. Faltava matéria-prima para as oficinas de madeira, assim como filmes bons, fazendo diminuir a presença de expectadores.

A fim de gerar rendas destinadas à ampliação e modernização das atividades produtivas, o Liceu iniciou uma política de arrendamento de cômodos. Em 1947, foi arrendado um andar da casa anexa ao Paço do Saldanha, à rua Guedes de Brito, para o Estúdio da Rádio Excelsior da Bahia, e outros à Prefeitura de Salvador. Pelas dificuldades em acompanhar o surto de progresso verificado na indústria cinematográfica, o que exigia elevada aplicação de capitais, o Liceu arrendou, em 1960, por dez anos, o Cinema Liceu à Empresa Cinemas Verdes Ltda.

¹⁹⁸ Somente dez anos depois, o Paço do Saldanha, único remanescente daquele histórico quarteirão, foi tombado pelo Patrimônio Federal para efeitos do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, protegendo-o, desta forma, de possíveis alterações mais bruscas que viessem a descaracterizar o prédio secular, o que já vinha ocorrendo ao longo de décadas.



(4) Pavilhão Edgard Barros, sala da Assembleia Geral, com suas duzentas poltronas.
Fonte: Relatório do Liceu, biênio 1931-1932.

A decadência da instituição foi progressiva e irreversível. O centro gravitacional do Liceu passou a girar em torno das oficinas de móveis que, por sua vez, também começaram a enfrentar a concorrência de um mercado articulado à grande indústria moveleira. Toda a receita proveniente de aluguéis, oficinas e auxílios eventuais do Governo Federal foi-se tornando inexpressiva, frente às exigências crescentes de manutenção das instalações físicas, despesas com instrução e outras necessárias à sobrevivência da própria instituição.

O incêndio, ocorrido em 1968, abalou extremamente a estrutura da instituição, que continuou a lutar para não morrer de vez. Desde então, o Liceu passou a caminhar em direção a um futuro incerto, mantendo-se às custas de grandes sacrifícios por parte de alguns poucos associados, que acreditavam num Liceu de tradição beneficente e educacional. Mesmo não possuindo garantias do seu próprio futuro, procurava manter acesa a esperança de muitas crianças pobres que ali iam à procura de uma profissão que lhes garantisse um futuro digno. Enquanto casa da instrução e do trabalho, o Liceu sobreviveu por mais tempo, mantendo seus tradicionais propósitos de educar através do trabalho, tema que trataremos no próximo Capítulo.

CAPÍTULO 6

CASA DA INSTRUÇÃO E DO TRABALHO

O Liceu atuou por todo o tempo como espaço que congregou a beneficência, a instrução e o trabalho. Desde a sua criação já se previa que, além de ser uma sociedade beneficente, deveria desenvolver em seu interior o ensino teórico aliado ao prático, a fim de atender aos interesses educacionais das classes populares. As propostas e as práticas adotadas durante a sua organização e efetiva implantação muitas vezes fugiram dos ideais iniciais, e outras pareciam aproximar-se das reais necessidades do operariado. Neste Capítulo, focalizamos a função educacional e produtiva do Liceu, observando os primeiros anos de atuação como escola profissional, aliada às oficinas produtivas criadas ao longo da sua trajetória.

- **artes, ofícios e profissão**

À fundação do Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, seguiu-se a criação de outros na Bahia (1872), São Paulo (1873), Pernambuco (1880), Santa Catarina (1883), Amazonas (1884), Alagoas (1884) e Minas Gerais (Serro - 1879, Ouro Preto -1886, Diamantina-1896). Com os mesmos objetivos de fomentar a educação popular pela arte e de alargar o campo de aplicação da arte às indústrias, propondo a profissionalização de trabalhadores, foram, também, resultados de iniciativas benemerentes, cujo modelo foi imitado dos Liceus de Artes e Ofícios na França¹⁹⁹.

As linhas essenciais da filosofia adotada no Liceu do Rio de Janeiro foram seguidas pelo da Bahia. Procurava-se estabelecer a comunicação entre a plasticidade e a utilidade prática, exercida nas oficinas destinadas a cada ofício, como premissas para instituir-se o ensino profissional. As atividades manufatureiras, predominantes no Brasil, requisitavam, ainda, o senso artístico por parte dos operários, enquanto etapa intermediária que deu lugar às atividades industriais propriamente ditas, onde o conhecimento limita-se à agilidade no manuseio da máquina. Na manufatura, os trabalhadores eram separados em qualificados e não qualificados, enquanto forma capitalista de cooperação. Os fundamentos da divisão manufatureira do trabalho eram dados pelo parcelamento do trabalho, que correspondia à decomposição do processo de trabalho do artesão, em seus

¹⁹⁹ ANTOINE PROST. *Historie de L'Enseignement eu France 1800*1967, Paris, 1968 apud DUMAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção...*, 1989, pp. 58/59.

diferentes segmentos, e pela especialização do operário em determinada etapa do processo produtivo.

Em 1874, o Presidente da Província, Comendador Antônio Cândido da Cruz Machado, dizia que as artes eram veículo de expansão para a indústria e o comércio de países civilizados, concorrendo para benefício da humanidade e glória dos governos e dos povos. Os governos da Província da Bahia, desta forma, não eram indiferentes aos avanços do século e, por isso, incentivaram o esplendor da Província por meio do Liceu de Artes e Ofícios²⁰⁰.

- **teoria e prática**

O ensino teórico e humanístico predominou, por muito tempo, nas atividades educacionais do Liceu. O ensino prático, que deveria ser aplicado nas oficinas criadas para tal fim, foi direcionado, durante o Império, para as oficinas de escultura e pintura, o que lhes conferia características de Academia de Belas Artes. Estas coexistiram com as de Encadernação e Marcenaria, que produziam para comercialização.

O Liceu traduziu, pelo menos durante o Império, o modelo de uma Academia de Belas Artes. Não obstante tal aproximação, uma vez que em ambos ensinava-se desenho, escultura, pintura, estatuária, a Academia fora criada para atender a uma clientela de elite, o que sinalizava a tendência de tornar-se uma escola superior, enquanto o Liceu era destinado a atender as classes populares, enquanto *escola do povo*. O objetivo do Liceu era formar artífices destinados à manufatura, ou mesmo ao artesanato.

A Academia de Belas-Artes é a escola da aristocracia do talento; o Liceu de Artes e Ofícios é a útil oficina das inteligências modestas²⁰¹.

Um dos objetivos da beneficência, previstos pela Sociedade, foi posto em prática com a abertura das aulas (3 de maio de 1873), em prédio alugado à rua Direita do Palácio, onde, inicialmente, passou a funcionar. Congregando a beneficência, a instrução e o trabalho, a instituição contribuía para o “engrandecimento do país”, desde quando pretendia oferecer instrução profissional aos artistas e operários, através do ensino teórico aliado à prática²⁰² (ANEXO XII).

²⁰⁰ FALA do Com. Antonio Cândido da Cruz Machado, em 1º de março de 1874, p. 173.

²⁰¹ FERREIRA, Felix. O Liceu de Artes e Ofícios e as aulas de desenho para o sexo feminino, 1881, p. 9, apud CUNHA,... O Ensino de Ofícios Manufatureiros..., 1975.

²⁰² Depois de inaugurado, o Liceu passou a funcionar com dez aulas diurnas e seis noturnas, frequentadas por 146 alunos, sendo 15 sócios, inclusive cinco diretores, 123 filhos destes e oito externos, nos cursos de Primeiras Letras, Francês,

A prática era ministrada aos aprendizes que iam em busca de uma profissão à proporção em que fabricavam objetos que seriam vendidos, auxiliando, desta forma, a manutenção da instituição. Inicialmente, poucos alunos matricularam-se nas oficinas. Somente com a República foi-se elevando o número de procura, e as oficinas passaram a fazer parte obrigatória do aprendizado, quando instituiu-se, definitivamente, o caráter de ensino técnico-profissional.

Assim, a instrução era o conjunto do aprendizado realizado nas salas de aula e oficinas, e o trabalho, todo o processo que se dava em torno da produção de bens, realizado nas oficinas. A solenidade de abertura das aulas ocorreu num período em que os ânimos estavam voltados para a luz e o progresso da Capital. Foi o mês de abertura da exposição de Viena, onde figuraram, entre os produtos brasileiros, alguns produzidos por artistas baianos. Isso significou, na mentalidade da época, um avanço das realizações locais. Encontravam-se, no exterior, artefatos de uma sociedade que buscava acompanhar a marcha da civilização, o que implicava em modernização, instrução profissional e avanços técnicos voltados para uma pretendida indústria que, efetivamente, demoraria muito a surgir.

O Liceu da Bahia, não obstante propor uma educação profissional para as classes operárias, na prática adotou, em seu currículo, disciplinas predominantemente humanísticas, mantendo, desta forma, a tradição brasileira da educação escolar. A teoria que deveria ser aplicada à prática, no sentido de viabilizar-se um avanço das forças industriais, só veio de fato a acontecer ao longo da Primeira República. As aulas mais frequentadas eram as de primeiras letras, desenho, música, gramática filosófica e francês²⁰³.

As primeiras oficinas criadas foram as de encadernação (10/abril/1878) e de escultura (14/out./1878). Os alunos matriculados nas mesmas não eram mais de 15. A produção era insignificante. Em consequência, o Liceu passou a adotar mecanismos alternativos de produção nessas oficinas, no sentido de facilitar-lhe maiores investimentos. Os mestres, que antes recebiam salário pago pelo Liceu, passaram a receber percentuais sobre as obras agenciadas, enquanto se responsabilizavam por todo o custeio das oficinas e quaisquer outros melhoramentos (**ANEXO XIII**).

Nos anos finais do Império, o ensino profissional no Liceu constituía ainda a parte mais imperfeita e insuficiente dos propósitos iniciais, pois era, na verdade, uma academia popular de Belas Artes. Aqueles mais qualificados saíam dali e ingressavam na Escola de

Latim, Aritmética e Álgebra, Geografia e História, Gramática Filosófica, Desenho e Música. RELATÓRIO do Presidente da Província José Eduardo Freire de Carvalho, de 22 de outubro de 1873, pp. 73/74.

²⁰³ O currículo adotado ficou atrelado às aulas de humanidades, como Primeiras Letras, Álgebra, Geografia, História, Gramática Filosófica, Latim, Francês, Inglês, etc. As primeiras oficinas foram dedicadas ao exercício das artes plásticas, como Escultura, Douramento e Pintura.

Belas Artes para aperfeiçoarem-se. Apesar de não ser um estabelecimento modelo do gênero, vinha prestando relevantes serviços às “classes menos favorecidas da fortuna”, como afirmou o Presidente da Província Aurelio Ferreira Espinheira (1889)²⁰⁴.

- **o Liceu na república científica**

Com a República, foi dada nova organização às aulas, pretendendo-se melhor aplicar os conhecimentos teóricos à prática, ampliando-se o número de aulas e inserindo-se disciplinas mais científicas. Os alunos, após conclusão do curso, passavam a receber o “título” de profissional reconhecido pelo poder público estadual, os quais eram preferidos na arrematação das obras públicas. A tendência percebida desde então era a de se investir em conhecimentos mais próximos do que hoje é entendido por ensino profissional, ou seja, ensino útil, prático, destinado a acelerar a, ainda, incipiente industrialização do país. Não houve, contudo, uma ruptura brusca em relação ao conhecimento das humanidades²⁰⁵. **(ANEXO XIV)**

Entre 1894-1895, as matrículas foram de 1163 alunos. Alguns professores e empregados tiveram seus ordenados aumentados, o que sugere haver sido esse um período em que os ânimos estavam dirigidos para a instalação de um Liceu profissionalizante²⁰⁶. A oficialização do ensino profissional no Brasil ocorreu, efetivamente, durante o período republicano e foi inaugurado com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (Decreto 7.566 de 23/set./1909), subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio **(ANEXO XV)**.

As tentativas de reforma no ensino pretendiam impulsionar o Liceu em direção ao melhor aproveitamento e aperfeiçoamento da educação das classes pobres, que se ressentiam pelo indiferentismo dos poderes públicos. Além disso, havia a intenção de conquistar-se as subvenções públicas pleiteadas e não repassadas, justificando-se a aplicação das verbas públicas ao ensino e não à beneficência, cuja discussão já havia sido instalada nos órgãos governamentais²⁰⁷.

²⁰⁴ FALA do 1º Vice-presidente da Província, Aurelio Ferreira Espinheira, em 3 de abril de 1889, p. 86.

²⁰⁵ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1894, p. 4.

²⁰⁶ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1895. As aulas para o sexo feminino eram ministradas por quatro professoras: Mariana Olímpia dos Santos Silva (Primeiras Letras e Prendas Domésticas), Maria Clementina Vieira (adjunta), Etelvina Rosa Soares (Desenho de Ornatos) e Aurélia Gentil Tourinho (Piano e Canto).

²⁰⁷ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1895, p. 14.

O programa proposto previa a ampliação dos cursos profissionalizantes, cuja prática poderia ser realizada em oficinas externas ao Liceu, conforme sua natureza, como pedreiro, torneiro, ourives, sapateiro, marmorista, lavrante, etc. Propunha ainda a criação da oficina de ferreiro com um torno mecânico, dotando o Liceu de seis oficinas que trabalhariam com regularidade. Além de contribuir para o aprendizado dos alunos, o Liceu teria, anualmente, metade do lucro líquido de cada uma delas. Desta maneira, o pavimento térreo do edifício se tornaria um verdadeiro estabelecimento industrial. Estas medidas, consideradas imprescindíveis, impulsionariam o desenvolvimento do Liceu, preenchendo os fins para o qual havia sido criado. Apesar de todos os esforços efetuados para colocar-se em prática tal iniciativa, este projeto de reforma nunca foi aprovado pelo Governo²⁰⁸.

No alvorecer do século XX, o Liceu foi alvo de críticas por parte dos poderes públicos. O Governador Severino Vieira (1901) foi informado da deterioração que atingia a instituição, visto que sua renda continuava sendo desviada do ensino para socorros e pensões de sócios²⁰⁹.

O Governo receava que o Liceu ambicionasse manter seus propósitos beneficentes, reunindo e beneficiando artistas e operários no contexto em que a classe operária se organizava e reivindicava direitos sociais, apoiada, em grande parte, nas ideias socialistas, assimiladas no conjunto do operariado brasileiro, formado por imigrantes e nacionais.

A vida operária era um misto de super-exploração na fábrica, repressão policial nos momentos decisivos e controle social e ideológico nas ruas e na cidade. O proletariado era concebido pelas classes dominantes e pelo Estado como pura força de trabalho²¹⁰.

A República, de espírito renovador, promoveu alterações no plano do conhecimento, fazendo evoluir o conceito do ensino de ofícios para o de ensino técnico-profissional, não obstante manter, em linhas gerais, a divisão social do conhecimento. O povo continuava distante das escolas e voltado para os trabalhos pesados. O ideal de se implantar o ensino técnico-profissionalizante, que rompesse com o tradicional ensino de ofícios, foi-se

²⁰⁸ Entre 1894-95, o Liceu realizou um projeto que visava tornar mais prático e simplificado o método de ensino ali adotado. Foi então elaborado um programa de ensino teórico e prático pelos professores Francisco José Rufino de Salles, Irenio Batista dos Reis Lessa e Antonio Bahia da Silva e Araujo. Este último, fundador da Escola Modelo, foi convidado, especialmente, para aplicar o método intuitivo no Liceu. Em 1895 funcionavam cinco oficinas no Liceu: Corte e Costura, Marcenaria, Encadernação, Escultura, Douramento e Pintura - a de entalhador estava sem mestre.

²⁰⁹ RELATÓRIO apresentado ao Dr. Severino dos Santos Vieira, Governador da Bahia, pelo Secretário de Estado Francisco de Souza Paraiso, em 1º de março de 1901, p. 27.

²¹⁰ HARDMAN e LEONARDI, História da Indústria e do Trabalho no Brasil, 1985, p. 147.

transformando em aspiração coletiva e preocupação constante do Estado. Desejava-se industrializar o país, integrando-o, definitivamente, ao capitalismo mundial, e inserir as massas às novas condutas que o trabalho passava a exigir, respectivamente.

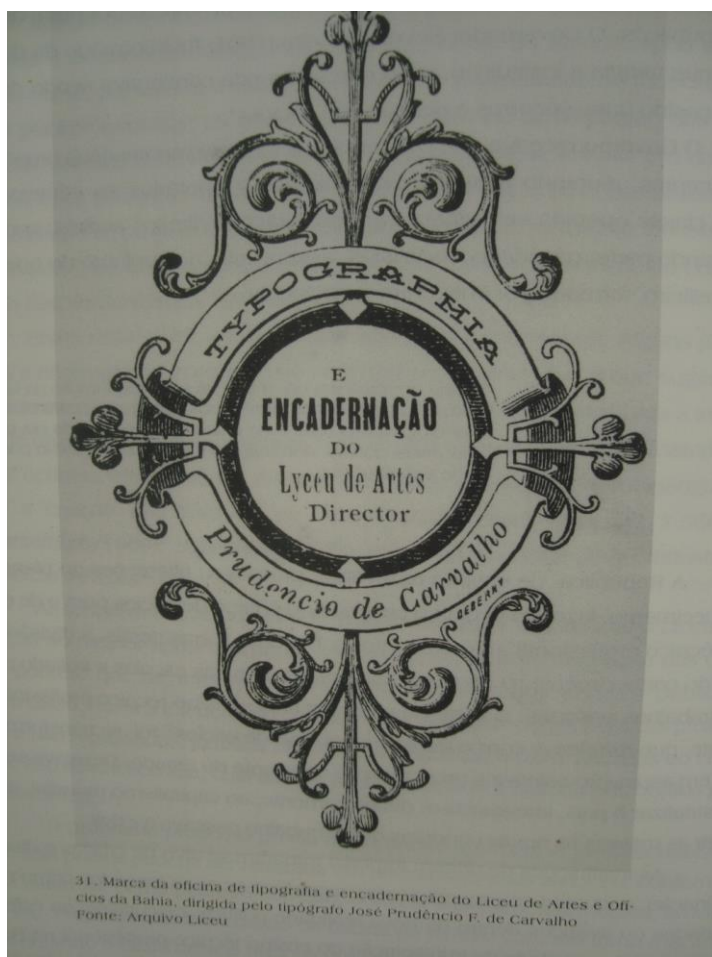
As instituições, de origem imperial, tornaram-se alvo de críticas e discriminação, enquanto empreendimentos republicanos eram lançados como novidades ou avanços dentro da nova realidade política. Discutia-se, na esfera federal, a necessidade da implantação do ensino técnico-profissional no Brasil, a fim de estimular o desenvolvimento da indústria e oferecer “às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência”²¹¹. Como resultado de vários projetos surgidos desde 1906, o Governo Federal fundou, três anos depois, em vários estados, 19 Escolas de Aprendizes Artífices, num esforço de inaugurar o ensino técnico-profissional com características modernas. Uma destas escolas começou a funcionar em Salvador, a partir de 1910.

Os esforços, em nível federal, foram dirigidos para tais escolas recém-criadas, o que, provavelmente, criou obstáculos para o Liceu. Não obstante existir, teoricamente, a intenção da União em auxiliar as escolas já existentes, que ministravam o ensino técnico-profissional, o Liceu continuava às voltas com requerimentos solicitando apoio às suas atividades educativas.

Novo programa de ensino foi montado, visando à instrução técnica e profissional, adotando-se novas disciplinas no currículo, de acordo com as normas previstas pelas escolas federais. O curso técnico, inaugurado no Liceu em 1º de março de 1914, conseguiu, nas diversas aulas, uma matrícula de mais de 900 alunos. Isto significava conquistas para a instituição, pois, desta maneira, provava ser, no Estado, o estabelecimento com maior número de matrículas. Justificando o sucesso, a diretoria avaliou, na ocasião, o “quanto as camadas populares da Bahia desejavam evoluir e preparar-se para as lutas do trabalho”²¹².

²¹¹ DECRETO nº 7566 de 23 de setembro de 1909. Em 1910, foram criadas Escolas de Aprendizes Artífices no Piauí, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Paraná, Alagoas, Estado do Rio, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Sergipe, Ceará, Bahia, Pará, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas. A Escola de Aprendizes Artífices da Bahia foi inaugurada em 2 de junho de 1910. Foi transformada em Escola Técnica Federal da Bahia, atual Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-Ba).

²¹² RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1914, p. 19.



(5) Marca da Oficina de Tipografia e encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, dirigida pelo tipógrafo José Prudêncio de Carvalho.
Fonte: Arquivo Liceu de Artes e Ofícios da Bahia

As quatro oficinas (marcenaria, tipografia e encadernação, escultura e entalhe) que continuavam a funcionar ressentiam-se de melhoramentos. A Oficina de Tipografia e Encadernação era a que mais produzia, mantendo ampla freguesia. Deixou de existir a partir de 1925, quando o Liceu procurou adquiri-la através de acordo com o seu proprietário, o que não ocorreu²¹³.

²¹³ A oficina de tipografia e encadernação, desde 1906, estava a cargo do “conceituado artista” José Prudencio F. de Carvalho, que era proprietário da “Tipografia Moderna”, e, após transferir seu maquinário para o Liceu, passou a dirigi-la. Esta permaneceu em franco funcionamento, sob regime de contrato, cabendo ao Liceu o direito de nela instruir seus alunos. A partir de 1925, o Liceu projetou montar às suas custas uma oficina idêntica, o que foi apoiado pelo Des. Bráulio Xavier da Silva Pereira. Este ofereceu ao Liceu, em 1930, para a instalação da oficina tipográfica, um capital de 13:000\$000 (treze contos de réis) do antigo jornal *A Notícia* com todo o seu maquinário e utensílios. O respectivo material, desempastelado entre 1931 e 1932, de fato nunca foi montado. Esta oficina desaparece do rol das que funcionavam no estabelecimento. RELATÓRIO, Liceu de Artes e Ofícios, 1933.

- **técnica é coisa moderna**

Sob a mais longa diretoria da história do Liceu, presidida pelo médico Edgard Ferreira de Barros, que, como já referimos, assumiu por 35 anos tal cargo, os caminhos percorridos até então pelo Liceu sofreram reavaliações e reorientações. Os anos 20, marcados pelo “otimismo pedagógico”, baseado no ideário do movimento da Escola Nova, foram significativos. O entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico estimularam a educação técnico-profissional, considerando-a como instrumento de transformação em riqueza coletiva os abundantes recursos naturais inexplorados. Em relação à indústria, o raciocínio era o de que esta se encontrava dependente do saber “de tal modo que a força econômica de uma Nação está na razão do desenvolvimento da educação profissional. Por conseguinte, em matéria de ensino, a principal diretriz é aquela que limite os bacharéis e estimule a formação de industriais; portanto, a que restrinja o ensino literário e amplie o ensino técnico e científico”²¹⁴.

Nos princípios da década de 1920 foi organizada a Comissão Luderitz, iniciando-se uma fase de remodelação do ensino industrial. Foram elaborados livros técnicos em língua portuguesa, dada a total escassez de obras desse tipo no país, e ampliadas as teses da industrialização das escolas, como necessárias ao desenvolvimento da formação de aprendizes artífices nos estabelecimentos federais, o que já era aplicado nos Liceus de Artes e Ofícios, principalmente no de São Paulo, que estava em pleno apogeu²¹⁵.

O ciclo de reformas do ensino, patrocinado pelos governos estaduais, foi, na Bahia, implantado por Anísio Teixeira. O Liceu, neste contexto, avançou e acompanhou as mudanças que eram implantadas em todo o país. O caminho adotado foi o de ampliação das oficinas, dando-lhes características mais modernas e transformando-as em verdadeiras fábricas, enquanto era dada nova

²¹⁴ NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República, p. 173.

²¹⁵ O “Relatório Luderitz”, apresentado em 1924 ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, continha novo conjunto de idéias e princípios orientadores para a estruturação do ensino técnico-profissional no Brasil. Chamava a atenção para a “necessidade de se cuidar do preparo das elites técnicas” e “para as vantagens da educação industrial do povo”. Tomando como parâmetro a experiência dos países cultos, que já experimentavam a cultura técnica, o Brasil ampliaria a capacidade produtiva do operário, ao mesmo tempo em que defenderia o país da invasão do capital estrangeiro, o que culminava em revoltas, por parte de radicais. A essas vantagens, somava-se a necessidade de promover a capacidade produtiva como primeiro componente de uma nacionalidade, não bastando os conhecimentos das primeiras letras. A oficialização da industrialização no ensino profissional se dará pelo Ato de 13 de novembro de 1926, assinado pelo então Ministro da Agricultura, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, oferecendo um denominador comum ao ensino feito nos diferentes Estados da União. A obrigatoriedade do ensino profissional será dada pela Lei Fidélis Reis, em 1927, sendo que no ano seguinte foi criado o Instituto Brasileiro de Orientação Profissional. Deu-se o passo ampliado para a inauguração, na década de 1930, de uma nova etapa para o desenvolvimento das escolas profissionalizantes, culminando com a criação, em 1942, do SENAI, juntamente com a elaboração da Legislação do Ensino Industrial. Idem, Ibidem, pp. 165-166.

organização aos cursos. Foi fundado o curso de mecânica prática e, conseqüentemente uma Oficina de Mecânica (1923). A abertura deste curso foi consequência de um contrato firmado com o Governo Federal (1921), que previa, através de auxílios, a fundação de cursos de mecânica prática em todo o Brasil, como havia apresentado em seu projeto de subvenções e auxílios o deputado Cincinato Braga. Para esta oficina o Liceu adquiriu, em 1929, de Max Kohl Ag. Chemnitz (Alemanha), grande quantidade de aparelhos e materiais destinados às novas instalações de gabinetes e salas experimentais para o cursos de mecânica prática, conforme programa oficial, regulamentado pela Portaria (23/maio/1921) do Ministério da Agricultura. O Liceu passou a reivindicar dos poderes públicos repasses de verbas destinadas para tal fim. A respectiva oficina foi instalada sob a orientação do mestre Matheus Cruz, "honrado e conhecido artista de longo tirocínio, cuja atividade profissional, levada até o estrangeiro, era de todos apreciada"²¹⁶.

As oficinas do Liceu avançavam na produção, qualidade, reconhecimento público e diversificação. Em 15 de novembro de 1926 foi inaugurada a oficina de fundição, onde seriam cunhadas medalhas comemorativas, modeladas e fundidas várias peças de ferro. Naquele mesmo ano foi realizada uma cerimônia solene e festiva da colocação da pedra fundamental de novos pavilhões de prolongamento do antigo edifício, com a presença do Governador do Estado, Francisco Marques de Góes Calmon, secretário do Estado, representantes da imprensa, autoridades civis, militares e religiosas, diretoria do Liceu e grande número de operários das suas oficinas. Foram então desapropriados dois prédios do quarteirão que, incorporados ao patrimônio do Liceu, foram destinados à ampliação de suas oficinas²¹⁷.

A construção do "novo edifício do Liceu", como ficou conhecida a avultada obra, esteve a cargo do engenheiro-construtor José Nivaldo Allioni. O então Governador do Estado, após examinar o anteprojeto de construção, sugeriu manter-se o estilo colonial, tomando como modelo a porta central do edifício antigo (Paço do Saldanha). Deste modo, aprovou o plano de conjunto "mostrando-se favorável à construção desse monumental edifício de modo a integrá-lo, como uma reminiscência daquela primeira escola..."²¹⁸.

A intenção era centralizar no Liceu um número considerável de escolas e oficinas, transformando-o "numa vasta colméia de educação profissional, em conformidade com os seus

²¹⁶ Foram cinco contratos iniciais, realizados em Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Bahia e Niterói. No ano seguinte, outros cinco foram celebrados e, em 1923, um único contrato foi feito com a escola Profissional dos Salesianos na Bahia. A tendência foi desanimadora, uma vez que, em 1924, esta dotação deixou de ser incluída no orçamento da União. RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1925 e SUCKOW, pp. 197/198.

²¹⁷ A primeira grande obra realizada pelo Liceu para ampliação das suas instalações foi iniciada em 1907, no prédio contíguo ao palacete social, para a instalação de um pavilhão de exposições, fruto de um projeto de 1905, e concluída em 1918, sendo então batizada de "Pavilhão Edgard Barros". As diversas reformas que se sucederam, culminaram na grande obra de 1927 nos dois prédios desapropriados em 1926, na Rua das Campellas e da Oração, os quais foram incorporados ao patrimônio do Liceu para ampliação de suas oficinas.

²¹⁸ A Tarde, 11 de setembro de 1926, p. 1, cad. 1.

humanitários e filosóficos desígnios". Estas obras de ampliação do prédio, que já cobriam todo o quarteirão, estavam relacionadas ao incentivo do Governo Federal, que dava nova orientação ao ensino profissional no Brasil, estimulando a criação de novos cursos e aperfeiçoamento dos existentes²¹⁹.

A ampliação das oficinas tornava-se realidade. O Liceu passava a contar com as oficinas de marcenaria, carpintaria, serraria, empalhamento, polimento, mecânica e fundição, sob a direção de Euclides Correia de Moraes e Matheus Cruz, auxiliados nos diferentes ramos por Álvaro Costa²²⁰.

A questão operária transformava-se em interesse público. Estadistas da República, que ignoravam reivindicações operárias, no curso da década de 20 passaram a sugerir, junto ao parlamento, alguns projetos de lei sobre regulamentação da jornada de trabalho, estabilidade no emprego, pensão e aposentadoria, para algumas categorias profissionais. No Liceu, o funcionamento das oficinas, desde 1923, observava o horário legal (das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00). Os operários, quando acidentados (Lei 3724 de 15/janeiro/1919), eram socorridos pela própria diretoria do Liceu, sendo muitas vezes abonadas as diárias completas durante o período de tratamento. Os socorros dados aos operários tinham a característica assistencialista. O Diretor, como médico, tratava-os, ficando sob seus cuidados, recebendo medicamentos gratuitamente²²¹.

- **transformações curriculares**

Os cursos sofreram nova orientação, ficando divididos em primário e secundário. O curso primário diurno, destinado separadamente ao sexo feminino e masculino, foi reorganizado. As alunas do sexo feminino, além de aprenderem as primeiras letras, aprendiam corte e costura. Para o sexo masculino, as aulas primárias ficaram divididas em duas: uma destinada a alunos não vinculados às oficinas, e outra, destinada exclusivamente aos aprendizes das oficinas, funcionando em regime de semi-internato. O primeiro turno funcionava das 8:00 às 12:00 e, após o espaço de uma hora para refeição e descanso, os aprendizes seguiam para as respectivas oficinas, onde permaneciam das 13:00 às 17:00 horas. Estes eram distribuídos nas diversas oficinas, conforme as aptidões reveladas. Ao fim de cada semana recebiam pequenas quantias a partir do critério de aplicação, comportamento e assiduidade. As mudanças implantadas neste período ficaram mantidas até 1968, quando o Liceu foi atingido pelo grande incêndio.

²¹⁹ As obras de ampliação das instalações do Liceu estavam relacionadas ao incentivo do Governo Federal dado por Decreto nº 5.241 de 22 de agosto de 1927. Idem, *Ibidem* e SUCKOW..., pp. 217/218.

²²⁰ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1931.

²²¹ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1925.

Eram ministrados, ainda, o ensino religioso e a instrução militar, instituídos em 1922. Este foi um ano de acentuada crise política vivida pelo Brasil. Na conjuntura da eleição de Artur Bernardes, que aconteceu sob forte oposição militar, ocorreram várias insurgências por parte dos tenentes. O movimento tenentista ganhou corpo com a explosão da Revolta dos 18 do Forte (5/julho/1922), no Rio de Janeiro, originada por perseguições a oficiais, repreensões injustas, prisão do Marechal Hermes da Fonseca, fechamento do Clube Militar, entre outros motivos. Certamente, esta escola esteve intimamente ligada ao tenentismo. Entre 1923-1924 apareciam, no Liceu, reservistas formados na chamada "Escola de Instrução Militar do Tiro nº 150" (EIM). Nela existia todo o equipamento necessário para aulas de manejo e evolução (fuzis, tambores, cornetas e bandeira). Ali era ministrada a instrução militar para alunos e consócios maiores de 16 anos. No ano social de 1929-1930, foram formados 64 soldados, número representativo para o universo de 420 alunos.



(6) Aprendizes do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia com seus mestres.
Fonte: Relatório do Liceu, 1931-1932

Com a vitória do movimento revolucionário em outubro de 1930, o material bélico foi recolhido ao Quartel General da Região, suspendendo-se, temporariamente, a instrução militar. Em 1931 o número de formandos caía para cinco e, em 1932, ano da explosão da “Revolução

Constitucionalista” em São Paulo e desintegração do tenentismo, os exames foram suspensos. O enfraquecimento do movimento tenentista prossegue em 1934, ano da promulgação da nova constituição, marcada pelo autoritarismo, quando matricularam-se apenas 31 alunos. Estes foram se retirando das aulas e inscrevendo-se, quase todos, no Tiro de Guerra 284, em virtude da nova organização estatuída pelo Ministério da Guerra. Retirava o poder da EIM de expedir cadernetas de instrução militar, limitando-se, apenas, a fornecer certificados de instrução física que facultavam aos candidatos a se inscreverem na tropa por seis meses (não mais por um ano) mediante sorteio. Esta medida levou ao enfraquecimento e, enfim, à extinção da instrução militar no Liceu²²².

O ensino profissional continuava sendo a principal aspiração daqueles que pretendiam aperfeiçoar-se num ofício. Os aprendizes de ofícios e artes úteis eram de origem pobre e confiados a mestres que os aceitavam com o fim de serem arrancados da vadiagem das ruas. Uns prosseguiram no circuito formal de educação e outros “eram conduzidos ao aprendizado das oficinas em idade muito tenra por não poderem seus pais educá-los ou sustentá-los de outro modo, já na esperança de serem preparados para um futuro honrado e proveitoso, à sombra do trabalho profissional, que tanto vale e nobilita”²²³.

A instrução no Liceu era ministrada gratuitamente, sem preferências nem recusas pela condição social ou de raça do candidato, contanto que este apresentasse, e depois mantivesse, qualidades morais. A contratação de mestres de reconhecida competência e idoneidade era a premissa básica para a manutenção da tradição de um Liceu Imperial. Os operários que ali passavam a trabalhar deveriam ter, rigorosamente, competência, bom comportamento e gosto artístico, pois assim as encomendas dali saídas honrariam a tradição da casa pela feitura e acabamento. Muitos deles eram aprendizes “prontos”, que ali adquiriram prática e conhecimentos.

Em 1925 a oficina de marcenaria e carpintaria, então sob a orientação do mestre Euclides Correia de Moraes, estava subdividida pela sessão de entalhamento, cujo encarregado era João Marçal de Magalhães, que já trabalhava ali há 20 anos. Naquele período houve um grande investimento em maquinário moderno, agilizando a contratação de obras de grande vulto, como balcões, armações, grades, vitrines para diversas lojas, além de mobílias de quarto, mobiliário para escritórios e escolas e outros para particulares e instituições, como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia²²⁴.

²²² RELATÓRIOS do Liceu de Artes e Ofícios, 1931/1935.

²²³ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1925, p. 18.

²²⁴ Foram adquiridas do Sr. Paulo Mumberger (negociante estabelecido no Rio de Janeiro à Rua 1º de março, 87) várias máquinas movidas a energia elétrica: uma plaina e máquina de abrir M.F.; uma desengroçadeira e desempenadeira; uma tupia e serra circular e furadoura; duas serras fitas, sendo uma de 80 e outra de 42 cm. de diâmetros; um tico-tico;

A República Velha ficou liquidada com a Revolução de 30. Nova realidade política e social foi construída em torno de Getúlio Vargas. Iniciativas foram implantadas, dando-se maior ênfase aos problemas sociais e urbanos e à industrialização do país. Novos ministérios foram criados (do Trabalho, da Indústria e Comércio e da Educação), o Congresso Nacional e as assembleias estaduais dissolvidas, enquanto interventores eram nomeados para os Estados, o movimento operário foi controlado e reprimido, e Vargas apossou-se, definitiva e autoritariamente, do poder com a instauração do Estado Novo (1937-1945).

- **Liceu moderno**

No curso dos anos de 1930, o ensino profissional tendeu à unificação, tomando-se por base os critérios didáticos e regime escolar adotados pelas escolas federais. A Constituição de 1937, a primeira a tratar do ensino profissional, já então assimilando o termo de ensino industrial, assegurava o ensino público e gratuito, destinado às “classes menos favorecidas”, em todos os seus graus. Foram fundados institutos de ensino profissional e subsidiados os de “iniciativa dos estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais...”²²⁵. Tornou-se obrigatório para as indústrias e sindicatos criarem escolas para os aprendizes de ofícios. O período de 1937-1945 foi, em matéria de educação, marcado pelo incentivo ao trabalho manual. A orientação político-educacional capitalista era de ampliar a preparação de mão-de-obra para as novas profissões abertas pelo mercado .

No Liceu, o apelo aos poderes públicos para auxiliar a instrução técnico-profissional continuaram nos anos 30. As aulas eram mantidas, essencialmente, pelos recursos oriundos do Cinema Liceu. O discurso de apelo era dirigido para a necessidade de criar cidadãos laboriosos e úteis à sociedade e à Pátria, como garantidores de uma nação rica, forte e respeitada. O Liceu era o espaço ideal para alcançar-se tais objetivos. A sua meta era apresentar resultados, e não quantidade de alunos. Esta era a maneira de melhor recomendar e elevar, no conceito público, o ensino do estabelecimento, formando aprendizes qualificados. Registrava-se então que antigos alunos dali estavam bem colocados em oficinas fora do Estado, inclusive no Distrito Federal, e outros muitos em estabelecimentos na Cidade de Salvador²²⁶.

uma máquina de venezianas; um torno completo; um motor de 30 cavalos; um motor de quatro cavalos; um eixo geral de metros, sustentados com polias e mancaes. RELATÓRIO do Liceu, 1925.

²²⁵ Apud a SUCKOW, 1986, p. 230 - CONSTITUIÇÃO de 10 de novembro de 1937, art. 1239.

²²⁶ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1931, pp. 21/22.

Nos princípios dos anos de 1930, a Saúde Pública aconselhava o Liceu a manter em seu quadro permanente um médico para operários e aprendizes. Desta forma, foi nomeado um acadêmico de medicina para também oferecer atestados médicos aos sócios enfermos. Em 1933, todos os servidores do Liceu foram segurados contra acidentes na "Companhia Segurança Industrial", conforme exigiam-se as leis de proteção ao trabalho²²⁷.

Entre 1933-34, o número de operários aumentava em virtude do desenvolvimento das diversas oficinas, oscilando, muitas vezes, conforme as necessidades dos serviços. Naquele período foram destacados pela competência técnica para os cargos de contra-mestres, Álvaro Costa e João Trigo. Este último foi demitido (1937) pelo procedimento “descortês e inconveniente” que havia cometido durante os festejos do 1º de maio daquele ano, uma vez que foi o

... principal responsável [pela] manifestação dissolvente, tanto quanto, esse operário, em colaboração escrita para as solenidades do referido Dia do Trabalho, já externara idéias extremistas, incompatíveis com a boa ordem e a disciplina da Casa²²⁸.

A partir da visita a grandes fábricas de móveis do sul do país, realizada pelo seu Diretor Edgard Barros, com o desejo de melhorar e ampliar as oficinas do Liceu, novas e modernas máquinas foram adquiridas para as oficinas de marcenaria e mecânica²²⁹. Assim foi divulgada uma notícia no Jornal A Tarde de 14 de janeiro de 1935:

Com a chegada e montagem das mesmas, o Liceu tornar-se-á além de uma fábrica de móveis capaz de competir com as suas congêneres do Sul, um núcleo de preparo de futuros operários²³⁰.

Ainda naquele ano, além de remodeladas e ampliadas as oficinas onde se ministrava o ensino prático, o material escolar também foi modernizado, sendo adquirido na Escola de Aprendizes Artífices, obedecendo tipos e modelos adotados no estabelecimento federal. Através de decreto, ficou estabelecido que todas as instituições de ensino profissional, estaduais, municipais e particulares poderiam requerer as prerrogativas do reconhecimento oficial, desde quando as mesmas

²²⁷ Os acidentes eram muitas vezes leves e outras graves. Os acidentes leves eram atribuídos à imprudência e descuido de certos operários e aprendizes. Um dos acidentes graves ocorridos nas oficinas do Liceu se deu em 1952, quando o operador de máquinas, Fausto dos Santos, perdeu o dedo polegar direito na serra circular, sofrendo várias lesões nos demais dedos da mão direita. Este foi submetido a tratamento pela companhia seguradora, recebendo indenização da mesma e sendo normalmente pago pelo Liceu.

²²⁸ ATA do Liceu de Artes e Ofícios, 18/maio/1937.

²²⁹ Entre as máquinas adquiridas no período constavam: 1 serra fita com volante e mesa; uma tupia; uma máquina de amolar navalhas; uma máquina de soldar serras(oficinas de marcenaria); um torno mecânico inglês, com 1m e 50; um limador; uma máquina de furar; uma mesa de desempenho (oficina de mecânica), entre outras máquinas, como uma prensa de compensar madeiras; um motor de cinco cavalos, polias, correias e serras de diversos tamanhos. RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1935.

²³⁰ A TARDE, 14 de janeiro de 1935, p.3.

adotassem a organização didática e o regime escolar das escolas federais, satisfazendo as exigências instituídas e se submetendo à fiscalização da Superintendência do Ensino Profissional²³¹. O Liceu seguiu tais recomendações, adquirindo, em contrapartida, seu reconhecimento em nível federal, o que, provavelmente, havia se tornado problemático em vista das mudanças políticas e administrativas ocorridas após a Revolução de 1930.



(7) Marcha cívica em comemoração ao dia da Independência da Bahia (anos 1960) – ala dos diretores.
Fontes: Arquivo Municipal do Salvador

Naquele período, as aulas do curso técnico-profissional eram compostas pelo primário elementar, desenho industrial e geométrico, mecânica prática, fundição, marcenaria e carpintaria. Era então Diretor da Congregação Arthur Arezio da Fonseca²³². O curso profissional feminino era o de prendas e trabalhos de agulha. Além destes, funcionava no Liceu o Curso de Música, então

²³¹ Decreto 24.558 de 3 de julho de 1934, SUCKOW, p. 226.

²³² Arthur Arezio da Fonseca (1873-1940) esteve ligado à vida cultural da Bahia através das artes gráficas, da imprensa, do cinema, da autoria de alguns livros, etc. Foi um dos mais significativos artistas gráficos de sua época. Como desenhista, foi, muitas vezes, premiado. Na exposição do Liceu de Artes e Ofícios de 1913, recebeu medalha de ouro (honra ao mérito). Sua vida profissional esteve, por longo tempo, vinculada à história da Imprensa Oficial do Estado da Bahia. Pouco tempo depois de fundada (1915), ficou sob seus cuidados. No Liceu, ocupou diversos cargos na Diretoria, entre eles o de 2º Secretário (1929-1930), de Presidente da Comissão Técnica e Diretor de Instrução (1933-1934). Em comemoração dos 80 anos de fundação da Imprensa Oficial, foi lançado o livro “Arezio, mestre baiano das Artes Gráficas”, que homenageia Arthur Arezio da Fonseca, funcionário fundador daquela instituição. TAVARES, Luis Guilherme Pontes (org.). Arezio, Mestre Baiano das Artes Gráficas, 1995.

dirigido pela professora Amanda Costa Pinto, que admitia alunos gratuitos e sócios do Liceu. Naquele curso, estavam matriculados em 1935 cerca de 50 alunos que aprendiam canto, solfejo, piano, violino ou outros instrumentos.



(8) Edgard Barros ao centro com aprendizes à sua volta. À direita Heráclio Cardoso De Mello e, à esquerda, sua filha Valquíria Barros (Anos 1940-1950)

Fonte: Arquivo particular de D. Maria de Lourdes Barros Chaves

Em 1937, dentro da política de incentivo ao ensino profissionalizante, na Interventoria Juracy Magalhães, quando Ademar Martinelli Braga, sócio do Liceu, era oficial de Gabinete, o Liceu recebeu um auxílio de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis), destinado à construção de um novo pavilhão na seção de ensino técnico-profissional. Este auxílio foi estendido ao Liceu Salesiano do Salvador, outra instituição voltada para a educação profissional das classes pobres, fundado na Bahia por volta de 1900.

- **sinais da decadência**

Com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (1942), o ensino profissional atingiu o estatuto de ensino industrial. O ensino de artes e ofícios desaparecia do vocabulário da nova era, tornando-se distante dos objetivos industrializantes do país²³³.

²³³ O SENAI foi criado pelo Decreto-lei nº 4048 de 22 de janeiro de 1942.

Na Bahia foram inauguradas diversas escolas SENAI, obedecendo aos mesmos modelos de aprendizagem de suas congêneres, espalhadas por todo o país, e funcionando em prédios projetados especialmente para o fim a que se destinavam. Das antigas escolas que funcionavam em Salvador com objetivos profissionalizantes, algumas sobreviveram, e outras foram se extinguindo gradativamente²³⁴.

Refletindo tais mudanças, inseridas na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, o Liceu passou a experimentar uma fase de desânimo percebida, sobretudo, pela redução do número de matrículas. O Liceu adotara, por determinação da Lei Federal, a especialização do curso técnico-profissional para menores do sexo masculino. A partir de então, as aulas destinadas ao sexo feminino, foram supressas, o que, provavelmente, colaborou para a diminuição do número de alunos²³⁵.



(9) Mestre Arnaldo ensinando aprendizes na arte da aplicação do verniz.

Fonte: Arquivo A Tarde.

²³⁴ Foram fundadas na Bahia a Escola Luis Tarquinio em Salvador (1946), em São Felix (1946 - extinta), Delmiro Gouveia em Paulo Afonso (1950), Escola Ferroviária de Alagoinhas (1942), Escola Ferroviária de Nazaré (1943). SUCKOW, pp. 182/183/184. Além do Liceu de Artes e Ofícios e a Escola Comercial advindos do Império, havia o Centro Operário (1894), que ministrava o ensino de mecânica, marcenaria, carpintaria, serralheria e fundição (extinta); Liceu Salesiano do Salvador (1900), particular, dirigido pelos padres Salesianos, onde funcionavam oficinas de tipografia, encadernação, marcenaria, alfaiataria e mecânica; Escola de Aprendizes Artífices (depois Escola Técnica Federal) (1910); Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia (1934); Instituto Industrial Feminino Visconde de Mauá (1939); Escola Profissional de Cachoeira (1939).

²³⁵ Entre 1947-48, as matrículas foram de 250, com uma frequência média de 115 alunos, havendo uma redução considerável se compararmos com os anos anteriores, cuja média de matriculados era de 400 alunos. Os cursos oferecidos eram de Primário Elementar, Desenho Industrial e Geométrico, Mecânica Prática, Fundição, Marcenaria, Carpintaria e Educação Física, cujas aulas práticas eram realizadas nas oficinas de marcenaria, carpintaria, serralheria, empalhamento, mecânica e fundição. As aulas do curso primário eram ministradas por professoras habilitadas e as oficinas dirigidas por mestres de reconhecida capacidade artística. RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1949.

No período de redemocratização (1945-1964) houve uma indefinição de rumos, apesar de buscar-se colocar em prática a democracia impressa na Constituição de 1946. A crise instalara-se em todas as instâncias da sociedade brasileira. Quanto à educação, a discussão circulou em torno da qualidade-quantidade. As atenções dos educadores se voltaram para a definição da nova política educacional, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tramitou no Congresso Nacional de 1948 a 1961. Uma das questões mais polêmicas, debatidas durante a tramitação da Lei entre os grupos que defendiam as escolas públicas e representantes das escolas particulares, foi a da aplicação das verbas públicas destinadas à educação. Os graves problemas da educação foram ignorados: falta de vagas, problemas da educação popular (analfabetismo, evasão, repetência) e a melhoria da formação do professorado. Foi um período, também, de desapoio ao ensino profissional.

No exercício de 1953-54, sob a direção de Paulino Joviniano Caribé, sucessor de Edgard Barros, o Liceu ressentiu-se da falta de professores, razão pela qual muitos alunos não tiveram matrícula. Apelou-se, mais uma vez, para o Governo, para que este incentivasse o ensino profissional como forma de retirar a criança do caminho do crime. Na Bahia, poucos estabelecimentos do gênero lutavam precariamente para atingir os objetivos profissionalizantes.

Pode-se dizer que, cada menino que aprende um ofício nessas casas de ensino profissional é um capitão de areia a menos, é um elemento que se torna útil a si mesmo, à sua família e à sociedade²³⁶.

As oficinas continuavam sendo alvo das preocupações dos administradores. Fora os cinemas, principal fonte de receita do Liceu, eram as oficinas que justificavam a existência da escola com objetivos profissionalizantes. Nas oficinas de marcenaria, carpintaria, serraria e mecânica, alunos aprendiam uma profissão, seguindo as suas aptidões.

Os anos de 1950 foram marcados pela falta de operários capacitados na proporção das encomendas que assoberbavam as oficinas. Tornava-se elevada a necessidade de bons operários. Não fosse a permanência de alguns mestres antigos, estaria prejudicada a tarefa técnico-profissional e diminuídas as possibilidades de receita do estabelecimento.

O Liceu passava então a concorrer com a sua própria especialidade de formar bons profissionais, que dali saíam para outras oficinas ou fábricas de móveis, prejudicando e embaraçando o progresso das suas oficinas.

²³⁶ A TARDE, 19 de agosto de 1954

Os aprendizes, à medida que vão obtendo os precisos conhecimentos, são, em regra, recrutados pelos nossos concorrentes, antes mesmo de completarem o seu preparo, com tentadoras promessas... Assim se explica a quase absoluta totalidade de operários especializados em nosso meio, o que tanto nos prejudica, embaraçando o progresso das oficinas...²³⁷.

Os mestres, que distribuíaam conhecimentos a centenas de crianças que passavam pelas suas bancadas, foram envelhecendo. Os jovens, que poderiam substituí-los, se dispersavam pelas várias oficinas, fábricas e indústrias montadas, atendendo à crescente demanda estimulada pela política industrializante e desenvolvimentista dos anos 50. As indústrias se desenvolviam, a economia se diversificava, e o Liceu perdia espaço no cenário sócio-econômico e político que então se modificava velozmente em todo o país.

- **o Liceu agoniza**

O Liceu morria lentamente, asfixiado pelas mudanças verificadas ao seu redor. O seu campo de ação estava minado; os antigos ideais foram sufocados, pois a nova realidade que se apresentava não combinava com a sua tradição; o modelo educacional adotado não coincidia com as novas técnicas aplicadas, e as suas oficinas não se transformaram em indústrias.

A política educacional brasileira, adotada sob os princípios da “ideologia liberal burguesa, laicizada, modernizada e pretensamente fundada na ciência”²³⁸, sofreu ataques violentos por parte dos defensores da pedagogia tradicional, da imposição baseada no temor aos castigos. Criticando as sucessivas reformas do ensino, Álvaro Augusto da Silva (diretor da instrução do Liceu) afirmava, em 1960, ser o Liceu de Artes e Ofícios, na Bahia, um dos firmes redutos de resistência à anarquia, e onde o ensino se professava num ambiente de disciplina, de ordem, de zelo, de serenidade e de eficiência²³⁹.

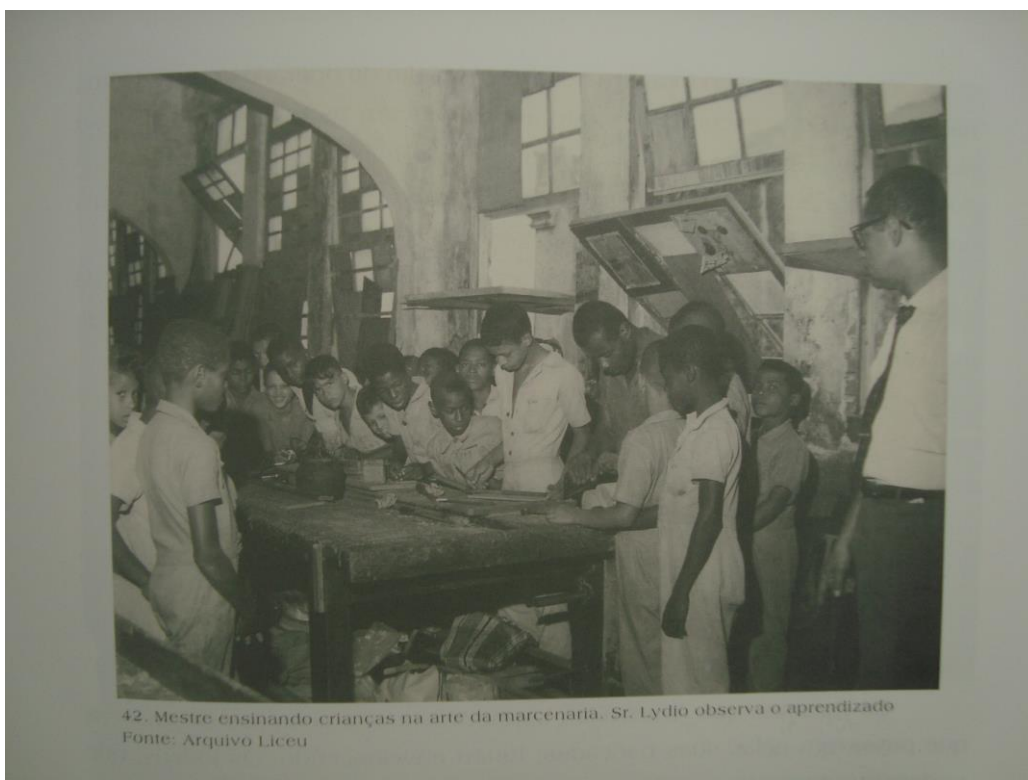
Discutindo o cenário educacional que havia no país e na Bahia, dizia o conceituado educador ser “confortador divisar-se, no âmbito do ensino primário, no Liceu de Artes e Ofícios, na modéstia de seus patrióticos propósitos, um dos redutos da moralização do ensino

²³⁷ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1957, p.5.

²³⁸ SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, Ideologia e Contra-Ideologia, p. 84.

²³⁹ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1961, p. 22.

em nossa terra...”, e que, entre tanta ruína, ele era uma fortaleza, cuja solidez proporcionava conforto e esperança para a comunidade²⁴⁰.



(10) Mestre ensinando crianças na arte da marcenaria.
Sr. Lydio observa o aprendizado.
Fonte: Arquivo A Atarde.

O Liceu debatia-se entre o passado e o presente. A força da tradição disciplinadora e reconhecida pela competência e qualidade era maior do que as aceleradas mudanças verificadas além das suas portas. Enquanto isolava-se, preservando modelos pedagógicos há muito questionados pelas tendências renovadoras, era também desprezado pelos interesses governamentais e da sociedade civil. Não lhe foram oferecidas alternativas viáveis para acompanhar o processo acelerado de mudanças que se operavam à sua volta, sem, contudo, romper com o seu principal objetivo, que era educar jovens através do trabalho.

A tradicional casa da instrução e do trabalho passou por maus momentos, acelerados e aprofundados com a destruição de parte do seu patrimônio pelo incêndio ocorrido em 1968. Prejudicado em muitas de suas atividades, continuou mantendo sua finalidade de oferecer escola aos meninos que ali se matriculavam. Cerca de 500 crianças, na faixa dos oito aos 14 anos, aprendiam uma profissão (marceneiro, carpinteiro, entalhador, polidor, empalhador), enquanto cursavam do

²⁴⁰ Idem, p. 24.

primeiro ao quinto ano primário nos turnos matutino e vespertino, mantendo-se o esquema de revesamento entre sala de aula e oficina, adotado nos anos 20.

Não obstante as crises sofridas, o Liceu permaneceu vivo no cenário social baiano, sendo discutido e avaliado, porém pouco apoiado. Mesmo com a perda de algumas salas de aula e oficinas, procurou manter a tradição de instituição que garantia a educação de centenas de crianças pobres, que dali saíam formadas e aptas a serem absorvidas pelo mercado de trabalho. Além de ser uma instituição educativa e produtiva, o Liceu desempenhou, ao longo de sua existência, como veremos no Capítulo seguinte, funções artísticas e culturais, que marcaram sua trajetória na história cultural da Bahia, enquanto instituição múltipla.

CAPÍTULO 7

LICEU ARTÍSTICO E CULTURAL

Além de se constituir em sociedade mutuária, ser uma instituição educacional e espaço produtivo, congregando a beneficência, a instrução e o trabalho, o Liceu garantiu, por muito tempo, a identidade de espaço artístico e cultural.

O Liceu artístico foi idealizado para estimular e desenvolver não somente as artes utilitárias, mas, substancialmente, as contemplativas. Seus fins educativos não se restringiram às artes e ofícios, mas ao conhecimento em suas várias dimensões, destinados a todas as classes sociais. Conferências diversas, realizadas ao longo do tempo, versaram sobre temas pedagógicos, científicos, artísticos, literários, políticos, etc. A música foi espalhada através de concertos e recitais, e a imagem apresentada nos cinemas Liceu (1921) e Popular (1936).

Homenagens festivas, comemorações solenes e visitas ilustres compuseram o quadro de atividades artísticas e culturais, muitas vezes revestidas de cunho político, nos salões do seu Palácio.

- **palácio**

O Liceu avançou, conquistando seus propósitos educativos, beneficentes, culturais e produtivos destinados às classes populares, ao transferir-se para o seu Palácio (7 de março de 1875). Era o Paço do Saldanha, construção nobre, de origem colonial, que entrava na história da instituição, fortalecendo a sua vocação artístico-cultural. Por si só era um templo de arte. A história do Liceu foi vivida nos seus corredores, salões e escadarias; sob tetos apainelados e paredes revestidas de azulejos antigos. A majestosa portada esculpida em pedra, considerada único exemplar no Brasil e espécime da influência do plateresco espanhol no nosso barroco litorâneo, que até hoje é motivo de admiração, análises e estudos, representou a via principal de acesso ao mundo da arte de esculpir, desenhar, pintar, modelar, entalhar, cantar, tocar, enfim, de criar.

O Paço do Saldanha surgia na cena da história do Liceu, simbolizando grandeza e esplendor, representados pela imponência da sua arquitetura e raridade da decoração, enquanto o Liceu fixava-se no Palácio, dando-lhe vida e movimento, ao transformar

corredores e salões em palco de acontecimentos culturais e políticos, em salas de aula, biblioteca, galerias de arte, oficinas, cinemas, etc.

Em finais do século XVII, o “Paço do Saldanha” começava a emergir das pedras que adquiriam contornos delicados, profusos, definidos, garantindo-lhe os requisitos de construção rara, imponente e nobre que expressou o fausto e a grandeza dos antigos senhores de terras e escravos.

Por todo o século XVIII, os moradores que ali habitaram, atores do seu tempo, interviram na construção, decoração, ampliações, consertos de um edifício destinado à fidalguia, representada por um Silva Pimentel, um Guedes de Brito e um Saldanha da Gama.

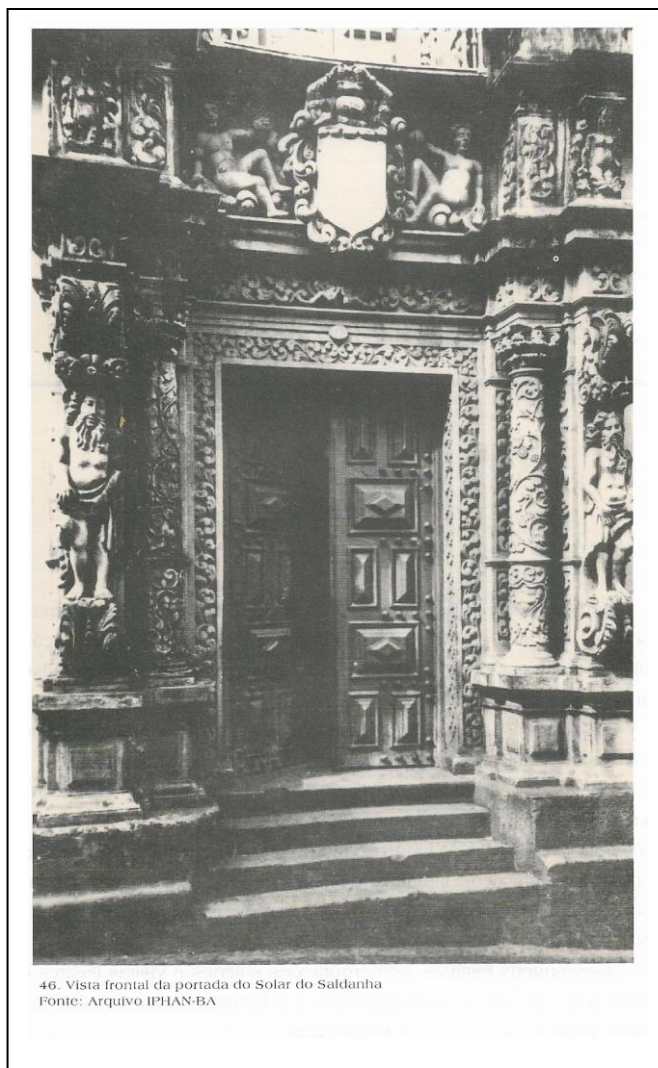
O Paço do Saldanha, edifício nobre, foi construído para moradia, entre os finais do século XVII e princípios do XVIII pelo Coronel Antônio da Silva Pimentel, senhor de grandes extensões de terras e de escravos, dono de uma fortuna comparável com a de seu rival, Antônio Guedes de Brito. Por cerca de 268 anos, representou peça fundamental que integrou o grande painel da história arquitetônica brasileira e baiana em particular. Do incêndio sobreviveu a sua fachada, notabilizada pela majestosa portada profusamente decorada. A história deste palácio está intimamente ligada ao prédio anexo, o qual ficou marcado por uma lenda que nos fala de preconceito social e racismo.

O Coronel Antônio da Silva Pimentel ao casar-se com D. Isabel Maria Guedes de Brito, conseguiu reunir as duas maiores fortunas da Bahia, produzindo, conseqüentemente, uma das maiores de toda a colônia. Deste matrimônio nasceu D. Joana da Silva Guedes de Brito, identificada em várias notícias como "mameluca". Considerada como a "mais opulenta Senhora de toda a colônia", a mesma havia herdado de sua mãe, filha natural de Antônio Guedes de Brito com a nativa Serafina de Souza, sangue indígena. Daí nasceu uma lenda em torno da "mestiça" que desejava "enobrecer-se" a qualquer custo.

Casou-se em 1717 com D. João de Mascarenhas, nobre português, filho do Conde de Coculim, o qual, segundo alguns narradores, ridicularizava a esposa pelas suas origens raciais e era considerado malquisto na Colônia pelo seu forte gênio. Por ser muito orgulhosa, D. Joana afrontava o nobre marido recebendo na residência palaciana parentes caboclos. D. João, por sua vez, não querendo receber tais visitantes, "mandou edificar uma casa nobre, contígua a seu palácio, onde os hospedava"²⁴¹. Era prática habitual hospedar-se pessoas de relevo social em alcovas reservadas nas residências fidalgas e outras, de categoria social secundária, em dependências fora do corpo da casa. Neste sentido podemos identificar a presença de uma casa anexa ao Paço, ou "Casa Mística", que, por quase 200 anos, pertenceu ao conjunto arquitetônico construído no século XVIII pela fidalguia.

²⁴¹ MORAES, Mello. Brasil Histórico. Editores Pinheiro e Cia, 1866, Tomo I, p. 263.

A respectiva "Casa Mística" representou, por todo o tempo, construção incorporada ao edifício principal, ou seja, ao Paço do Saldanha. Alguns narradores nos informam ainda que a casa anexa ao Palácio, do lado direito do portal artístico, foi construída pelo nobre português, Manuel de Saldanha da Gama, que, em 1734, casou-se com a viúva D. Joana, pelos mesmos motivos já assinalados. Não obstante serem as notícias ambíguas e contraditórias, sabemos que a mesma casa esteve presente na história da vida de D. Joana até esta morrer em 1762²⁴².



46. Vista frontal da portada do Solar do Saldanha
Fonte: Arquivo IPHAN-BA

(11)Vista frontal da portada do Paço do Saldanha
Fonte: Arquivo IPHAN, anos 1960

²⁴² Para indicar a provável existência da “casa mística” ao palácio de Silva Pimentel, anterior ao casamento de Manuel de Saldanha da Gama com D. Joana, identificamos, a partir de 1721, em documentos do Arquivo da Ordem Terceira do Carmo, Irmandade responsável pela cobrança dos foros das referidas moradas, a indicação da presença “das casas em que mora...” D. Isabel Guedes de Brito. Nos anos subsequentes até, pelo menos, 1735, repete-se nos Livros de Receita e Despesa da Ordem Terceira do Carmo, o débito dos foros das casas em que D. Isabel morava. Falecida em 1733, o pagamento de tais foros passaram a ser de responsabilidade de Manuel de Saldanha, após seu casamento com D. Joana. Provavelmente, a casa mística ao palacete foi erguida entre 1717-1721. Tudo indica que ambas as construções são contemporâneas, sendo que a casa mística representou por todo o tempo construção incorporada ao edifício principal, ou seja, ao Paço do Saldanha.

A lendária D. Joana, após enfiar-se (1729), “relativamente moça, opulenta e garbosa, deu-lhe na cabeça que deveria procurar novo marido, e resolveu comprá-lo, com o seu ouro”²⁴³. Assim, casou-se em segundas núpcias com Manuel de Saldanha da Gama, filho do 5º Conde da Ponte, D. João de Saldanha da Gama, Vice-rei das Índias, contando, provavelmente, com o dobro da idade do jovem marido. O referido matrimônio gerou comentários na corte portuguesa. Teria o rei D. João V dito ao escolhido, ao felicitá-lo pelo rico casamento e por ocasião da sua partida para a Colônia, que bem menor fora o dote recebido pela Rainha D. Maria Vitória.

Entre as negociações estabelecidas para a realização do contrato de casamento lavrado em Lisboa, contam alguns narradores que havia uma cláusula estipulando que se do consórcio não houvesse filhos a fortuna da mulher, só seria herdada pelo marido, caso este adotasse o sobrenome de seu avô, o Mestre de Campo Guedes de Brito. Foi o que ocorreu com o fidalgo Manuel de Saldanha da Gama. Em 1766 retornou para Portugal, viúvo, rico e chamando-se D. Manuel de Saldanha da Gama Guedes de Brito Melo Torres. Ali casou-se e do novo matrimônio nasceu João de Saldanha da Gama Melo e Torres, 6º Conde da Ponte, que veio a ser governador da Bahia (1805-1809)²⁴⁴.

Cenário de preconceitos, conflitos, intrigas, amores e ódios, desde a sua construção, pelo Cel. Antonio da Silva Pimentel, até se tornar sede do Liceu, o suntuoso palácio passou por diversos membros das elites baianas, para fins de moradia. Desde 1770, foi alvo de sucessivas compras e vendas o "Palácio onde viveu Manuel de Saldanha". As "duas moradas de casas nobres", uma chamada "Palácio Novo" e outra "Palácio Velho", tornaram-se propriedade da Santa Casa de Misericórdia, de José Jorge da Rocha, do Comandante Capitão-Mor Simão Alvares da Silva, de José Joaquim de Carvalho e Albuquerque (II Barão de Pirajá) e, por fim, do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Ao longo do tempo, foram-se somando elementos arquitetônicos e decorativos, que enriqueceram o interior do edifício. Por cerca de dois séculos e meio, o conjunto artístico e arquitetônico foi admirado pelo esplendor e pela riqueza artística, até ser atingido por um grande incêndio (1968), que devorou o que havia de mais nobre em arquitetura e arte.

Possuía um amplo vestíbulo, no qual havia em exposição uma cadeira de arruar, meio de transporte utilizado pelas elites do século XVIII, e escadaria em dois lances, sendo que o

²⁴³ REQUIÃO, Altamirando. “O Homem que vendeu o nome...” in O Imparcial, 15/setembro/1940.

²⁴⁴ Mello Moraes divulgou esta versão em 1866, a qual foi reproduzida por outros cronistas da história da Bahia. Consta no seu “Brasil Histórico” equívocos que podem ser repetidos indefinidamente, se não tomarmos algumas cautelas. O marido de D. Joana, por exemplo, foi identificado, naquele trabalho, como D. João de Mascarenhas de Saldanha da Gama. Provavelmente, houve uma confusão de nomes e sobrenomes. O primeiro marido chamava-se D. João de Mascarenhas e o segundo Manuel de Saldanha da Gama. Segundo Waldemar Mattos (Paço do Saldanha) não há qualquer indicação no contrato de casamento da existência de tal cláusula e que Manuel de Saldanha da Gama não era um nobre falido. Não obstante tais impasses, o certo é que D. Manuel, ao enfiar-se, adotou o sobrenome dos Guedes de Brito e partiu rico de volta para a corte.

primeiro era revestido de azulejos, com desenhos em pequenos retângulos e motivos de linhas sinuosas. O andar nobre era composto de amplas salas de forros apainelados e paredes revestidas de azulejos, notabilizadas, sobretudo, pela presença da assinatura do autor (Antônio Pereira Fecit) de um dos quadros, que mostrava a perseguição de uma ninfa por Netuno. Neste palácio, havia um dos mais preciosos acervos de azulejaria com representações mitológicas. Determinavam “o período de transição entre os séculos XVII e XVIII, aquele que mais e melhor atesta o favor que o azulejo mereceu, e que faz com que no Brasil persistam exemplares notáveis por extremamente raros”²⁴⁵.



49. Painel de azulejos representando a perseguição de uma ninfa por Netuno, um dos quais assinado por Antonio Pereira Facit
Fonte: Arquivo IPHAN - BA



50. "A peça mais notável do velho Solar era, a pequena capela privativa, cuja porta se abria para a Sala Central". Ali se encontrava um magnífico painel de 14 x 17, ocupando toda a parede do lado da epístola, enquadrado por barra de 02 azulejos
Fonte: Arquivo IPHAN - BA

(12) Painéis de Azulejos do Século XVIII

Fonte: Arquivo IPHAN-Bahia.

Ainda para ilustrar a riqueza contida neste edifício, havia a capela de Nossa Senhora da Piedade, destinada às cerimônias religiosas dos moradores do palácio e, mais tarde, do

²⁴⁵ SANTOS SIMÕES. “Azulejaria no Brasil” in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1959, p. 13.

próprio Liceu. Era trabalhada em talha dourada e em estilo barroco, com paredes revestidas de azulejos e imagens barrocas, que embelezavam o altar.

Não obstante terem sobrevivido apenas a fachada e o saguão de entrada, o referido imóvel permanece como importante referencial histórico, arquitetônico, cultural e artístico para a memória da Bahia e do Brasil. É uma das mais importantes e nobres construções legadas pela Colônia, compondo a arquitetura típica dos solares baianos do mesmo período. O edifício é notabilizado pela sua grandiosa e imponente portada, atribuída ao mestre Gabriel Ribeiro, autor da fachada da Ordem Terceira de São Francisco. Segundo Santos Simões, o mesmo representa o mais notável exemplar de arquitetura civil da Bahia dos princípios do século XVIII²⁴⁶.

É um sobrado de dimensões avultadas, marcado em sua parte externa pela majestosa portada em arenito escuro, composta de colunas, volutas, ornatos espiralados, torçais, curvas e contra-curvas, conchas, figuras de atlantes, lembrando obras de entalhe em madeira. Considerada, por muitos estudiosos, como única no Brasil, esta fachada é admirada “pela beleza, pela nobreza e como espécime da influência do plateresco espanhol no nosso barroco litorâneo”²⁴⁷.

Encimando o pórtico, encontra-se um escudo liso em mármore com a inscrição “Lyceu de Artes e Offícios 20 de outubro de 1872”. Este, provavelmente, substituiu o brasão de armas de Antonio da Silva Pimentel que, segundo Herman Nesser, deveria representar as famílias Caldeira, Pimentel, Silva e Brito. Esta possibilidade encontra-se no fato de existir uma campá brazonada presente no adro da Catedral Basílica, onde deverão encontrar-se os restos mortais, não só de Antonio Guedes de Brito e sua filha, como os de Antonio da Silva Pimentel, pai, filho e neta²⁴⁸.



(13) Portada do Paço do Saldanha com o escudo do Liceu

²⁴⁶ Idem, ibidem.

²⁴⁷ MATTOS, Waldemar. Paço do Saldanha, p.28, Ref. 40.

²⁴⁸ NESSER, Herman. “O Paço do Saldanha” in Revista do Instituto Genealógico da Bahia, nº 7, 1952, pp. 155/156.

Na fachada lateral está o oratório, marcando a Quarta Estação da Via-Sacra, conforme indica a cruz de azulejo marmoreado manganês, conservada na fachada principal. Neste oratório havia um painel de pintura sobre madeira, provavelmente do final do século XVII e início do XVIII, que representava o Quarto Passo e que hoje faz parte do acervo do Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro).

- **galerias de arte**

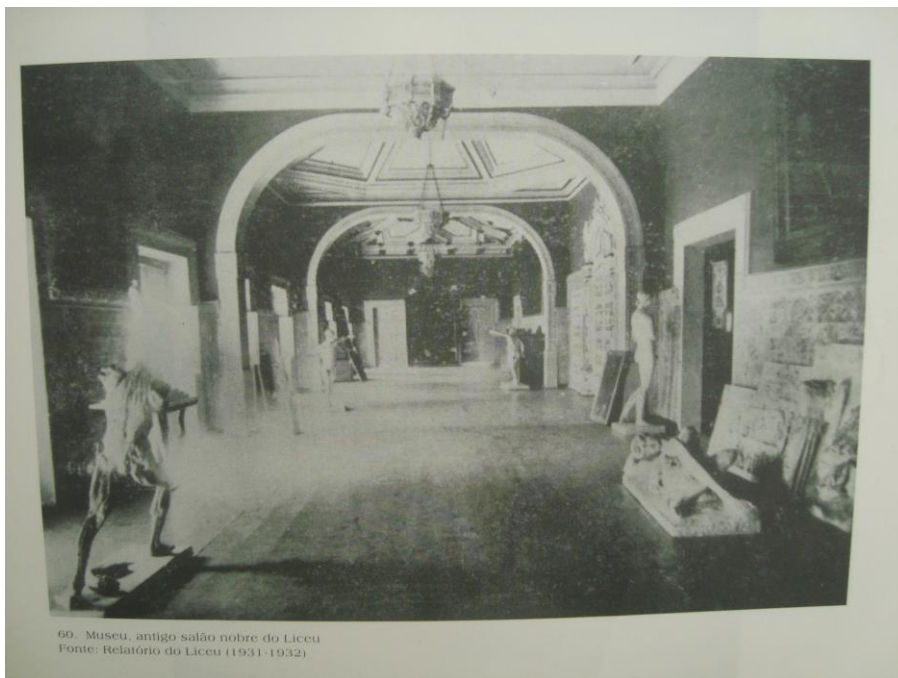
Coleções minerais e zoológicas, e outras de gesso e de quadros, esculturas, pinturas e desenhos formavam verdadeiras galerias de arte que recheavam as instalações do edifício, enriquecendo e dando vida a um Liceu que tendia ao brilho e à evidência no cenário sócio-cultural da Bahia, atraindo artistas, operários, intelectuais, políticos e demais personagens que integraram a sua história.

Cada evento ali realizado, cada espaço criado em benefício da cultura, popular ou de elite, era revestido de brilhantismo e seriedade. Discursos eloquentes eram capazes de acender interesses os mais diversos sobre a atuação do Liceu. Aplausos, ornamentações, luzes, missas, bandas, corais, quitutes, vozes, sons, movimentavam, entusiasticamente, a instituição múltipla e única, dando-lhe vida e energia.

Galerias de arte rechearam o Liceu de estilo, criatividade e raridade. A Galeria Gavazza e a Galeria Abbott foram as que mais se destacaram. A primeira, doada em 1874 pelo marceneiro italiano, Francisco Nicoláo Gavazza, sócio benemérito do Liceu, foi inaugurada em 1875 e era composta de 23 bustos e 27 altos e baixos relevos em gesso. Em 1895, esta Galeria de Gessos já contava com cerca de 400 modelos reproduzidos dos originais ou do natural. A segunda, considerada uma das primeiras pinacotecas existentes na Bahia nos princípios do século XIX, organizada pelo médico-cirurgião de origem inglesa Jonathas Abbott, foi adquirida pelo Governo Provincial em 1868, ficando guardada no Convento da Palma, onde funcionava o Liceu Provincial. Foi transferida para o Liceu de Artes e Ofícios em 1886, permanecendo até 1930, quando foi entregue ao Museu do Estado da Bahia. Aí permanecem expostas cerca de 170 telas de um total de 413 arroladas no inventário do colecionador.

O acervo artístico do Liceu foi ampliado ao longo do tempo, através de encomendas e doações. Por volta de 1880, o artista Miguel Navarro y Cánizares era contratado para executar um retrato em tamanho natural de D. Pedro II. Esta obra não chegou a ser realizada pelo artista, pois o seu contrato fora anulado por força da influência de Cunha Couto, tomando a obra para si, pelo valor de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis). A partir de então, houve desentendimentos entre

os dois pintores. Cãnizares, que havia iniciado, em 1876, um curso superior de pintura no Liceu, se retira e funda a Academia de Belas Artes²⁴⁹.



(14) Museu, antigo salão nobre do Liceu.
Fonte: Relatório do Liceu, 1931-1932

Existiram ainda no Liceu de Artes e Ofícios várias telas de grande valor artístico que eram ostentadas nas paredes de quase todas as dependências. Destas, havia dois grandes quadros de Firmino Monteiro (Lealdade de Martim de Freitas e Joana Angélica), os quais faziam parte do fundo social da Instituição pelo seu alto valor monetário. No centenário de morte da "Freira Mártir" (em 20 de fevereiro de 1922), o Liceu abriu a sua Galeria à visitação pública durante o dia e a noite, quando expôs o quadro do pintor baiano representando a morte de Joana Angélica²⁵⁰. Outras telas de artistas consagrados, como do baiano Lopes Rodrigues (Último Dia de um Condenado), e muitas de artistas não identificados, enriqueciam as instalações do Liceu, transformando-o num ponto de atração para os admiradores das belas artes²⁵¹.

²⁴⁹ Miguel Navarro y Cãnizares, natural de Valencia, em 1876 ofereceu-se a ensinar no Liceu o curso superior de desenho, cuja aula começou a funcionar no dia 28 de maio do mesmo ano. Em princípios de dezembro de 1877, o professor Cãnizares retirou-se do Liceu e, em 17 de dezembro daquele mesmo ano, fundou a Academia de Belas Artes (Querino, Manoel Raymundo. *Artistas Bahianos*. Ba.: Oficina da Empresa "A Bahia", 1911, p 118). Segundo Ayala, ao lecionar no Liceu, "adotou métodos técnicos que resultaram no desenvolvimento de um grupo especial de alunos, entre os quais destacaram-se Manuel Lopes Rodrigues, Manuel Raymundo Querino, Carlos da Costa Carvalho, Enedino de Santana e Vieira de Campos", inaugurando um curso superior de Pintura, o que teria criado desafeto do "influyente retratista pintor Cunha Couto", que teria forçado a anulação do tal contrato. "Diante desta manobra, o artista demitiu-se do Liceu e recolheu-se às atividades de seu atelier". AYALA, Walmir. *Dicionário de Pintores Brasileiros*, p. 167 - 2 volumes.

²⁵⁰ O IMPARCIAL, 19 de fevereiro de 1922.

²⁵¹ Em 1930, o Liceu arrolou o seu acervo, o qual estava composto das seguintes telas e esculturas: 1. Último Dia de um Condenado, por Lopes Rodrigues (oferta de sua filha Maria Magalhães, em nome de suas irmãs); 2. Uma pedra mármore

Algumas telas salvas do incêndio se encontram, atualmente, restauradas nas instalações do Liceu, como o retrato em tamanho natural de D. Pedro II e outros que compreendiam a Galeria dos Beneméritos, representados por figuras de destaque como Freitas Henriques (fundador do Liceu), José Marcelino, Francisco Marques de Góes Calmon, João Augusto Neiva, Getúlio Vargas, entre outros.

Das diversas ofertas que enriqueciam o acervo artístico do Liceu, havia uma coleção de azulejos representando a Ave Maria no Campo, oferecida em 1909 por Luiz José Fernandes, conhecido capitalista baiano residente em Portugal, e um livro de ouro, cuja encadernação é um verdadeiro tesouro. O Livro de Ouro, sobrevivente do incêndio, representa valiosa peça artística e histórica. Na sua encadernação está registrada a grandeza de estilo das encadernações de meados do século XIX do Brasil Imperial, expressando a arte do ourives e do joalheiro, através de finos ornamentos em ouro, incrustados de rubis e brilhantes²⁵². A origem deste livro está relacionada com a Guerra do Paraguai (1864-1870). Brasil, Argentina e Uruguai, movidos por interesses comuns, destruíram cerca de 75% da população paraguaia. Neste ambiente, o clínico brasileiro, Salustiano Ferreira Souto, Delegado do Cirurgião-mor do Exército do Brasil na República Oriental do Uruguai, combateu a epidemia do cólera, que assolou o Uruguai. A comunidade de Montevideu o homenageou com o respectivo livro, que, com onze páginas ocupadas por 305 assinaturas, demonstravam a grandeza da gratidão para com um médico que lutou pela vida numa conjuntura de guerra.

tendo gravado um retrato do Mel. Hermes da Fonseca e seu ministro, pelo artista cabelereiro Cyrilo Dias; 3. Nossa Senhora; 4. Joana Angélica, por Firmino Monteiro; 5. Lealdade de Martins de Freitas, por Firmino Monteiro; 6. Dois grandes quadros ofertados pelo comércio do R. J. por intermédio do antigo deputado comendador João Augusto Neiva, representando carneiros; 7. Brigadeiro Antonio de Souza Lima, atribuída a Capinam; 8. Freitas Henriques (busto vestido de farda); 9. D. Pedro II, por Cunha Couto; 10. Judas, por Pinto Bandeira; 11. São Gerônimo, idem; 12. Recanto de uma Cozinha, por Conceição Foepfel; 13. Quatro telas representando as Quatro Estações do Ano; 14. São Lucas; 15. Retrato de um Chinês; 16. Retrato do Victorino Júnior; 17. Cabeça de Cristo em vidro; 18. Dezenove retratos de sócios beneméritos; 19. Vinte e um quadros de estudos; 20. Uma tela do Visconde de São Lourenço, Francisco Gonçalves Martins; 21. Cinco telas feitas em folhas nas paredes da capela; 22. Duas telas holandesas (Vida Campestre).

²⁵² A encadernação do Livro de Ouro é de “Lombaerts - Rio de Janeiro”, provavelmente de 1868, ano em que a comunidade de Montevideu o presenteou ao clínico brasileiro Dr. Salustiano Ferreira Souto. O livro foi entregue por uma comissão composta pelos senhores Jayme Cibilibis, Francisco A. Gomes e Estanisláu Camino. O Dr. Souto estudou na Faculdade de Medicina da Bahia. Sua tese foi defendida em 28 de novembro de 1840 nas cadeiras de Psicologia Clínica e Cirúrgica e Higiene.



64. Tela de D. Pedro II, de autoria do artista Cunha Couto, 1880

(15) Tela de D. Pedro II, de autoria do artista Cunha Couto, 1880.

O Livro de Ouro percorreu alguns milhares de quilômetros até chegar à Bahia e, especificamente, ao Liceu de Artes e Ofícios. Em 1891, o referido Livro, doado ao Liceu pelo Conselheiro Cincinato Pinto da Silva, integrava o acervo do museu do estabelecimento.

- **biblioteca**

A Biblioteca Popular do Liceu, inaugurada em 1878, era outro espaço que enriquecia de raridades e preciosidades o patrimônio da instituição. Começando com 490 volumes de diversas obras literárias e científicas, a biblioteca foi gradativamente ampliada por doações e compras. Em 1913 possuía cerca de 1700 volumes, distribuídos nas áreas de ciências (naturais, físicas, químicas, médicas, econômicas, sociais e militares), filosofia, agricultura, matemática, geografia,

teologia, indústrias, história e belas artes. O acervo era composto de obras estrangeiras (francesas, alemãs, italianas e portuguesas) e nacionais. Funcionava diariamente, em turnos diurno e noturno, mantendo um ritmo constante de leitores e pesquisadores assíduos, entre os quais o Prefeito de Salvador (1947-1951) e historiador Wanderley Pinho.

Em homenagem póstuma ao segundo Governador da Bahia, a biblioteca passou a se chamar Biblioteca Popular Manoel Victorino (1917-1918). Na década de 1930, seu acervo alcançava a casa dos 3000 volumes. Exatamente 90 anos após sua inauguração (1968), a tão conhecida e bem frequentada biblioteca desaparecia do cenário cultural da Bahia, sendo mais uma vítima do incêndio que destruiu o tesouro cultural e a maior parte do prédio do Liceu.

- **cinemas**

Dos espaços culturais que permaneceram no Liceu após o incêndio, apenas os cinemas Liceu e Popular continuaram funcionando. Estavam, na ocasião, arrendados aos irmãos Francisco Catarino e Antonio Piton. Criados pelo Liceu, constituíram, por muito tempo, as principais fontes de renda para a instituição, que mantinha seus propósitos educacionais.

O primeiro (Cine-Teatro Liceu), inaugurado em 21 de maio de 1921, representou uma grande atração para a sociedade local, que então contava com poucas opções de lazer. Instalado inicialmente no palacete de sua sede, foi, desde o início, alvo das atenções da sua administração, que procurava investir em novas aparelhagens, filmes inéditos e melhoramentos das suas instalações. Nas "matinés" e "soirés", o cinema era bastante frequentado, principalmente pela elite local, que assistia a filmes de drama, aventura e comédia como: "Águia Azul" (da Fox Film com George O'Brien), "O Ladrão de Bagdad" (da United Artists Corporation com Douglas Fairbanks), "Sua Majestade a Mulher" (da Fox Film com George O'Brien e Olive Borden), "O Homem que Ri" (da Universal com Conrad Veidt e Mary Philbin), "Desonrada" (da Paramount com Marlene Dietrich e Victor Maclaglen), etc.

Em 1925, o cinema era avaliado como atividade bastante lucrativa. Havia 702 cadeiras, frequentemente ocupadas por um público selecionado. Os filmes eram escrupulosamente examinados e censurados. As "troupes" que trabalhavam no palco mantinham-se "sempre na devida esfera de moral elevada". Várias companhias teatrais ali se apresentaram, como "Mulatas Brasileiras", "Jayme Costa", "Gente Nossa" e o duo Yola Paul.

Com a grande obra realizada no quarteirão do Liceu (1927), o cinema foi transferido para o pavimento térreo da nova ala construída, onde até hoje se encontra, e inaugurado a 5 de agosto daquele ano com a super-produção da United Artists Corporation "O Ladrão de Bagdad"²⁵³.



(16)Cine Liceu – vendo-se a platéia na sua inauguração em 05/08/1927,
Fonte: Fox Revista, 1928 – Biblioteca Nacional

O Cine-Teatro Liceu sofreu, ao longo do tempo, grandes reformas, tanto no seu espaço físico quanto nas suas instalações e equipamentos. Em 1930 foi inaugurado o "Cinema Sonoro", o qual exigiu instalação de novos materiais para o seu perfeito funcionamento, como aparelhamento elétrico, lustres, extintor de incêndio, mobiliário para a cabine, ventiladores, etc. Naquele ano, o antigo maestro Geraldo De-Vecchi, que dirigia a orquestra acompanhando os filmes, foi dispensado em virtude da moderna aparelhagem sonora.

Neste período, o Liceu criou a Revista "Megaphone", contando com a colaboração de jornalistas, inclusive de um dos diretores, Aloysio de Carvalho (Lulu Parola).

Apesar do Cine-Teatro Liceu ter se tornado o ponto preferido da fina flor da sociedade, em 1934 era sentida a concorrência de outras casas congêneres, principalmente aquelas que exploravam o cinema popular "ao alcance das bolsas mais modestas"²⁵⁴.

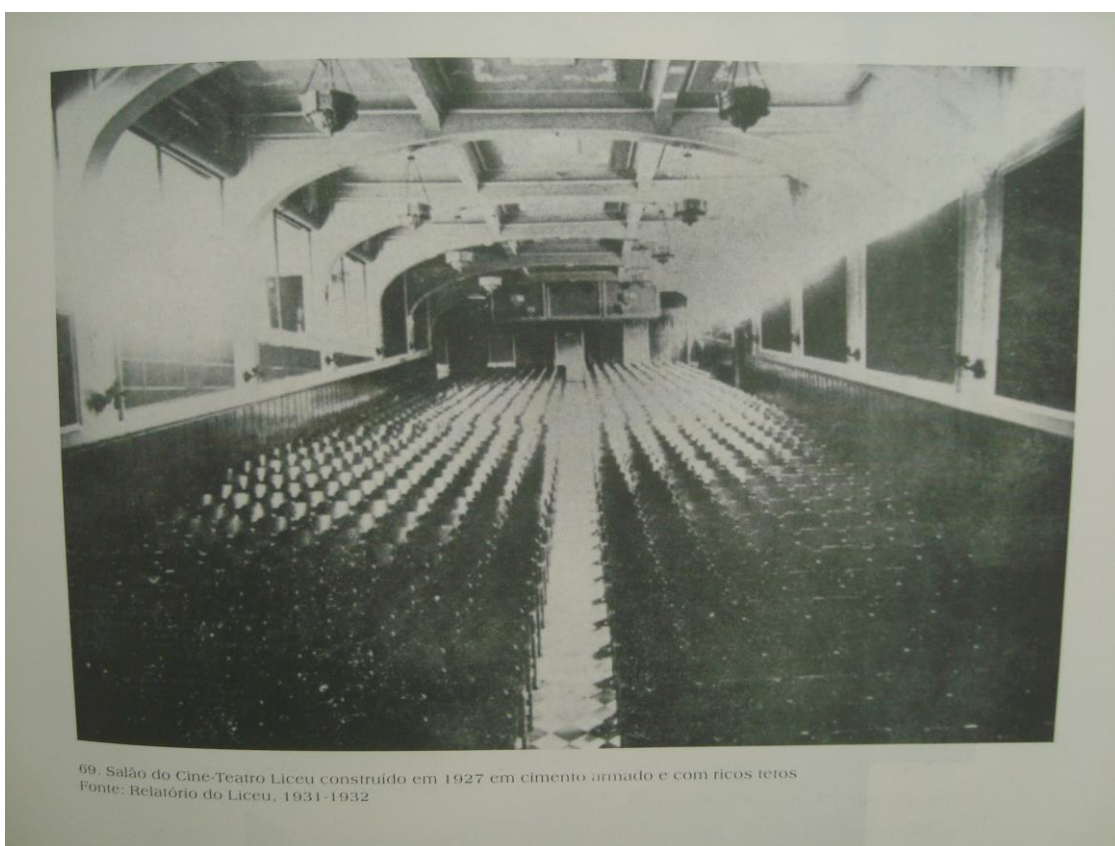
Houve, então, o projeto de instalar um outro cinema mais modesto que, funcionando simultaneamente com o Liceu, mas independentemente deste, projetasse, a preços módicos, filmes de reprise e outros mais do "agrado das classes populares, como os policiais e de aventuras". Em

²⁵³ A TARDE, 03 de agosto de 1927, p.3 cad. 1.

²⁵⁴ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1935 p. 18.

vista de serem os cinemas populares os que davam melhores lucros, o Liceu investiu neste projeto, inaugurando, em 11 de maio de 1936, o seu "Cinema Popular", com entrada pela rua 7 de Novembro, antiga rua da Oração. Este foi transformado em cinema de vanguarda nos anos 60, onde eram projetados filmes de arte, relacionados ao Cinema Novo. Por volta de 1976/77, o Popular deixou de funcionar²⁵⁵.

Os cinemas serviram, ao longo dos anos, de instrumentos beneficentes em prol de diversas causas. Eram, através deles, angariados fundos em benefício de concertos de igrejas, do Natal de crianças pobres, de sociedades beneficentes, de campanhas contra o câncer ou a favor de flagelados, etc.



69. Salão do Cine-Teatro Liceu construído em 1927 em cimento armado e com ricos tetos decorados.
Fonte: Relatório do Liceu, 1931-1932

(17)Salão do Cine-Teatro Liceu construído em 1927 em cimento armado e com ricos tetos decorados.
Fonte: Relatório do Liceu, 1932-1932.

As dificuldades para manter os cinemas atualizados começaram a crescer. Os anos de 1950 marcaram o processo da sua progressiva falta de capitais, em consequência da situação de guerra,

²⁵⁵ A partir dos anos de 1950 apareceram, no Brasil, as primeiras realizações neo-realistas, com filmagens de estúdios, substituindo as de ambiente natural. O *Cinema Novo* começa a surgir entre 1958-1962, com o lema “câmara na mão e uma idéia na cabeça”, de produções baratas, preocupadas com temas sociais relacionados à cultura brasileira. Aparecem os cineastas Glauber Rocha, Paulo César Sarraceni, Ruy Guerra, Anselmo Duarte, Néilson Pereira dos Santos, entre outros).

observada nos anos 40. As dificuldades se aprofundaram para acompanhar o surto de progresso do setor cinematográfico (anos 50), entre outras despesas que se avolumavam, a exemplo do crescente número de impostos. Os investimentos tornavam-se cada vez mais onerosos.

O arrendamento dos cinemas foi a solução encontrada pela Diretoria do Liceu, então presidida por Paulino Joviniano Caribé. A marca da tradição de um Liceu Imperial continuava presente no interior da instituição, demonstrada pela resistência aos avanços da modernidade, em que a tecnologia exigia formação de novos profissionais, dentro de uma nova concepção de trabalho, na qual as relações pessoais, de tipo familiar, estavam superadas, e a dinâmica do capitalismo avançava, ultrapassando as regras da tradição. A necessidade de elevado capital para novos investimentos impostos pelas mudanças tecnológicas, a falta de pessoal especializado e de confiança, para dar continuidade ao trabalho do antigo administrador, Heráclio Cardoso de Melo, e do velho operador e técnico cinematográfico, Augusto Alberto Nascimento, foram fatores que agilizaram o arrendamento. Ambos, com mais de 40 anos de efetivo exercício, queixavam-se de cansaço e, já com a saúde abalada pela idade, não podiam continuar atuando.



(18) Cinema Liceu após a reforma de 1960.

"Como administrar é prever e prover...", dizia Paulino Joviniano Caribé, a solução seria o arrendamento dos dois cinemas a quem oferecesse melhores condições de lucro e plena garantia de renda permanente, assegurando ao Liceu a perfeita manutenção dos serviços a seu cargo e que

constituíam o ideal a que ele se propunha. Diante de tal proposta, o Cinema Liceu foi arrendado a partir de 01 de dezembro de 1960, por dez anos, à Empresa Cinemas Verdes Ltda., com sucessivas prorrogações contratuais, cujo último prazo seria 1988²⁵⁶.

- **atividades festivas**

Outros eventos sócio-culturais eram promovidos pelo Liceu, como as festividades do aniversário de fundação, nas quais as exposições representavam a coroação das atividades desenvolvidas ao longo do ano. A comemoração festiva da data de fundação (20 de outubro) tornou-se prática habitual, que vem se prolongando desde o seu primeiro ano até os nossos dias.

Para tais comemorações, eram realizadas diversas solenidades. Iniciavam-se com uma missa festiva, realizada em sua capela, seguida por sessão solene reunindo sócios, autoridades e um público diversificado, amplamente convidado pela imprensa, sendo encerrada com a exposição. Esta acolhia produtos variados (artísticos, industriais, artesanais e agrícolas).

Com a reunião de representantes de diversas instituições congêneres, que defendiam os interesses artísticos e operários, o Liceu transformava-se em palco de discursos de congratulação, de reivindicação e de alerta para a situação, principalmente, da educação das classes populares na Bahia. Em 1904, por exemplo, na presença do Governador do Estado, José Marcellino de Souza, e demais autoridades, o Liceu pleiteava, junto aos poderes públicos, atenção especial para vencer as grandes dificuldades que então atravessava. Através do discurso eloquente do orador-oficial Lellis Piedade, a solenidade era aplaudida como “festa do trabalho” pelo seu significado social e político. Ali comemorava-se o esforço hercúleo de uma ideia, “que só tem por si as forças do operariado, que ainda está longe do seu papel social, mas que há de conquistá-lo a golpes seguros de abnegação e de amor, de fé e de patriotismo”²⁵⁷.

O Liceu, segundo o mesmo orador, era o símbolo da união de esforços para manter viva a esperança e incentivar os jovens a caminhar pela “mesma estrada dificultosa, em busca de outros ideais...”. O papel do Liceu, a sua ação benéfica, não estava circunscrita no espaço daquele “templo das artes”, mas invadia todos os campos de ação, levando o ensinamento das energias das classes artísticas e operárias, para que bem frutificasse a árvore da República, “infelizmente mal cultivada

²⁵⁶ Atualmente existe uma briga judicial entre o Liceu e os arrendatários do Cinema Liceu, que insistem em lutar por uma causa perdida, visto que, legalmente, deveriam entregar ao Liceu o que lhe é de direito. Ainda, os filmes pornográficos passados ali, vão de encontro à nova proposta de funcionamento do quarteirão, que deverá ser destinado às artes e cultura. RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1961, pp. 7/8.

²⁵⁷ JORNAL DE NOTÍCIAS, 24 de outubro de 1904, p.1.

ainda ...". Era preciso não desanimar, pois o futuro deveria ser do povo, porque a liberdade o exigia²⁵⁸.

Em nome da Bahia e das classes operárias, Lellis Piedade, no mesmo discurso, dirigindo-se ao Governador, dizia estar no seio do povo seu mais sincero amigo. Pleiteava ainda atenção à instrução pública, uma vez não se achar o ensino bem espalhado pelo povo. As crianças constituíam uma boa parte da geração de amanhã, e elas, ali presentes, representavam "as forças do patriotismo do Liceu de Artes e Ofícios, nas suas escolas e nas suas oficinas". A elas era então aconselhado:

Vêde (sic) sempre no banco da escola ou no tamborete da oficina um elemento para as conquistas da honra. Depois de aperfeiçoardes o espírito nas letras, alentai os vossos braços com a ferramenta do trabalho. O trabalho! Fonte perene de felicidades, imposto do céu, do qual se tira a riqueza própria; chave que abre o bem-estar da família e a grandeza social".

(...)

.... Trabalho! Hino da terra que escala os céus, dignificando a criatura ante os olhos do criador supremo; única felicidade, única riqueza a deixar-se às gerações!.²⁵⁹ (19).

Quando da comemoração do 38º aniversário (1910), além de todos os eventos tradicionais, foi cantado o Hino do Liceu, denominado "Instrução e Trabalho", escrito por Alexandre Fernandes especialmente para o Liceu, a 30 de julho de 1906²⁶⁰. Este era cantado pelos alunos e passou a integrar o coral em todas as festividades, pelo menos até os anos 20.

INSTRUÇÃO E TRABALHO

SOLO

Companheiros! Sejam unidos!
Para um grande futuro alcançar
Nossa Pátria, que aos filhos queridos
Carinhosa e feliz sabe amar!
Do Liceu no bendito agasalho,
Na mais santa e mais firme união,
Seja a vossa divisa - o Trabalho!
Nossa senha de luz - a Instrução!

CORO

Do Liceu no bendito agasalho,
Na mais santa e mais firme união,
Seja a nossa divisa - o Trabalho!
Nossa senha de Luz - a Instrução!

SOLO

Sim tenhamos o esforço mais novo
Com que a luta se possa vencer,

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Idem, 24 de outubro de 1904.

²⁶⁰ RELATÓRIO do Liceu de Artes e Ofícios, 1911, pp. 7/8.

Na defeza dos brios de um povo
Que um passado não deve esquecer
Na conquista sublime da glória,
Do progresso da honra e da paz,
Seja o nosso estandarte a vitória
Um exemplo de heróis imortais!

CORO

Do Liceu no bendito agasalho, etc.

No cinquentenário de fundação do Liceu (1922), na presença de um público numeroso, teve lugar a cerimônia da entrega de uma Bandeira Nacional, oferta da diretoria ao novo tiro de guerra organizado por sócios da Instituição. Após congratulações e discursos, e encerrada a sessão, foi servido "Champagne", levantando-se uma saudação à imprensa, a qual foi agradecida pelo velho jornalista deputado Aloysio de Carvalho, o famoso Lulu Parola²⁶¹.

A partir de 1923, as solenidades festivas, até então destinadas ao aniversário do Liceu, focalizando o operário, a instrução e o trabalho como protagonistas essenciais da sua existência, recrudesceram, dando lugar a festividades de encerramento do ano letivo. As "festas escolares" foram transformadas nas principais comemorações de final de ano. O aniversário continuava sendo comemorado, porém sem o mesmo brilho. Este só reaparecerá festivamente solenizado em 1957, com a presença de autoridades, sociedades co-irmãs, operários e funcionários da Casa, ficando completamente lotado o salão nobre. Na missa solene, foi realizada a Primeira Comunhão de alunos das classes primárias. As festas escolares daquele mesmo ano alcançaram também sucesso. A sessão foi presidida por Heitor Dias, presidente da Câmara dos Vereadores, com a presença de pessoas destacadas, autoridades e imprensa. No ano seguinte, a mesma solenidade foi presidida por Eugênio Teixeira Leal, então Presidente da Assembleia Geral, com a participação de autoridades do ensino, imprensa e demais personalidades. Naquela ocasião foi entoado pelos alunos o Hino do Liceu, o qual, certamente, havia permanecido silenciado por algumas décadas.

- **exposições**

As exposições, por sua vez, representavam, desde o século XIX, em todo o mundo, os principais veículos de propaganda das realizações de cada país. Para divulgar-se produtos artísticos, industriais, artesanais ou agrícolas, utilizavam-se estes instrumentos para exibi-los, com o objetivo de revelar-se o nível de qualidade dos mesmos. Assim, os expositores se faziam conhecidos a partir

²⁶¹ A TARDE, 26 de dezembro de 1922, p.2.

da avaliação oficial e pública, respectivamente, garantindo, desta forma, incentivos dos poderes públicos e a prosperidade de seus negócios.

Das exposições locais às internacionais, havia uma movimentação intensa para enviar-se expositores com seus produtos, a fim de serem reconhecidos e recomendados pela sua qualidade. No Brasil havia um circuito de exposições provinciais e nacionais que culminavam na internacional. Destas eram escolhidos, sucessivamente, os melhores produtos, que deveriam figurar nas respectivas exposições. O auge de tais eventos era a participação internacional, o que garantia maiores prestígios²⁶².

No Liceu de Artes e Ofícios as exposições representaram, desde a sua criação, a melhor forma de estimular o desenvolvimento das artes e ofícios e divulgar a instituição através dos trabalhos executados pelos alunos e sócios, assim como de pessoas externas. Aos expositores eram destinados prêmios para as melhores obras, com medalhas de ouro, prata, cobre e menção honrosa, como meio de incitamento aos industriais, artistas, operários e amadores.

O Liceu, ao transferir-se para o Paço do Saldanha (1875), realizou sua primeira exposição, como já era prevista desde a sua criação. O sucesso das subseqüentes se prolongou. Em 1878, foi realizada com grande solenidade e amplamente anunciada nos jornais da cidade. Eram convocados expositores pertencentes às artes, lavoura ou indústrias para concorrerem com seus trabalhos. Foram expostos vários quadros pintados a óleo e a crayon, trabalhos em marcenaria, chapéus, charutos, encadernações, esculturas, chocolates, tapeçarias, instrumentos de todas as artes, velas, etc.²⁶³.

O Cons. Francisco Rodrigues da Silva, três anos depois, ao se referir às exposições do Liceu, dizia serem estas “certames do trabalho”. Nelas, o artista brasileiro sem maiores recursos podia atestar perícia, amor pelo belo e genialidade, nada tendo a dever “ao estrangeiro, que tem por si as tradições da arte, engrandecida na sucessão dos tempos, quando ele - o brasileiro - tressua de fadiga para traçar-lhe os primeiros esboços”. E assim aconselhava: Dêem-lhe, porém, a educação profissional, dêem-lhe bons mestres, que façam do ensinamento um sacerdócio, dêem-lhe, em suma, os recursos que lhe faltam ...²⁶⁴.

Ano após ano, as exposições no Liceu foram ganhando fama e prestígio por toda a Província. Ao Liceu era consignado voto de louvor pelos serviços que vinha prestando "às classes laboriosas desta capital"²⁶⁵. Assim, tornavam-se foco das atenções dos poderes públicos, os quais as incentivavam e as apoiavam, a fim de expandirem e propagarem as realizações, não só do Liceu, como de toda a Província. Estas eram amplamente noticiadas nos jornais da cidade, o que garantia o

²⁶² Do que temos notícia a Bahia participou, durante o Império, das exposições de Viena, Paris, Filadélfia e Berlim.

²⁶³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 de outubro de 1878.

²⁶⁴ DIÁRIO DA BAHIA, 29 de outubro de 1881.

²⁶⁵ FALA do Cons. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, em 3 de abril de 1886, p. 22

reconhecimento público não só das atividades do Liceu e das exposições em si, como de todos os premiados.

A exposição de 1888, por exemplo, reuniu cerca de 2000 objetos, com a participação de 500 expositores. Em consequência de tanto sucesso, o Liceu solicitava à Assembléia Legislativa Provincial o direito de desapropriação facultado às casas de instrução, para que o mesmo pudesse, através de desapropriação, ampliar seu edifício, por achar seu espaço modesto para o volume de alunos ali matriculados, as coleções montadas, oficinas, biblioteca e exposições²⁶⁶. No ano seguinte o Liceu era mais uma vez alvo das atenções governamentais, pois ali foi inaugurada a Exposição Provincial a fim de qualificarem-se produtos destinados a concorrer na Exposição Universal de Paris. Figuraram produtos de belas-artes, minerais, têxteis, madeiras, químicos, agrícolas, extrativos, trabalhos de escultura, talha, tecidos, bordados, papel, cera, couro, penas, panos, etc²⁶⁷.

As exposições no Liceu tornavam-se parte integrante do circuito de eventos locais de final de ano. Com a República, as mesmas permaneceram em evidência, pelo menos até princípios de 1920. Eram mantidos, entre os artefatos expostos, um número considerável de produções de alunos do estabelecimento e de demais fabricantes externos.

Na exposição de 1894, por exemplo, o Diário da Bahia noticiava a qualidade dos calçados fabricados pelos Senhores Gama e Irmãos, retratos do talentoso conterrâneo Lopes Rodrigues, artefatos da fábrica de ferro esmaltado que ocuparam três bonitas vitrines e os produtos da panificação do Senhor Augusto Durand. Os produtos então expostos primavam pela variedade e perfeição. "Essa é a grande indústria de nossa terra representada no Liceu", assim divulgava o Jornal de Notícias a importância que ia tomando a fabricação na Bahia, elogiando o Liceu pelos esforços empregados na realização de tão importante evento, enquanto afirmava que "Seria interessante que a exposição do Liceu se tornasse um centro de exibição de nossa capacidade industrial"²⁶⁸.

A exposição comemorativa do 38º aniversário (1902) trouxe em evidência dois alunos de desenho do próprio Liceu: Presciliano Silva e Philomeno Cruz. O primeiro, dizia o Jornal de Notícias, era ainda quase uma criança que estava a merecer o auxílio dos poderes públicos, para honra da Bahia. Discípulo de Lopes Rodrigues e também aluno da Escola de Belas Artes nos cursos de pintura e escultura, sempre classificara-se em primeiro lugar quando concorria com seus companheiros. O Governador do Estado, Severino Vieira, mostrou-se desejoso em protegê-lo, interessando-se muito pelo aluno. No ano seguinte, pela Lei nº 524, o Governador concedia uma

²⁶⁶ APEB, Petição de 20 de abril de 1888, maço 1070 (1888-1889).

²⁶⁷ FALA do 1º Vice-presidente da Província des. Aurelio Ferreira Espinheira, em 3 de abril de 1889. Ba.: Typ. da "Gazeta da Bahia", 1889, p. 91.

²⁶⁸ JORNAL DE NOTÍCIAS, 27 de outubro de 1894. Diversos produtos foram expostos em 1894, entre jarros, calçados, biscoitos, camisas, gasosas, licores, móveis, harmônio, obras de pintura, escultura, trabalhos de costura, etc.

pensão a título de prêmio para Presciliano estudar três anos na Europa²⁶⁹. Entre 1908-1909, estava de volta da Europa, onde foi aperfeiçoar-se no estudo da pintura. Seu trabalho já alcançava o reconhecimento público internacional e nacional. Em relação ao sucesso do pintor, o Liceu se envaidecia, dizendo: "O Liceu aplaude e se desvanece de ter sido o núcleo em que se formou tal botão"²⁷⁰.

No Liceu, em 1905, foi iniciada a organização da "grande exposição agrícola, industrial e artística", que deveria ser permanente. Este projeto arrastou-se ao longo de 14 anos para quase se tornar realidade, o que efetivamente não ocorreu. O objetivo da tão falada "Exposição Baiana" era o de atrair para a Bahia as atenções de outros estados e nações estrangeiras, mostrando a sua produção material e intelectual. Compreendia-se que aquele era um "meio essencialmente prático de promover, em favor de um povo ou de uma região, a propaganda de suas riquezas, de suas condições de vitalidade, de seus elementos de progresso atual ou provável"²⁷¹.

Para a realização de tal intento, iniciou-se a construção de um pavilhão, o qual, após vários anos de luta junto aos poderes públicos para liberação das verbas garantidas, foi finalmente concluído em 1918, tomando o nome de "Pavilhão Edgard Barros". A sua inauguração aconteceu em 1919 com a "Exposição Feira do Liceu" e participação de vários expositores.

Outras exposições noticiadas em jornais da cidade, imprimiam de importância tais eventos. Em 1911, a exposição de Carlos Reis, caricaturista e Diretor da Escola de Belas Artes de Vitória do Espírito Santo, realizada no salão nobre do Liceu, foi alegremente festejada por uma banda de música e bastante visitada. O comentário feito pela imprensa, retratou a qualidade da delicada arte, cujo autor revelava seu gosto e genialidade pela vida, pela expressão e pelo delicado chiste representados nas caricaturas exibidas.

Para a festa de encerramento do ano letivo das escolas municipais de Salvador de 1912, foi realizada grande exposição de trabalhos de mais de 1000 alunos nas dependências do Liceu. Foram 70 escolas exibindo 5776 trabalhos de crianças nos salões rosa, grená, azul, verde, na sala da porta, na secretaria e no corredor. Eram produções, geralmente dedicadas às prendas manuais, como crochet, bordados variados, crivo, barafunda, filet, almofadões, talagarça, renda inglesa, aplicações, cestas com frutas de lã, corbélias de flores de pano, ramos de lã, porta cartões, etc.²⁷².

"Nos Milharais do Liceu ... as tâmaras foram muito apreciadas". Assim o Jornal A Tarde (1921) noticiava a 2ª Exposição do Milho nas salas do Liceu. Atendendo ao pedido do Governo, foi

²⁶⁹ JORNAL DE NOTÍCIAS, 29 de outubro de 1902; APEB, Originais das Leis Sancionadas pelo Governo do Estado da Bahia, maço 2966.

²⁷⁰ RELATÓRIO do Lyceu de Artes e Offícios. Ba.: Typ. e Encad. do Lyceu de Artes e Offícios, 1909.

²⁷¹ RELATÓRIO do Lyceu de Artes e Offícios. Ba.: Typ. e Encad. do Lyceu de Artes e Offícios, 1909, p. 19.

²⁷² A TARDE, 16/dezembro/1912, pg. 3.

exibido um mostruário de milho, produção exclusivamente deste Estado, representando os esforços de 600 lavradores de várias regiões. Dos mostruários, foi bastante apreciado um contendo tâmaras, fruta muito comum no norte da África e cultivada aqui na fazenda Conceição, do Dr. Hermes Lordello²⁷³.

A partir dos anos vinte, tais exposições tenderam ao desaparecimento. Os eventos de premiação passaram a ser destinados às produções do próprio Liceu como encerramento das atividades do ano letivo, quando eram exibidos produtos fabricados nas oficinas de Marcenaria e Mecânica, ao lado dos trabalhos escolares²⁷⁴. Os alunos tornaram-se alvo das atenções, adotando-se, definitivamente, a postura de instituição de ensino voltado à profissionalização técnica.

Em 1949 o Liceu reapareceu no cenário das exposições, quando da comemoração do Quarto Centenário da fundação da Cidade de Salvador. Ali foi instalada a "Exposição Iconográfica e Bibliográfica Bahiana", permanecendo até janeiro de 1950. A Prefeitura Municipal de Salvador publicou, em 1951, um álbum-lembrança da referida exposição, contendo muitas reproduções fotográficas da Bahia antiga²⁷⁵.

As exposições, antes repletas de brilho e entusiasmo, iam se escasseando e perdendo o prestígio de veículo de propaganda. A divulgação passava a ser transmitida por outros instrumentos, aproximando a opinião pública dos produtos com maior rapidez e dinamismo. Os jornais alargavam seus espaços para propagandas; rádios e televisões invadiam os lares; as comunicações, de uma forma geral, velozmente facilitavam o acesso a todas as camadas sociais, ampliando, de um lado, novas técnicas de controle dos meios de comunicação e, por outro, inibindo, até sufocar de vez, as antigas e tradicionais exposições que tanto sucesso fizeram no tempo dos encontros, chás, cafés, teatros, cinemas, passeios, etc.

- **outros eventos**

As *conferências* populares, iniciadas em 1875, fizeram parte do esforço da instituição em espalhar o conhecimento científico às classes populares. As primeiras, realizadas pelo Dr. Luiz Alvares dos Santos, denominadas "Curso Popular de Higiene Pública e Privada", tinham a finalidade de iniciar os ouvintes às novas leis de higiene já aplicadas na Europa e Estados Unidos.

²⁷³ A TARDE, 25 de fevereiro de 1921, p.1 e Mensagem do Governador do Estado José Joaquim Seabra em 1922. Ba.: Imprensa Oficial do Estado, 1922, p. 70.

²⁷⁴ RELATÓRIO, Liceu de Artes e Ofícios, 1957.

²⁷⁵ RELATÓRIO, Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1951 e Álbum-lembrança da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Bahiana: Publicação da Prefeitura Municipal, 1951.

Estas não só se relacionavam à saúde pública em geral, como também à saúde profissional, assunto este de interesse de artistas e chefes de estabelecimentos industriais²⁷⁶.

O salão nobre do Liceu era muitas vezes cedido ainda para realização de reuniões de diversas associações culturais e de classe. Ainda no Império, o Liceu foi palco de conferências abolicionistas acontecidas em 1882, como já nos referimos²⁷⁷.

Na República temos notícias de várias conferências literárias organizadas por jovens literatos da sociedade Nova Cruzada (1910) e celebridades do mundo da academia e do jornalismo. Em 1913, por exemplo, os acadêmicos Sílio Boccanera Netto e Miguel Castelo Branco realizaram conferências durante as comemorações do 41º aniversário do Liceu. Este último discorreu sobre "As Belas Artes e sua Influência Social"²⁷⁸. Em 1915 foi a vez do intelectual espanhol, José C. Vivas e, na década de 30, o Liceu teve a honra de receber Tristão de Athayde durante as sessões de estudos para Senhoras do 1º Congresso Eucarístico Nacional (3 a 10/set/1933)²⁷⁹.

O salão nobre do Liceu era considerado o mais vasto e bem conservado, contando com 200 cadeiras de braço e toda a estrutura necessária para a realização de eventos os mais diversos. Em 1952, o mesmo salão foi cedido para a realização do 1º Congresso de Estudantes de Arquitetura de todas as universidades do país²⁸⁰.

A constância de *peças musicais* realizadas no Liceu começa a se fazer a partir da década de 1920. Em 1922, o maestro mexicano Victor de Leon foi contratado para dar no Cine-teatro Liceu audições das músicas típicas de sua terra, cujo sucesso já havia alcançado no Rio de Janeiro e em outras capitais²⁸¹. Quatorze anos mais tarde, o público baiano aguardava ansioso a noite de 15 de outubro para ouvir, no salão de concertos do Liceu, o respectivo maestro, criador do maribon, instrumento original, com o acompanhamento ao piano do maestro Geraldo Devechi²⁸².

Os anos de 1930 foram ricos em concertos musicais realizados por artistas brasileiros em geral e baianos em particular. Nos Salões do Liceu se apresentaram os violonistas Raul Larangeira,

²⁷⁶ Luiz Alvares dos Santos era lente catedrático de terapêutica e matéria médica na Faculdade de Medicina, Professor de Botânica e Zoologia no Liceu Provincial e Inspetor da Saúde Pública. Correio da Bahia, 10 e 15 de março de 1876.

²⁷⁷ Ver cap. 5 pp. 113/114.

²⁷⁸ JORNAL DE NOTÍCIAS, 10/novembro/1913, p.2.

²⁷⁹ RELATÓRIO, Liceu de Artes e Ofícios, 1935.

²⁸⁰ RELATÓRIO, Liceu de Artes e Ofícios, 1953.

²⁸¹ A TARDE, 22 e 26 de dezembro de 1922, p.2.

²⁸² Outro recital concorridíssimo que levou o salão do Liceu à lotação máxima foi executado, em 1929, a violão e canto, pela jovem Olga Prager. Esta musicista ofereceu "uma deliciosa noite de fina arte" com canções argentinas, mexicanas, portuguesas, espanholas, regionais e indígenas da Bolívia, Uruguai, Equador, Peru, finalizadas com toadas, valsas e modinhas baianas, pernambucanas e de autoria da própria artista. A noite de 24 de julho de 1933 foi novamente preenchida com a voz e violão de Olga Prager, "Dona de uma voz privilegiada do sentido racial da canção brasileira...", era uma das melhores intérpretes dos ritmos e melodias nacionalmente nossos. O ESTADO DA BAHIA, 9 de outubro de 1936 e A TARDE, 17 e 20 de maio de 1929, p. 2 e 21 de julho de 1933, p. 2.

Carmem de Assis, Leonidas Autuori; os pianistas Alonso Aníbal e Maria Luiza Vaz; a harpista Esther Jacobson e a cantora Chistina Maristany.

O Liceu foi também espaço para *recitais de declamações*. Em sessão magna da Academia de Letras "Manoel Victorino", realizada em 1933, em homenagem ao poeta Leopoldo Braga, foram pronunciados discursos, declamadas poesias e, pelo próprio homenageado, uma peça literária improvisada como agradecimento pela solenidade²⁸³.

Homenagens a pessoas ilustres, por motivos variados, era outra tradição do Liceu: pelo falecimento, pela passagem do aniversário, pelos serviços prestados, entre outros. Muitas vezes eram festas revestidas de solenidades e outras, apenas congratulações através de telegramas. Ainda no Império, o Liceu prestou uma grande homenagem ao maestro Carlos Gomes, quando este passou pela Bahia em 1880. Em Sessão Pública foi-lhe conferido o diploma de sócio honorário, com a participação das principais autoridades, associações co-irmãs e grande número de pessoas gradas. Naquela ocasião, foi colocado o seu retrato no salão nobre²⁸⁴.

Na República, várias homenagens foram feitas a alguns presidentes eleitos, como a Manuel Ferraz de Campos Salles, Afonso Penna, Mal. Hermes da Fonseca e Washington Luis. Em 1926, quando Washington Luis percorria os estados do Brasil, foi recebido no Liceu acompanhado do Governador Góes Calmon. Após recepção laureada de aplausos, confetes, pétalas de rosas e discursos, foi-lhe oferecido uma caixinha de madeira em forma de um livro para guardar chaves, obra de um aprendiz da marcenaria, fotografias da porta do Liceu e um diploma de sócio honorário. Em visita ao velho prédio demolido para a construção de novas oficinas, encontrou numa lápide de mármore a seguinte inscrição:

O Exmo. Sr. Dr. Washington Luis Pereira de Souza, Presidente proclamado da República, visitou em 18 de agosto de 1926 este local, onde, sob o patrocínio do Ex. Sr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, Governador do Estado, vai o Lyceu de Artes e Officios levantar novas Officinas²⁸⁵.

Xavier Marques, José Joaquim Seabra, Miguel Calmon, Pacheco de Oliveira, Octávio Mangabeira, Aloysio de Carvalho (Lulu Parola), entre tantos outros nomes de destaque no cenário

²⁸³ Em 1935, Helmosa Fadoul, declamadora amazonense, realizou um recital de declamação, cujo programa foi dividido em três partes, com danças e poesias, e em 1938 Nenê Baronkel ofereceu um recital de poesias em homenagem ao Interventor Federal e Secretário da Educação, dedicando ainda aos escolares da Bahia. Outro recital de declamação que marcou a Bahia foi o de Zoraide Aranha, consagrada como a maior intérprete do verso" (A TARDE, 4 de dezembro de 1935, p. 2 cad.1; DIÁRIO DA BAHIA, 10 de setembro de 1938 e A TARDE, 3 de maio de 1941. p.2. A TARDE, 25 de setembro de 1933 p.2.

²⁸⁴ RELATÓRIO, Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1881, p.5.

²⁸⁵ RELATÓRIO, Liceu de Artes e Ofício, 1927, pp. 23/24.

intelectual e político da Bahia e do Brasil foram, ao longo dos anos, homenageados de diversas formas pelo Liceu.

Em 1936 o Liceu aparecia na imprensa divulgando as festividades em homenagem ao aniversário do seu então presidente Edgard Ferreira de Barros. Considerado como o "restaurador da instituição" ou "Salvador do Lyceu", foi abundantemente elogiado através de discursos proferidos por Ubaldino Gonzaga e Epaminondas Berbert de Castro. O primeiro dizia que o atual presidente encontrara o Liceu num quase abandono e que, pelo seu trabalho, o "trouxera à vibração constante em que hoje prospera", e o segundo, orador do Liceu, se fez ouvir por ocasião da entrega de uma Bandeira Nacional ao corpo de alunos do estabelecimento, produzindo elevada apoteose à liberdade em todas as suas manifestações²⁸⁶.

O Liceu, além de prestar homenagens, era homenageado com a presença constante de visitantes ilustres, destacados na política local e nacional, na Igreja e na intelectualidade em geral, que percorriam o estabelecimento, elogiando sua atuação em benefício da educação popular e admirando suas riquezas artísticas. No livro dos visitantes era registrada a passagem de todos aqueles que vibravam com a existência do Liceu, assinalando seus nomes e mensagens diversas.

Ali estiveram Ruy Barbosa, Affonso Pena, Mel. Hermes da Fonseca, Araujo Pinho, Joaquim Pires Muniz de Carvalho, Pedro Francisco do Lago, Francisco Marques de Góes Calmon, entre tantos outros que deixaram marcas das suas visitas.

A partir dos anos de 1930, o Liceu passou a ser visitado enquanto atração turística da cidade, sob o ponto de vista do seu edifício social. Era o Paço do Saldanha que estava incluído no roteiro turístico de Salvador, sendo fotografado e propagado por diversos lugares do país e fora dele. Turistas, nacionais e estrangeiros, apreciavam suas riquezas artísticas, sua arquitetura e acervos diversos que ali eram guardados. Desde a sua portada esculpida na pedra, enriquecida pela pesada porta de almofadas com ferragens torneadas que dava acesso ao vestíbulo, onde estava exposta uma cadeirinha de arruar, remanescente meio de transporte da elite colonial e imperial, até os tetos apainelados, o prédio do Liceu era muito valorizado enquanto monumento histórico e espaço que guardava um rico acervo de telas, esculturas, azulejos e obras de entalhe²⁸⁷.

²⁸⁶ A TARDE, 12 e 13 de novembro de 1936 p. 2 cad. 1.

²⁸⁷ Desde 1937, quando o Paço do Saldanha foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, este foi um dos alvos das preocupações governamentais, no sentido de ser restaurado e conservado pelo seu valor histórico, pois dia a dia o prédio apresentava necessidades crescentes de conservação. Reparos se faziam urgentes no telhado, na sua porta de madeira, enfim, em todo o edifício, inclusive no seu acervo artístico. Em 1959, o então Presidente do Liceu, Paulino Joviniano Caribé, ao se comunicar com a DPH de Salvador, representado pelo seu diretor Godofredo Filho, expressava indignação por não poder conservar o prédio à revelia de tal Diretoria, uma vez que esta demorava em tomar decisões que se diziam urgentes. Travava-se então da restauração da sua porta de madeira, que se achava completamente danificada. O Liceu propunha fazer uma outra sem alterar o aspecto e o estilo da primitiva. A nova porta foi executada nas Oficinas do Liceu e, após julgamento do técnico da DPHAN, foi autorizada a sua colocação em 1960, comprometendo-se

Não obstante o Liceu pleitear, sucessivamente, junto ao Diretor do Patrimônio Nacional, auxílio para execução de obras de conservação e restauração no seu edifício histórico, o mesmo avançava em um processo crescente de degradação, coroado com o incêndio (1968). A partir de então, o edifício passou a ser alvo de preocupações em torno da sua restauração para dar-lhe nova destinação, retirando o Liceu da sua casa e transferindo-o para outro espaço, o que, aliás, já era um projeto que se arrastava desde 1966, mas que não teve solução de continuidade.

Com o incêndio, o Liceu desaparecia do cenário artístico e cultural da Bahia, deixando apenas como vestígio do seu passado glorioso a portada do Paço do Saldanha. O antigo Palácio passou a ser alvo de numerosos projetos de restauração, os quais nunca saíam do papel. Os interesses na restauração do Palácio queimado estiveram voltados para fora do Liceu. Não se tratava em restabelecer-se a instituição dentro do seu espaço conquistado há quase cem anos, mas sim retirá-la dali para instalar-se um Museu, uma Biblioteca, um Centro de Estudos, o Arquivo do Estado, ou ainda um Centro de Cultura, talvez.

Nas diversas propostas realizadas para a destinação do prédio era certo que nelas o Liceu não entraria. O povo havia perdido o seu palácio, a sua escola, as suas oficinas, o ritmo do trabalho, o sonho do futuro?

A simplicidade da comemoração do aniversário e encerramento do ano letivo de 1968 refletiu o abalo sofrido com a destruição do patrimônio móvel e imóvel ocorrido pelo sinistro. Uma pequena nota no jornal anunciava os 96 anos de sua fundação, que seriam comemorados com a Primeira Comunhão de 80 alunos durante a missa celebrada no próprio colégio²⁸⁸. O incêndio será estudado (Capítulo 8) como o fato que coroou o processo de decadência da instituição, observado desde os anos de 1940. Adiantamos, porém, que o Liceu não foi inteiramente destruído, pois resistiu e, atualmente, encontra-se revitalizado e presente na vida da cidade.

o Liceu, por outro lado, a não dar qualquer destinação da porta primitiva sem consentimento prévio daquela repartição (DPHAN, correspondências, 1959/1960). Não temos notícia do destino dado à referida porta.

²⁸⁸ A TARDE, 19 de outubro de 1968.

CAPÍTULO 8

INCÊNDIO: DESTRUIÇÕES E RESISTÊNCIAS

A história do Liceu de Artes e Ofícios, ao longo de um século, foi permeada por momentos de glória, desilusão, desânimo, recuperação, prosperidade, dificuldade e, por fim, de declínio. Neste capítulo, o incêndio está focalizado como a coroação do processo de decadência experimentado pelo Liceu, desde os anos de 1940, observando-se, a partir de então, as diretrizes tomadas para permanecer vivo e resistir para não fechar suas portas e, conseqüentemente, ser, definitivamente, apagado da memória da Bahia.

- **chamas**

Fim de expediente. Alunos, operários e funcionários saíam do Liceu de volta para suas casas. Alguns permaneciam nos botequins vizinhos, comemorando a sexta-feira que dava início a mais uma festa de carnaval na Bahia. Nenhum deles imaginava que dali a pouco tempo estaria para acontecer uma verdadeira tragédia na história de Salvador e na vida de cada um daqueles que dependiam da existência do Liceu. Naquela noite de 23 de fevereiro de 1968, a Bahia foi marcada por dois sinistros, que ocorreram simultaneamente nas imediações da praça da Sé. O Palácio do Liceu e o prédio de nº 23 à rua Padre Vieira, vizinho à Secretaria da Fazenda, foram atingidos por grandes incêndios que os destruíram.

Enquanto os bombeiros foram concentrados no incêndio da Padre Vieira, tentando isolar o prédio do Tesouro do Estado, pois o fogo ameaçava devorá-lo, o Paço do Saldanha, desassistido, ardia rapidamente nas chamas, que terminaram por destruir um monumento de reconhecido valor histórico, e todo o acervo nele contido.

O Jornal da Bahia publicou no dia seguinte:

Devorado pelas chamas, desaparece da paisagem baiana o velho Palácio do Liceu de Artes e Ofícios, símbolo de fausto e grandeza que o bom gosto dos artistas do século XVIII nos legara. Só quem teve o privilégio de conhecer o interior do Palácio do Liceu, com sua capela talhada a ouro, seus azulejos e seu acervo de quadros poderá ter a medida exata do golpe sofrido pelo patrimônio artístico da Bahia ²⁸⁹.

²⁸⁹ JORNAL DA BAHIA, 24 de fevereiro de 1968.

Dos operários que assistiram ao início do incêndio, muitos procuraram, a todo custo, entrar no prédio e salvar obras prontas, telas, peças das oficinas, enquanto lutavam para conter o fogo que lambia o telhado, ampliando suas labaredas e invadindo quarteirão adentro.



(19) O fogo consumindo o prédio do Liceu, à Rua Guedes de Brito, esquina com a Rua 7 de Novembro.
Fonte: Jornal "A Tarde", 1968.

O fogo, iniciado na Oficina de Mecânica instalada no prédio contíguo ao Paço do Saldanha, alcançou o andar superior, onde funcionava a Rádio Excelsior, atingindo, por fim, os escritórios e o arquivo da Diretoria do Patrimônio Municipal e o acervo da Diretoria Municipal de Estatística. À medida que o prédio da Rádio era consumido, o fogo se propagava, alcançando o Palácio do Liceu.

A luta contra o fogo tornou-se desesperadora. Além do corpo de bombeiros ter que se dividir para debelar o incêndio que ameaçava o Tesouro do Estado, as dificuldades técnicas, com a falta de água, tornavam-se ameaçadoras para a sua solução. O grande clarão contrastava com a escuridão que se estendeu até a Praça Castro Alves, pois a energia fora cortada como medida de segurança. Bombeiros saíam feridos, moradores e comerciantes da área entravam em pânico,

retirando móveis e utensílios de suas casas, enquanto as labaredas aumentavam, e a fumaça anunciava, a vários pontos da cidade, a intensidade do incêndio, provocando a curiosidade de muitas pessoas que ali acorreram.

Na presença de autoridades civis e militares, como o então Prefeito Antônio Carlos Magalhães e o Governador Luiz Viana Filho, o corpo de bombeiros debateu-se contra a precariedade técnica, da corporação e da cidade, ao tempo em que se agravava o quadro de destruição. Foram cerca de seis horas de trabalho ininterrupto para, finalmente, em torno da meia-noite, o incêndio ser controlado.

Várias foram as versões sobre as causas do incêndio: imperícia, imprudência, displicência, negligência ou acidente. Fatalidade ou não, certo é que aquele incêndio provocou prejuízos incalculáveis para a Bahia. Da emissora da Rádio Excelsior, nada restou. O fogo consumiu documentos importantes da Divisão de Patrimônio da Prefeitura e destruiu o edifício sede do Liceu, juntamente com quase todo o seu acervo histórico e artístico. Dos envolvidos no incêndio, o mecânico José Osmário da Hora, responsável pelo sinistro, que então consertava uma cominhoneta e havia riscado um fósforo sob a mesma, ficou internado em estado grave, e o menino Paulo César Santos Lopes, de onze anos, aluno do Liceu, que o auxiliava no referido conserto, perdeu a vida. Do quarteirão se salvaram os cinemas Liceu e Popular e a ala onde funcionavam a marcenaria e algumas salas de aula do Liceu²⁹⁰.

- **cinzas**

Incêndio debelado, prejuízos avaliados, constrangimentos, tristezas, lamentos, desesperos, indignações, foi o que sobrou da tragédia que se abateu sobre o Liceu. Enquanto as autoridades governamentais e intelectuais deploravam a perda do monumento histórico e artístico que representava o Paço do Saldanha, e do seu acervo artístico, a instituição iniciava uma luta que ultrapassava os limites materiais, que eram irreparáveis: a luta contra a destruição institucional.

²⁹⁰ As causas do incêndio variaram desde a negligência até o curto circuito e escapamento de gás liquefeito. Essas prováveis causas foram divulgadas pela imprensa, com versões diferentes. O autor involuntário do incêndio teria sido, inicialmente, o menor Paulo Cesar Santos (11 anos), que brincava com uma garrafa de gasolina na Oficina Mecânica do Liceu. A explosão havia alcançado gravidade maior pela existência de uma caminhoneta da Empire Rádio e Televisão, que se encontrava em conserto (A TARDE, 24/fevereiro/1968, pp. 1/11). Poderia, ainda, ter começado com a explosão do compressor do aparelho de pintura de carros, que estava sendo usado (JORNAL DA BAHIA, 24/fevereiro/1968, p. 2). As demais versões circularam em torno de uma explosão provocada por um fósforo aceso, imprudentemente, pelo pintor José Osmário da Hora, que estava consertando uma caminhoneta. O pintor havia riscado o fósforo junto ao menor, que o ajudava no conserto do carro. O próprio José Osmário, por fim, confessou ter riscado o fósforo, inocentemente. Uma vez que as suas roupas e as do menino, estavam embebidas de gasolina, provocou queimaduras no pintor e a morte do menino. Justificou seu procedimento sob a alegação de que a chave elétrica da oficina estava desligada e era necessário procurar um “capsulame”, que havia sido retirado da caminhoneta, para reter o vazamento de gasolina que havia provocado (DIÁRIO de Notícias, 17/abril/1968; JORNAL DA BAHIA, 17/abril/1968 e A TARDE, 18/abril/1968).



83. Grupo de operários e funcionários em meio aos escombros - 1968

Fonte: Arquivo Liceu

(20) Operários e funcionários avaliam, com tristeza, os prejuízos – 1968.
Fonte: Arquivo Liceu.

Diversos depoimentos das autoridades governamentais foram dirigidos para a necessidade urgente de restaurar-se o monumento histórico. Para tanto, o Governador imediatamente criou um grupo de trabalho para estudar as condições em que o Estado poderia reconstruir o prédio do Liceu²⁹¹.

Enquanto isso, a 28 de fevereiro de 1968, reuniu-se, em Assembleia Extraordinária, a Sociedade Liceu de Artes e Ofícios na sede da Sociedade Monte-Pio dos Artífices, à rua Saldanha da Gama nº 21, 1º andar, sob a presidência do Dr. João de Carvalho Sá. Tratava-se de medidas emergenciais para conservar o funcionamento do Liceu. Foi constituída uma comissão para manter entendimentos sobre a possibilidade de restauração do edifício, conservando as mesmas

²⁹¹ O grupo de trabalho foi composto pelo presidente do Conselho de Cultura, um representante da Universidade Federal da Bahia, professores Luiz Henrique Dias Tavares, Carlos Eduardo da Rocha e Godofredo Filho, para apresentarem sugestões sobre as providências a serem tomadas para a recuperação do referido prédio.

características e detalhes, entre outras iniciativas que visassem salvar pertences históricos e artísticos que sobraram, e liberar o prédio, que se encontrava interditado pela polícia²⁹².

A respeito das obras artísticas salvas, algumas permanecem no Liceu completamente restauradas, como os 21 retratos de benfeitores²⁹³. Azulejos, esculturas, livros, documentos, pouca sorte tiveram. Fragmentos da azulejaria resgatados (1989) dos entulhos encontram-se, atualmente, em fase de restauração, a fim de serem recuperados alguns painéis. Através de algumas pistas documentais, a exemplo de fotografias do interior do Liceu imediatamente após o incêndio, podemos sugerir que muitas destas peças, que provavelmente não foram atingidas violentamente pelo fogo, ficaram à mercê das depredações, devido, talvez, à falta de vigilância permanente no local, o que pode ter levado ao seu desaparecimento.

O prédio destruído passou a ser alvo das preocupações governamentais no sentido de restaurá-lo e dar-lhe nova utilização, o que significava retirar o Liceu do seu espaço historicamente conquistado. Este, aliás, já era um projeto que rolava há alguns anos. A primeira iniciativa do estado foi desapropriar, em caráter de urgência, o remanescente do Paço do Saldanha e terreno anexo (Decreto Estadual nº 20615, de 8 de março de 1968), cabendo à Secretaria de Educação e Cultura realizar a expropriação amigável ou judicial.

O jornal O Globo publicou a respeito do "Criminoso Fim do Paço do Saldanha", mais um capítulo vergonhoso do processo de "morte da memória nacional". O autor do artigo (José Roberto Teixeira Leite) denunciava o crime ao afirmar que todos sabiam que o Palácio do Saldanha estava condenado à morte e nada fizeram para salvá-lo: "... se hoje, debulhadas em lágrimas, proclamam aos quatro ventos a perda irreparável, o fato é que nada fizeram para impedir o crime, afinal consumado"²⁹⁴.

O Brasil ficou marcado com uma das mais graves feridas provocadas no seu patrimônio histórico, artístico e cultural. O que restava das forças do Liceu foi exaurido com o fogo, fazendo

²⁹² ATA da Sessão d'Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade Liceu de Artes e Ofícios, realizada em 28 de fevereiro de 1968. A comissão ficou composta por Manoel Lemos dos Santos (Presidente do Diretório), Eugênio Teixeira Leal, Adhemar Martinelli Braga, Verissimo Silva Bittencourt, Emílio Rossi, Renato Berbert de Castro, Lydio Pereira de Sant'Anna e Mestre Álvaro Costa.

²⁹³ As 21 telas foram restauradas em 1991 por Consuelo de Almeida Bezerra e Marília Maia Raposo, restauradoras também do livro de ouro, igualmente sobrevivente do incêndio. As referidas telas retratam os seguintes personagens: professor Francisco José Rufino de Salles, professor Olympio Deodato Pitanda, Conselheiro Rodolpho Epiphanyo de Sousa Dantas, Barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley), Conselheiro Junqueira (João José de Oliveira Junqueira), Conselheiro Dantas (Manuel Pinto de Sousa Dantas), Conselheiro João Antônio de Araújo Freitas Henriques, Doutor Luiz Alvares dos Santos, Barão de Pirajá (José Joaquim de Carvalho e Albuquerque), Dom Pedro II, Comendador João Augusto Neiva, Doutor Guilherme Conceição Foepfel, Governador José Marcelino, Deputado Pedro Lago, Governador Francisco Marques de Góes Calmon, Presidente Getúlio Vargas, Doutor Edgard Ferreira de Barros, Heráclio Cardoso de Mello, Lydio Pereira de Sant'Anna e dois retratos não identificados.

²⁹⁴ O GLOBO, 5 de março de, p. 6.

com que a instituição passasse por grandes dificuldades para continuar a sua missão de educar e formar jovens profissionais nas artes da marcenaria, ramo de especialização já em extinção.

Foram-se com as chamadas todas as esperanças de soerguimento do Liceu de Artes e Ofícios, instituição rica de intenções e de ideais; perdeu-se um patrimônio que jamais seria recuperado - sua biblioteca, seu acervo em quadros, retratos, esculturas, azulejos, mobiliário; seu arquivo - memória de uma história iniciada em 1872. Tudo produzido ao longo dos anos, com dedicação, trabalho e inteligência.

- **promessas e lutas**

A febre das promessas em restaurar-se o Paço do Saldanha, transformando-o numa biblioteca, centro de estudos ou talvez num museu, foi se dissipando ao longo do tempo. Afinal, a restauração estava condicionada à saída do Liceu, dando-se ao espaço outra finalidade. Enquanto projetos de restauração eram montados, discutidos, rejeitados, refeitos, engavetados, o Liceu lutava pela sua permanência no local e pela sua sobrevivência. Após longa briga judicial, a desapropriação do imóvel foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal, o que representou para o Liceu uma vitória, dentre várias batalhas que enfrentava.

O Liceu se empenhou para não fechar as portas, pois a decadência institucional chegara ao extremo. O incêndio representou um intervalo doloroso para a instituição, que continuou a lutar para não morrer de vez. O diálogo que passou a manter com a sociedade se restringiu à Oficina de Marcenaria e à escola, componentes estruturais que lhe permitiram permanecer na vida da cidade. Desde então, passou a caminhar em busca de um futuro, mantendo-se às custas de sacrifícios por parte de alguns poucos associados que continuaram acreditando num Liceu de tradição beneficente, educacional e produtiva. Sustentado pela dedicação do seu Presidente, David de Oliveira Leite, do 1º Secretário, Lydio Pereira de Sant'Anna, e do Administrador, Augusto Alberto Nascimento, o Liceu alcançou os 100 anos de existência (1972) lutando heroicamente. Com 436 alunos, na faixa dos oito aos 14 anos, seguindo o lema “trabalhar com perfeição”, o centenário da tradicional instituição foi comemorado, ao tempo em que era registrada a sua atuação social, no sentido de garantir, desde as origens, a educação de centenas de crianças pobres, mantendo, assim, acesa a esperança de adquirirem profissão e garantirem o futuro.

Resistindo a todas as intempéries, o Liceu continuou a funcionar precariamente em dois pavimentos por cima do Cinema Liceu. Fazendo com que suas velhas máquinas produzissem para uma clientela exigente que recorria à perfeição dos móveis ali fabricados, continuava mantendo a escola primária, onde os meninos frequentavam e ainda aprendiam o ofício de madeira, como

marceneiros, carpinteiros, serralheiros, entalhadores ou polidores. Em regime de semi-internato, as crianças revezavam-se nos dois turnos entre oficinas e salas de aula.

O Liceu melhorava a merenda escolar fornecida pelo Ministério da Educação com refeições oferecidas nos dois turnos. Quando um garoto não trazia almoço de casa, ou sua marmita era regada a farinha pura (o que não era raro), o Liceu, juntamente com seus operários, tomava providências para que não estudasse e nem trabalhasse com fome.



(21) Alunos do Liceu, tendo Sr. Lydio ao centro, comemorando 101 anos do Liceu (outubro/1973).
Fonte: Arquivo Liceu

A receita financeira ficou reduzida à venda de móveis por encomenda e precariamente produzidos na marcenaria (armários embutidos, estantes, móveis de quarto, etc.), aluguel do cinema Liceu e do terreno (remanescente do antigo prédio da “Rádio Excelsior”), o que mal dava para a manutenção dos alunos e conservação do edifício. Tentativas diversas foram feitas a fim de conseguir-se subvenções públicas para dar continuidade aos trabalhos educativos, melhorar a produção e ampliar as atividades produtivas. Como escola pioneira na educação e profissionalização de menores, com relevantes serviços prestados à comunidade baiana, preparando jovens para enfrentar a vida munidos de conhecimento e aptidão, o Liceu continuou acreditando em seu trabalho, jamais se negando a atuar, apesar de suas limitações materiais.

Como alternativa ao grave problema financeiro que enfrentava, foi efetuado convênio com a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) a fim de manterem-se garantidos a presença do professorado e o pagamento de despesas para a manutenção da instituição em funcionamento. Foi adotado o ensino de 1º grau, de acordo com os princípios formais da educação vigente, o que provocou a deterioração da tradição de escola que valorizava o ensino teórico e o prático, respeitando-se a vocação e habilidade dos aprendizes. A partir de então, os professores e diretores da escola regular eram designados pela SEC, privilegiando-se o ensino da rede oficial, enquanto os mestres e suas oficinas passaram a segundo plano.

Perdia-se o sentido do Liceu, uma vez que não era estimulada a aprendizagem nas oficinas, enquanto supervalorizavam-se métodos e técnicas adotadas nas salas de aula, sobrepondo-se e anulando-se os elementos específicos da tradição da educação pelo trabalho. Iniciava-se uma espécie de conflito entre oficina e sala de aula. O Liceu perdia a autonomia de avaliar e preparar os meninos, pois estes passaram a ser alunos da SEC; as oficinas recebiam todo tipo de jovem, independente da sua vocação, não se levando em conta a aptidão, numa relação que não integrava preparação profissional e ensino básico.

Era mantido o aprendizado nas oficinas, onde antigos mestres reproduziam sua cultura pessoal do ofício de marcenaria, desconhecendo-se métodos, programas, objetivos, etc. Os alunos-aprendizes eram introduzidos no processo produtivo sem preparação prévia do que se esperava deles, ou mesmo do que iam aprender. O objetivo dos mestres era a produção. Para eles, o compromisso educacional era, exclusivamente, de responsabilidade das pedagogas da escola de 1º grau²⁹⁵.

Não obstante a crise de identidade por que passava, o Liceu mantinha o mesmo critério de ingresso da criança idealizado desde a sua criação, que era o de ajudar as famílias pobres na educação e profissionalização de seus filhos. Muitas crianças que ali se formaram continuavam sua vida profissional nas oficinas do próprio Liceu.

- **memória e esperanças**

Entre os alunos que permaneceram no Liceu, ou que continuaram empenhados na profissão que ali aprenderam, podemos citar Nivaldo Alves dos Reis, conhecido como “Cabeça”. Entrou para o Liceu com nove para dez anos de idade (1950/51) na esperança de aprender um ofício e garantir o seu sustento. Até hoje permanece fiel à instituição, torcendo pela sua revitalização. Assim ele nos

²⁹⁵ RELATÓRIO sobre a Experiência do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1989/90) (datil.).

conta que, quando o aprendiz não tinha o que comer, os mestres e operários tiravam do seu bolso para ajudar na alimentação ou dividiam a sua marmita com ele. Muitas vezes era Cosme de Farias, o conhecido “advogado dos pobres”, vereador de Salvador por diversas legislaturas, trabalhando em defesa dos oprimidos, que tinha seu pequeno escritório próximo, quem socorria na merenda da criança, e que outras ajudou até com dinheiro de transporte.

Para Cabeça, o Liceu é a sua casa, pois ali aprendeu a trabalhar. Como lixador ganhou o seu dinheiro, formou a sua família, e hoje, diz ele, se é alguma coisa, agradece ao Liceu. Passou sua vida toda no Liceu, desde pequeno, e repete: "A minha casa é o Liceu; a minha história é o Liceu; a minha vida é o Liceu"²⁹⁶.

Depois de atuar profissionalmente como lixador, passou a tomar conta do Liceu como pessoa de confiança, que fiscalizava operários e portaria no início das obras de restauração, em 1990. Atualmente, com 55 anos, aguarda sua aposentadoria, que está próxima, feliz em ver que o prédio histórico está reconstruído - o que lhe dá novas esperanças de futuro para o Liceu.

Alguns alunos saíram para outras oficinas ou montaram as suas próprias. Davi Alcântara dos Santos, 38 anos, ex-aluno, lembrando da sua experiência no Liceu, contou:

Para entrar ali era muito difícil, pois a concorrência era grande. Os pais já sabiam da rigidez e queriam disciplinar seus filhos. Naquele tempo, usava-se a palmatória. Foi a nossa formação. Valeu a pena, pois é melhor tomar bolo quando criança, do que quando adulto²⁹⁷.

Muitos alunos saíam direto para a Marinha. Outros se empregavam em fábricas de móveis, pois estas queriam "pegar menino do Liceu. Quem não queria um aluno do Liceu pra trabalhar? A fama do Liceu era grande". Davi hoje tem uma oficina de móveis em Paripe, na qual trabalha com sua família. Para ele, é um prazer desenhar e criar móveis: "é melhor trabalhar por conta própria - é mais lucrativo"²⁹⁸.

Hoje, muitas crianças que passaram pelo Liceu têm recordações românticas, realistas e críticas. "São Mário", conhecido "Mário da Bahia", nos conta da sua permanência no Liceu como aluno, e depois operário, recheando de detalhes com aspectos da história da Bahia. Com 85 anos, recorda que entrou para o Liceu por volta dos dez anos de idade (1920) e nos fala da comemoração

²⁹⁶ ENTREVISTA de Nivaldo Alves dos Reis (Cabeça). Salvador: Biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios, 24 de fevereiro de 1994.

²⁹⁷ ENTREVISTA de Davi Alcântara dos Santos. Salvador: Biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios, 28 de setembro de 1993. Davi entrou para o Liceu entre 1969-1970, onde estudou até o 5º ano primário, e tirou o ginásio no Ginásio Azevedo Fernandes, no Pelourinho.

²⁹⁸ Idem

do centenário da Independência do Brasil, realizado pelo Liceu com formatura, primeira comunhão, música, etc.

Filho de "Iá", costureira e lavadeira, nascido na Conceição da Praia, "São Mário", polidor, é uma das memórias vivas da Bahia, pois conhece detalhes, lembra das ruas e ladeiras, do funcionamento da cidade, do fraque e cartola usados pelo professor Isaías Juvêncio, do Liceu, dos mestres, operários, diretores, funcionários, clientes, com nitidez e coerência. Fã de Getúlio Vargas, diz que as leis sindicais e carteira de trabalho ajudaram muito o operário.

Quando Getúlio veio, quis acabar com os comunistas, como acabou. Para poder se fortificar, então pegou a perseguir de um lado, e todo mundo acompanhando Getúlio. A maioria dos operários era Getúlio, e ele fazendo aquelas leis que beneficiavam o operário...²⁹⁹.

José Eleotério da Cruz, 39 anos, ex-aluno do Liceu, nos fala com tranquilidade do que o Liceu lhe proporcionou para tornar-se o profissional que é. Proprietário de atelier e loja de molduras no Centro Histórico de Salvador, se refere ao Liceu como o grande incentivador para tornar-se artista, pois ali adquiriu a base necessária para desenvolver-se na Escola de Belas Artes, onde cursou o nível superior. Entrou para o Liceu como aluno por volta de 1967 e depois passou a trabalhar nas oficinas, ganhando salário de menor. Para ele, os cursos profissionalizantes são mais importantes que a própria faculdade, pois com a profissão o indivíduo é capaz de se virar no mercado de trabalho, como ele se virou, utilizando-se do seu aprendizado em várias atividades, como recuperação de móveis, feitura e restauração de molduras, douramento, etc.

Eleotério se queixa da carência de profissionais na área da marcenaria. Lembrando-se de antigos mestres, como Anísio, Arnaldo e outros, comenta que naquela época havia bons mestres marceneiros, carpinteiros, entalhadores, bons em tudo, e hoje em dia é difícil encontrar profissionais do gabarito daqueles que atuaram no Liceu junto às crianças. Por serem mestres leigos, sem metodologia adequada, muitas vezes eram até grosseiros com os alunos. Ali os alunos aprendiam pela força de vontade. As oficinas do Liceu tinham tudo para crescer, caso fosse adotada uma metodologia boa, com os profissionais que tinha.

O Liceu valeu e vale a pena, diz ele, pois os frutos que tem colhido na sua profissão foram semeados durante a sua passagem pelas salas de aula e oficinas de um estabelecimento que ainda pode contribuir muito na formação profissional de jovens que buscam uma solução para suas vidas futuras. Assim, Eleotério conclui: "... de onde eu vim me considero um cidadão realizado... não estou rico, mas posso sobreviver bem..."³⁰⁰.

²⁹⁹ ENTREVISTA de Mário Cândido de Menezes. Salvador: Monte Carmelo - Brotas, 6 de janeiro de 1994.

³⁰⁰ ENTREVISTA de José Eleotério da Cruz. Salvador: Galeria Julio Molduras - Pelourinho, 7 de outubro de 1973.

Como Eleotério, Davi e Cabeça, podemos citar diversos profissionais que estão atuando no mercado de trabalho como empregados em oficinas ou fábricas de móveis, autônomos, pequenos empresários, donos de oficinas ou de ateliês, que tiveram sua formação escolar e profissional no Liceu. Everaldo, Lázaro, com oficinas de móveis, Pedro Alberto, com firma de eletricidade (Pasfer Elétrica), Edvaldo Pereira da Silva (Palito), com ateliê no Pelourinho, Nelson Menezes, Antonio Coelho, Tinho, Rafael, Regi, Missinho, etc., etc., etc.

- **centenário e solidão**

Resistindo às armadilhas do tempo, aos problemas financeiros, e mantendo sua escola e oficina, o Liceu completou cem anos trabalhando ininterruptamente. A imagem do abandono que apagou o brilho do 1º centenário foi registrada pela simplicidade dos festejos e pelo discurso do orador oficial, Salvador Joaquim Araújo. Nele, a história do Liceu mesclava "a alegria da data com as saudades do passado e a tristeza pelo presente"³⁰¹. Com tristeza e revolta, o orador referiu-se ao abandono em que se encontrava o Paço do Saldanha, pois o local estava merecendo atenções especiais dos poderes públicos, a fim de realizar-se a tão prometida restauração.



95. Festa da comemoração do centenário do Liceu - 1972.
Primeiro da esquerda: Theodomiro Baptista Filho, Augusto Nascimento; em primeiro plano: Veríssimo Bittencourt, Eugênio Teixeira Leal, Álvaro Augusto da Silva, Sr. Lydio; ao fundo: Francisco Pithon, Manoel Adan Pinheiro, representante do governo, (não identificado), David Leite.

(22) Festa de comemoração do centenário do Liceu (20/outubro/1972)

³⁰¹ JORNAL DA BAHIA, 21 de outubro de 1972.

Do nonagenário ex-aluno e ex-sócio, "daquele inigualável tesouro", Antônio Amancio Garboggini, o Liceu recebeu em 1972 uma carta decorada com flores, repleta de orgulho e ufanismo, que recordava os tempos áureos simbolizados por Freitas Henriques, Pereira Palma, Emídio Vanique, "denodados e verdadeiros Apóstolos do Bem...". Enquanto obra meritória, o Liceu atingira suas metas, destacando alunos de vulto, absorvendo mestres e artistas das maiores grandezas, e alcançando os cem anos com homens de valor, como Augusto Nascimento e Lydio Pereira, na frente "deste imensurável e riquíssimo patrimônio da Bahia". Em homenagem ao centenário do Liceu, Garboggini escreveu o poema

Poeta?... Não!... nem Vate!...

Liceu d'artes e Ofícios,.. da Bahia!...
Nas "Graças" da Piedade, Padroeira!...
Dos Administradores da Virgem Maria!...
D'um Grande, MANOEL VICTORINO PEREIRA!...

E, outros;.. muitos;.. tantas beneficências,..
De letras;.. artes;.. ciências;.. venturas!...
Cada, maior;.. mais, justas.. consciências...
Todas, juntas, aos Pés, de Deus!.. n'alturas!...³⁰².

Esvaziada de incentivos e de capitais, a instituição declinava. As tentativas de mantê-la em funcionamento estavam, definitivamente, comprometidas. Destruído o prédio social, que caracterizava o elo cultural que mantinha com a sociedade baiana, e o seu patrimônio, o Liceu adormeceu, sem, contudo, entregar-se à inércia absoluta, pois o conflito entre a realidade inóspita e os desejos de soerguimento movia a sua existência.

Os sonhos não se perderam nos caminhos percorridos por um Liceu modesto, famoso, tradicional e, por fim, decadente. A marcha da história acompanha ritmos variados, integrados num contínuo processo dialético, que sintetiza respostas coerentes, ou às vezes, aparentemente, incoerentes, ao movimento das ondas do tempo. Estas trazem, levam e retornam, infinitamente, com novas forças, informações e ambições, interpretando e reinterpretando o presente, conforme as conjunturas. Neste processo, o trem da história do Liceu foi reativado e, atualmente, a instituição experimenta uma outra fase da sua vida. Foi retirado do desânimo, abandono e falta de perspectiva, por iniciativa da Fundação Odebrecht e com o apoio de entidades públicas e privadas, as quais se uniram para resgatar uma fatia do passado, construído por pessoas que acreditaram no futuro.

³⁰² VINTE DE OUTUBRO DE 1872 - Imperial Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, Correspondência, Novembro de 1972.

Confiantes no Liceu de hoje e de amanhã, aqueles que viveram um pedacinho da sua história no seu dia-a-dia, abrem sorrisos e lançam olhares de esperança, como "São Lydio", que via "tudo brilhante em torno do Liceu; um futuro brilhantíssimo para o Liceu..."³⁰³.

"São Lydio" representou o alicerce que sustentou os restos de um Liceu extremamente abalado e carente de atenções. Ingressou em 1954 como sócio contribuinte, depois remido e, posteriormente, benemérito. Começou a participar da diretoria, primeiramente, na Comissão de Sindicância e por fim como 1º Secretário. Faleceu aos 80 anos (27 de abril de 1995) como Conselheiro, dentro da nova organização administrativa. Dedicou-se totalmente às atividades do Liceu, abandonando suas aspirações de tornar-se médico, pois foi acadêmico de medicina. Depois do incêndio, viveu os momentos mais difíceis da sua vida, que assim nos contou:

Parecia uma herança deixada pelo meu pai ou pela minha mãe; botava a mão na cabeça e dizia prá todo mundo: Meu Deus! O Liceu não é meu! O que eu estou fazendo aqui é por caridade!³⁰⁴.

A crise observada pela falta de encomendas nas oficinas e agravada diariamente, levou "São Lydio", juntamente com auxiliares e operários, a se reunirem para "entregarem" o Liceu a São Cosme e Damião, com a introdução do "caruru" nos festejos comemorativos do aniversário (1969), destinado aos meninos e operários do Liceu. Foi uma alternativa de fé, adotada para que os "Santos dessem um jeito para entrar obra, pois, caso contrário, as portas do Liceu seriam fechadas"³⁰⁵.

"Mentira ou verdade, para aqueles que não viram", dizia "São Lydio", logo depois, "começou a entrar obra pro Liceu", e o caruru foi crescendo, tornando-se, hoje, uma outra tradição.

Lutou incessantemente para não encerrar, definitivamente, a história de uma instituição centenária e recheada de méritos, o que, aliás, conseguiu heroicamente. Permaneceu no Liceu, torcendo para que os esforços empreendidos, a partir de 1988, com o objetivo de revitalizar-se a instituição e restaurar-se o seu edifício histórico, fornecessem os frutos desejados por quem nunca desanimou e sempre acreditou que um dia o Liceu abriria suas portas com a dignidade de uma instituição secular que tanto brilhou no cenário sócio-político e cultural da Bahia.

Reconstruir uma instituição centenária como o Liceu, registro enriquecedor da história sócio-cultural e política da Bahia, tornou-se um grande desafio. A retomada da sua presença no cotidiano de Salvador, demonstra que a instituição está viva e que o seu potencial é imenso. O Liceu está sendo recuperado numa conjuntura favorável, com nova oportunidade de ser inserido num

³⁰³ ENTREVISTA de Lydio Pereira de Sant'Anna. Salvador: sede da Sociedade Monte-Pio dos Artífices - Rua Saldanha da Gama, 11 de janeiro de 1994. Nasceu a 27 de março de 1915 e faleceu a 27 de abril de 1995 (80 anos).

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Idem

contexto em que a sociedade reclama novas contribuições e alternativas viáveis para a crise social que experimenta. Alcançamos, assim, outra etapa de 124 anos de caminhada, com a retomada da sua trajetória a partir de novos princípios administrativos e educacionais implementados após 1988 com o protagonismo da Fundação Odebrecht.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de cem anos de existência (1872-1972), o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia acompanhou a marcha de acontecimentos significativos que marcaram a história do Brasil, e da Bahia em particular. Atravessou os anos finais do Império, participou da inauguração do regime republicano e de todas as transformações subsequentes, advindas com o movimento revolucionário de 1930 (Estado Novo (1937-1945), redemocratização (1946-64), ditadura militar (1964-85) e o processo de reabertura. Das mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais, o Liceu acompanhou, em todas as instâncias, as alterações nas condutas adotadas em cada período. Contudo, observamos que a base estrutural, sobre a qual a instituição fora erguida, permaneceu inalterada. Manteve, da sua filosofia inicial, os elementos essenciais que direcionaram as suas ações desde a concepção: beneficência e escolarização do trabalhador, adotando o princípio da educação pelo trabalho, com características profissionalizantes.

A criação do Liceu de Artes e Ofícios deve ser compreendida como um fato intimamente ligado aos ideais de modernização, vinculados às tendências, em última instância, liberais que direcionaram os rumos sócio-políticos dos finais do século XIX. O conteúdo abolicionista e republicano, com todas as suas limitações, permeou a criação de um Liceu beneficente, filantrópico, educacional, produtivo e cultural, destinado, sobretudo, ao atendimento das classes “desfavorecidas da fortuna”.

Beneficência significava manutenção da dignidade da vida e da morte; educação significava conquistas maiores, que incluíam, além da profissionalização, o aprendizado político. O Brasil “moderno e liberal” apelava para a classe que se formava, a fim de garantir a colaboração da força produtiva que iria substituir o escravo. Um dos instrumentos utilizados pelos poderes constituídos para amenizar o conflito que inspirava os encaminhamentos associativos de trabalhadores que, progressivamente, transformavam-se em proletários, foi abrir o espaço escolar para a massa, que, historicamente, estava alijada desta instituição, exclusiva das elites.

A história da organização do trabalho na Bahia, durante o século XIX, acompanhou o processo de desorganização da ordem escravista, que culminou na abolição em 1888, e de reorganização de uma nova ordem que previa a institucionalização do trabalho livre. O caminho percorrido pela classe trabalhadora ao longo daquele período, procurou seguir, em certa medida, as alterações verificadas na sociedade que, assimilava o padrões liberais das políticas sócio-econômicas que fundamentavam o capitalismo em todas as suas contradições. O mundo do

trabalhador enfrentava uma realidade que o fazia vacilar entre o antigo prestígio do artista e o desprestígio, ao transformar-se em operário.

A proposta de uma educação popular no Brasil, e na Bahia, por sua vez, nos fins século XIX, esteve associada ao pensamento positivista, que marcou a história do pensamento ocidental no período. O triunfo do liberalismo, ligado ao direito natural, e, a seu lado, o triunfo do cientificismo, ligado à disciplina, ao útil, ao pragmático, marcaram os caminhos adotados para a compreensão da sociedade.

O Liceu de Artes e Ofícios sintetizou, ao longo de sua existência, o pensamento positivo, influenciando os desejos de artistas e operários e atendendo ao objetivo imediato do Estado. Artistas e operários pretendiam integrar-se ao mundo do conhecimento e participar, de forma ativa, do processo de mudanças que eram observadas na Europa industrial e no Brasil cafeeiro; o Estado, por sua vez, pretendia a manutenção da ordem e alcançar o progresso com a colaboração pacífica daqueles que substituíam o escravo na produção e reivindicavam liberdades. Escola e trabalho foram dois elementos essenciais para a realização de um projeto global, cujo norte era alcançar a plenitude do capitalismo.

Educação aliada ao trabalho significava, educação para o trabalhador, ao distinguir conteúdos teóricos e práticos com objetivos definidos: formar operários. Seja para o trabalho manufatureiro ou industrial, seja para orientar a sua integração disciplinada na sociedade. Pelo argumento utilizado pela filosofia positivista, o trabalho passava a ser entendido como um meio que dignificava o homem, transformando-se em cidadão. Nesse sentido, o trabalhador do século XIX deveria incorporar elementos presentes na pessoa escravizada, como a obediência, e da modernidade, com intenções de garantir cidadania. Não obstante conviver na situação de livre, permanecia com a obrigação de trabalhar, ou seja, de ser trabalhador.

Seguindo essa concepção, o período de transição da ordem escravista para a liberal, nesse sentido sem escravidão institucionalizada, foi de canalização de esforços para a reconstrução do valor do trabalho, através da propaganda ideológica pela qual ao trabalho eram convocados todos os “cidadãos livres”, uma vez que aquele era o meio de garantir-se a cidadania em função do “progresso” que se conquistava. A escravidão transformava-se em sinônimo de atraso e barbárie, a liberdade de civilização. A educação científica, entendida como prática, passava a ser cogitada no Brasil como fator de progresso e civilização, não obstante manter, em suas linhas mestras, a preocupação com o aspecto moral do povo. A moral deveria estar diretamente relacionada ao trabalho que, por sua vez, era fator de garantia da cidadania, progresso e civilização.

Quanto se levou a efeito a criação do Liceu de Artes e Ofícios e, progressivamente, de outras instituições destinadas a “educar” a classe operária, o que se pretendia era “influir sobre seu

caráter”, conforme diversos discursos propagados pelas elites intelectuais e políticas, tendo em vista o entendimento de ser a educação como meio mais seguro de retirar o homem da sua condição de “barbárie” e inserí-lo no mundo “civilizado”. Nele, a liberdade era considerada condição fundamental para o alcance da sabedoria, enterrando, assim, de vez, a ignorância, e ascendendo ao mundo da ciência, da moral e do trabalho.

A ruína da escravidão não alterou, profundamente, as relações de trabalho, e nem a República garantiu liberdade e igualdade aos trabalhadores. A tendência da nova ordem, que visava alcançar o progresso, investindo numa ainda incipiente industrialização, foi refletida numa realidade cheia de lutas e movimentos em defesa da causa operária. O operário era a força de trabalho dominante, dentro das características capitalistas, inserida no mundo da indústria e do trabalho assalariado nas diversas áreas de atuação. A luta do operário, enquanto artista, artífice ou artesão, esteve presente no mundo do trabalho que avançava em direção às reivindicações sociais, econômicas e políticas. Os sindicatos, as federações e confederações, os partidos, sintetizavam aquilo que vinha sendo construído pela classe trabalhadora durante o século XIX.

Ao longo da Primeira República (1889-1930), o Liceu esteve sintonizado com a república operária, dirigindo seus esforços para atender às necessidades de uma classe que se formava no seio de explorações e falta de liberdade. A política republicana reforçou as diretrizes positivistas, conclamando os trabalhadores a participarem da construção do novo regime, colaborando com o conhecimento e o trabalho, para carregar, em seus ombros, um Brasil que marchava em busca do progresso material. As contradições presentes na liberdade pregada em discursos republicanos, contudo, foram experimentadas pela classe trabalhadora, na prática, pela interdição às esferas de decisões, mantendo-as limitadas e restritas às antigas e novas elites em formação.

Este foi o período em que a instituição sofreu uma crise de identidade, desde quando o novo regime limitava o conteúdo beneficente, que estava vinculado aos interesses imediatos dos trabalhadores, e forçava a adoção de novos rumos, nos quais a exclusividade da educação profissional sustentava a sua existência. A tendência, desde os anos 20, período de refluxo do movimento operário em todo o Brasil, foi a de estimular e justificar a sua presença na sociedade baiana, enquanto escola profissional que atendia às “classes menos favorecidas”, integrando-as na sociedade que visava à ordem e ao progresso.

O Liceu adotou nova postura diante das exigências das instituições vigentes. O operário foi retirado da cena principal, e o aluno-aprendiz transformado no alvo que mantinha o funcionamento e o apoio público da instituição. Dos anos 20 aos 30, transformou-se numa “verdadeira fábrica”, destinada à fabricação de móveis de alta qualidade, com padrões exclusivos, além de desenvolver atividades de carpintaria, integradas à construção civil, e de mecânica. A sustentação financeira era

fortalecida pelas rendas dos cinemas (Liceu e Popular), que passaram a mobilizar altos investimentos para fazer face à concorrência no mercado cinematográfico que crescia na cidade. Foi um período em que produziu em escala ampliada para o mercado consumidor, enquanto introduzia o alunado no aprendizado dos ofícios correspondentes. O Liceu havia encontrado o norte produtivo e educacional, que ficou mantido por mais de 40 anos.

A conjuntura da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) abalou a estrutura financeira da instituição. As dificuldades tornaram-se acentuadas, e a tendência, a partir de então, foi de uma marcha progressiva rumo à decadência. A era industrializante vivida pelo país (anos 50) exigia investimentos cada vez maiores para mantê-la na zona de concorrência, em um mercado consumidor dinâmico e amplificado. A indústria moveleira e a cinematográfica entraram no mercado nacional, concorrendo com uma produção de massa, atingindo, mortalmente, a vida da tradicional instituição. Não se transformando em indústria, não renovando seus padrões produtivos, não abrindo suas portas para o novo, ou seja, não se modernizando e nem diversificando sua produção para sobreviver, tendeu a transformar-se numa relíquia, estagnada no tempo e no espaço. Não obstante sofrer os reflexos de uma conjuntura de mudanças sócio-econômicas, o Liceu sofreu, simultaneamente, com a morte de seu tutor, Edgard Barros (1953), o que acentuou a derrocada da instituição.

Enquanto a sociedade se modificava velozmente ao seu redor, os apoios financeiros e sociais se escasseavam, fazendo a instituição experimentar o isolamento e o declínio. As tentativas de manter-se em funcionamento ficaram, definitivamente, comprometidas quando o incêndio abalou a sua existência em 1968. Destruído o prédio social, que caracterizava o elo cultural que mantinha com a sociedade baiana, e o seu patrimônio, o Liceu adormeceu. Após 20 anos de inércia, foi retirado dos escombros e revitalizado, com o apoio financeiro da Fundação Odebrecht, que liderou o processo de reconstrução do Paço do Saldanha e da instituição, investindo recursos que ultrapassaram os U\$ 6 milhões (seis milhões de dólares). Atendendo aos novos apelos da sociedade baiana, inseridos no ambiente de crise social que tem abalado todo o país, o Liceu está representando, enquanto instituição social sem fins lucrativos, com características de gestão empresarial, destinada à formação de jovens para a vida, através do trabalho, um alternativa que visa, em última instância, colaborar para oferecer expectativa de futuro às novas gerações. O renascer do Liceu é o registro de que a história não acabou e que os personagens, deste grande espetáculo, continuam vivos, pulsando, sonhando e lutando.

A N E X O S

ANEXO I

Quadro Demonstrativo das Principais Fábricas na Bahia (1882)

FÁBRICAS DE TECIDOS	ANO DE FUNDAÇÃO	Nº DE OPERÁRIOS			TOTAL DE OPERÁRIOS
Modelo (Rua da Vala-Salvador)	1857	Metade de cada sexo, maior parte meninos			180
N. Sra. Do Amparo (Valença)	1860	Maior parte mulheres e meninas			300
S. Salvador (Fonte Nova-Paróquia de Santana-Salvador)	1870	Maior parte mulheres e meninas			150
S. Carlos (Cachoeira)	1874	48	70	39	157
N. Sra. Da Penha (Ribeira de Itapagipe-Salvador)	1875	83	72	-	155
S. Braz (Plataforma-Paróquia de Pirajá-Salvador)	1875	40	60	10	111
Bonfim (Calçada do Bonfim, Paróquia do Pilar – Salvador)	1875	58	103	24	185
INDÚSTRIAS DE CHARUTOS E RAPÉ	ANO DE FUNDAÇÃO	Nº DE OPERÁRIOS			TOTAL DE OPERÁRIOS
Juventude (São Felix)	1842	80	30	20	150
Fragrância (São Felix)	1851	40	20	10	70

Fonte: DANTAS, João dos Reis de Souza (2º Vice-presidente). Relatório de 29 de março de 1882. Bahia, Typographia do Diário da Bahia, 1882, pp. 99 a 104)

ANEXO II

Dentre as Sociedades Abolicionistas existentes no período, identificamos durante a pesquisa:

1. **SOCIEDADE 2 DE JULHO**, primeira sociedade emancipadora fundada em 1852 pelos estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia. Durou alguns anos e dela fizeram parte os alunos: José Luiz de Almeida Couto (Presidente), Aristides Cezar Spinola Zama, Jeronymo Sodré Pereira, Virgílio Climaco Damazio e outros;
2. **SOCIEDADE LIBERTADORA 7 DE SETEMBRO**, fundada em 7 de setembro de 1869, na cidade de Salvador, com a participação do Dr. Frederico Marinho de Araújo, Victor Isaac de Araujo, Lourenço Gomes de Araújo e Silva;
3. **SOCIEDADE HUMANITÁRIA ABOLICIONISTA**, cujos estatutos datam de 3 de novembro de 1869. Foi inaugurada nesta cidade a 26 de setembro de 1869, com a participação dos fundadores Dr. Antônio Ferreira Garcês (1º Presidente), Prof. Austrícliano Coelho, Hermelino Estevão de Sant'Anna, Coronel Joaquim Antônio da Silva Carvalhal. Esta Sociedade viveu por pouco tempo;
4. **SOCIEDADE LIBERTADORA TREZE DE MARÇO**, de 1870, fundada na Cidade de Lençóis;
5. **SOCIEDADE EMANCIPADORA 25 DE JUNHO**, da cidade de Cachoeira e fundada em 1870;
6. **SOCIEDADE ABOLICIONISTA COMERCIAL**, fundada na capital em 17 de julho de 1870.

FONTES: Atos do Presidente da Província (maços 990/992) e FONSECA, L. Anselmo da. A escravidão, o clero e o abolicionismo. Bahia: Imprensa Econômica, 1887, p. 244.

ANEXO III

Considerando a ordem cronológica dos estatutos, identificamos em algumas Sociedades seus respectivos santos padroeiros.

SOCIEDADE	SANTO PADROEIRO	ANO DE FUNDAÇÃO
Sociedade Monte-Pio dos Artífices	Nossa Senhora Sant'Anna	1832
Sociedade Protetora dos Desvalidos	Virgem da Soledade Amparo dos Desvalidos	1832 (criada como Irmandade Religiosa e em 1851 transformada em Sociedade Mutuária)
Monte-Pio dos Caixeiros Nacionais	Nossa Senhora da Conceição	1857
Sociedade Monte-Pio dos Artistas Nazarenos	Imaculada Conceição de Nossa Senhora	1861
Sociedade de Artes e Ofícios	Nossa Senhora da Piedade	1872 (Em 1874 passou a ser denominada Imperial Liceu de Artes e Ofícios)
Sociedade Monte-Pio dos Artistas Cachoeiranos	Nosso Senhor Jesus Cristo	1874
Sociedade Monte-Pio Vinte e Cinco de Junho	Nossa Senhora da Conceição	OBS: anterior a 1869

ANEXO IV

Instituições de Ensino de Ofícios Manufatureiros (séculos XVIII/ XIX)

INSTITUIÇÕES	CRIAÇÃO	CLIENTELA	OBJETIVOS
Arsenais de Marinha	1761 (Bahia e Pará) 1763 (Rio de Janeiro)	órfãos	aprendizagem de ofícios ligados à construção naval
Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim (Bahia)	1799	meninos órfãos de 7-9 anos (regime de internato gratuito)	aprendizagem de primeiras letras e ofícios (alfaiate, sapateiro, marceneiro, tipógrafo)
Arsenais de Guerra	1836 (Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul)	jovens de 8 a 12 anos	aprendizagem de diversos ofícios, desenho e primeiras letras.
Companhias de Aprendiz Menores dos Arsenais da Marinha	1857	7 a 12 anos (meninos órfãos ou filhos de pais pobres)	idem
Casas de Educandos Artífices	1840-1865	órfãos ou expostos	aprendizagem de diversos ofícios (carpinteiro, marceneiro, pedreiro, etc.)
Asilo de Meninos Desvalidos (R.J.)	1875	órfãos	amparo de órfãos e formação de força de trabalho.
Imperial Instituto dos Meninos Cegos (R.J.)	1854	meninos cegos	educação geral e ofícios de tipografia (em braille), encadernação, fabricação de vassouras, espanadores e escovas, empalhamento de móveis, afinação de pianos.
Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (R.J.) (atual Instituto Benjamim Constant)	1856	meninos pobres e mudos	educação geral e ofícios de sapataria, encadernação, pautação e douração.
Escolas Mista da Imperial Quinta da Boa Vista (R.J.)	1882	filhos dos escravos libertos da Coroa	ciências, letras, artes e ofícios de carpintaria, tornos de metais e madeira, ferraria, serralheria e funilaria

Fonte: CUNHA, Luiz Antonio. "O Ensino de Ofícios Manufatureiros em Arsenais, Asilos e Liceus" in Forum Educacional, nº 3 jul/set 1979 e SUCKOW FONSECA, Celso. História do Ensino Industrial no Brasil, 1986, 5 vol.

ANEXO V

LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS CRIADOS A PARTIR DAS RESPECTIVAS SOCIEDADES

CIDADE	CRIAÇÃO/ANO	SOCIEDADE MANTENEDORA
Rio de Janeiro	1858*	Sociedade Propagadora de Belas Artes
Salvador	1872	Sociedade de Artes e Ofícios **
São Paulo	1873 ***	Sociedade Propagadora da Instrução Popular
Recife	1880	Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais ****
Maceió	1884	Associação Protetora da Instrução Popular
Ouro Preto	1886	Sociedade Artística Oupretana

* Em 1856 foi constituída no Rio da Janeiro a Sociedade Propagadora de Belas Artes, cujo principal objetivo era o de "fundar e conservar o Liceu de Artes e Ofícios...". Em 1857 é formada a primeira diretoria e inaugurada oficialmente a Sociedade (20 de janeiro de 1857), e a 9 de janeiro de 1858 dá-se a inauguração do Liceu de Artes e Ofícios, começando a funcionar na noite de 22 de março do mesmo ano, nas salas do Consistório da matriz do Santíssimo Sacramento da Corte (BARROS, Álvaro Paes de. O Liceu de Artes e Ofícios e seu Fundador. Depoimento Histórico no 1º centenário da grande instituição. R.J., 1956).

** Cunha identifica a Sociedade de Artes e Ofícios como Associação. Esta foi originalmente organizada conforme as diretrizes das sociedades mutuárias existentes no período.

*** Em 1873 foi fundada a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, com a "finalidade principal de ministrar ensino noturno e gratuito às classes menos favorecidas" e, em 1882, a escola da Propagadora toma o nome de Liceu de Artes e Ofícios, estruturando-se melhor os cursos primário, complementar, de ciências aplicadas e o de artes (RIBEIRO, Maria Alice Rosa (Coord.). Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional. 2ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986 (Série Pesquisas, pp. 21-23),37.

**** A Sociedade de Pernambuco foi contemporânea ao Liceu da Bahia. No Diário Oficial do Império do Brasil de 14 de outubro de 1874 foi publicada a concessão do título de IMPERIAL à Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais de Recife e ao Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Provavelmente o Liceu de Recife foi constituído posteriormente ao da Bahia, conforme nos informa Cunha.

ANEXO VI

Comissões paroquiais compostas de artistas e operários para angariarem sócios para a fundação do Liceu

COMISSAO	FREGUESIA	INTEGRANTES	PROFISSAO
01	Sé	Paulo Alves da Conceição	Carapina
		Vicente Ferreira de Campo	Funileiro
		Manoel do Carmo Moreira	Tipógrafo
02	Vitória	Jorge Maurício Estrella	Carapina
		Nicolao Joaquim da Costa	Carpinteiro
		Gaudencio Vitória Barbosa	Fundidor
03	Conceição da Praia	Joaquim Rodrigues de Faria	Escultor de Ornato
		Vitorino José Pereira Jr.	Marceneiro
		Francisco Nicolao Gavazza	Marceneiro
04	Brotas	Custódio Nunes Mocugê	Ferreiro
		Alcino Ferreira da Silva	Ferreiro
		João Baptista Ferreira de Carvalho	Escultor
05	São Pedro	José Francisco Lopes	Professor
		Angelo da Silva Romão	Prof. Desenho
		José Francisco Tavares	Modelador
06	Passo	Victor Borges da Silva	Dourador
		Claudio Francisco de Araújo Guimarães	Ourives
		Eugênio dos Santos	Carapina
07	Santana	Estanisláo José da Cruz	Pedreiro
		Thomaz Pereira Palma	Marmorista
		Belizário Lopes Regadas	Ourives
08	Santo Antônio	Floro Pinheiro Requião	Chapeleiro
		Antonio Joaquim da Rocha	Ourives
		Pedro Joaquim d'Alcântara	Marceneiro
09	Pilar	Feliciano José Torres	Ferreiro
		José Candido Pereira	Ferreiro
		Olympio Pereira da Matta	Pintor
10	Penha	Cameron Smith	Maquinista
		Antonio João Simões	Maquinista
		João Luiz Gomes	Carpinteiro

FONTE: APEB, Atos do Presidente da Província, maço 1000 (1872).

ANEXO VII

Ofertas para atuação gratuita no Liceu (1872 - 1875)

NOME	DADOS PROFISSIONAIS	OFERTAS	
Asterio Marques de Oliveira	Farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia, Professor de Geometria, Aritmética e Álgebra, habilitado pela Instrução Pública. Ex-examinador de Aritmética na mesma Faculdade Professor público primário noturno das Freguesias do Pilar e rua do Passo.	Ensinar aritmética, Álgebra, E Geometria Plana e no Espaço.	
Francisco Quirino	Ex-guarda-livros da Caixa Comercial da Cidade de Cachoeira, matriculado	Fazer a escrituração.	
Abdon Baptista	Professor de Língua Inglesa, habilitado pela Diretoria Geral da Instrução Pública e Estudante do 5º ano de Medicina.	Ensinar Inglês	
Luiz Cyriaco Gomes d'Ameida	Habilitado em Francês pela Faculdade de Medicina da Bahia.	Ensinar Francês	
Amando Gentil		Realizar conferências noturnas de Geometria e Mecânica e Língua Francesa	
João José de Moura Magalhães		Ensinar História e Geografia e oferecer Um prelo e algumas caixas de tipos para a oficina de tipografia.	
Valentino da Rocha Bittencourt	Acadêmico do 5º ano de Medicina	Ensinar Geografia e História diurna	
João Manuel Madureira	Professor	Ensinar Gramática	
Dr. José Góes Siqueira		Preleções de higiene.	

FONTE: APEB, Série Instrução (Liceu), maços 4015/4016.

ANEXO VIII

PRIMEIRA DIRETORIA DO LICEU CONSTITUÍDA EM 1872

NOME	PROFISSÃO	CARGO	Nº VOTOS	COLOCAÇÃO
João Antônio de Araújo Freitas Henriques	Advogado e Presidente da Província da Bahia	Presidente	216	1º
João da Silva Romão	Empregado Público	Vice-Presidente	201	2º
Manoel Emygdio Vanique	Pintor-encarnador	1º Secretário	138	10ª
Joaquim Rodrigues de Faria	Escultor de ornatos	2º Secretário	196	3º
Victorino José Pereira Jr. (*)	Marceneiro	Tesoureiro	145	9º
Plácido Felix do Nascimento	-	Hospitaleiro	118	15º
João José de Moura Magalhães	Profº de Geografia e História do Liceu	Comissão Econômica	127	12º
Belizário Lopes Regadas	Ourives	Idem	184	4º
Thomaz Pereira Palma	Marmorista	Idem	178	6º
José Francisco Tavares	-	Comissão Artística	126	13º
Floro Pinheiro Requião	Chapeleiro	Idem	176	7º
Valeriano Tiburcio da Silva	-	Idem	183	5º
Manoel do Carmo Torres	Tipógrafo	Vogal	122	14º
Feliciano José da Cruz	Ferreiro	Idem	136	11º
Estanislau João da Cruz	Pedreiro	Idem	157	8º

(*) Victorino Pereira Jr., por não aceitar o cargo para o qual foi eleito, provocou a realização de nova eleição na qual Valeriano Tiburcio da Silva saiu eleito, passando a exercer o cargo de Tesoureiro.

FONTE: APEB, Série Instrução, correspondências, maço 4015, 4 de novembro de 1872.

ANEXO IX

DIRETORIAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS (DIRETÓRIO)

PERÍODO	PRESID.	VICE-PRESID.	1º SEC.	2º SEC.	TESOUREIRO	HOSPITALEIRO	COMISSÃO ECONÔMICA	COMISSÃO ARTÍSTICA	VOGAES *	COMISSÃO FISCAL
1872-1873	João Antônio de Araújo Freitas Henriques	João da Silva Romão	Manoel Emygdio Vanique	Joaquim Rodrigues de Faria	Victorino José Pereira Jr.	Plácido Felix do Nascimento	.João José de Moura Magalhães .Belizario Lopes Regadas .Thomás Pereira Palma	.José Francisco Tavares .Floro Pinheiro Requião .Valeriano Tiburcio da Silva	.Manoel do Carmo Moreira Jr. .Feliciano José Torres .Estanislau João da Cruz	
1874-1876	João Antônio de Araújo Freitas Henriques	Victorino José Pereira Jr.	Clarindo Cyro do Valle	Braulio Francisco Coelho	Belizario Lopes Regadas	José Francisco Tavares	.Joaquim Cassiano Hyppolito .Antonio Muniz Moreira .Innocência da Conceição Miranda	.Francisco Nicolau Gavazza .Thomaz Pereira Palma .Constantino de Aquino Leite	.Manoel Friandes .Estanislau João da Cruz .Menelio Avelino de Seixas	
1876-1877	João Antonio de Araújo Freitas Henriques	Valeriano Tiburcio da Silva	Olympio Deodato Pitanga	Braulio Francisco Coelho	Cap. Manoel Emygdio Vanique	Ten. José Joaquim Patricio	.João Luiz das Virgens .Belizario Lopes Regadas .Thomaz Bardy	.Severiano Pedro da Silva .Clarindo Cyro do Valle .Constantino d,Aquino Leite		.João Baptista Ferreira de Carvalho .Cap. Thomaz Pereira Palma .João Simões Francisco de Souza
1877-1878		Thomaz Pereira Palma (interino)			Manoel Pereira Leite					.Manoel Emygdio Vanique
1879-1880	Dr. Rodolpho Epiphania de Souza Dantas	José Joaquim Patricio	Leopoldo Theotonio da Silva	Francisco de Assis Baptista	João Baptista Ferreira de Carvalho	Olavo Barbosa dos Santos	.José Eulalio Barboza de Almeida .José Bernardo da Cunha .Alexandre Manoel Gallo Jr.	.Francisco Ignacio do Nascimento .Manoel Olavo dos Anjos .Ladisláo Joaquim Velloso dos Santos		.Cypriano José de Moura .Juvencio da Silva Gomes
1880-1881	Dr. Rodolpho Epiphania de Souza Dantas	José Joaquim Patricio	Francisco de Assis Baptista	Alexandre Manoel Gallo Jr.	João Baptista Ferreira de Carvalho	José Bernardo da Cunha	.José Eulalio Barboza de Almeida .José Odorico Paranhos .Francisco Baldoino Ferreira	.Francisco Ignácio do Nascimento .Manoel Olavo dos Anjos .Ladisláo Joaquim Velloso dos Santos		.Juvencio da Silva Gomes .Silvestre de Carvalho e Camara .Constantino de Aquino Leite
1881-1882	Dr. Rodolpho Epiphania de Souza Dantas	Fortunato Dormund	Silvestre de Carvalho Camara	Francisco de Assis Baptista	Mariano José de Araujo Santos	José Bernardo da Cunha	.Francisco Baldoino Pereira .José Eulalio Barboza de Almeida .Luis Antonio Pereira da Silva	.Manoel Olavo dos Anjos .Francisco Ignácio do Nascimento .Ladisláo Joaquim Velloso dos Santos		.Francisco Leoncio Serapião .Luis Felipe Gonçalves .Antonio Benicio Ferreira

* A partir de 1876-1877 os vogaes desaparecem da composição do Diretório, enquanto é criada a Comissão Fiscal, cujos membros não deveriam pertencer nem ao Diretório nem à Assembléia Geral.

DIRETORIAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS (DIRETÓRIO)

PERÍODO	PRESID.	VICE-PRESID.	1º SEC.	2º SEC.	TESOUREIRO	HOSPITALEIRO	COMISSÃO ECONÔMICA	COMISSÃO ARTÍSTICA	COMISSÃO FISCAL	ARQUIVISTA *
1882-1883	Cons. Rodolpho Epiphany de Souza Dantas	Fortunato Dormund	José Bernardo da Cunha	Francisco Manoel das Chagas	Silvestre de Carvalho Camera	Mariano José de Araújo Santos	.Luiz Antonio Pereira da Silva .Francisco Ignácio do Nascimento .Tenente Ladisláo Joaquim Velloso dos Santos	.Manoel Olavo dos Anjos .Francisco de Assis Baptista .José Joaquim Patrício	-Lucio Casimiro da Fonseca -Gustavo Adolpho Vianna -Astolpho Francisco d'Andrade	
1892-1893 **	Amador Alves de Moura	José Bernardo da Cunha	Olympio Augusto da Silva Lima	Bernardino de Senna Caldas	Nicoláo Gomes das Mercês	João Moreira Rios	.João Bernardo da Cunha .Pedro Muniz Gomes .José Paulo de Sousa Moraes	.José Polycarpo do Amaral .Eleuterio Fortunato do Sacramento .Anastácio Vicente Viana	.Raymundo Nonato Espinola .Ladisláo Joaquim Velloso dos Santos .Ismael Ribeiro dos Santos	Lúcio da Silva Coelho
1893-1894	Olympio Augusto da Silva Lima	Severiano Godofredo de Mattos	Cassiano Antonio Moreira de Castro	Pedro Muniz Gomes	Nicolau Gomes das Mercês	João Martins dos Santos Pereira	.Ismael Ribeiro dos Santos .Fortunato de Souza Velho .Hormino de Souza Porto	.Anastácio Vicente Vianna .José de Jesus Maria Santos .José Polycarpo do Amaral	.Francisco de Assis Baptista .Ladisláo Joaquim Velloso dos Santos .Bernardino de Senna Caldas	Lúcio da Silva Coelho
1894-1895	Prediliano Pereira Pitta	João Carlos de Miranda	Thomaz Florencio de Mattos	Gaudencio Francisco da Luz Guimarães	Pedro de Alcantara dos Santos Almeida	Theodoro Estanisláo Marques Gomes	.João Pompilio de Abreu .Christovão Florencio Lopes .José Cardoso de Mello Argollo	.Bonifácio de Teive e Argollo .Anacleto Dias da Silva .Feliciano Alexandrino de Sant'Anna	.Manuel Palmeira de Sousa .Alberto de Ascenção Ferreira .Marcolino da Silva	Pedro Acurcio Pereira
1897-1898	Prediliano Pereira Pitta	João Carlos de Miranda	Thomaz Florencio de Mattos	Gaudencio Francisco da Luz Guimarães	Pedro de Alcantara dos Santos Almeida	Elisiário Elyσιο da Cruz	.Pedro Acurcio Pereira .João Pompilio de Abreu .Isidoro Domingues Bahia	.Eugenio da Trindade Simões .Anacleto Dias da Silva .Feliciano Alexandrino de Sant'Anna	.Alberto da Ascenção Ferreira .Marcolino da Silva .Saturnino de Araújo Gomes	Christovão Florencio Lopes
1898-1899	Prediliano Pereira Pitta	João Carlos de Miranda	Thomaz Florencio de Mattos	Gaudencio Francisco da Luz Guimarães	Pedro de Alcantara dos Santos Almeida	Elisiário Elyσιο da Cruz	.Pedro Acurcio Pereira .João Pompilio de Abreu .Isidoro Domingues Bahia	.Eugenio da Trindade Simões .Ismael Ribeiro dos Santos .Feliciano Alexandrino de Sant'Anna	.Alberto da Ascenção Ferreira .Marcolino da Silva .Saturnino de Araújo Gomes	Christovão Florencios Lopes
1899-1900	João Carlos de Miranda	Gasparino Alves de Souza	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	Francisco das Chagas Athayde	Argemiro Barbosa de Castro	Justo Frederico Lisboa	.Cleto Gomes da Silva .João Pedro Rodrigues Lima .Saturnino de Araujo Gomes	.Alberto de Ascenção Ferreira .Marcolino da Silva .Augusto Hermes dos Santos	.José Prudêncio Ferreira de Carvalho .Fernando da Costa Bastos .José Apollonio da Silva Cunha	Christovão Florencio Lopes

* Entre 1892-1893 observa-se a introdução do cargo de *Arquivista* na composição do Diretório

** Observe-se que, a partir de 1883, começam as lacunas dos períodos de cada exercício das diretorias.

DIRETORIAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS (DIRETÓRIO)

PERÍODO	PRESID.	VICE-PRESID.	1º SEC.	2º SEC.	TESOUREIRO	HOSPITALEIRO	COMISSÃO ECONÔMICA	COMISSÃO ARTÍSTICA	COMISSÃO FISCAL	ARQUIVISTA
1900-1901	João Carlos de Miranda	Gasparino Alves de Souza	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	Francisco das Chagas Athayde	Argemiro Barbosa de Castro	Saturnino de Araujo Gomes	. Manuel Rodrigues de Azevedo .Cleto Gomes da Silva .João Pedro Rodrigues Lima	.Augusto Hermes dos Santos .Marcolino da Silva .Albero Ascenção Ferreira	.José Prudencio Ferreira de Carvalho .Fernando da Costa Bastos .José Apollonio da Silva Cunha	Christovão Florencio Lopes
1902-1903	João Carlos de Miranda	Argemiro Barbosa de Castro	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	Francisco das Chagas Athayde	Christovão Florencio Lopes	João Pompilio de Abreu	.João Pedro Rodrigues Lima .Pedro Augusto de Moura Mattos .José Apollonio da Silva Cunha	.Manoel Rodrigues de Azevedo .Marcolino da Silva .Cleto Gomes da Silva	.José Prudêncio Ferreira de Carvalho .Fernando da Costa Bastos .Antonio Procopio Pereira Grave	Saturnino de Araujo Gomes
1903-1904	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	José Prudencio Ferreira de Carvalho	Manoel João Marques Queiroz	Saturnino Araujo Gomes	Christovão Florencio Lopes	João Pompilio de Abreu	.Cleto Gomes da Silva .Antonio José Esteves .João Pedro Rodrigues Lima	.Marcolino da Silva .Manoel Rodrigues de Azevedo .Antonio Honorato Hygino	.Fernando da Costa Bastos .Deraldo Dias .Prediliano Pereira Pitta	Francisco das Chagas Athayde
1904-1905	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	José Prudencio Ferreira de Carvalho	Manoel João Marques Queiroz	Saturnino Araujo Gomes	Christovão Florencio Lopes	João Pompilio de Abreu	.Ten. João Pedro Rodrigues Lima .Cleto Gomes da Silva .João Moreira Rios	.Eng. Luiz da F. Imbassahy da Silva .Marcolino da Silva .Manoel Messias Garcia	.Fernando da Costa Bastos .José Alves Ferreira .Ricardo da Silva Teixeira	Aurelio Passos
1905-1906	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	Eng. Luiz da F. Imbassahy da Silva	José Garcia Pacheco de Aragão Jr.	Miguel Pedro da Silva Miranda	Christovão Florencio Lopes	João Pompilio de Abreu	.João Pedro Rodrigues Lima .Cleto Gomes da Silva .João Moreira Rios	.Marcolino da Silva .Joaquim da Silva Ruas .Manoel Alexandre Ferreira de Carvalho	.Fernando da Costa Bastos .José Alves Ferreira .Ricardo da Silva Teixeira Machado	Aurelio Passos
1906-1907	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	Eng. Luiz da F. Imbassahy da Silva	José Garcia Pacheco de Aragão Jr.	Miguel Pedro da Silva Miranda	Christovão Florencio Lopes	João Pompilio de Abreu	.João Pedro Rodrigues Lima .Cleto Gomes da Silva .João Moreira Rios	.Marcolino da Silva .Aurelio Passos .Manoel Alexandre Ferreira de Carvalho	.Fernando da Costa Bastos .Com. José Alves Ferreira .Ricardo da Silva Teixeira Machado	Vicente de Paula Farias
1907-1908	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	Octacilio A. de C. Tourinho	José Garcia Pacheco de Aragão Jr.	Miguel Pedro da Silva Miranda	Christovão Florencio Lopes	João Pompilio de Abreu	.João Pedro Rodrigues Lima .Aurelio Passos .Innocencio Antonio Araújo Góes	.Marcolino da Silva .Aquilino Pinto de Andrade .Manoel Alexandre Ferreira de Carvalho	.Alfredo Fonseca Almeida .Com. José Alves Ferreira .Ricardo da Silva Teixeira Machado	Vicente de Paula Farias
1908-1909	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	Octacilio A. de C. Tourinho	José Garcia Pacheco de Aragão Jr.	Miguel Pedro da Silva Miranda	Christovão Florencio Lopes	João Pompilio de Abreu	.João Pedro Rodrigues Lima .Aurelio Passos .Innocencio Antonio Araújo Góes	.Marcolino da Silva .Aquilino Pinto de Andrade .Manoel Alexandre Ferreira de Carvalho	.Alfredo Fonseca Almeida .Com. José Alves Ferreira .Ricardo da Silva Teixeira Machado	Vicente de Paula Farias

DIRETORIAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS (DIRETÓRIO)

PERÍODO	PRESID.	VICE-PRESID.	1º SEC.	2º SEC.	TESOUREIRO	HOSPITALEIRO	COMISSÃO ECONÔMICA*	COMISSÃO ARTÍSTICA	COMISSÃO FISCAL	ARQUIVISTA
1909-1910	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	Octacilio Ariston de Carvalho Tourinho	José Garcia Pacheco de Aragão Jr.	Miguel Pedro da Silva Miranda	Christovão Florencio Lopes	João Pompílio de Abreu	.João Pedro Rodrigues Lima .Aurelio Passos .Joaquim da Silva Ruas	.Marcolino da Silva .Aquilino Pinto de Andrade .Manoel Alexandre Ferreira de Carvalho	.Alfredo Fonseca Almeida .Com. José Alves Ferreira .Ricardo da Silva Teixeira Machado	Vicente de Paula Farias
1910-1911	Manoel Eustáquio de Oliveira Pinto	Manoel João Marques Queiroz	Livino de Amorim	Eduardo Alvares de Araujo	Firmino Santos	João Pompílio de Abreu	.Vicente de Paula Farias .Hormino de Souza Porto .Saturnino Manoel do Espírito Santo	-.Leopoldo Angelo da Silva .Antonio José da Costa .João Pedro Rodrigues Lima	.Com. José Alves Ferreira .Ricardo da Silva Teixeira Machado .José Garcia Pacheco d'Aragão Jr.	Francisco C. Athayde
1912-1913	Cel. Deraldo Dias	Dr. Guilherme Conceição Foeppel	João Pompílio de Abreu	Leopoldo Ângelo da Silva	Hormino de Souza Porto	.Paulo Pompílio de Abreu .Boaventura João Diniz		.Aquilino Pinto de Andrade .Anastácio Vicente Vianna .André Avelino de Argollo	.Major Herculano Brites Guimarães .Vicente de Paula Farias .Manoel Eustaquio de Oliveira Pinto	Paulino Joviniano Caribé
1913-1914	Dr. Guilherme Conceição Foeppel	João Firmino de Jesus Jr.	João Pompílio de Abreu	Ulysses Octacilio Cajazeira	Hormino de Souza Porto	-.Affonso Francisco de Mattos -.Boaventura João Diniz		-.Saturnino Manoel do Espírito Santo -.Anastacio Vicente Vianna -.Antonio José Esteves	-.Herculano Brites Guimarães -.Manoel Eustaquio de Oliveira Pinto -.Vicente de Paulo Farias	Octaviano Cezar de Souza
1914-1915 **	João Firmino de Jesus Jr., substituído por Major Cosme de Farias	Hormino de Souza Porto	Coronel Arthur de Oliveira Santos	Farm. Moysés Gentil Pereira, substituído por Julio Eugenio de Barros	Firmino Santos, substituído pelo Major João Pedro Rodrigues Lima	-.Affonso Francisco de Mattos -.Fabio de Assis Chagas, substituído por Tiburcio Luiz Souto		-.José Cyrillo do Sacramento -.Antonio Luiz do Sacramento -.José Euphrasio dos Santos, substituído por Bibiano Soares Cumpim	-.Herculano Brites Guimarães, substituído pelo Eng. Joaquim José Luiz de Truqui Gonzalves -.Fabio de Abreu Vianna, substituído por Euthymio da Cruz Baptista -.Augusto Rios	João Rodrigues de Mattos, substituído por Fabio de Assis Chagas
1916-1917	Cl. Arthur de Oliveira Santos	Major Eugenio Antonio Cardoso	Dr. Arthur Gomes de Oliveira	Julio Eugenio de Barros	Capitão José Cyrillo do Sacramento	-.Capitão José Apollonio da Silva Cunha -.Capitão Arthur José da Silva		-.Capitão Bibiano Soares Cupim -.Capitão João Lino da Veiga Ornellas -.Manoel Nascimento dos Santos Silva	-.Cel. Alvaro Ramos -.Major Domingos Mendonça Aranha -.Ivo Borges de Barros	Capitão Verissimo da Silva Saldanha
1917-1918	Cel. Arthur de Oliveira Santos	Dr. Edgard Ferreira de Barros	Dr. Antonio Mariani Lopes	Julio Eugenio de Barros	José Cyrillo do Sacramento	-.Vicente Patrício Ribeiro -.Luiz Martins Bahiense		-.João Lino da Veiga Ornellas -.Manoel Alexandre Ferreira de Carvalho -.Bibiano Soares Cumpim	-.Euthymio da Cruz Baptista -.Firmino Santos -.Cel. Ricardo Machado	Raymundo Garboggini

* A partir de 1913 desaparece a Comissão Econômica.

**Tendo em vista a ocorrência de irregularidades, foi realizada nova eleição para o Diretório, Mesa da Assembléia Geral e Comissão Fiscal, o que determinou várias substituições para o exercício de 1914-1915.

DIRETORIAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS (DIRETÓRIO)

PERÍODO	PRESID.	VICE-PRESID	1º SEC.	2º SEC.	TESOUREIRO	COMISSÃO TÉCNICA	COMISSÃO FISCAL	ARQUIVISTA	BIBLIOTECÁRIO	DIRETOR DE INSTRUÇÃO	ORADOR	COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
1919-1920 *	Dr. Edgard Ferreira de Barros	Luiz Martins Bahiense	Antonio Carlos Mattos	Francisco Miguel Chaves	Julio Marques Porto	.Victorino T. do Nascimento .Manoel Pinheiro	.Euthymio da Cruz Baptista .Alfredo da Silva Brim	Vicente Patricio Ribeiro	Valeriano Tiburcio da Silva	Prof. Antonio P. Guedes	Prof. Alberto Assis	.Manoel A. F. de Carvalho .Julio Eugenio de Barros .João Lino de Veiga Ornellas
1922-1924	Edgard Ferreira de Barros	Valeriano Tiburcio da Silva	Francisco Miguel Chaves	Aurelino Martins Fernandes	Raymundo Rocha	.Manoel A. Ferreira de Carvalho .João Lino de Veiga Ornellas .Cel. Ismael Ribeiro	.Euthymio da Cruz Baptista .Alfredo da Silva Brim .Antonio Carlos de Mattos	Vicente Patricio Ribeiro	Saturnino de Araújo Gomes	Farm. Alfredo Ferreira de Barros	Cel. Arthur Gomes de Carvalho	.Emygdio José Martins .Antonio Candido de Oliveira .Francisco de Paula Marques
1925-1926	Edgard Ferreira de Barros	Saturnino de Araújo Gomes	Francisco Miguel Chaves	Guilherme Antonio Alves Gomes	Cel. José Pereira da Motta Sobrinho, substituído por Julio Menezes e Silva	.Manoel A. Ferreira de Carvalho .Cel. Ismael Ribeiro .Claudelino Ferreira Rodrigues	.Antonio Carlos de Mattos .Aurelino Martins Fernandes .Accacio Ribeiro Soares, substituído pelo Farm.. José Correia Bittencourt	Antonio Ferreira Caldas	Dr. Joaquim Gonzalves, substituído por Annibal Carvalhal	Farm. Alfredo Ferreira de Barros, substituído por Aloysio de Carvalho	Aloysio de Carvalho	.Emygdio José Martins .Antonio Candido de Oliveira .José Carlos da Cruz Fernandes, substituído por Julio Eugenio de Barros
1927-1928	Edgard Ferreira de Barros	Saturnino de Araújo Gomes	Francisco Miguel Chaves	Guilherme Antonio Alves Gomes	Julio Menezes e Silva	.Emygdio José Martins .Cel. Ismael Ribeiro .Claudelino Ferreira Rodrigues	.Aurelino Martins Fernandes .Farm.. José Correia Bittencourt .Vicente Patricio Ribeiro	Antonio Ferreira Caldas	Annibal Carvalhal	Aloysio de Carvalho	Dr. Pedro Augusto de Mello	.Antonio Candido de Oliveira .Julio Eugenio de Barros .Manoel Alexandre Ferreira de Carvalho
1929-1930	Edgard Ferreira de Barros	Saturnino de Araújo Gomes (falecido), substituído por Francisco Miguel Chaves	Francisco Miguel Chaves, substituído por Guilherme Antonio Alves Gomes	Guilherme Antonio Alves Gomes, substituído por Arthur Arezio da Fonseca	Julio Menezes e Silva	.Emygdio José Martins .Cel. Ismael Ribeiro .Claudelino Ferreira Rodrigues	.Euthymio da Cruz Baptista .Aurelino Martins Fernandes .Edmundo Silva	Antonio Ferreira Caldas	Annibal Carvalhal (falecido) substituído por Francisco Jeronymo Gonçalves	Aloysio de Carvalho	Dr. Pedro Augusto de Mello	.Antonio Candido de Oliveira .Julio Eugenio de Barros .Manoel Alexandre Ferreira de Carvalho

*A partir de 1919 desaparece o cargo de *Hospitaleiro*, a Comissão Artística passa a denominar-se *Comissão Técnica* e são introduzidos novos cargos no Diretório como: *Bibliotecário*, *Diretor de Instrução*, *Orador* e *Comissão de Sindicância*.

DIRETORIAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS (DIRETÓRIO)

PERÍODO	PRESID.	VICE-PRESID.	1º SEC.	2º SEC.	TESOUREIRO	COMISSÃO TÉCNICA	COMISSÃO FISCAL	ARQUIVISTA	BIBLIOTECÁRIO	DIRETOR DE INSTRUÇÃO	ORADOR	COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
1931-1932	Edgard Ferreira de Barros	Francisco Miguel Chaves (falecido), substituído por Aloysio Lopes Pereira de Carvalho	Guilherme Antonio Alves Gomes	Carlos dos Santos Vieira	Julio Menezes e Silva	.Arthur Arezio da Fonseca .José Pinto Parente (falecido), substituído por Claudelino Ferreira Rodrigues .Annibal Balbino da Silva Pedra	.Euthymio da Cruz Baptista .Edmundo Silva .Joaquim Florentino Gaspar, substituído por Manoel Duarte de Oliveira	Claudelino Ferreira Rodrigues, substituído por Eugenio de Loureiro Maior	Dr. Francisco Jeronymo Gonçalves	Aloysio Lopes Pereira de Carvalho, substituído pelo Dr. Pedro Augusto de Mello	Dr. Pedro Augusto de Mello, substituído pelo Dr. Epaminondas Berberth de Castro	.Antonio Ferreira Caldas .Emygdio José Martins .Euthalio Alexandrino de Sant'Anna
1933-1934	Edgard Ferreira de Barros	Aloysio Lopes Pereira de Carvalho	Guilherme Antonio Alves Gomes	Carlos dos Santos Vieira	Julio Menezes e Silva	.Arthur Arezio da Fonseca .Francisco Possidonio de Sant'Anna .Tiburcio Luiz Souto	.Euthymio da Cruz Baptista .Edmundo Francisco da Silva .Manoel Duarte de Oliveira	Eugenio de Loureiro Maior	Dr. Francisco Jeronymo Gonçalves	Dr. Pedro Augusto de Mello	Dr. Epaminondas Berberth de Castro	.Emygdio José Martins .Euthalio Alexandrino de Sant'Anna .Anisio Faustino de Sant'Anna
1947-1948	Edgard Ferreira de Barros	Luiz Barreto Filho	Julio Menezes e Silva	Manoel Lemos	Carlos dos Santos Vieira	.Pedro da Boa Morte .Eurico Senna .Presciano João da Silva	.Guilherme e Antonio A. Gomes .Eugenio Loureiro Maior .Edmundo Silva	Everaldo dos Santos Vieira	Teodomiro Baptista	Dr. Francisco Jeronymo Gonçalves	Dr. Augusto Alexandre Machado	.Emygdio José Martins .Manoel Nascimento Santos Silva .Antônio Cândido de Oliveira
1949-1950	Edgard Ferreira de Barros	Luiz Barreto Filho	Julio Menezes e Silva	Manoel Lemos	Carlos dos Santos Vieira	.Pedro da Boa Morte .Eurico Senna .Presciano João da Silva	.Guilherme e Antonio A. Gomes .Eugenio Loureiro Maior .Edmundo Silva	Everaldo dos Santos Vieira	Teodomiro Baptista	Dr. Alvaro Augusto da Silva	Dr. Augusto Alexandre Machado	.Emygdio José Martins .Manoel Nascimento Santos Silva .Antônio Cândido de Oliveira
1951-1952	Edgard Ferreira de Barros	Luiz Barreto Filho	Julio Menezes e Silva	Manoel Lemos	Carlos dos Santos Vieira	.Pedro da Boa Morte .Eurico Senna .Presciano João da Silva	.Guilherme e Antonio A. Gomes .Eugenio Loureiro Maior .Edmundo Silva	Everaldo dos Santos Vieira	Teodomiro Baptista	Dr. Alvaro Augusto da Silva	Dr. Augusto Alexandre Machado	.Emygdio José Martins .Manoel Nascimento Santos Silva .Antônio Cândido de Oliveira
1953-1954	Paulino Joviniano Caribé	Luiz Barreto Filho	Manoel Lemos dos Santos	Eurico Senna	Carlos dos Santos Vieira	.Pedro da Boa Morte .Presciano João da Silva .Antônio Cândido de Oliveira	.Guilherme e Antonio A. Gomes .Eugenio Loureiro Maior .Edmundo Silva	Everaldo dos Santos Vieira	Teodomiro Baptista	Dr. Alvaro Augusto da Silva	Dr. Augusto Alexandre Machado	.Emygdio José Martins .Manoel Nascimento Santos Silva .Euclides Ferreira da Silva
1955-1956	Paulino Joviniano Caribé	Theodomiro Baptista	Manoel Lemos dos Santos	Eurico Senna	Carlos dos Santos Vieira	.Pedro da Boa Morte .Presciano João da Silva .Antônio Cândido de Oliveira	.Guilherme e Antonio Alves Gomes .Eugenio Loureiro Maior .Edmundo Silva	Everaldo dos Santos Vieira	Alexandre Dumas	Dr. Alvaro Augusto da Silva	Dr. Augusto Alexandre Machado	.Emygdio José Martins .Eudaldo Cardoso de Melo .Euclides Ferreira da Silva

DIRETORIAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS (DIRETÓRIO)

PERÍODO	PRESID	VICE-PRESID.	1º SEC.	2º SEC.	TESOU-RERO	COMIS-SÃO TÉCNICA	COMIS-SÃO FISCAL	ARQUIVIS-TA	BIBLIOTECÁ-RIO	DIRETOR DE INSTRU-ÇÃO	ORA-DOR	COMIS-SÃO DE SINDICÂNCIA
1957-1958	Paulino Joviniano Caribé	Theodomi ro Baptista	Manoel Lemos dos Santos	Emilio Rossi	Carlos dos Santos Vieira	.Emygdio José Martins .Eudaldo Cardoso de Melo .José Pamphilo dos Santos	.Guilherme Antonio Alves .Eugenio Loureiro Maior .Salvador Joaquim de Araújo	Everaldo dos Santos Vieira	Alexandre Dumas	Dr. Alvaro Augusto da Silva	Dr. Augusto Alexandre Machado	.Lydio Pereira de Sant'Anna .Angelino Alves de Araújo .Euclides Ferreira da Silva
1959-1960	Paulino Joviniano Caribé	Theodomi ro Baptista	Manoel Lemos dos Santos	Emilio Rossi	Carlos dos Santos Vieira	.Emygdio José Martins .Eudaldo Cardoso de Melo .José Pamphilo dos Santos	.Salvador Joaquim de Araújo .Francisco das Chagas Pinto .Dr. José Augusto Berbert de Castro	Everaldo dos Santos Vieira	Alexandre Dumas	Dr. Alvaro Augusto da Silva	Dr. Augusto Alexandre Machado	-Lydio Pereira de Sant'Anna -Angelino Alves de Araújo -Euclides Ferreira da Silva
1961-1964	Theodomi ro Baptista	Manoel Lemos dos Santos	Emilio Rossi		Carlos dos Santos Vieira							-Lydio Pereira de Sant'Anna -Angelino Alves de Araújo -David de Oliveira Leite
1965-1967	Manoel Lemos dos Santos	David de Oliveira Leite	Lydio Pereira de Sant'Anna									
1967-1969	Manoel Lemos dos Santos *	David de Oliveira Leite	Lydio Pereira de Sant'Anna	Antonio Carlos Brochado Príncipe	Carlos dos Santos Vieira	-Eudaldo Cardoso de Melo -José Pamphilo dos Santos -Manoel Adan Pinheiro	-Salvador Joaquim de Araújo -Francisco das Chagas Pinto -Angelino Alves de Araújo	Heráclio Cardoso de Melo Jr.		Verissimo Silva Bittencourt	Dr. Augusto Alexandre Machado	-Heitor Segundo Lourenço -José de Souza Carvalho -David de Oliveira Leite
1969-1971 **	Manoel Lemos dos Santos (falecido em dez/69), substituído por David de Oliveira Leite (em exercício)	David de Oliveira Leite	Lydio Pereira de Sant'Anna	Antonio Carlos Brochado Príncipe						Verissimo Silva Bittencourt	Amado Coutinho	-Valdomiro Cleomenes Botelho

* Durante o impedimento do então Presidente, Manoel Lemos dos Santos, David de Oliveira Leite assumiu como Presidente em exercício (1968-1969).

** Nas décadas seguintes ao incêndio (1970-80), a Diretoria e a Assembléia Geral passaram por desarticulações, o que dificultou a identificação dos diretores e seus respectivos cargos em diversos períodos. Contudo, observamos a presença dos seguintes membros nas reuniões de diretoria: José de Souza Carvalho, Augusto Alberto Nascimento, Valdomiro Cleomenes Botelho, Eider Miranda Bahia, Antonio Mariano de Souza, Manuel Lúcio da Silva (falecido em 1976), Octacílio Nazareth, José Torquato de Barros Neto, Augusto Pereira de Santana, Alberto Silva, Vilobaldo Rosário da Silveira (demite-se em 13/jan/1972), Heitor Segundo Lourenço (falecido em 1971), Walter Pedreira Santiago e Basílio Cardoso Ribeiro.

DIRETORIAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS (DIRETÓRIO)

PERÍODO	PRESID.	VICE-PRESID.	1º SEC.	2º SEC.	TESOU-REIRO	COMIS-SÃO TÉCNICA	COMIS-SÃO FISCAL	ARQUI-VISTA	BIBLIOTE-CÁRIO	DIRETOR DE INSTRU-ÇÃO	ORADOR	COMIS-SÃO DE SINDICÂNCIA
1972-1974	David de Oliveira Leite		Lydio Pereira de Sant'Anna	Antônio Carlos Brochado	José de Souza Carvalho	.José Pamphilo dos Santos .Eudaldo Cardoso de Melo				Veríssimo Silva Bittencourt	Salvador Araújo	
1974-1976	David de Oliveira Leite	Manoel Adan Pinheiro	Lydio Pereira de Sant'Anna									
1976-1978	David de Oliveira Leite	Manoel Adan Pinheiro	Lydio Pereira de Sant'Anna	Walter Pereira Santiago	José de Souza Carvalho	.José Pamphilo dos Santos .Octacílio Nazareth .Celestino Augusto do Espírito Santo	.Salvador Joaquim de Araújo .Moisés Elionar Cerbine .Edesio Cardoso Costa	José Torquato de Barros Neto	Antonio Pereira de Andrade	Major Geraldo Atta	Dr. Roque Moreira e Silva	.Francisco de Senna Pereira Filho .Dr. Eider Miranda Bahia .Augusto Pereira de Sant'Anna
1979-1984	David de Oliveira Leite		Lydio Pereira de Sant'Anna									
1984-1988 *	David de Oliveira Leite		Lydio Pereira de Sant'Anna									

* A partir de 1988 houve nova organização na estrutura administrativa do Liceu, com a supressão de diversos cargos e criação do Conselho de Administração, Conselho Fiscal (efetivos e suplentes) e superintendente.

ASSEMBLÉIA GERAL

ANO	PRESIDENTE	1º VICE-PRESIDENTE	2º VICE-PRESIDENTE	1º SECRETÁRIO	2º SECRETÁRIO
1876-1877	Cons. Manoel Pinto de Souza Dantas	Victorino Pereira Jr.	Albino Henriques da Silva	Amador Alves de Moura	Ignácio Hermogenes Cajueiro
1879-1880	Dr. Francisco Rodrigues da Silva	Prof. Olympio Deodato Pitanga	Amador Alves de Moura	Prof. Paulo Joaquim da Fonsêca	Melchiades José Garcia
1880-1881	Dr. Francisco Rodrigues da Silva	Prof. Olympio Deodato Pitanga	Fortunato Dormund	Melchiades José Garcia	Mariano José de Araújo Santos
1881-1882	Sen. João José de Oliveira Junqueira	Alexandre Herculano Ladisláo	Dr. Joaquim Rodrigues Ferreira	Alexandre Manoel Gallo Jr.	João Joaquim dos Santos Sá
1882-1883	Cons. João José de Oliveira Junqueira	Alexandre Herculano Ladisláo	Dr. Joaquim Rodrigues Ferreira	João Joaquim dos Santos Sá Jr.	Francisco Leônico Serapião
1892-1893	Com. João Augusto Neiva	Luiz Antonio Pereira da Silva	Francisco Felix de Sousa Velho	Thomaz Xavier Leal	Bonifácio de Teive Argollo
1893-1894	Dr. Severino dos Santos Vieira	Amador Alves de Moura	Francisco Felix de Sousa Velho	Irenio Baptista dos Reis Lessa	Estevão Lopes da Silva
1894-1895	Herculano Brittes Guimarães	Eloy Aleixo Franco	Eugenio do Nascimento Massaranduba	Francisco Lopes Nuno	Polilio Henriques Baptista
1897-1898	Herculano Brittes Guimarães	Eloy Aleixo Franco	Eugenio do Nascimento Massaranduba	Irenio Baptista dos Reis Lessa	Livino de Amorim
1898-1899	Herculano Brittes Guimarães	Eloy Aleixo Franco	Eugenio do Nascimento Massaranduba	Irenio Baptista dos Reis Lessa	Livino de Amorim
1899-1900	Prediliano Pereira Pitta	Irenio Baptista dos Reis Lessa	Paulo Emygdio de Jesus	Livino de Amorim	Feliciano Alexandrino de Sant'Anna
1900-1901	Prediliano Pereira Pitta	Irenio Baptista dos Reis Lessa	Paulo Emygdio de Jesus	Livino de Amorim	Feliciano Alexandrino de Sant'Anna
1902-1903	Prediliano Pereira Pitta	Irenio Baptista dos Reis Lessa	Francisco Torquato Bahia da Silva Araújo	Livino de Amorim	Feliciano Alexandrino de Sant'Anna
1903-1904	Francisco Torquato Bahia da Silva Araujo	Livino de Amorim	Amador A. Moura	João Baptista da Silva	João Carlos de Miranda
1905-1906	Francisco Torquato Bahia da Silva Araujo	Livino de Amorim	Amador A. Moura	João Baptista da Silva	João Carlos de Miranda
1907-1908	Francisco Torquato Bahia da Silva Araujo	Livino de Amorim	Amador A. Moura	João Baptista da Silva	João Carlos de Miranda
1908-1909	Francisco Torquato Bahia da Silva Araujo	Livino de Amorim	Dr. Guilherme Conceição Foeppel	João Baptista da Silva	João Carlos de Miranda
1909-1910	Francisco Torquato Bahia da Silva Araujo	Livino de Amorim	Dr. Guilherme Conceição Foeppel	João Baptista da Silva	João Carlos de Miranda
1910-1911	Dr. Guilherme Conceição Foeppel	Deraldo Dias	Trajano Candido Rodrigues	João Baptista da Silva	João Carlos de Miranda
1913-1914	Coronel José Luiz Marques			João Carlos de Miranda	Prof. Isayas Juvencio da Conceição
1914-1915	João Carlos de Miranda			Prof. Isayas Juvencio da Conceição	Florencio da Silva Friandes
1916-1917	Major Cosme de Farias			Capitão Antonio Pantaleão de Christo	Capitão Florencio da Silva Friandes
1917-1918	Herculano Brittes Guimarães			Florencio da Silva Friandes	Paulino Joviniano Caribé
1922-1924	Dr. Manoel Mattos Correia de Menezes	Luiz Martins Bahiense	Cel. Antonio Freitas da Silva	Paulino Joviniano Caribé	Dr. Antonio Ladislau de Figueiredo Seixas
1925-1926	Euthymio da Cruz Baptista	Antonio Freitas da Silva, substituído por Vicente Patrício Ribeiro	Vicente Patrício Ribeiro, substituído pelo Ten. Cel. Julio Fernandes Leitão	Paulino Joviniano Caribé	Dr. Antonio Ladislau de Figueiredo Seixas
1927-1928	Euthymio da Cruz Baptista	Cel. Julio Fernandes Leitão	Dr. Joaquim Torqui Gonzalves	Paulino Joviniano Caribé	Dr. Antonio Ladislau de Figueiredo Seixas
1929-1930	Dr. Francisco Marques de Góes Calmon	Vicente Patrício Ribeiro	Dr. Joaquim Torqui Gonzalves	Paulino Joviniano Caribé	Dr. Antonio Ladislau de Figueiredo Seixas
1931-1932	Dr. Francisco Marques de Góes Calmon (falecido), substituído pelo Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira	Des. Bráulio Xavier da Silva Pereira, substituído por Dr. Antonio Ladislau de Figueiredo Seixas	Dr. Antonio Ladislau de Figueiredo Seixas, substituído por João de Oliveira Rodrigues	Paulino Joviniano Caribé	Domingos Mendonça Aranha
1933-1934	Des. Bráulio Xavier da Silva Pereira	Dr. Antonio Ladislau de Figueiredo Seixas	Claudelino Ferreira Rodrigues	Paulino Joviniano Caribé	Domingos Mendonça Aranha
1947-1948	Dr. Epaminondas Berbert de Castro	José Joaquim Gil Ferreira	Joaquim Florentino Gaspar	Paulino Joviniano Caribé	Dr. Gelásio de Abreu Farias
1949-1950	Dr. Epaminondas Berbert de Castro	José Joaquim Gil Ferreira	Joaquim Florentino Gaspar	Paulino Joviniano Caribé	Dr. Gelásio de Abreu Farias
1951-1952	Dr. Epaminondas Berbert de Castro	José Joaquim Gil Ferreira	Joaquim Florentino Gaspar	Paulino Joviniano Caribé	Dr. Gelásio de Abreu Farias

1953-1954	Dr. Epaminondas Berbert de Castro	Dr. João de Carvalho Sá	Dr. Osvaldo César Rios	Dr. Adhemar Martinelli Braga	Angelino Alves de Araújo
1955-1956	Dr. Epaminondas Berbert de Castro	Dr. João de Carvalho Sá	Dr. Osvaldo César Rios	Dr. Adhemar Martinelli Braga	Angelino Alves de Araújo
1957-1958	Dr. Epaminondas Berbert de Castro	Dr. João de Carvalho Sá	Dr. Osvaldo César Rios	Dr. Adhemar Martinelli Braga	Dr. Renato Berbert de Castro
1959-1960	Dr. João de Carvalho Sá	Dr. Eugenio Teixeira Leal	Dr. Adhemar Martinelli Braga	Dr. Renato Berbert de Castro	Armando Sousa
1967-1969	Dr. João de Carvalho Sá	Dr. Eugenio Teixeira Leal	Dr. Adhemar Martinelli Braga	Dr. Renato Berbert de Castro	Alvaro Barbosa Costa
1976-1978	Dr. João de Carvalho Sá	Dr. Adhemar Martinelli Braga	Dr. Renato Berbert de Castro	Dr. Basilio Cardoso Ribeiro	Dr. Gonçalo Brandão

ANEXO X

QUADRO DE SÓCIOS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA

ano	s admitidos	ó c falecidos	i atuais	o s socorridos	pensionistas
1872-1873	159	-	159	-	-
1873-1874	128	5	299	2	-
1877-1878	11	8	745	3	-
1879-1880	30	7	727	8	-
1880-1881	12	7	786	5	-
1882-1883	57	6	889	4	-
1890-1891	-	4	-	-	-
1891-1892	-	15	-	-	-
1892-1893	184	14	274	64	15
1893-1894	369	27	-	64	15
1894-1895	442	26	1862	82	13
1897-1898	8	33	2216	22	15
1898-1899	11	34	2152	72	9
1899-1900	27	27	-	58	22
1900-1901	15	20	392	41	18
1902-1903	9	14	644	22	15
1903-1904	8	19	478	18	12
1904-1905	16	11	274	24	16
1905-1906	8	-	471	16	14
1906-1907	5	10	350	12	15
1908-1909	-	7	-	14	11
1909-1910	7	15	-	8	13
1910-1911	-	11	-	6	11
1913-1914	86	17	-	12	13
1914-1915	212	9	-	14	10
1917-1918	370	20	881	25	7
1919-1920	114	18	-	-	-
1923-1925	40	-	-	-	-
1929-1930	-	23	-	-	-
1931-1932	-	19	-	-	-
1933-1934	36	15	-	-	-
1947-1948	5	-	-	-	-
1951-1952	-	8	-	-	-
1953-1954	-	16	-	-	-
1955-1956	-	14	-	-	-
1957-1958	28	9	-	-	-
1959-1960	-	12	-	-	-

Fonte: Dados estimados de relatórios do Liceu.

ANEXO XI

CRONOLOGIA DAS AQUISIÇÕES DOS IMÓVEIS DO QUARTEIRÃO DO LICEU

A N O	A Q U I S I Ç Õ E S
1699	O coronel Antônio da Silva Pimentel compra da Ordem Terceira do Carmo algumas casas térreas de pedra e cal a fim de derrubá-las e construir o seu palácio
1786 (3 de setembro)	A Santa Casa de Misericórdia torna-se proprietária do Paço do Saldanha, por adjudicação
1791	O Paço do Saldanha é vendido ao comerciante Capitão-mór Simão Alvares da Silva
1860	O Paço é transmitido por herança ao genro de Simão Alvares da Silva, José Joaquim de Carvalho e Albuquerque, II Barão de Pirajá, e sua cunhada, Maria Custódia da Silva
1872 (9 de março)	Ato de criação da Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia, pelo então Presidente da Província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques
(20 de outubro)	Fundação da Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia, no Palácio do Governo
1874 (29 de dezembro)	É firmado o contrato de compra e venda do Paço do Saldanha, com o Barão de Pirajá, para a instalação do Liceu de Artes e Ofícios.
1875 (7 de março)	Instalação do Liceu no Paço do Saldanha.
1884 (12 de julho)	O Liceu adquire uma casa da Ordem Terceira do Carmo, encravada do Paço.
1887	O Liceu adquire uma casa assobradada de nº 9, situada à Rua 3 de Maio (antiga Rua dos Ossos e depois Campellas), pertencente a Antônio José de Oliveira Guimarães. O Liceu adquire o sobrado anexo ao Paço do Saldanha, de nº 16, situado à Rua do Saldanha, pertencente a João Salvador de Almeida.
1896	O Liceu adquire o sobrado anexo ao Paço do Saldanha, de nº 16, situado à Rua Guedes de Brito (antiga D. José ou do Liceu), pertencente ao Barão de Pirajá. Trata-se da “Casa Mística”.
1919	O Liceu adquire a casa térrea anexa ao Paço do Saldanha, de nº 18, situada à Rua do Saldanha, pertencente a D. Sophia Farias.
1925 (17 de julho)	Segundo Lei Estadual nº 1.800, são desapropriados um sobrado de nº 11 situado à Rua 3 de Maio, pertencente a Gustavo Adolpho Pereira da Silva e uma “casa nobre” de nº 5, situada à Rua 7 de Novembro (antiga Rua da Oração), pertencente à Loja Maçônica “União e Segredo”.
1937 (30 de novembro)	O Paço do Saldanha é tombado para os efeitos do Decreto-Lei nº 25.

ANEXO XII

PRIMEIRO QUADRO DE AULAS E PROFESSORES DO LICEU

1873		
AULAS	PROFESSORES	SEÇÃO
Primeiras Letras e Francês	Profº Luiz Cyriaco Gomes d'Almeida	diurna
Latim	Ignácio Justo Ribeiro	diurna
Aritmética e Álgebra	Asterio Marques de Oliveira	diurna
Geografia e História	Antônio Valentim da Rocha Bittencourt	diurna
Inglês	Abdon Baptista	diurna
Gramática Filosófica	Austriciano Coelho	diurna
Desenho	Francisco José Rufino de Salles	diurna
Francês	Ignácio Justo Ribeiro	noturna
Gramática Filosófica	Olympio Deodato Pitanga	noturna
Música-vocal	Policarpo Alves da Silva	noturna
Música-instrumental	Livino Faustino dos Santos	noturna
Geometria Aplicada às Artes	José Francisco Lopes	noturna
Geografia e História	Dr. João José Moura Magalhães	noturna

OBS: Em 1882 o Liceu absorveu em seus quadros alunas do sexo feminino, tendo como primeira professora a aluna-mestra D. Mariana Olympia dos Santos Silva. A partir de 1948, o Liceu passou a receber apenas alunos do sexo masculino.

ANEXO XIII

OFICINAS DO LICEU

CRIAÇÃO	ESPECIALIDADE	MESTRES*	EXTINÇÃO
1878	-Escultura -Encadernação e Tipografia	-João Guilherme da Rocha Barros (1880-1920) -Alexandre Lefèvre Júnior (1879) -Hermelino Francisco Gomes (1880...) -Francisco José de Macedo (1882-1905) -José Prudêncio F. de Carvalho (1905-1926)	1920 1926
1884-1885	-Marcenaria *	-Frederico Guilherme Coelho (1892) -Isidro Pinheiro Lobo (1899-1912) -Justiniano da Natividade Dias (1914-1925) -Euclides Correia de Moraes (1923-1934) -Álvaro Costa (1929-anos 1970)	em funcionamento
1885-1886	-Douramento e Pintura	-Victorino Eduardo de Oliveira (1892-1903)	1903
1889-1890	-Corte e Costura (feminino e masculino)	-Venturoza Maria da Conceição (1895-...)	duração efêmera
1905-1906	-Entalhe	-João Marçal Magalhães (1905-1925)	1925
1923	-Mecânica	-Matheus Cruz (1923-1930) -José Ângelo dos Santos (1926-...) -André Gomes (1931-...) -João do Carmo Veríssimo(1955-1958)	1968
1926	-Fundição	-André Gomes (1931-...) -José Nemésio de Farias (1949-...)	1968

** A partir de 1923 esta oficina foi sendo gradativamente ampliada com a criação de seções de carpintaria, serraria, empalhamento e polimento.

ANEXO XIV

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NO LICEU (1893-1894)

SÉRIES	AULAS
1 ^a	Português Francês Aritmética Desenho Industrial Anatomia Pictórica Desenho de Figuras e Pintura Decorativa
2 ^a	Português Francês Aritmética Geografia Geral Desenho Industrial Anatomia Pictórica Desenho de Figuras e Pintura Decorativa
3 ^a	Francês Álgebra Corografia do Brasil Desenho Industrial Desenho de Figuras e Pintura Decorativa
4 ^a	Geometria Trigonometria Noções de Física Desenho Industrial Desenho de Figuras e Pintura Decorativa Estética
5 ^a	Noções de Química Geometria Descritiva História do Brasil Noções de Botânica
6 ^a	Geometria Descritiva Noções de Zoologia História da Artes Curso das Matérias-Primas

Essas disciplinas faziam parte dos cursos no Liceu, a partir dos quais o aluno poderia receber os títulos de: Profissional em Desenho de Figuras e Pintura Decorativa, Profissional em Douramento e Pintura Decorativa, Profissional em Marcenaria, Profissional em Escultura, Profissional em Encadernação.

FONTE: Relatório do Liceu de Artes e Ofícios, 1894, p.4.

ANEXO XV

Quadro de Matrículas do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia 1872-1958

ANO	MATRÍCULAS/ CURSOS	MATRÍCULAS/ OFICINAS	TOTAL
1872-1873	146	-	146
1873-1874	238	-	238
1877-1878	301	6	307
1879-1880	154	16	170
1880-1881	268	15	283
1882-1883	773	26	799
1885	733	33	766
1887	700	-	700
1892-1893	767	30	797
1893-1894	848	31	879
1894-1895	1104	59	1163
1897-1898	413	26	439
1898-1899	-	-	626
1899-1900	518	36	554
1900-1901	827	33	860
1902-1903	873	44	917
1903-1904	759	30	789
1905-1906	779	65	844
1906-1907	77	42	119
1910-1911	422	14	436
1913-1914	697	18	715
1914-1915	645	28	673
1916-1917	657	46	703
1917-1918	632	50	682
1919-1920	-	-	720
1923-1925	502	48	550
1929-1930	-	-	527
1931-1932	-	-	382
1933-1934	-	-	467
1947-1948	-	-	250
1949-1950	-	-	276
1950	-	-	156
1951	-	-	178
1952	-	-	195
1953	-	-	236
1954	-	-	261
1955	-	-	311
1956	-	-	348
1957	-	-	351
1958	-	-	394

Obs: Dados extraídos de alguns relatórios do Liceu, com algumas estimativas.

F O N T E S

1. MANUSCRITAS

1.1. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

- a) SÉRIE GOVERNO. Atos do Presidente da Província. Maços 672 a 1048.
 - . Correspondências. Maço 1568
 - . Sociedades (diversas). Maços 1575 e 1579.
- b) SÉRIE OUTROS FUNDOS. Instrução Pública. Maços 6412, 6544 a 6550.
- c) SÉRIE INSTRUÇÃO. Maços 4014 a 4078.
- d) SEÇÃO LEGISLATIVA:
 - . CÂMARA DOS DEPUTADOS. Maços 955 a 958.
 - . SÉRIE DE ABAIXO-ASSINADOS. Maços 986 a 992.
 - . SÉRIE DE PETIÇÕES. Maços 1057 a 1077.
 - . SÉRIE DE PARECERES. Maços 86 a 136, 148 a 152 e 1088 a 1116.
 - . OFÍCIOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS. Maços 1162 a 1217.
 - . SÉRIE DE PROJETOS. Maços 873 a 940.
 - . ORIGINAIS DAS LEIS SANCIONADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Maços 2958 a 2989.

1.2. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA

- . Livros de Atas: 1931-44; 1968-1996
- . Relatórios: 1988-1995 (datil.)
- . Protocolo de Entendimentos. Salvador, 20 de outubro de 1988 (datil.)
- . Novos Rumos. Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1989 (datil.)
- . Plano de Referência II: projeto de Reconstrução e Revitalização do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Setembro/1991 (datil.)
- . Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Liceu: Empresa Social e sua Perpetuidade. janeiro/ 1993.
- .

1.3. CARTÓRIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS

- . ESTATUTOS DE SOCIEDADES E SINDICATOS (1918 a 1964).

1.4. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 5ª DR. - Bahia.

- . Pasta de correspondências, relatórios, informações e pesquisas - Solar Saldanha - 1939 a 1989.

1.5. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, ARQUIVO CENTRAL - Rio de Janeiro.

- . Pasta de correspondências, relatórios, informações, pesquisas, projetos, convênios - Paço do Saldanha - 1937 a 1973.
- 1.6. CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA
 - . Livro de Atas. 1893.
 - 1.7. IRMANDADE DE SANTANA
 - . Relatórios, 1884
 - . Correspondências, 1884 a 1920
 - . Atas, 1898 a 1935.
 - 1.8. ARQUIVO DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DO CARMO
 - . Livro de Tombo de 1776
 - . Livro das Propriedades de 1816.
 - 1.9. ARQUIVO DA IRMANDADE DO ROSÁRIO DOS PRETOS
 - . Correspondências
 - . Livros de Receita e Despesa
 - . Livros de Atas
 - 1.10. CEAB - UFBA.
 - . Pasta de históricos, análises e relatórios sobre o Paço do Saldanha.
 - 1.11. ARQUIVO DOLMEN RESTAURO E DECORAÇÕES LTDA.
 - . Paço do Saldanha: Estudos Petrográficos, por Shiguemi Fujimori, 20/julho/1989.
 - . Paço do Saldanha: Restauração Lítica. Salvador: Studio 10, 1989
 - . Diagnóstico sobre o Estado de Conservação da Portada Principal do Liceu de Artes e Ofícios. CEAB/Faculdade de Arquitetura/UFBA, junho/1995.
 - . Restauração da Portada Monumental: Programa de Ação e Execução. Salvador: Dolmen Restauro e Decorações Ltda., junho/1995.
 - . Parecer sobre o Estado de Conservação da Portada do Liceu de Artes e Ofícios. CEAB/Faculdade de Arquitetura/UFBA, agosto/1995

2. IMPRESSAS

- 2.1. ESTATUTOS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA: 1872, 1876, 1918, 1926, 1932, 1950, 1956, 1964.
- 2.2. RELATÓRIOS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA: 1874 a 1961.
- 2.3. FALAS, RELATÓRIOS E MENSAGENS recitadas pelos Presidentes da Província da Bahia (Império) e Governadores do Estado (República): 1872 a 1950.
- 2.4. DIÁRIO OFICIAL DO IMPÉRIO DO BRASIL: 1874
- 2.5. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA: 1917 a 1996.
- 2.6. COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL (IMPÉRIO E REPÚBLICA): 1860 a 1927.
- 2.7. JORNAIS E REVISTAS

- A VERDADE, 8 de outubro de 1890.
- A VOZ DO OPERÁRIO, 1891 (10 de setembro), 1894 (2 de janeiro e 6 de maio) e 1896 (2 de janeiro).
- BAHIA HOJE, 1994-1996
- BAHIA TUR, 1 de abril de 1968.
- BOLETIM INDUSTRIAL, 1974.
- CORREIO DA BAHIA, 1872 a 1995.
- O CRUZEIRO, 18 de junho de 1949.
- O DEMOCRATA, 1921.
- DIÁRIO DA BAHIA, 1874 a 1941.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1875 a 1977.
- ERA NOVA, 26 de outubro de 1932
- ESTADO DA BAHIA, 1933, 1936, 1949, 1968 e 1969.
- ESTADO DE SÃO PAULO, 10 de maio de 1969.
- GAZETA DA TARDE, setembro de 1884.
- GAZETA MERCANTIL, 1995.
- O GLOBO, 5 de março de 1968.
- I. C., 30 de agosto a 5 de setembro de 1970.
- O IMPARCIAL, 1922, 1936 e 1941.
- JORNAL DA BAHIA, 1968 a 1993.
- JORNAL DE NOTÍCIAS, 1892 a 1915.
- JORNAL DO BRASIL, 25 de fevereiro de 1968.
- Odebrecht Informa, 1989 a jan/fev 1996.
- Panorama CBO, 17/10/1995 (Edição Especial).
- Revista Veja, 24/março/1993
- A SEMANA, 3 de maio de 1968.
- A TARDE, 1912 a maio/1996.
- TRIBUNA DA BAHIA, 1971 a 1995.
- VEJA NA BAHIA, JAN/FEV 1990.
- A VOZ DO OPERÁRIO, 1892 e 1894.

3. ORAIS

- 3.1. ENTREVISTA de Davi Alcântara dos Santos. Salvador, Biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios, 29 de setembro de 1993.
- 3.2. ENTREVISTA de David Oliveira Leite. Salvador, Biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios, 6 de outubro de 1993.
- 3.3. ENTREVISTA de José Eleotério da Cruz. Salvador, Galeria Júlio Molduras - Pelourinho, 7 de outubro de 1993.
- 3.4. ENTREVISTA de Mário Cândido de Menezes. Salvador, Monte Carmelo - Brotas, 6 de janeiro de 1994.
- 3.5. ENTREVISTA de Lydio Pereira de Sant'Anna. Salvador, Sede da Sociedade Monte-Pio dos Artífices - Rua do Saldanha, 11 de janeiro de 1994.
- 3.6. ENTREVISTA de Nivaldo Alves dos Reis. Salvador, Biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios, 24 de fevereiro de 1994.
- 3.7. ENTREVISTA de Octacílio Nazareth. Salvador, Av. Stº Antônio, 14 - Liberdade, 9 de março de 1994.

4. ICONOGRÁFICAS

- 4.1. Arquivo Fotográfico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Seção Bahia (IPHAN-BA).
- 4.2. Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- Seção Rio de Janeiro (IPHAN-R.J.).
- 4.3. Arquivo do Jornal A Tarde.
- 4.4. Arquivo Municipal de Salvador.
- 4.5. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
- 4.6. Arquivo Fotográfico do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

5. **BIBLIOGRAFIA**

- ACCIOLI de Cerqueira e Silva, Ignácio. Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1940.
- ALBORNOZ, Suzana. O que é Trabalho. 4a. ed. S.P.: Ed. Brasiliense S.A., 1986 (1a. ed.).
- ÁLBUM - Lembrança da Exposição Iconográfica Bahiana. Salvador: Publicação da Prefeitura Municipal de Salvador, 1951.
- ALVES, Marieta e Outros. História das Artes na Cidade do Salvador. Salvador: Publicação da Prefeitura Municipal, 1967.
- ALVES, Marieta. História, Arte e Tradição da Bahia. Salvador: Prefeitura Municipal - Departamento de Cultura 1974.
- _____. Dicionário de Artistas e Artífices na Bahia. Salvador: UFBA., 1976.
- AMARAL, José Alvares. Resumo Chronológico e Noticioso da Província da Bahia desde o seu descobrimento em 1500. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.
- ANNAES do Archivo Público e do Museu do Estado da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial, 1918, v. III.
- ANNAES do Museu da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1929, v. XVI.
- ANDRADE, Maria José de Souza. A Mão de Obra Escrava em Salvador, 1811-1860. São Paulo: Corrupio: Brasília: CNPQ, 1988 (Baianada, 8).
- ARAÚJO, Ubiratan Castro e SÁ BARRETO, Vanda Sampaio. "A Bahia Econômica e Social" in A Inserção da Bahia na Evolução Nacional. 1ª etapa. 1850-1889. Salvador: SEPLANTEC-Fundação de Pesquisa-CPE, 1978, p. 38.
- A SOCIEDADE Monte-Pio dos Artífices através de Cem Anos. Bahia: Imprensa Vitória, 1933.
- AYALA, Walmir. Dicionário de Pintores Brasileiros. Rio de Janeiro: Spala Editora Ltda., 1986.
- AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

- BAHIA, Cidade Museu; Roteiro Artístico e Histórico da Cidade do Salvador. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1949.
- BAHIA, Estado da. Cartilha Histórica da Bahia. Rio de Janeiro: Editora Cívica Ltda., 1969.
- BAHIA, Governo do Estado. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. A Realidade e o Futuro do Pelourinho (Relatório Final). Salvador: 1979 (datil.)
- BAHIA, Secretaria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano - CEDURB. A Grande Salvador: Posse e Uso da Terra. Salvador: Bureau Gráfica e Editora Ltda., 1978.
- BARROS, Álvaro Paes de. O Liceu de Artes e Ofícios e seu Fundador. Depoimento Histórico no 1º Centenário da Grande Instituição. Rio de Janeiro: s/e, 1956.
- BARROS, Francisco Borges de. À Margem da História da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1934.
- BARROSO, Gustavo. "A mais Bela Porta do Brasil" in Revista O Cruzeiro, 18.IV.1949.
- BAZIN, Germain. A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil. Vol.I. Estudo Histórico e Morfológico. Trad. de Glória Lúcia Nunes. R.J.: Editora Record, 1983, p. 41.
- BIROU, A. Dicionário das Ciências Sociais. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- BOCCANERA Jr., Sílio. Bahia Histórica; Reminiscências do Passado, Registro do Presente. Bahia: Typographia Bahiana, 1921.
- ____. Bahia Cívica e Religiosa. Bahia: A Nova Graphica, 1926.
- BONILLET. Dictionnaire Universal des Sciences, des Lettres et des Arts. Paris: Librairie Hachette et cie, 1896.
- BRAGA, Júlio Santana. Sociedade Protetora dos Desvalidos: Uma Irmandade de Cor. Salvador-Bahia: Edições IANAMA, 1987.
- CAMPOS, João da Silva. "Oratórios Públicos da Cidade do Salvador da Bahia". Annaes do Arquivo Público e Inspetoria dos Monumentos. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933, V. XXII
- CAMPOS, João da Silva. Procissões Tradicionais da Bahia. Salvador: Publicações do Museu da Bahia, 1941, nº 1.
- CARONE, Edgard. A República Velha. Instituições e Classes Sociais (1889-1930). 4ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL/Difusão Editorial S/A, 1978.
- CARRAZONI, Maria Elisa (Coord. de Pesq.). Guia dos Bens Tombados. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.
- CARVALHO, Nair de Moraes. "Os Painéis dos Antigos Passos da Bahia" in Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, V. II.
- CATÁLOGO das Obras Existentes na Bibliotheca Popular da Associação Lyceu de Artes e Offícios. Bahia: Typographia e Encadernação do Lyceu de Artes e Offícios, 1913.
- CATÁLOGO dos Painéis a Óleo Lithographias Gravuras e Photographias que compõem a Galeria Abbott estabelecida no Lyceu. Bahia: Typographia Constitucional, 1871.

- CORONA & LEMOS. Dicionário de Arquitetura Brasileira. São Paulo: Livraria Editora Ltda., 1972.
- COTRIM, Gilberto. Educação para uma Escola Democrática. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1989.
- CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1975.
- . "O Ensino de Ofícios Manufatureiros em Arsenais, Asilos e Liceus" in FORUM Educacional. FGU, Ano 3, nº 3, Jul/Set., 1979.
- . "Aspectos Sociais da Aprendizagem de Ofícios Manufatureiros no Brasil Colônia" in FORUM Educacional, Ano 2, nº 4 out/dez. 1978. Fundação Getúlio Vargas.
- DO CARMO, Paulo Sérgio. A Ideologia do Trabalho. 2a. ed. S.P.: Moderna, 1992.
- DAUBY, J. O Livro do Operário. 3a. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.
- DUMAND, José Carlos. Arte, Privilégio e Distinção. Artes Plásticas, Arquitetura e Classe Dirigente no Brasil, 1855/1985. São Paulo: Perspectiva: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.
- ENCYCLOPEDIA e Diccionario Internacional. R. J. - N. Y.: 302. Jackson Inc. Editors, s/d., vol. XIV.
- FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Relíquias da Bahia (Brasil). São Paulo: Graphics Romiti e Lanzara, 1940.
- FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. "Idealizações Urbanas e a Construção da Salvador Moderna: 1850-1920" in Cidade & História. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura; Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.
- FLEXOR, Maria Helena Occi. Oficiais Mecânicos na Cidade de Salvador. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1974.
- FONSECA, Luiz Anselmo da. A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo. Bahia: Imprensa Econômica, 1887.
- FONTES, José Raimundo. Manifestações Operárias na Bahia: O Movimento Grevista (1888-1930). Salvador: UFBA, 1982 (Dissertação de Mestrado-dat.).
- FRANCO, Maria Sylvia de C. "Organização Social do Trabalho no Período Colonial" in PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). Trabalho Escravo, Economia e Sociedade. R. J. : Paz e Terra, 1984.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos, 4a. ed. R.J.: Livraria José Olympio Editora, 2Vol., 1968.
- FUNDAÇÃO Odebrecht/Liceu de Artes e Ofícios: 7 Anos de Parceria. Salvador, outubro de 1995 (edição comemorativa).
- GRANDE Enciclopedia Portuguesa e Brasileira. Lisboa-R.J.: Editorial Enciclopédica Ltda., s/d.
- HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20). 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática S.A., 1991.

- KNOFF, Udo. Azulejos Antigos em Salvador-Bahia (dados extraídos do IPAC-SIC para o XXIII Congresso Brasileiro de Cerâmica, realizado em Salvador-Ba., de 25 a 30 de março de 1979, s/e.
- _____. Azulejos da Bahia. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Ed., 1986.
- KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. S.P.: Cortez: Autores Associados, 1985.
- LUCA, Tânia R. de. O Sonho do Futuro Assegurado (o mutualismo em São Paulo). São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPQ, 1990 (Série República).
- MATTOS, Waldemar. Paço do Saldanha. Salvador: Beneditina, 1971.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia: A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- _____. Bahia: Século XIX: Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S.A., 1992.
- MENDES Jr., Antonio e MARANHÃO, Ricardo. Brasil História: República Velha, vol. 3. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- MORAES, A. J. de Mello. Brasil Histórico. Editores Pinheiro e Cia., 1866, Tomo I.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. S.P. EPU; R.J.: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974 (1976-reimpressão).
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Dez Freguesias da Cidade do Salvador. Salvador: FCEB/EGBa, 1986.
- NEESER, Herman. "O Paço do Saldanha" in Revista do Instituto Genealógico da Bahia, nº 7, ano 7. Bahia: Oficina Tipográfica Manú, 1952.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Educação, Saber, Produção em Marx e Engels. S.P.: Cortez: Autores Associados, 1990.
- OTT, Carlos. "Quem Construiu o Paço do Saldanha?" in Suplemento do Jornal A Tarde, 15 de abril de 1967.
- PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. 6ª ed. São Paulo: Cortez Ed. Autores Associados, 1986.
- PINHEIRO, Paulo Sergio. Política e Trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930). 2a. ed. R.J.: Paz e Terra, 1977.
- QUADROS, Consuelo Novais S. de. Formação do Regionalismo no Brasil: Bahia e São Paulo no Século XIX. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1977.
- QUERINO, Manoel Raymundo. Artistas Bahianos. Bahia: Oficinas da Empresa "A Bahia", 1911.
- _____. As Artes na Bahia. 2a. ed. Bahia: Oficina do "Diário da Bahia", 1913.
- REAL, Regina M. Dicionário de Belas Artes. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura S.A., 1962, V. I.

- REIS, João José. "A Greve Negra de 1857 na Bahia" in Revista USP. Junho/julho/agosto-93, nº 18.
- REY, Maria das Graças Leal Casal. Liceu de Artes e Ofícios: Um Patrimônio Histórico Vivo (1872-1989). Salvador: out/1989 (datil.)
- RIBEIRO, Ismael. A Voz do Operário Falando a Verdade. Bahia: s/e., 1930.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coord.). Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional. 2ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMO, 1986 (Série Pesquisas).
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira. 8ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. S.P.: Difusão Européia do Livro, 1968.
- ROSSI, Wagner G. Capitalismo e Educação. 2a. ed. s.P.: Moraes, 1980.
- RUY, Affonso. Liceu de Artes e Ofícios da Bahia: Solar dos Condes da Ponte. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1963.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: Uma Política de Acomodação. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA., 1975.
- SANTOS, Mario Augusto da Silva. Sobrevivência e Tensões Sociais: Salvador (1890-1930). São Paulo: 1982 (datil.) - Tese de Doutorado da Universidade de São Paulo).
- SANTOS SIMÕES, J. M. dos. Azulejaria no Brasil. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1959, nº 14.
- _____. Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, Ideologia e Contra-Ideologia. São Paulo: EPU, 1986 (Temas Básicos de Educação e Ensino).
- SILVA, Ma. Conceição B. da C. e. A Sociedade Monte-Pio dos Artistas: Um Momento do Mutualismo em Salvador. Salvador-Bahia: agosto/1981 (Dissertação de Mestrado). datil.
- SIMAS FILHO, Américo. Considerações em torno de uma metodologia adequada para o estudo de Centros Históricos. Separata da Revista de Cultura da Bahia. Salvador: s/e, 1969, nº 4.
- SMITH, Robert. As Artes na Bahia. Arquitetura Colonial. Salvador: Livraria Progresso Ed., 1955. I Parte.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de História da Cultura Brasileira. 5a. ed. R.J.: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1977.
- SOUZA, Antonio Loureiro de. Bahianos Ilustres (1564-1925), s/e, 1949.
- SOUSA, Avanete Pereira. Trabalho Livre, Ofícios e Profissões na Bahia Setecentista. Salvador: UFBA/Mestrado em História, 1993 (datil.).
- SUCKOW FONSECA, Celso. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI/Departamento Nacional-DN/Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação-DPEA, 1986, 5 vol.

- TEIXEIRA, Cid. Bahia em Tempo de Província. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.
- TELLES, Augusto da Silva. Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. R.J.: FENAME/DAC, 1975.
- _____. “O Ensino Técnico e Artístico, evolução e características. Séculos XVIII e XIX” in Arquitetura Revista FAU/UFRJ, v. 6, 1988.
- THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. II. 2a. ed. R. J.: Editora Paz e Terra S/A, 1988.
- TURAZZI, Maria Inez. A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem (A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX). R.J.: COPPE; S.P.: Marco Zero, 1989.
- VALLADARES, José. A Galeria Abbott. Ba.: Publicação do Museu do Estado, 1951.
- VALLADARES, Clarival do Prado. “Paço do Saldanha (in memoriam)” in Cultura (Órgão do Conselho Federal de Cultura). R.J.: Editora Tupy, março, 1968 (n. 9).
- VELHO, Gilberto e CASTRO, E. B. Viveiros de. “O Conceito de Cultura e o Estudo de Sociedades Complexas: Uma Perspectiva Antropológica” in ARTEFATO, Ano I, nº 1, R.J.: janeiro/1978.
- VIANNA, Francisco Vicente. Memória sobre o Estado da Bahia. Salvador: Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.